



Departamento de História

Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental:
Materialidade, memória e recuperação urbana

Maria Margarida de Almeida Reis e Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea na especialidade de Cidades e Património

Orientadora:

Doutora Maria Luísa Brandão Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2013

AGRADECIMENTOS

Antes de a qualquer outra pessoa, devo agradecer à Professora Doutora Luísa Tiago de Oliveira, a cuja enorme generosidade, interminável paciência e por vezes verdadeira tenacidade se deve a conclusão deste trabalho. Mais do que esta dissertação, devo-lhe o meu mais profundo agradecimento pelo apoio e a aprendizagem dos últimos anos, determinantes para o meu percurso pessoal e profissional.

Agradeço à Arquitecta Clara Bracinha Vieira toda a disponibilidade demonstrada comigo e com este trabalho e a cuja influência se deveu o desígnio de olhar os antigos mapas que se provou tão proveitoso. À Professora Doutora Magda Pinheiro o meu reconhecimento pelas indicações e ajudas preciosas, fruto de um saber tão relevante quanto abrangente. Uma lembrança especial ao Professor Filipe Serra, a quem em 1996 ouvi falar em Património pela primeira vez. Aos Professores Doutores João Freire e Maria Alexandre Lousada, o meu muito obrigada pelos ensinamentos que me proporcionaram sobre investigação e sobre conduta, profissional e não só.

À minha mãe, irmã e família mais próxima, um obrigada, antes de tudo por me ouvirem, em especial nas últimas etapas deste trabalho. Ao André, obrigada pelo carinho, pelo apoio, e por ter resistido às últimas semanas. Às minhas colegas Isabel Cravid, Rute Serra e Ana Isabel Carvalho, um muito obrigada pelo companheirismo e amizade que partilhámos neste caminho.

Gostaria igualmente de louvar as várias entidades da Câmara Municipal de Lisboa que, num verdadeiro espírito de serviço público, me facultaram o acesso aos arquivos da sua actividade, assim como quero prestar o meu sentido reconhecimento aos habitantes dos Pátios e Vilas de Marvila e Beato que partilharam comigo um pouco da sua vida e das suas memórias, as felizes e as dos tempos mais difíceis.

E, finalmente, em memória e homenagem ao meu pai, um engenheiro que sonhava ser historiador.

RESUMO

Este trabalho estuda os Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa, testemunhos de uma forma de habitar a cidade característica da industrialização vivida em Portugal a partir de meados do século XIX. Após uma reavaliação das tipologias até agora propostas para os Pátios e Vilas lisboetas, analisaram-se as transformações da orla ribeirinha das actuais freguesias de Marvila e Beato, caracterizando a sua história e evolução urbana nos últimos dois séculos, desde que se tornaram num dos principais pólos industriais de Lisboa, abordando as suas várias fases de crescimento até à desindustrialização de finais do século XX e chegando aos dias de hoje. Efectuando estudos de caso dos seus Pátios e Vilas, procurou-se conhecer a história destes núcleos de habitação popular, caracterizados actualmente por uma degradação generalizada, recuperando, também pelo recurso à História Oral, um pouco dos modos de viver da sua antiga população. Reconhecendo o perigo de desaparecimento destes Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental e dos referentes de memória que fizeram o dia-a-dia dos seus habitantes, analisaram-se alguns dos projectos de reabilitação urbana já ensaiados ou projectados para esta região ou para os seus velhos núcleos de habitação operária e/ou popular, e de que modo entidades como a DRUPV e a SRU Oriental os viram ou pretenderam recuperar. Do cruzamento das variáveis abordadas espera trazer-se alguma contribuição para a compreensão destes núcleos habitacionais, avançando igualmente algumas propostas ou pistas para a sua necessária preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Pátios; Vilas; Marvila; Beato; Xabregas; habitação popular; habitação operária; zona ribeirinha oriental de Lisboa; património industrial; reabilitação urbana.

ABSTRACT

This essay is about the *Pátios* and *Vilas* of Lisbon's eastern waterfront, remainders of a way of living specific to the industrialization period that Portugal went through starting in the mid nineteenth century. Following a re-evaluation of the typologies currently available to categorize Lisbon's *Pátios* and *Vilas*, we analysed the transformations undergone by the Marvila and Beato's riverfront, characterizing the region's history and urban development over the past two centuries, since it became one of Lisbon's main industrial area, and addressing its various stages of development until the de-industrialization of the late twentieth century and up to present days. We conducted case studies of the region's *Pátios* and *Vilas*, in order to know the history of this working class housing, currently characterized by widespread degradation, and also retrieving, by the combined use of Oral History, some of the ways of life of its populations. Recognizing the risk of disappearance of these *Pátios* and *Vilas* of the oriental riverfront boroughs and of the memory references that made up the daily life of its inhabitants, we analysed some of the urban rehabilitation projects already tested or planned out for this region and its old working class housing, and how municipal entities like the DRUPV and the SRU Oriental perceived them and intended to recover them. From the intersection of this studies we expect to bring a contribution to the understanding of these housing units, adding also some proposals or clues to their necessary preservation.

KEYWORDS: *Pátios*; *Vilas*; Marvila; Beato; Xabregas; working class housing; Lisbon's oriental waterfront; industrial heritage; urban rehabilitation.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO - PALAVRAS-CHAVE	ii
ABSTRACT - KEYWORDS	iii
ÍNDICE	v
ÍNDICE DE QUADROS	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	vi
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	ix
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2 - EXPRESSÕES DE HABITAÇÃO POPULAR: PÁTIOS E VILAS	13
2.1 - CONTEXTO HISTÓRICO	13
2.2 - TIPOLOGIAS	20
2.2.1 – <i>Pátios</i>	21
2.2.1.1. Características morfológicas	21
2.2.1.2. Localização dos conjuntos relativamente ao espaço urbano	22
2.2.1.3. Tipo de iniciativa de origem	22
2.2.2 – <i>Vilas</i>	22
2.2.2.1. Características morfológicas	23
2.2.2.2. Localização dos conjuntos relativamente ao espaço urbano	24
2.2.2.3. Tipo de iniciativa de origem	25
2.2.3 – <i>Uma proposta</i>	26
CAPÍTULO 3 - A ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL DE LISBOA	29
3.1 - NA CARTA TOPOGRÁFICA DA LINHA DE DEFESA DA CIDADE DE LISBOA (1835)	29
3.2 - NO LEVANTAMENTO DA PLANTA TOPOGRÁFICA DE FILIPE FOLQUE (1856-1858)	33
3.3 - NO LEVANTAMENTO DA PLANTA TOPOGRÁFICA DE JÚLIO VIERA DA SILVA PINTO (1904-1911)	38
3.4 - NO LEVANTAMENTO DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL (1954-1958) ATÉ À ACTUALIDADE	45
CAPÍTULO 4 - PÁTIOS E VILAS DA ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL	55
4.1 – HISTÓRIA E ACTUALIDADE DO EDIFICADO	55
4.1.1. <i>Pátio do Black</i>	56
4.1.2. <i>Vila Flamiano</i>	59
4.1.3. <i>Vila Dias</i>	64
4.1.4. <i>Vila Maria Luísa</i>	68
4.1.5. <i>Pátio Marialva</i>	71
4.1.6 <i>Pátio do Colégio</i>	75
4.1.7. <i>Pátio da Matinha</i>	80
4.1.8. <i>Pátio do Beirão</i>	82
4.1.9. <i>Vila Santos Lima</i>	85
4.1.10. <i>Vila Emília</i>	88
4.1.11 - <i>Distribuição por tipologias</i>	91
4.2 - MODOS DE VIDA	93
4.2.1. <i>Migrações e Miséria</i>	93
4.2.2. <i>Sociabilidades e Tempos Livres</i>	95
4.2.3. <i>Lugares de referência de um dia-a-dia difícil</i>	106
CAPÍTULO 5 - A RECUPERAÇÃO URBANA E OS PÁTIOS E VILAS DA ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL	113
5.1. UMA CRONOLOGIA DA REABILITAÇÃO	113
5.2. A PERSPECTIVA DA DIVISÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DOS PÁTIOS E VILAS (DRUPV)	115
5.3. A PERSPECTIVA DA SRU ORIENTAL - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM	126
5.4. NOTAS FINAIS	140
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÃO	141
FONTES	147
ARQUIVÍSTICAS	147
ORAIS	147
CARTOGRÁFICAS	147
PUBLICADAS	148
BIBLIOGRAFIA	148
WEBGRAFIA	151
CURRICULUM VITAE	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 - Tipologias dos Pátios	27
Quadro 2.2 - Tipologias das Vilas	27
Quadro 4.1 - Tipologias dos Pátios da Zona Ribeirinha Oriental	92
Quadro 4.2 - Tipologias das Vilas da Zona Ribeirinha Oriental	92
Quadro 5.1 - Distribuição das competências sobre os 94 Pátios e Vilas considerados a reabilitar pela DRUPV	116
Quadro 5.2 - DRUPV: resumo dos Planos de Pormenor por Áreas de Intervenção respeitantes a núcleos de Marvila e Beato	122
Quadro 5.3 - Estudo demográfico levado a cabo pelo Grupo de Estudo de Pátios e Vilas - amostra utilizada	124
Quadro 5.4 - Excerto da previsão de custos com a recuperação dos 61 Pátios e Vilas sob alçada da DRUPV	125

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 - Vila formando correnteza	23
Figura 2.2 - Vila formando bloco ou <i>chalet</i>	23
Figura 2.3 - Vila formando pátio	24
Figura 2.4 - Vila atrás de prédio	24
Figura 2.5 - Vila formando rua	25
Figura 2.6 - Vila de escala urbana	25
Figura 3.1 - <i>Carta Topographica da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa</i> (pormenor) - 1835	31
Figura 3.2 - Praia de Xabregas e edifício da Fábrica de Tabaco no antigo Convento de S. Francisco - quadro de João Pedrozo	32
Figuras 3.3 e 3.4 - A Ponte de Xabregas e a linha de Caminhos de Ferro de Leste, no <i>Archivo Pittoresco</i> de 1857	33
Figuras 3.5 e 3.6 - Conventos da Madreus e de S. Francisco à beira-rio	36
Figuras 3.7 e 3.8 - Exterior do Palácio dos Marqueses de Nisa e claustro do Convento da Madreus - 2012	36
Figura 3.9 - Levantamento da Planta de Lisboa de Filipe Folque - zona ribeirinha da Freguesia do Beato António - 1856-1858	37
Figura 3.10 - Lg. do Marquês de Nisa, com o edifício da <i>Fábrica de Moagem a Vapor Aliança</i> e o velho Mercado de Xabregas - 1939	41
Figura 3.11 - Armazéns da Sociedade <i>Abel Pereira da Fonseca</i> , com o seu próprio cais de embarque - 1928	41
Figura 3.12 - Levantamento da Planta de Lisboa de Júlio Viera da Silva Pinto - zona ribeirinha da Freguesia do Beato - 1904-1911	43
Figura 3.13 - Levantamento da Planta de Lisboa de Júlio Viera da Silva Pinto - zona ribeirinha da Freguesia de Marvila - 1904-1911	44
Figura 3.14 - Saída dos trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões - c. 1960	48
Figuras 3.15 e 3.16 - Sabão Marvila e Sabonete Beato, produtos da Sociedade Nacional de Sabões	48
Figura 3.17 - Rua do Bairro Chinês - anos 1950	50
Figura 3.18 - Vista área do bairro da Madreus e dos novos prédios da Ilha do Grilo - c. 1955	50
Figura 3.19 - Levantamento da Planta de Lisboa do IGC - zona ribeirinha da Freguesia do Beato - 1954-58	51
Figura 3.20 - Levantamento da Planta de Lisboa do IGC - zona ribeirinha da actual Freguesia de Marvila - 1954-58	52
Figuras 3.21 e 3.22 - Rua do Beato - 2010 e Rua de Marvila - 2011	53
Figura 3.23 - A Zona Ribeirinha Oriental na actualidade, com localização e datas de aparecimento dos Pátios e Vilas em estudo	54
Figura 4.1 - A Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas, vulgo Fábrica da Samaritana	56
Figura 4.2 - O Beco dos Toucinheiros cerca de 1856-58	57
Figura 4.3 - O Beco dos Toucinheiros cerca de 1904-11	57
Figura 4.4 - Pátio do Black - 2010. Edifício em cujo logradouro se formou o Pátio	58
Figura 4.5 - Pátio do Black - 2009. Aspecto dos três edifícios principais	58
Figuras 4.6 e 4.7 - Vila Flamiano vista a partir do seu pátio interior e vista da Rua Gualdim Pais - 2010	60
Figura 4.8 - Reprodução da planta de localização apresentada à CML em 1887	61
Figura 4.9 - Largo do Marquês de Nisa - 1967. À direita, linha de prédios sobre os quais se fazia o acesso principal à Vila Flamiano	61
Figuras 4.10 e 4.11 - Evolução da localização da Vila Flamiano face ao espaço público	62
Figura 4.12 - Imagem da Fiação de Xabregas e equipamentos circundantes na Agenda dos Grandes Armazéns do Chiado - 1945	63
Figura 4.13 - Vista área da Vila Flamiano - 2007	64
Figura 4.14 - O Alto dos Toucinheiros no levantamento de 1856-58. Futuro local de implantação da Vila Dias	65
Figura 4.15 - A Vila Dias, em 1904-11, apresentando já a configuração que mantém actualmente	65
Figura 4.16 - Vila Dias e os seus habitantes, no início do século XX	65
Figura 4.17 - Vila Dias em 1967. Estabelecimentos comerciais nos edifícios reconstruídos após o incêndio de 1891	65
Figura 4.18 - Vista área da Vila Dias - 2007	66
Figuras 4.19 e 4.20 - O (difícil) acesso à Vila Dias - 1940 e 2010	66
Figuras 4.21 e 4.22 - Vila Dias - empena com o painel de azulejo ostentando o nome da Vila e aspecto geral da rua - 2010	67

Figura 4.23 - Quinta Leite de Sousa - 1856-58. Assinalada a vermelho, a zona que se tornará Vila Zenha e depois Vila Maria Luísa	69
Figura 4.24 - Conjunto da então Vila Zenha - 1904-11	69
Figura 4.25 e 4.26 - Entrada da Vila Maria Luísa - 1970	69
Figura 4.27 - Vila Maria Luísa - 2012	70
Figura 4.28 - Mapa da Vila Maria Luísa - 2005	70
Figuras 4.29 a 4.32 - Vários aspectos do interior do conjunto da Vila Maria Luísa - 2012	71
Figura 4.33 - Excerto do <i>Mapa dos Foros de Marvila</i> do Morgado do Esporão - Palácio Marialva - 1752	72
Figura 4.34 - Palácio dos Marqueses de Marialva, com frente para a Rua de Marvila e vizinha Quinta do Brito, com os seus jardins	73
Figura 4.35 - Pátio Marialva - anos de 1950. O Pátio ocupava já todo o interior do quarteirão, com acesso pela Rua de Marvila	73
Figura 4.36 - Portal de acesso ao antigo Palácio Marialva - 1941	74
Figura 4.37 - Torre da Quinta do Brito - 1940	74
Figura 4.38 - Pátio Marialva, imagem aérea - 2007	75
Figura 4.39 - Portal de acesso ao antigo Palácio Marialva na Rua de Marvila - 2009	75
Figura 4.40 - Pátio Marialva - 2012	75
Figura 4.41 - Excerto do <i>Mapa dos Foros de Marvila</i> - 1752. Ao centro, a Quinta Grande, depois quinta do Marquês de Abrantes	76
Figura 4.42 - Acesso principal ao Pátio do Colégio - 2010	76
Figura 4.43 - O Palácio do Marquês de Abrantes e parte dos terrenos da Quinta com o mesmo nome - 1904-11	77
Figuras 4.44 e 4.45 - Aspectos do interior do pátio do Palácio do Marquês de Abrantes - década de 1960	78
Figura 4.46 - O Palácio do Marquês de Abrantes e terrenos da Quinta, já ocupada pelo Bairro Chinês, nos anos de 1950	78
Figuras 4.47 e 4.48 - Nas traseiras do Palácio do Marquês de Abrantes, começara a desenhar-se o Bairro Chinês - 1972	79
Figuras 4.49 e 4.50 - Ruas do antigo Bairro Chinês	79
Figura 4.51: Antiga capela do Palácio, actualmente ocupada pela Sociedade Musical 3 de Agosto	79
Figuras 4.52 e 4.53 - Na antiga entrada nobre do Palácio, as marcas da utilização plurifamiliar que começa agora a extinguir-se	79
Figura 4.54 - A Quinta da Matinha no <i>Archivo Pittoresco</i> de 1846	80
Figura 4.55 - Quinta da Matinha - 1904-191	81
Figura 4.56 - Pátio da Matinha - anos de 1950. Em torno do conjunto, as instalações e enormes reservatórios da Fábrica de Gás	81
Figuras 4.57 e 4.58 - Interior do Pátio da Matinha - 1941	81
Figuras 4.59 a 4.62 - Pátio da Matinha - 2012	82
Figura 4.63 - Excerto do <i>Mapa dos Foros de Marvila</i> - Censo do Bettencourt - 1752	83
Figura 4.64: Quinta do Beirão - 1904-1911	83
Figura 4.65 - Quinta do Beirão - 2005	83
Figuras 4.66 e 4.67 - Fachada e pátio interior do Pátio Beirão - 1967	84
Figuras 4.68 a 4.70 - Pátio Beirão - 2010	84
Figura 4.71 - Lateral do prédio da Vila Santos Lima e edifício contíguo - 1971	85
Figura 4.72 - Vista aérea da Vila Santos Lima	85
Figuras 4.73 a 4.77 - Sequência de fotografias “Rua do Açúcar 26, 32, 38, 42 e 48”, respectivamente - Nuno Fonseca 2009	86
Figuras 4.78 e 4.79 - Interior da Vila Santos Lima - 2010	86
Figuras 4.80 e 4.81 - Interior da Vila Santos Lima - 2010	86
Figura 4.82 - Vila Santos Lima: planta parcial do 1º Piso	86
Figuras 4.83 e 4.84 - Vila Santos Lima. Aspecto exterior do edifício e porta do piso térreo, com as iniciais do proprietário - 2010	87
Figura 4.85 - Casa do industrial Luís Ribeiro	88
Figura 4.86 - Local de futura edificação da Vila Emília - 1904-1911, ainda sem a Rua Gualdim Pais	89
Figura 4.87 - Vila Emília, na Avenida Gualdim Pais - 1956	89
Figura 4.88 - Prédios que fazem a frente da Vila Emília vistos da Rua Gualdim Pais e pormenores das fachadas - 2009	89
Figura 4.89 - Espaço livre no quarteirão por onde se faz o acesso ao núcleo interior	90
Figura 4.90 - Entrada da Vila Emília.	90
Figuras 4.91 e 4.92 - Vila Emília, edifícios do interior do quarteirão - 2010	90
Figura 4.93 - Vista aérea do conjunto da Vila Emília - 2007	91
Figura 4.94 - Junta Nacional das Frutas, transporte de batatas na Doca do Poço do Bispo - 1957-61	95
Figura 4.95 - Operárias na Fábrica da Borracha, na Rua do Açúcar	95
Figura 4.96 - Pátio interior do Pátio do Colégio - 2010	96
Figura 4.97 - Pátio interior da Vila Flamiano - 2010	96
Figura 4.98 - Concurso de tronos de Santo António, Vila Dias - 23 de Junho de 1959	97
Figura 4.99 - Pátio do Colégio, - década de 1960. Crianças frente à antiga capela do Palácio	97
Figura 4.100 - Crianças brincando na rua formada pela Vila Dias - início do século XX	98
Figura 4.101 - Parque infantil existente no extremo norte da Vila Dias - 2010	98
Figuras 4.102 e 4.103 - Lugares marcados na Vila Flamiano e na Vila Santos Lima - 2010 e 2011	98
Figuras 4.104 e 4.105 - Telheiro e lavadouros comunitários do Pátio do Colégio - 1972 e 2011	99
Figuras 4.106 e 4.107 - Elementos das antigas e novas sociabilidades familiares do pátio interior - 2011	99
Figuras 4.108 e 4.109 - Lugares de Estacionamento: Pátio da Matinha e Vila Emília - 2012 e 2010	100
Figura 4.110 - Saída do pessoal da Fábrica de Tabaco, em S. Francisco - 1931	100
Figuras 4.111 a 4.113 - Emblema do Clube Oriental de Lisboa, antigo Grupo Desportivo dos Fósforos e respectivo emblema	101
Figura 4.114 - Cine Pátria - 1967	102
Figura 4.115 - Cinema Popular, na Rua Direita de Marvila - 1972	102
Figuras 4.116 e 4.117 - Descarga de sal na Doca do Poço do Bispo - década de 1960.	103
Figura 4.118 - Família na praia da Marabana - 1942	105

Figura 4.119 e 4.120 - Paisagem rural do Alto dos Toucinheiros - 1938 e 2010	106
Figuras 4.121 e 4.122 - Lavadouro da Rua Gualdim Pais (Beato) - década de 1960	106
Figuras 4.123 e 4.124 - Lavadouro da Rua Direita de Marvila, onde alguns autores defendem ser o Poço do Bispo - década 1960	107
Figura 4.125 - Chafariz do Largo de Xabregas, vendo-se à direita o lavadouro aí existente - 1939	108
Figura 4.126 - Chafariz do Largo de Xabregas - 2010	108
Figura 4.127 - Chafariz da Vila Dias, um dos poucos ainda em funcionamento actualmente - 1954	108
Figura 4.128 - Chafariz do Pátio Marialva - 1966	108
Figura 4.129 - Chafariz do Pátio Marialva - 2010	108
Figuras 4.130 e 4.131 - Chafarizes da Rua Gualdim Pais e da Rua Direita de Marvila - 2010 e 2013	108
Figura 4.132 - Rua Direita de Marvila: prédio onde funcionava a Sopa de Assistência 5 de Dezembro - 2013	109
Figura 4.133 - Inauguração da Sopa de Assistência no Beato, no asilo Maria Pia - 8 de Julho de 1918	109
Figura 4.134 - Obras (possivelmente) de reconstrução do lactário da Alameda do Beato - sem data	110
Figura 4.135 - Lactário da Alameda do Beato - 2008	110
Figura 4.136 - Eléctrico passando sob a ponte ferroviária de Xabregas (substituída em 1957) - 1938	111
Figuras 4.137 e 4.138 - Largo do Poço do Bispo e Rua Direita de Marvila num dia de 1967	111
 Figura 5.1 - Cronologia da Edificação de Pátios e Vilas segundo a DRUPV - 1993	123
Figura 5.2 - Zona de Intervenção da SRU Oriental - 2005/2008	128
Figura 5.3 - Planta das ACRRU (actuais e futuras) existentes na Zona de Influência da SRU Oriental	135
Figura 5.4 - Planta das Áreas/Zonas Históricas existentes na Zona de Influência da SRU Oriental	136

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACRRU - Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
AML - Arquivo Municipal de Lisboa
APL - Administração do Porto de Lisboa
BEI - Banco Europeu de Investimento
CML - Câmara Municipal de Lisboa
DMCRU - Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana
DMPRGU - Direcção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística
DMRU - Direcção Municipal de Reabilitação Urbana
DRUPV - Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas
EM - Empresa Municipal
IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IGC - Instituto Geográfico e Cadastral
IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
INH - Instituto Nacional de Habitação
GEPV - Gabinete de Estudo de Pátios e Vilas
GTL - Gabinete Técnico Local
PPS - Plano de Pormenor de Salvaguarda
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional
SAAL - Serviço Ambulatório de Apoio Local
SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana
UI - Unidade de Intervenção

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Durante séculos, a orla ribeirinha oriental de Lisboa era uma zona rural e de lazer da cidade, que se veio povoando de quintas de recreio, onde se procurava usufruir dos bons ares do rio e do campo, assim como das magníficas vistas da região. Em finais do século XVIII, como resultado das políticas pombalinas de incremento à indústria, este cenário idílico começa a povoar-se de manufacturas, que produzem bens facilmente embarcados para os seus destinos nas “praias” de Xabregas, por meio da grande via de transportes que era o Rio Tejo¹.

Em 1838, no dealbar daquela que ficou conhecida como a 1ª industrialização portuguesa, a primeira fábrica a vapor a fixar-se nesta zona, a *Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense*, instalase no Convento de São Francisco de Xabregas, acabado de ser extinto. Este facto representava um sinal do desenvolvimento industrial sem precedentes que então se vivia na cidade de Lisboa, com os seus principais pólos nas zonas ribeirinhas limítrofes. A ocidente, a indústria instalava-se e crescia no vale de Alcântara; a oriente, as (actuais) freguesias de Marvila e Beato eram palco de iguais transformações. Com a expansão da linha ferroviária do Norte, que passa a atravessar ambas as freguesias a partir de 1856, estas tornam-se definitivamente locais de destaque na instalação da indústria, com especial prevalência da transformação de tecidos de algodão, tabacos, cortiça, moagens, tanoarias e comércio vinhateiro.

Ao longo das décadas de implantação fabril, e à semelhança das restantes regiões industrializadas do país e da própria cidade de Lisboa, também a zona oriental se viu confrontada com a necessidade de albergar a sua população operária, que aumentava de dia para dia.

As sucessivas vagas de trabalhadores, na sua maioria vindos do mundo rural², encontrariam meios de se fixar no espaço oriental da cidade; desde a Rua de Marvila ao Beco dos Toucinheiros, no Beato, por todo o lado se ocupavam pátios e outros espaços obsoletos do edificado existente, reaproveitando velhos palácios devolutos ou ocupando os logradouros de prédios de habitação com a construção de pequenas “células” habitacionais, “muitas vezes construídas com as próprias mãos, nos dias de

¹ A designação Xabregas, utilizada para parte da Zona Ribeirinha Oriental, compreende áreas da actual freguesia do Beato. São estes os principais marcos cronológicos da criação das freguesias em estudo: em 1379 foi criada a grande freguesia limítrofe de Santa Maria dos Olivais (Concelho entre 1852 e 1886) que compreendia os actuais territórios de Marvila e Beato. A freguesia do Beato autonomizou-se legalmente em 1770 (com algumas alterações de “fronteiras” até aos nossos dias) e Marvila (apesar de existir como topónimo lisboeta pelo menos desde o século XII) nasceu como freguesia apenas no século XX, em 1959.

² Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento, p. 343.

folga”³. Assim, e à semelhança do que sucedera ao longo dos séculos em alturas de rápido crescimento populacional, proliferou em Lisboa uma nova geração de *Pátios* de habitação popular.

Vivia-se a transição para um novo século, e rapidamente se levantaram vozes denunciando as más condições de vida das classes populares. Perante a ausência de soluções estatais, em breve surgiu outra forma de alojamento - a *Vila*. Construída com maior planeamento do que o Pátio, esta nova solução foi muitas vezes ensaiada pelas próprias empresas para albergar os seus empregados, para além dos pequenos promotores particulares que procuravam rentabilizar terrenos de menor valor.

Ao longo do século XX, a industrialização portuguesa, apesar do seu carácter lento e incipiente, conhece ainda alguma consolidação⁴. Na primeira metade do século, e apresentando características ainda próximas da indústria oitocentista, na zona oriental constroem-se novas unidades, como a *Fábrica de Material de Guerra*, em Braço de Prata (1909), ou o enorme “parque industrial” da *Sociedade Nacional de Sabões* (1919), ao mesmo tempo que se afirmam os grandes entrepostos comerciais, como os da *Sociedade Abel Pereira da Fonseca* (1917) e da *José Domingos Barreiro e C^a, Lda.*, ambas no Poço do Bispo.

A partir de finais dos anos 40, Portugal ensaiava finalmente a sua adesão à indústria moderna. Os grandes complexos fabris movidos a energia eléctrica procuram uma nova demarcação no espaço da cidade, e, mantendo-se a oriente, procuram espaços mais amplos, fora já desta velha zona ribeirinha⁵. A década de 1960, após a adesão de Portugal à EFTA em 1959, corresponde ao início definitivo da abertura ao exterior da economia portuguesa, principalmente nos domínios do comércio e da indústria. Tendo havido um aumento significativo na produção industrial, para os trabalhadores tal representava uma real alternativa ao tradicional emprego agrícola. Este crescimento ter-se-á mantido até cerca de 1973, configurando-se este período como uma época de significativo crescimento económico para Portugal⁶.

O incremento da produção far-se-á sentir igualmente na força de trabalho que procura a região de Lisboa, que conhece novo aumento populacional, mesmo numa década em que o total do país perdeu população devido à emigração. Os pátios e vilas de habitação popular, agora uma marca permanente no edificado da zona oriental, estão entretanto na sua capacidade máxima. Marvila e Beato são zonas de intensa actividade, num espaço urbano que se foi moldando sob o peso desta grande concentração populacional. Por todo o país e em especial em Lisboa, ensaiam-se sucessivas

³ Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 21.

⁴ Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva (organização) (2005), “O Século XX”, III Volume da *História Económica de Portugal: 1700-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

⁵ Folgado, Deolinda (2012), *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.

⁶ Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva (organização) (2005), “O Século XX”, III Volume da *História Económica de Portugal: 1700-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

campanhas de incentivo à construção de habitação económica, mas estes não vão conseguindo responder às necessidades, assistindo-se à proliferação de bairros clandestinos um pouco por toda a cidade, realidade a que não ficou alheia a Zona Ribeirinha Oriental⁷.

A partir da década de 80, porém, a reconfiguração da economia e a adopção de novos modelos produtivos foram ditando o fim da era industrial que mudara a face desta antiga zona de lazer da nobreza. Com a terciarização generalizada da cidade e do país, também na zona oriental as fábricas foram fechando e os grandes armazéns foram perdendo a competitividade, agonizando até à sua extinção total. Marvila e Beato viram desaparecer as razões do seu desenvolvimento dos últimos dois séculos – a indústria e os grandes armazenistas vitivinícolas - e as populações que para aqui tinham afluído ao longo de décadas tiveram de lidar com a perda dos seus meios de subsistência. À medida que cresceram, as novas gerações foram muitas vezes partindo, procurando novos locais onde trabalhar. O antigo frenesim de operários silenciou-se, as fábricas e as frágeis habitações populares dos núcleos mais antigos foram-se desertificando.

Actualmente, estas antigas freguesias fabris de Lisboa perderam a sua identidade industrial, mas nada ganharam no seu lugar. Como novas construções nesta zona ainda periférica, somaram-se, a partir dos anos de 1960, os projectos de realojamento de populações vindas de vários pontos da capital, eles próprios vivendo actualmente os seus (necessários) processos de regeneração e (re)integração na cidade. Os antigos bairros “operários” e os complexos fabris, testemunhos de uma época histórica que ainda marca a memória desta população, confundem-se na restante malha urbana, conhecendo em conjunto uma galopante degradação.

Com os desafios que a cidade pós-industrial (e não só) trouxe aos nossos tempos, multiplicaram-se nas últimas décadas os programas de reabilitação dos espaços urbanos degradados, sendo Lisboa uma das cidades pioneiras nesse percurso no nosso país. Na teoria, a Zona Ribeirinha Oriental não foi totalmente afastada desse esforço, tendo feito parte de alguns dos projectos ensaiados para a capital. Será justamente com a reabilitação urbana no horizonte que procuraremos caracterizar a materialidade deste que foi, em determinada altura, o “principal centro industrial de Lisboa”⁸ e cuja identidade julgamos imperativo salvaguardar.

Para situar o objecto desta dissertação, traçou-se um esboço da bibliografia existente como ponto de partida, nomeadamente publicações existentes sobre a história das freguesias de Marvila e Beato, a inventariação e estudo do património industrial e, consequentemente, dos Pátios e Vilas de habitação

⁷ Silva, Carlos Nunes (1994), “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século xx”, *Análise Social*, XXIX (127), (3º), pp. 655-676 e Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 98

⁸ Matos, José Sarmiento de, “Prólogo” em Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 5.

operária e/ou popular, muitas vezes indissociáveis do estudo da própria indústria. Por último, procurou coligir-se alguns olhares mais recentes sobre processos de reabilitação em Portugal.

No que diz respeito à história local, conhece-se um conjunto de monografias, editadas maioritariamente pela Câmara Municipal de Lisboa ou pelas Juntas de Freguesia de Beato e Marvila.

Uma referência sempre que se estuda a Zona Oriental de Lisboa, será *A Antiga Freguesia dos Olivais*, do historiador e olisipógrafo Ralph Delgado, em que se procurou coligir a história desta aldeia e freguesia “do termo” de Lisboa (na qual se integraram, a seu tempo, Marvila e o Beato) que era Santa Maria dos Olivais⁹. A obra, dada à estampa como pequeno compêndio de história urbana local, constitui a publicação dos resultados da investigação histórica e também sócio-económica, empreendida no contexto de obras de “restauro”, feitas à época nesta zona da cidade¹⁰. Aqui se encontram referências ao património histórico da região em geral, assim como às grandes quintas que compunham o seu território. Inclui igualmente resultados dos inquéritos de caracterização da população do núcleo central dos Olivais, que incluía habitação operária, assim como mapas desse núcleo antigo, com identificação do “equipamento urbano” existente e também das infra-estruturas presentes nas habitações. Apesar de retratar uma realidade já distante da actualidade, este é sem dúvida um precioso referente para quem estuda e pensa a região, e procura refazer o trajecto dos núcleos de habitação popular, desde a sua criação aos nossos dias.

As edições sucederam-se ao longo dos anos, procurando fazer a História destas freguesias ribeirinhas, caracterizando o seu património e os momentos que as marcaram. Em alguns casos secundadas por uma investigação mais aprofundada, certamente que estas obras detiveram um importantíssimo papel numa primeira abordagem ao terreno em estudo, com um inventário válido do edificado existente na região, completo por vezes com testemunhos preciosos sobre o dia-a-dia destas localidades, recuperados das memórias colectivas ou mesmo contados na primeira pessoa¹¹.

Relativamente ao tema do património industrial, este é um campo de investigação que só muito recentemente, a partir do último quartel do século XX, começou a ganhar relevo.

⁹ Delgado, Ralph (1969), *A Antiga Freguesia dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁰ Certamente no âmbito dos Planos elaborados nos anos 60, em que Santa Maria dos Olivais sofreu profundas alterações. Leia-se a nota introdutória à obra: “Publicação destinada a recordar, em breves apontamentos, o passado da antiga freguesia dos Olivais, como complemento evocativo das obras de restauração e melhoramento da sua aldeia sede, efectuadas pela Câmara Municipal de Lisboa, no ano de 1968”.

¹¹ Ver Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega; Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, CML; Ferreira, Paula Cristina, Paula Sanchez e Sandra Figueiredo (1995), *A Freguesia do Beato na História*, Lisboa, Junta de Freguesia do Beato; Félix, Catarina *et al* (2005), *Fábricas do Beato*, Lisboa, CML - Comissão Municipal de Toponímia; “Rotas e Percursos” (2005), separata do boletim informativo *O Beato*, Lisboa, Junta de Freguesia do Beato; Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila e, dos mesmos autores, (2006), *Marvila*, Lisboa, Dinalivro.

Na inventariação deste edificado por parte de técnicos competentes, assinala-se o levantamento de edifícios e conjuntos arquitectónicos construídos para a indústria, editado em 2005 pelo Docomomo Ibérico, no seguimento do 2º Seminário desta organização, que versou o Património Industrial¹². Este levantamento será uma ferramenta útil para a avaliação do edificado existente na região em apreço; peca, no entanto, por focar apenas, e de acordo com a vocação deste grupo, o património industrial construído no Modernismo; no âmbito deste trabalho, só nos traz informação sobre as unidades industriais, e de entre elas apenas uma pequena parcela do edificado fabril.

Já num âmbito mais aproximado do pretendido, o artigo de Jorge Custódio, “Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade”, incluído n’*O Livro de Lisboa*, será o primeiro texto que traça o panorama da Lisboa industrial, desde os auspícios de Pombal ao início do século XX, com especial ênfase, de permeio, para a cidade fabril do século XIX. Pela leitura destas linhas, entende-se melhor o progresso da Indústria no nosso país (e em especial no espaço físico de Lisboa), a sua relevância e ligação à sociedade de então e a penetração deste sector em crescimento na sociedade portuguesa de oitocentos. A Zona Oriental tem o seu capítulo próprio e é traçado o trilho da implantação neste terreno das principais fábricas e entrepostos agrícolas. Num texto dedicado à arqueologia da indústria, a habitação operária é referida, porém com menos pormenor. Não obstante, este é um texto fundador destes estudos em Portugal, no qual é desenhada uma verdadeira “tela” do crescimento da Lisboa Industrial.

Um pouco mais tarde, o livro *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, uma co-autoria de Deolinda Folgado e Jorge Custódio publicada em 1999, trouxe luzes renovadas à História da Zona Oriental de Lisboa, e mantém-se o seu grande livro de referência. Esta obra foi editada numa série de volumes sobre a Zona Ribeirinha Oriental - do Jardim do Tabaco à Matinha - publicados no âmbito da Expo 98. A uma primeira edição mais generalista, publicada ainda no decorrer da Expo, seguiu-se uma série de estudos mais alargados, coordenados por José Sarmiento de Matos, nomeadamente dois volumes sobre o património histórico desta região, o já referido guia do património industrial, a par de um guia do (riquíssimo) património azulejar desta zona e ainda o catálogo de uma exposição fotográfica integrada neste projecto global que foi o “Caminho do Oriente”¹³. O volume então dedicado aos vestígios da indústria na região apresenta um primeiro

¹² A Fundação Docomomo é uma organização internacional sem fins lucrativos, empenhada na inventariação e defesa dos edifícios de arquitectura moderna. Ver *A Arquitectura da Indústria, 1925-1965: Registo Docomomo Ibérico* (2005), Barcelona, Fundação Docomomo Ibérico.

¹³ Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*. Lisboa, Livros Horizonte e também Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998 (1998), *Caminho do Oriente*, Lisboa, Parque Expo’ 98 S.A.; Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2 vols.; Arruda, Luísa (1998), *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte e Martins, Ricardo *et al* (1998), *Caminho do Oriente: Guia do Olhar*, Lisboa, Livros Horizonte.

inventário sistemático deste património (que compreende as freguesias de Beato e Marvila). Esta edição para o grande público, mas com um valiosíssimo conteúdo científico, sobre uma região que raramente foi objecto de análise, faz um levantamento do edificado existente, nomeadamente das suas principais unidades fabris e grandes armazéns distribuidores, assim como dos principais núcleos de habitação popular existentes na região, e construídos entre 1880 e 1930. A uma breve descrição histórica do edificado, completada com fotografias actuais, acrescem excertos de antigas plantas (atendendo à história da tecnologia, da qual também se ocupa a Arqueologia Industrial) ou antigas imagens publicitárias; em suma, constitui um manancial de informações importantíssimas para melhor conhecer a região. Relativamente às populações residentes ou a laborar nesta zona industrial, apenas lhe são feitas menções pontuais, assim como às suas memórias e referências quotidianas, para lá do construído.

É também da autoria de Deolinda Folgado o recente título *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968): da fábrica ao território de Lisboa*¹⁴. Neste texto, adaptação a livro da sua tese de Doutoramento, a autora faz o estudo da industrialização portuguesa nas primeiras décadas do Estado Novo, a partir do espaço urbano de Lisboa, e mais precisamente da Zona Oriental, onde a moderna indústria continuou a ter o seu espaço de eleição, porém maioritariamente afastada da linha ribeirinha. Procura perceber-se em que medida o poder político condicionou esta fase de implantação no país de uma *nova fábrica*, de grandes espaços cuidadosamente projectados e movidos a energia eléctrica, e de que forma essa mesma indústria se moldou ou redesenhou o espaço da nova cidade, também ela mais planificada que outrora. A habitação operária não foi esquecida neste estudo, desde os novos núcleos operários às respostas mais completas, em forma de bairros inteiros, que o urbanismo lisboeta acabou por incorporar. Apesar de versar um intervalo cronológico diferente daquele que aqui nos importa entender, para caracterizar o aparecimento dos núcleos habitacionais em estudo, será um enquadramento “a jusante” indispensável para entender a evolução desta zona industrial, inclusivamente quanto à feição que mantém nos dias de hoje.

Procurou-se igualmente referências no âmbito do estudo específico das populações operárias, e mais concretamente dos seus modos de habitar. Apenas no último quartel do século XX - mais concretamente a partir de 1979 - se começou a produzir materiais sobre o tema da habitação operária em Portugal, com a publicação do texto de Maria João Madeira Rodrigues, *Tradição, Transição e Mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista*, editado como separata do Boletim da Assembleia Distrital de Lisboa¹⁵. Os núcleos habitacionais pobres, que faziam parte do dia-a-dia dos habitantes da capital, ganhavam pela primeira vez destaque de estudo científico, olhados no âmbito

¹⁴ Folgado, Deolinda (2012), *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968): da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.

¹⁵ Rodrigues, Maria João Madeira (1979), “Tradição, transição e mudança: A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, separata do *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa.

das mudanças operadas em Lisboa ao longo do século XIX, planeada para Norte, e transformada em cidade industrial nas periferias ocidental e oriental. Ainda hoje as conclusões reiteradas e a informação coligida neste documento se mantêm úteis e actuais, sendo este citado sempre que se fala dos Pátios e Vilas de Lisboa.

Em 1981, também Teresa Barata Salgueiro abordou o tema dos Pátios e Vilas de Lisboa, no seu texto “Habitação Operária”, publicado na revista *Arquitectura*. Os seus estudos e esclarecidas reflexões sobre este fenómeno, do ponto de vista da Geografia Social, que continua a desenvolver até à actualidade, são igualmente uma importante referência¹⁶.

Em 1991, editou-se o álbum *Pátios de Lisboa: Cidades entre Muros*, com textos de Cristina Leite e fotografia de João Francisco Vilhena¹⁷. A uma caracterização histórica destes núcleos (que inclui uma compilação de artigos centenários sobre a habitação das classes populares), juntam-se parágrafos breves sobre cada um dos Pátios existentes no centro da cidade de Lisboa, (não incluindo portanto a Zona Oriental em estudo). Esta descrição fez-se da observação no local, procurando não só os espaços construídos mas também o modo como estes eram vividos, que se procurou registar; um percurso que se desenvolveu, não somente através do texto, mas também pelas imagens que o completam e dizem o que fica por escrever. A já quase 25 anos de distância, é uma referência no conhecimento actual sobre a habitação popular em Lisboa.

Na mesma época, e no âmbito da *Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura*, a Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas (DRUPV), entidade camarária à qual dedicaremos um capítulo mais tarde, publicou um levantamento sobre os Pátios e Vilas situados na chamada 7ª Colina de Lisboa - o território entre o Cais do Sodré e as Amoreiras. Esta obra apresenta o estudo histórico e arquitectónico empreendido no decurso da actividade da DRUPV, a par de outras reflexões sobre o futuro destes núcleos de habitação popular. Não compreende, no entanto, dados relevantes sobre os modos de habitar nem contributos directos da população residente¹⁸.

Textos base em qualquer investigação sobre habitação popular ou operária na cidade de Lisboa, são aqueles que escreveu, sobre este tema, o Arquitecto Nuno Teotónio Pereira¹⁹. O primeiro a referir será o artigo “Pátios e Vilas de Lisboa 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário”, publicado em 1994 na revista *Análise Social*. Neste texto é possível seguir a evolução dos principais

¹⁶ Salgueiro, Teresa Barata (1981), “Habitação Operária”, *Arquitectura*, Ano III, 4ª Série, (143), p. 74-77; Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento.

¹⁷ Leite, Cristina e João Francisco Vilhena (fotografia) (1991), *Pátios de Lisboa: Cidades entre Muros*, Lisboa, Gradiva Publicações.

¹⁸ Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas e Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, *Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina*, Lisboa, Contexto, 1994.

¹⁹ Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, XXIX, (127), (3º), pp. 509-524 e Pereira, Nuno Teotónio e Irene Buarque (1995), *Prédios e Vilas de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte.

acontecimentos na conjuntura de finais do século XIX, que culminaram no aparecimento das formas de “habitação plurifamiliar” que são os Pátios e as Vilas habitados pelas classes populares, que surgem assim como um tipo arquitectónico com características particulares, no contexto da história do edificado da cidade. O contributo de maior relevo deste texto será a esquematização aqui proposta, definindo um conjunto de tipologias segundo as quais se organizam os Pátios e Vilas. Estas tipologias, fruto de um estudo aturado no terreno, tornaram-se na base de todas as classificações posteriores deste tipo de núcleos, carecendo, no entanto, no nosso entender, de uma reorganização das categorias.

Do mesmo autor, em co-autoria com Irene Buarque, seguiu-se a publicação em livro de um estudo alargado sobre o conjunto das referidas unidades de “habitação plurifamiliar” existentes na capital, com o título *Prédios e Vilas de Lisboa*, em que se procurou caracterizar estas edificações, desde a Idade Média aos anos 30 do século XX, e em que se incluíram as conclusões constantes do artigo anteriormente referido, completadas com levantamento fotográfico de cada núcleo abordado. Um documento valioso.

Outro artigo da revista *Análise Social* a referir, desta vez saindo já da realidade lisboeta é “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX”, da autoria do historiador Paulo Guimarães²⁰. Aí se procura seguir na cidade de Setúbal, então importante centro da indústria conserveira, o aparecimento não especificamente dos Pátios ou Vilas operárias, mas da habitação popular como um todo. A pesquisa foi centrada, entre outros elementos, na consulta dos processos de obra entregues aos serviços municipais, que permitiram esboçar um retrato das soluções encontradas para alojar os mais pobres na capital sadina, retirando daí as respectivas análises e conclusões, que nos permitem ter um termo de comparação, no âmbito do panorama nacional.

Referência incontornável será o trabalho do Arquitecto Manuel Teixeira, com especial destaque para a edição da sua tese de Doutoramento, com o título *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, editado em 1996. Um trabalho de levantamento histórico e arquitectónico aprofundado, que apesar de retratar a realidade da habitação popular oitocentista (e que se manteve inalterada ao longo de parte do século XX) no caso paradigmático da cidade do Porto, contribui para um desejável enquadramento nacional da questão, ao mesmo tempo que constitui uma fonte valiosa de indícios e reflexões sobre o tema da habitação para as classes mais pobres.

A obra *Les habitants d'Alcântara : histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du 20e siècle*, de Frédéric Vidal, é a edição de uma tese de Doutoramento terminada em 2003. Faz-se o estudo de um núcleo populacional do outro grande pólo industrial da cidade de Lisboa - Alcântara - na viragem para o século XX, e, como tal, é de grande interesse para esta dissertação, numa perspectiva

²⁰ Guimarães, Paulo (1994), “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, XXIX, (127), (3º), pp. 525-554.

comparativa²¹. Nesse estudo, porém, a componente do edificado não tem o mesmo peso que se procura, sendo o seu foco apenas as interações pessoais criadas dentro de um grupo social que partilha um espaço dentro da cidade industrial de então.

Por último, contam-se algumas dissertações recentes em arquitectura, como é o caso do trabalho de Filipa Oliveira Antunes, *Habitação operária - Pátios e Vilas de Lisboa: a experiência da cidade operária industrial*, terminado em 2002. Neste texto procurou-se compreender melhor os Pátios e Vilas que “preenchem” ainda hoje o edificado da cidade de Lisboa, seguindo o trilho da sua história e implantação, procurando um enquadramento internacional da construção para as classes mais pobres e finalmente regressando a Lisboa, para então olhar e entender os seus conjuntos. Inclui uma pesquisa relevante das existências destes núcleos na viragem para o século XXI, assim como a sua distribuição, sistematizada segundo diferentes variáveis²².

É também de 2002 a Dissertação de Mestrado em Construção elaborada por Joana Diogo Ferreira, intitulada *Os Pátios Palacianos de Lisboa: Estratégias de Intervenção em Edifícios de Habitação Operária*, uma reflexão sobre a transformação urbana que culminou no aparecimento destes núcleos, avançando algumas soluções para a sua reabilitação à luz dos conceitos actuais de habitabilidade, conceito que se começou a discutir em Portugal já no último quartel do século XX, e que desenvolveremos à frente²³.

Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta, de Sónia Pinto, é uma dissertação de 2006 que procura traçar um caminho de adaptação das velhas estruturas de uma vila operária a uma utilização satisfatória no presente. Neste estudo, a par de um levantamento exaustivo destes núcleos na cidade e suas tipologias, foram utilizados resultados de inquéritos feitos à população local. Contudo, e respeitando o âmbito da sua análise, contém apenas questões respeitantes a elementos do domínio da arquitectura e relativos à tipologia das habitações a reabilitar²⁴.

No contexto das reflexões a respeito de processos da reabilitação urbana, de referir o interessantíssimo texto de Eva Maria Blum, “Memória sobrepostas. História, património e cultura no planeamento da ‘Cidade da Água’ em Almada”²⁵, um ensaio de reflexão, completado com o diálogo com os actores sociais e institucionais, no decorrer do projecto de revitalização de uma antiga zona

²¹ Vidal, Frédéric (2006) *Les habitants d'Alcântara : histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du 20e siècle*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion.

²² Antunes, Filipa Alexandra Gomes da Silva Oliveira (2002), *Habitação operária: Pátios e Vilas de Lisboa: a experiência da cidade operária industrial*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura de Habitação, Lisboa, UTL - Faculdade de Arquitectura.

²³ Ferreira, Joana Diogo (2002), *Os Pátios Palacianos de Lisboa: Estratégias de Intervenção em Edifícios de Habitação Operária*, Dissertação de Mestrado em Construção, Lisboa, UTL - Instituto Superior Técnico.

²⁴ Pinto, Sónia Cristina Ildefonso (2008), *Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta*, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, UTL - IST.

²⁵ Blum, Eva Maria [2007], “Memória sobrepostas. História, património e cultura no planeamento da ‘Cidade da Água’ em Almada”, Frankfurt am Main, texto policopiado.

industrial. Outros contributos neste território, mas num espectro mais abstrato, são sem dúvida o artigo de 1996 de António Firmino da Costa e João Emílio Alves “Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos”²⁶ e, mais recentemente, em 2007, o incisivo texto de João Queirós sobre as estratégias de planeamento e gestão urbana ensaiadas para a cidade do Porto²⁷.

É com um olhar em todos os anteriores contributos nestas diversas áreas, que procurámos definir o caminho a seguir neste trabalho, que as congregará pela primeira vez.

Esta tese assume como objectivo traçar um perfil do tecido urbano da antiga zona industrial ribeirinha de Lisboa, nas freguesias de Beato e Marvila, mais concretamente das suas Vilas e Pátios de habitação popular, atendendo igualmente aos projectos de reabilitação urbana já ensaiados para esta zona.

Para tal, procurar-se-ão respostas a várias questões:

Em primeiro lugar, e para conseguir operar essa caracterização, pretendeu-se testar, no terreno escolhido, as tipologias arquitectónicas até hoje usadas para agrupar os Pátios e Vilas de habitação operária e/ou popular.

Em seguida, importou conhecer a evolução, nos últimos dois séculos, do território e edificado da Zona Ribeirinha Oriental como um todo. Procurou igualmente recensear-se a situação actual do edificado surgido em particular em resposta à procura de habitação - os Pátios e Vilas e de que modo esses espaços têm sido vividos pelos que aqui se instalaram.

Por fim, importa conhecer o percurso recente destes conjuntos habitacionais e mais concretamente como têm sido olhados pelas instituições que se dedicaram nas últimas décadas à reabilitação urbana na cidade de Lisboa.

Considera-se que a dissertação aqui apresentada trará um contributo válido ao domínio da História, e em especial no âmbito da História das Cidades e Património, na medida em que acrescentará a uma investigação histórica aprofundada do património industrial e da habitação popular de uma zona da cidade geralmente esquecida, a perspectiva original possibilitada pela crítica e cruzamento de materiais de natureza muito diversa.

Assim, o conhecimento obtido na bibliografia apontou os referentes no terreno, garantindo maior eficácia ao trabalho de campo, com observação continuada da região e dos seus Pátios e Vilas de habitação popular. Esse estudo ampliou-se pela utilização da História Oral, com recolha de alguns testemunhos junto dos actores primários, uma ferramenta que se revelou importante para a compreensão desse espaço, das suas utilizações e do seu percurso. Também a análise de mapas de

²⁶ Costa, António Firmino da e João Emílio Alves (1996), “Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, Lisboa, CIES-IUL, (22), pp. 61-79.

²⁷ Queirós, João (2007), “Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, CIES-IUL, (55), pp. 91-116.

épocas sucessivas, fontes primárias criadas sem intenção de compor a História da cidade, nos permitiram, não só olhar o território como um todo, como também criar uma cronologia das mudanças operadas no terreno, reflectindo sobre esse trajecto à luz das insuficiências encontradas na actualidade. Por último, a pesquisa na documentação da DRUPV (Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas) e da SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana) Oriental, enquanto entidades responsáveis por tentativas de reabilitação na região em estudo, permitiu-nos avaliar as suas premissas de trabalho, os seus projectos e em que medida terão sido sensíveis ao terreno, aos seus protagonistas e ao seu percurso anterior, de forma a perspectivarem o seu futuro.

De reforçar a pertinência do local de estudo escolhido, a Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa, que se encontra num preocupante estado de abandono e degradação, e cujo património industrial, particularmente valioso, se encontra indubitavelmente em risco de total desaparecimento.

CAPÍTULO 2 – EXPRESSÕES DE HABITAÇÃO POPULAR: PÁTIOS E VILAS

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO

Na segunda metade do século XIX, a Revolução Industrial materializa-se finalmente em Portugal, com um real incremento da produção fabril no país. No Porto e em Lisboa proliferam fábricas, oficinas e armazéns, e o crescimento industrial traz atrás de si alterações significativas no tecido social¹. Para além da emergência de uma nova classe burguesa de industriais, que soma proventos financeiros e relevo social, verifica-se a chegada massiva às grandes cidades de populações migrantes, em busca de trabalho nos novos centros de produção. Esta intensificação do processo de urbanização do país criará um grave problema habitacional e de integração da nova classe operária no espaço urbano, tal como este existira até então².

No Porto, outro grande pólo industrial para além da capital, grupos populares com baixíssimos recursos ficarão sujeitos às condições precárias das *Ilhas*, correntezas de pequenas habitações, construídas por promotores privados nos logradouros das casas da classe média. As primeiras edificações de ilhas portuenses datam da segunda metade do século XIX e a fórmula terá chegado quase inalterada a meados do século seguinte, sempre com níveis de ocupação e procura elevados³.

Em Lisboa, a cidade alarga-se para Norte, para as Avenidas Novas, criando bairros talhados à medida do recém-criado poder burguês. Para as novas *classes laboriosas*, no entanto, as respostas da administração central no domínio da habitação e restantes infra-estruturas de apoio não são satisfatórias, e estas terão de procurar pelos próprios meios o seu lugar de pertença na cidade⁴.

¹ Em Lisboa, a indústria nesta época estará sempre acompanhada pela actividade comercial. Segundo Maria João Rodrigues, essa é a marca de uma cidade que nunca perdeu o seu lado de potência mercantil: a industrialização processa-se tentativamente apoiada em trocas e em comércio, definindo Lisboa como um centro de exportação - importação mais comercial do que industrial, na linha da sua vocação histórica. Assim, a cidade não se oferece com as características de oposição entre a cidade industrial e cidade mercantil, antes constitui um misto destas duas opções. Ver Rodrigues, Maria João Madeira (1979), “Tradição, transição e mudança: A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, separata do *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa, p. 23

² Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento, p. 191-193.

³ Entre 1864 e 1900 as ilhas chegaram a representar 65,5% do volume total de construção no Porto. Ver Teixeira, Manuel (1992), “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, *Análise Social*, XXVII (115), (1º), p. 68.

⁴ Segundo indicações estatísticas, entre 1864 e 1911, a população de Lisboa terá crescido 120%. Ver, por exemplo, DRUPV e Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, *Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina*, Lisboa, Contexto, 1994.

As primeiras soluções para a fixação dos operários na capital constituem-se, tal como no Porto⁵, pelo aproveitamento dos logradouros e outros espaços vazios dos conjuntos consolidados, numa estrutura já existente em Lisboa e conhecida como *Pátio*⁶. Na Lisboa oitocentista com uma nova feição industrial, multiplicar-se-ão estes autênticos labirintos de pequenas habitações, geralmente de dimensões exíguas e com má qualidade construtiva.

Se as condicionantes económicas ditaram o crescimento desta forma de habitação popular, a sua evolução e história irá entrecruzar-se com as modificações vividas também pelos restantes actores sociais, no decorrer do século XIX. Afastadas da demanda industrial, muitas famílias da nobreza lisboeta encontravam-se falidas, vendo-se obrigadas a vender ou rentabilizar os seus bens imobiliários, alienação que ganha novos contornos com as possibilidades abertas pela abolição dos morgadios, a partir de 1863. Alguns dos espaços obsoletos encontrados pelas classes populares, onde improvisarão os novos Pátios, são os velhos Palácios da aristocracia, origem dos chamados *Pátios Palacianos*.

No segundo quartel do século XIX, a Igreja Católica havia sido protagonista de um dos três momentos que alguns estudiosos consideram determinantes para a história do património nacional - a extinção das Ordens Religiosas⁷. A partir de 1834, o abandono imediato de centenas de espaços conventuais por parte das congregações masculinas e a progressiva desocupação dos espaços femininos, que se prolongou até ao final de oitocentos, foram mais um dos factores em jogo nesta transformação vivida no espaço público lisboeta. Para além da utilização destes antigos lugares de clausura para a instalação da indústria, alguns destes complexos foram aproveitados igualmente para improvisar habitação popular, naqueles que aqui denominaremos de *Pátios Conventuais*.

Assim nascem os Pátios de habitação operária, fruto geralmente de uma “*apropriação espontânea de estruturas pré-existentes*”⁸. Por todo o lado se convertem espaços para criar pequenas habitações. Nos quintais dos prédios da burguesia, aproveitando as nobres arcarias dos Palácios, ou rompendo o silêncio de antigos claustros, em soluções construtivas precárias, criadas com materiais de

⁵ Em comparação com o contexto portuense, Manuel Teixeira caracteriza o mercado habitacional de Lisboa como mais sofisticado, apontado como razões para esse facto um maior desenvolvimento industrial e um nível salarial mais elevado. Teixeira, Manuel (1996), *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. s.l.: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

⁶ Os *Pátios*, que conhecem um aumento sem precedentes com os surtos industriais do século XIX, não são porém uma novidade em Lisboa. Segundo Cristina Leite, os primeiros registos deste tipo de construção datam de finais do século XVI, mas crê-se que seriam comuns em Lisboa pelo menos desde o século VII, ainda durante a ocupação árabe. Ver Leite, Cristina e João Francisco Vilhena (fotografia) (1991), *Pátios de Lisboa: Cidades entre Muros*, Lisboa, Gradiva Publicações, pp. 15 e 19.

⁷ A par do Terramoto de 1755 e dos três surtos de Invasões Francesas.

⁸ Tomás, Ana Leonor (2007), “Cidade Oculta: A Vila Operária”, em *Actas do Seminário Estudos Urbanos*, ISCTE, Julho 2007, Lisboa, p.2.

baixo custo, e na maioria das vezes ainda sujeitas a um arrendamento. Até ao advento da República⁹, aliás, o pagamento das rendas era, por lei, feito em duas grandes parcelas semestrais, o que dificultava mais um pouco o acesso à habitação para as classes mais pobres. Leia-se o testemunho de um autor contemporâneo:

Duas vezes por anno, invariavelmente, nos mezes de maio e novembro, ouve-se este clamor, sahido de todos os recantos da cidade, échoando na imprensa e extendendo-se uma ou outra vez até o seio da Camara Municipal de Lisboa ou do Parlamento.

Passados, porém, os dias 25 de maio e 25 de novembro, - dias em que os inquilinos teem de pagar aos senhorios a renda de uma casa, da qual só começam a gosar 36 dias depois (...) passados esses dias, para os pobres frequentes vezes de tristeza e lagrimas, o clamor que se ouvia distinctamente, esmorece e extingue-se, para reaparecer mezes depois, com a mesma intensidade e, em quantos casos, com augmento de razão¹⁰.

Com a publicação do *Inquérito Industrial* de 1881, que descrevia as condições de (in)salubridade dos Pátios habitados pelos operários, aumenta a denúncia destes espaços de habitação como um perigo para a saúde pública. Em 1884, também o deputado Augusto Fuschini defende a construção das chamadas *Casas Económicas e Salubres*, advogando a urgência desta iniciativa como forma de fomentar o equilíbrio das condições de vida, promovendo assim uma paz pública mais duradoura¹¹. Esta e outras iniciativas legislativas sobre a questão não tiveram, no entanto, resultados práticos relevantes.

Prosseguia Teixeira Bastos, descrevendo as habitações que estavam ao alcance das classes populares:

Percorram-se em Lisboa os bairros onde de preferencia residem os operarios, (...), algumas ruas em que se accumula uma parte consideravel da população laboriosa; e o que se vê?

Pocilgas infectas e nauseabundas, sem ar, sem luz do dia, nem as mais simples condições de hygiene, exhalando cheiros deleterios, em ruas estreitas, tortuosas, onde, raras vezes, ou por poucos instantes, entra um raio de sol!

E vive-se alli?

Vive-se e soffre-se! E o que é mais e muito peor, procria-se! Multiplicam-se as gerações na miseria e no vicio, n'essa aglomeração anti-hygienica e immoral, n'essa quasi promiscuidade suja e degradante.¹²

Também o higienista Ricardo Jorge, grande detractor das *Ilhas* do Porto e dos *Pátios* lisboetas, se refere neste caso às primeiras, descrevendo-as como “renques de cubículos (...) onde se apilham

⁹ O Decreto de 12 de Novembro de 1910 instituiu o pagamento mensal das rendas de habitação, e não semestral ou trimestral como até aí. Ver Silva, Carlos Nunes (1994), “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, *Análise Social*, XXIX (127), (3º), p. 657.

¹⁰ Bastos, Teixeira (1898), *Habitações Operárias*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, disponível em: <http://www.gutenberg.org/2/4/8/5/24853/>.

¹¹ Ver *Cidade/Campo: Cadernos da Habitação ao Território* (Fevereiro 1978), Lisboa, Ulmeiro, (1).

¹² Bastos, Teixeira (1898), *Habitações Operárias*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, disponível em: <http://www.gutenberg.org/2/4/8/5/24853/>.

camadas de gente (...) por via de regra um antro de imundície; e as casinhas, em certas ilhas dessoalhadas e miseráveis, pouco acima estão da toca lobrega do troglodita”¹³.

Já na viragem para o novo século, o *Inquérito aos Pateos de Lisboa*, levado a cabo em 1902 e 1905, revela mais uma vez números preocupantes quanto à salubridade da habitação das classes populares na capital. Nos 233 pátios visitados, em 24 freguesias da capital¹⁴, apurou-se uma população de 10.487 pessoas, ocupando 2.278 fogos, tendo apenas 63 destes 233 núcleos sido considerados em condições de habitabilidade. 82 desses conjuntos (compreendendo 998 habitações) foram mesmo classificados como “em deploráveis condições hygienicas e em tal estado de ruína (...), que constituem um verdadeiro perigo para os seus habitantes”¹⁵.

Serão as preocupações higienistas a ditar o surgimento das primeiras habitações operárias de construção efectivamente planeada, as chamadas *Vilas*. Com a persistência da crise habitacional e a falta de respostas por parte do poder político¹⁶, uma nova solução residencial irá surgir por iniciativa privada, sendo construídos de raiz conjuntos de habitação colectiva para as classes populares migrantes, apresentando no geral padrões de comodidade que, para a época, serão acima da média. As Vilas, usualmente correntezas de prédios com um ou dois pisos, onde se perfilam pequenas habitações similares de formas depuradas, irão, à semelhança dos Pátios, ser construídas nos espaços interiores dos quarteirões, ou em terrenos com baixo valor de mercado junto às zonas industriais, procurando em

¹³ Jorge, Ricardo (1899), “Demografia e Hygiene da Cidade do Porto”, em *Anuário do Serviço Municipal de Saúde e Estatísticas da Cidade do Porto*, Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, pp. 152-153, citado por Pereira, Miriam (1983 - 2ª edição), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Editora, p. 28.

¹⁴ Este levantamento, primeiro instrumento de planeamento urbano que se conhece para estes núcleos habitacionais, não incluiu, infelizmente, a Zona Ribeirinha Oriental. Ver Conselho de Melhoramentos Sanitarios (1903), *Inquérito aos Pateos de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional e Ministerio das Obras Publicas, Conselho de Melhoramentos Sanitarios, Commercio e Industria, (1905) *Inquérito aos Pateos de Lisboa - 2ª parte*, Lisboa, Imprensa Nacional.

¹⁵ Ministerio das Obras Publicas, Conselho de Melhoramentos Sanitarios, Commercio e Industria, (1905) *Inquérito aos Pateos de Lisboa - 2ª parte*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 3.

¹⁶ Na época, a única legislação de incentivo à construção de habitação económica foi regulamentada a 25 de Agosto de 1881, determinando a isenção de contribuição predial por 5 anos para novas construções com rendimentos previstos abaixo dos 50.000 reis anuais. Em 1888, nova lei alarga esse prazo para 10 anos. Segundo Manuel Teixeira, esta lei nunca teria efectividade junto das classes mais pobres, já que estas apenas tinham possibilidade de pagar casas de 24.000 réis anuais. Ver Bastos, Teixeira (1898), *Habitações Operárias*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, disponível em: <http://www.gutenberg.org/2/4/8/5/24853/>; Rodrigues, Maria João Madeira (1979), “Tradição, transição e mudança: A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, separata do *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa, p. 39 e Teixeira, Manuel (1992), “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, *Análise Social*, XXVII (115), (1º), p. 75.

primeiro lugar uma maior rentabilização do terreno. Teresa Barata Salgueiro procurou sintetizar esta transição:

[a] densificação do tecido pré-existente não é suficiente para responder à procura de alojamentos operários, e cedo os construtores e, em alguns casos, industriais ou grandes comerciantes se lançam na produção de habitações para classes de menores recursos, procurando antes de mais, maximizar a renda fundiária¹⁷.

As primeiras iniciativas na Lisboa oitocentista de construção das chamadas Vilas Operárias surgirão pela mão da indústria têxtil, mais de um século depois da idealização do *Bairro Fabril das Amoreiras*, por Pombal¹⁸. Em 1873 serão construídas habitações para os trabalhadores da Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonense e em 1883 será edificada a Quinta do Cabrinha, para os operários da Fábrica de Estamparia e Tinturaria de Algodão, ambas na zona industrial de Alcântara. A terceira iniciativa registar-se-á na Zona Ribeirinha Oriental, com a construção, em 1887, da Vila Flamiano, destinada aos mestres e contra-mestres da Fábrica de Algodões de Xabregas.

Estes empreendimentos, apesar da sua relevância para a resolução da crise habitacional, não estavam isentos de benefícios para os seus promotores, que encontravam neste mercado uma boa oportunidade de negócio, comparável, a custos muito inferiores, à oferta de prédios de rendimento destinados à burguesia. Adicionalmente, o investimento na construção de vilas para habitação popular tornava possível a rentabilização de espaços de outra forma pouco apelativos¹⁹, como o interior dos quarteirões ou zonas pouco urbanizadas da cidade, tais como Alcântara ou a Zona Ribeirinha Oriental, focos principais do crescimento industrial de Lisboa. Nos casos em que a construção de vilas era feita pelas próprias fábricas ou seus proprietários, outros benefícios se somavam, tais como a possibilidade de concentrar a mão-de-obra disponível, viabilizando níveis salariais mais baixos. A dupla ligação da força de trabalho à empresa aumentaria a dependência dos operários, reduzindo o desejo de mobilidade laboral e propiciando uma maior sujeição do empregado ao empregador²⁰. Por último, esta

¹⁷ Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento, p. 193.

¹⁸ Ver DRUPV e Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, *Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina*, Lisboa, Contexto, 1994, pp. 41-45.

¹⁹ Segundo Teresa Barata Salgueiro, as condicionantes em jogo para o surgimento das vilas foram igualmente operando um processo de segregação espacial, por atraírem estas populações carentes de habitação para zonas até aí desabitadas ou para espaços marginais e pouco apetecíveis da cidade antiga. Para esta autora, “a segregação social é um dado novo que a cidade industrial traz à Geografia Social”. Ver Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento, p. 194.

²⁰ A habitação promovida pelas empresas ganhou a denominação *paternalista*, no sentido em que promove a fábrica como uma grande família. Neste conceito, o “capitalista” será o patriarca, que controla estas novas “povoações” criadas segundo os critérios por si estipulados, operando uma pacificação das classes trabalhadoras. Ver Martins, Alexandre (2002), *Paternalismo paternal e habitação operária: O caso da*

iniciativa traria visibilidade à empresa promotora, pela sua acção filantrópica na promoção de habitação mais condigna e salubre para classes trabalhadoras com baixos rendimentos. Algo que Maria João Madeira Rodrigues classificou como um processo de “moralização da relação trabalho-habitação”²¹.

A Vila surgiu, assim, como um formato específico da habitação operária do final de oitocentos²². Consistindo geralmente de pequenas células habitacionais que se repetiam em correntezas monótonas, esta resposta à crise da habitação duplicava ao mesmo tempo, no espaço urbano, um carácter de mecanização e produção em série, importado das novas formas de fabrico industrial; o seu despojamento e sobriedade recordava a apologia do “binómio forma-função”²³ que norteava também a construção das unidades industriais.

A denúncia da crise habitacional não teve como único resultado o surgimento das Vilas. Na transição para o século XX, somaram-se-lhes outras iniciativas. Em 1891 inaugurou-se, na freguesia de Santa Engrácia, o Bairro Operário dos Barbadinhos, primeiro de uma série de construções que a recém-criada Companhia Comercial Construtora, de tipo cooperativo, se propôs promover. Apesar do próprio Estado incentivar o aparecimento deste tipo de companhias, estas não ganharam expressão significativa, sendo o dos Barbadinhos o único Bairro concluído, e ainda assim com alterações que diminuíram o esforço - e a qualidade - inicialmente previstos. Resume Nuno Teotónio Pereira:

Entretanto, com a formação de um proletariado industrial, o movimento operário dava os primeiros passos e começava a organizar-se para resolver os seus problemas. Verifica-se assim um primeiro surto de cooperativismo e do associativismo em Portugal. É neste quadro que se formam algumas sociedades cooperativas de construção e habitação. Entre elas, a Companhia Comercial Construtora, que em 1890 se lança na construção do Bairro Operário dos Barbadinhos. Com a sua arquitectura simples e austera, traduz a penúria de recursos com que foi construído.²⁴

Companhia União Fabril, no Barreiro, Dissertação de Mestrado em Cidade, Território e Requalificação, Lisboa, ISCTE-IUL.

²¹ Rodrigues, Maria João Madeira (1979), “Tradição, transição e mudança: A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, separata do *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa, p. 40

²² Em 1979, no seu texto “Tradição, Transição e Mudança”, Maria João Rodrigues definiu pela primeira vez a Vila operária como tipo arquitectónico. Ver Rodrigues, Maria João Madeira (1979), “Tradição, transição e mudança: A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, separata do *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa.

²³ Ver Folgado, Deolinda (2012), *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 26.

²⁴ Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, XXIX, (127), (3º), p. 522.

Em 25 de Abril de 1919 é lançada a primeira pedra do *Bairro Social* do Arco do Cego, conjunto que, a par de um segundo projecto planeado para a Ajuda, inaugurava a iniciativa estatal da Primeira República de construção económica em Lisboa, planeada ainda durante o Governo de Sidónio Pais. Prenúncio de um novo conceito que ganhará relevo no futuro tecido urbano da capital, nenhum dos conjuntos então planeados ficará concluído em tempo útil, sendo herdados pelo Estado Novo em situação de abandono, que os inaugurará já na década de 1930²⁵.

Apesar de representarem diferentes estados na procura de soluções, os Pátios e Vilas, em conjunto, continuaram a coexistir com as várias outras formas de habitação popular emergentes, multiplicando-se por toda a cidade.

Em 1930, um novo Regulamento Camarário²⁶ proibiu a construção de novas Vilas. Aos olhos do Estado Novo, a concentração operária não era desejável e o formato destes conjuntos habitacionais foi preterido, em favor de soluções que privilegiavam um maior individualismo e a habitação unifamiliar. Leiam-se as palavras de um discurso de 1935, de Oliveira Salazar:

É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída, a família que se abriga sob tecto próprio. Eis porque não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum. Tudo isso serve para os encontros casuais da vida, para as populações já semi-nómadas da alta civilização actual; para o nosso feitio independente e em benefício da sua simplicidade morigerada nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família.²⁷

A partir desta época, a promoção de habitação económica passa, quase exclusivamente, para a iniciativa estatal, com os primeiros bairros de *Casas Económicas* do Estado Novo, a partir de 1933, a que se seguiram outras acções semelhantes. A nova indústria, que crescerá em Portugal a partir dos anos de 1940, trará consigo novas soluções para o duradouro problema de providenciar habitação condigna às classes mais desfavorecidas; preocupação que acabará por ter eco no planeamento urbano que se fará em Lisboa a partir de meados do século XX, em soluções nem sempre consensuais.

²⁵ *Cidade/Campo: Cadernos da Habitação ao Território* (Fevereiro 1978), Lisboa, Ulmeiro, (1). À época da sua conclusão, os Bairros Operários do Arco do Cego e Ajuda não serão, no entanto, habitados por operários, mas sim por “funcionários públicos, militares e membros dos Sindicatos Nacionais”. Ver Teixeira, Paula Alexandra e Rui Manuel Matos (1997), “Teorias e Modelos de Habitação Operária: O Caso de Lisboa (1880-1920). Em *Actas das Sessões: I Colóquio Temático: O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (Séculos XVI a XIX), Padrão dos Descobrimentos, 8 a 11 de Março de 1995*, CML - Pelouro da Cultura, p. 199.

²⁶ Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa – Disposição aprovada em 28 de Agosto de 1930 (Edicto de 6 de Dez. de 1930). Ver Nobre, S.M.P., (1972) *Legislação Camarária de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 282.

²⁷ Salazar, Oliveira de (1935), *Discursos*, 1º volume, Coimbra Editora, Coimbra, p. 202, citado por *Cidade/Campo: Cadernos da Habitação ao Território* (Fevereiro 1978), Lisboa, Ulmeiro, (1). p. 37.

2.2. TIPOLOGIAS

É tarefa difícil esquematizar a materialidade dos Pátios e Vilas operários de Lisboa, cuja construção se prolongou ao longo de várias décadas (1873-1933), em soluções de enorme diversidade.

Pretendendo elaborar uma sistematização dos conjuntos estudados na Zona Ribeirinha Oriental, partiremos das definições tipológicas encontradas nas fontes e bibliografia, respectivamente, baseando-nos, para os Pátios, nas conclusões da Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas (DRUPV) e, para as Vilas, nas tipologias comumente utilizadas, propostas inicialmente pelo Arquitecto Nuno Teotónio Pereira nos seus textos já referidos. A originalidade da nossa proposta reside, para a caracterização dos Pátios, no acrescento de uma das variáveis propostas por Teotónio Pereira, e, para as Vilas, no agrupamento em diferentes categorias das tipologias correntes.

Neste enunciado, utilizaremos como auxiliar as ilustrações feitas pela Arquitecta Sónia Ildefonso Pinto na sua tese de mestrado *Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta* e, no final do capítulo, incluiremos o quadro-síntese desta nova categorização, por nós proposto.

Antes de nomear as características particulares a cada uma destas expressões de habitação popular, guardemos uma palavra para aquilo que as aproxima. Como traço comum a ambas as expressões estudadas, temos o seu carácter de construção pensada para as classes baixas, expresso na *marginalidade* relativamente à restante malha urbana, desenvolvendo-se na grande maioria dos casos fora dos arruamentos, no interior dos quarteirões²⁸. Por vezes, os Pátios e Vilas dispunham de uma frente visível a partir da via pública, mas tal aconteceu principalmente em bairros considerados, por si só, marginais, como é o caso das zonas industriais lisboetas de Alcântara e Xabregas.

A procura de um aumento da rentabilidade destes conjuntos de rendas baixas traduziu-se na produção de espaços de habitação pequenos, em que cada agregado familiar dispunha de poucos metros quadrados, multiplicados ao expoente máximo dentro do lote de construção. Este factor gerou como forma mais comum, tanto para os Pátios como para as Vilas, que a construção se desenvolvesse em torno de um pátio central, que serve como ponto de acesso a todas as habitações do conjunto e é ao mesmo tempo um local de permanência colectiva, no qual todos os equipamentos, como o chafariz, bebedouros ou estendais eram usados pela comunidade. Ana Leonor Tomás definiu este processo, comum a ambos os géneros de habitação popular, como um “imprimir de traços de *ruralidade*” no espaço citadino²⁹. Qualquer que seja a sua configuração, o Pátio e a Vila conformam-se para o seu interior, são geralmente voltados sobre si mesmos, criando um microcosmos que, não obstante as

²⁸ Ana Leonor Tomás chamou às Vilas uma “forma de colonização interna do quarteirão”. Tomás, Ana Leonor (2007), “Cidade Oculta: A Vila Operária”, em *Actas do Seminário Estudos Urbanos*, ISCTE, Julho 2007, Lisboa, p. 1.

²⁹ Tomás, Ana Leonor (2007), “Cidade Oculta: A Vila Operária”, em *Actas do Seminário Estudos Urbanos*, ISCTE, Julho 2007, Lisboa, p.1.

críticas a uma promiscuidade imposta pela falta de recursos, faz deles, efectivamente, a replicação na cidade da escala e da forma de vida rurais com que os seus primeiros habitantes se sentiriam em casa.

2.2.1. *Pátios*

2.2.1.1. Características morfológicas

Relativamente aos *Pátios*, estes irão surgir dentro de núcleos habitacionais pré-existent, representando conjuntos de edificações semi-espontâneas, ou, segundo palavras da DRUPV, “formas excedentárias do urbanismo consolidado”³⁰. Não se poderá, desta forma, procurar tipificar o que é por definição atípico, já que estes núcleos se multiplicaram indefinidamente pela cidade, ao sabor das condições que foram encontrando nos edifícios que lhes serviram de base. Nesse pressuposto, entendemos ser vantajoso adoptar a categorização proposta pela DRUPV (Divisão municipal que estudou estes núcleos em pormenor) no seu Plano de Pormenor de Salvaguarda de Pátios e Vilas, divulgado em Outubro de 1993³¹. Dividimos assim os Pátios em quatro grupos. Em primeiro lugar, aqueles que resultam do *aproveitamento dos logradouros de edifícios de arquitectura civil* pré-existent, o tipo mais comum, em que pequenas habitações de baixo custo foram improvisadas nos logradouros de prédios de arquitectura corrente. Menos comuns, pelas características do edifício-base, mas mesmo assim existentes na cidade de Lisboa, são os Pátios - directamente ligados à efeméride da extinção das ordens religiosas - construídos em complexos religiosos obsoletos, os quais designaremos por *Pátios Conventuais*³², a par dos *Pátios Palacianos*, construídos em edifícios nobres - muitas vezes fruto das modificações no tecido social vividas na época - arrendados ou ocupados para habitação popular. Em ambos os casos, estes complexos, por vezes de grandes dimensões, serão compartimentados e reconfigurados para albergar as populações mais pobres, em busca de habitação barata. Por último, contam-se os *Pátios de situação mista*, por se desenvolverem junto a edifícios de índoles variadas.

2.2.1.2. Localização dos conjuntos relativamente ao espaço urbano

Quanto à sua localização, todos os Pátios se encontram por definição implantados fora da via pública e no interior dos quarteirões. Nas palavras de Cristina Leite, os Pátios de Lisboa estão

³⁰ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, p. 21.

³¹ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, p. 31.

³² Na divisão que agora recuperamos parcialmente, a DRUPV chamou a estes núcleos “pátios de ocupação sacro/religiosa”.

“inscritos no avesso do tecido urbano”³³. O Pátio poderá constituir-se como um conjunto de pequenas habitações improvisadas, mas sempre construídas dentro de um espaço delimitado da via pública, geralmente separado da mesma por um muro, com um único vão que dá acesso a todo o conjunto. Independentemente do tipo de edifício que seja visível na frente de lote (por exemplo um antigo Palácio), o elemento que lhe confere a nova identidade, a de habitação popular, encontra-se oculto, quer seja no caso da divisão do interior do edifício em pequenos núcleos habitacionais, quer seja em situações em que estes pequenos núcleos foram acrescentados no pátio tardoz.

2.2.1.3. Tipo de iniciativa de origem

É mais comum identificarem-se as Vilas como conjuntos de habitação operária de iniciativa de uma fábrica ou empresa específica. No entanto, alguns Pátios foram efectivamente adaptados pelas unidades industriais para alojar os seus trabalhadores, representando provavelmente as primeiras iniciativas deste género, surgidas antes do aparecimento da “solução Vila”, ou, noutra hipótese, as iniciativas possíveis para empresas de menor dimensão. Talvez por constituírem exemplos mais antigos de um tipo de edificação improvisado e de má qualidade, poucos destes conjuntos se distinguem integralmente hoje em dia, tendo sido por natureza “absorvidos” pelos acrescentos posteriores.

2.2.2. Vilas

Propomo-nos agora caracterizar as *Vilas*, agrupando as características encontradas por Nuno Teotónio Pereira³⁴ em três categorias que nos parecem operacionais, tentando assim ensaiar uma nova grelha de classificação. Em primeiro lugar, utilizaremos as classificações relativas à *morfologia* destes conjuntos - as características formais dos edifícios das Vilas identificadas em Lisboa nas últimas décadas. Em seguida, agruparemos as várias situações encontradas quanto à *localização* destes núcleos no espaço urbano e em relação a este. Por último, tal como para os Pátios, iremos classificar este género de habitação popular segundo o *tipo de iniciativa* que lhe deu origem.

³³ Leite, Cristina e João Francisco Vilhena (fotografia) (1991), *Pátios de Lisboa: Cidades entre Muros*, Lisboa, Gradiva Publicações, p. 105.

³⁴ As Vilas lisboetas têm surgido até agora “distribuídas” pelas seguintes tipologias, sem divisões: Vila *formando correnteza*, *formando bloco*, *formando pátio*, *atrás de prédio*, *formando rua*, *directamente ligada à produção e de escala urbana*. Ver, por exemplo, Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, XXIX, (127), (3º), p. 512-521.

2.2.2.1. Características morfológicas

Segundo definição de Nuno Teotónio Pereira, as Vilas constituem uma “edificação multifamiliar intensiva, construída pela iniciativa privada e destinada a famílias de baixos rendimentos”³⁵, distinguindo-se dos Pátios, antes de tudo, pelo carácter programático da sua construção. Sendo o objectivo principal retirar o máximo rendimento destes empreendimentos, as soluções encontradas geralmente passaram pela criação de módulos que pudessem repetir-se indefinidamente, potenciando a densidade de ocupação e reduzindo os custos com elementos construtivos.

A característica morfológica primordial nas Vilas alfacinhas é, sem dúvida, a sua construção em correnteza, (numa normalização do que “instintivamente” já se fazia nas Ilhas ou nos Pátios), compondo geralmente edifícios com 2 ou 3 pisos, herdeiros das casas bi-familiares frequentes na habitação popular. Apresentam elementos construtivos simples, que se repetem em módulos iguais, aumentando a rentabilidade do empreendimento.



Figura 2.1 - Vila formando correnteza

Fonte: Pinto, Sónia Cristina Ildefonso (2008), Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, UTL - IST, p. 17.

Para além da elementar correnteza, estes módulos repetitivos surgiram também agrupados de outras formas. Em primeiro lugar, identificam-se as construções formando bloco ou *chalet*³⁶, em que todos os edifícios estão agrupados em bloco, com as quatro fachadas livres e um acesso central.



Figura 2.2 - Vila formando bloco ou *chalet*.

Fonte: Pinto, Sónia Cristina Ildefonso (2008), Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, UTL - IST, p. 17.

Por último nestas características morfológicas, mas com um lugar primordial, enumera-se a “construção formando pátio”. A necessidade de maximização do espaço disponível “conduz a uma organização espacial, em que as habitações se agrupam à volta do terreno, ocupando todo o seu perímetro, com acesso através de um espaço central”³⁷. Este espaço central pode apresentar-se em forma de pátio, ou apresentar um aspecto mais alongado, como um corredor. Tal configuração é, como

³⁵ Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, XXIX, (127), (3º), pp. 511.

³⁶ Segundo Leite de Vasconcelos, na sua obra *Etnografia*, terá sido a comparação abusiva desta morfologia, com os *chalets* e *villas* de lazer dos “burgueses estrangeirados”, que trouxera esta designação aos conjuntos de habitação operária. Ver Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, XXIX, (127), (3º), p. 511. Outra hipótese será a ligação, já referida, entre estes conjuntos e o ambiente das vilas e aldeias do mundo rural.

³⁷ Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, XXIX, (127), (3º), p. 514.

referido anteriormente, aquela que mais facilmente se identifica no espaço urbano como típica da habitação operária e que marca este tipo de morada popular. A construção em torno de um pátio central, mais do que uma mera característica morfológica, representará a marca identitária da habitação em estudo, materializada pela existência de um pátio/espço privado central do conjunto, que serve como extensão do exíguo espaço das habitações, e onde se criam e processam as sociabilidades destas comunidades de baixos recursos.



Figura 2.3 - Vila formando pátio

Fonte: Pinto, Sónia Cristina Ildefonso (2008), Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, UTL - IST, p. 18.

2.2.2.2. Localização dos conjuntos relativamente ao espaço urbano

Relativamente à restante malha urbana, as Vilas podem apresentar diferentes configurações. Tal como nos Pátios, o interior do quarteirão é a localização mais comum também para as Vilas. Estas podem surgir atrás de prédios, constituindo-se pelo aproveitamento do logradouro de um edifício (geralmente destinado a habitação da pequena burguesia), utilizando-o para a construção, no interior do lote, de um conjunto habitacional destinado a “famílias proletárias”. O acesso a este segundo conjunto fazia-se por um corredor central ou lateral, ou por uma passagem em arco, directamente sob o edifício principal, mas a entrada para a Vila será quase sempre independente da entrada deste. Tal como nos Pátios (com ou sem edifício principal identificável), estas entradas encontram-se geralmente resguardadas por um vão único, normalmente um sólido portão, por vezes encimado pelo nome da Vila que se esconde atrás.

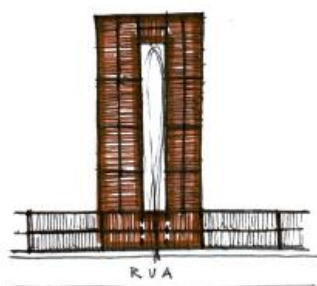


Figura 2.4 - Vila atrás de prédio

Fonte: Pinto, Sónia Cristina Ildefonso (2008), Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, UTL - IST, p. 18.

Uma outra configuração são as “Vilas formando rua” que, já não se encontrando totalmente ocultas no interior dos quarteirões, passam a fazer parte do espaço urbano, com ou sem prédio que faça a frente do lote. Não obstante, esta configuração é característica dos conjuntos construídos em bairros periféricos, não significando assim uma especial dignificação destes conjuntos em relação ao espaço urbano³⁸.

³⁸ “É nas zonas de terreno mais plano e desimpedido que por vezes as vilas operárias adquirem formas alongadas, com a implantação de casas ao longo de ruas. Trata-se de casas em que as correntezas (...) não se distinguem

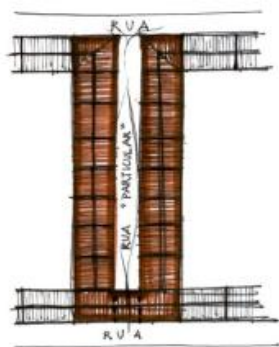


Figura 2.5 - Vila formando rua

Fonte: Pinto, Sónia Cristina Ildefonso (2008), Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa - IST, p. 18.

Por último, enumeram-se as “Vilas de escala urbana”, conjuntos que simbolizam um desenvolvimento do conceito de vila em complexo habitacional e que, pelo volume da sua edificação, se transforma num bairro em si, com várias ruas, dispondo quase sempre de equipamentos colectivos próprios e/ou estabelecimentos comerciais.

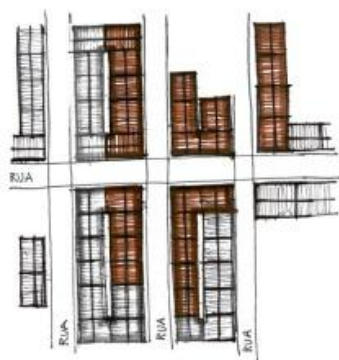


Figura 2.6 - Vila de escala urbana

Fonte: Pinto, Sónia Cristina Ildefonso (2008), Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa - IST, p. 18.

2.2.2.3. Tipo de iniciativa de origem

Quanto à origem da sua edificação, as Vilas têm como definição resultarem de um investimento não estatal que, pelas razões anteriormente enumeradas, concorreu para a solução da crise habitacional. Neste sentido, poder-se-á distinguir entre aquelas que são promovidas por particulares indiferenciados e as que foram construídas por uma determinada empresa, especificamente para alojar os seus próprios trabalhadores, as chamadas “Vilas directamente ligadas à produção”. Se esta distinção de intencionalidade é importante, torna-se ainda mais pertinente quando surge um sub-tipo, que, independentemente das características morfológicas do edifício, tem como especificidade o facto da habitação operária estar integrada no próprio edifício empresarial.

claramente de tipologias mais correntes, a não ser pelo facto de as ruas pertencerem à própria vila e por isso terem a designação de ‘particulares’”. Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, XXIX, (127), (3º), p. 518.

Relativamente às Vilas como tipo arquitectónico, resta-nos ainda enumerar algumas características particulares, que no entanto não configuram razão para categorizações específicas.

O aproveitamento do terreno leva à minimização dos espaços de circulação, espaços “não directamente rentáveis” dentro do conjunto habitacional. As circulações, nestes núcleos habitacionais, foram assim muitas vezes criadas em galerias exteriores ou soluções semelhantes encontradas para estes conjuntos, e que em décadas posteriores serão transpostas para outros projectos, devido ao seu carácter inovador.³⁹ Identifica-se igualmente uma preocupação com a simetria, que, na opinião de Teotónio Pereira, tem quase uma função de compensação das deficiências construtivas. Adicionalmente, algumas Vilas apresentam pormenores e elementos decorativos de realce, como painéis de azulejo, decoração em tijolo, ou, no início do século XX, um cuidado especial na harmonia dos elementos construtivos em ferro, como as escadas de distribuição já referidas. Esta preocupação reflecte-se igualmente nas placas, cuidadosamente preparadas, que “publicitam” o nome da Vila na própria fachada, em contacto com a via pública.

Esta procura de visibilidade expressa na placa de identificação prende-se igualmente com o papel de filantropia social a que esteve ligado o patrocínio destes conjuntos. A Vila era geralmente baptizada com o nome ou apelido do seu proprietário, ou antes era escolhido o nome de um familiar que se pretendia homenagear, muitas vezes uma senhora, provavelmente pela maior ligação destas a acções de cariz social⁴⁰. Perfazendo, quem sabe, uma sub-categoria, as Vilas com nomes femininos configuram-se como construções que presumiam de algum refinamento estético, tendo merecido dessa forma imortalizar o nome das suas mecenas.

2.2.3. *Uma proposta*

Com base no exposto, propomos a reorganização das categorias utilizadas, para os Pátios, pela DRUPV e, para as Vilas, pelo Arquitecto Nuno Teotónio Pereira, conforme esquematizado nos quadros que se seguem:

³⁹ Tomás, Ana Leonor (2007), “Cidade Oculta: A Vila Operária”, em *Actas do Seminário Estudos Urbanos*, ISCTE, Julho 2007, Lisboa, p. 12.

⁴⁰ Tais serão os casos da Vila Berta ou da Vila Maria, na Graça, da Vila Cândida, em Sapadores e da Vila Emília, exemplo presente também na Zona Ribeirinha Oriental.

Quadro 2.1 - Tipologias dos Pátios

	TIPOS
MORFOLOGIAS	Pátio edifício civil
	Pátio Palaciano
	Pátio Conventual
	Pátio de situação mista
ORIGEM DA INICIATIVA	Conjunto directamente ligado à Produção

Quadro 2.2 - Tipologias das Vilas

	TIPOS
MORFOLOGIAS	Construção em correnteza
	Construção formando bloco ou <i>chalet</i>
	Construção formando pátio
SITUAÇÃO RELATIVAMENTE AO ESPAÇO URBANO	Directamente na via pública
	Construção atrás de prédio
	Construção formando rua
	Construção com escala de bairro
ORIGEM DA INICIATIVA	Conjunto directamente ligado à Produção

Estando assim definido o contexto histórico que enquadrou o nascimento destas formas de habitação popular na cidade de Lisboa, bem como sistematizadas as suas características tipológicas, iremos no próximo capítulo proceder à caracterização do território da Zona Ribeirinha Oriental ao longo dos últimos séculos, de forma a entender o seu percurso desde “lindas cercanias olisiponenses”⁴¹ a importantíssima zona industrial da cidade.

⁴¹ Delgado, Ralph (1969), *A Antiga Freguesia dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 21.

CAPÍTULO 3 - A ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL DE LISBOA

A Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa, com a sua feição actual, é o resultado de transformações urbanas marcantes que, a certos níveis, a cidade também viveu como um todo, na sua progressão desde capital de um país maioritariamente agrícola, passando (tardamente) por um período de industrialização e chegando, nos dias de hoje, às encruzilhadas da era pós-industrial.

Para melhor descrever e acompanhar as profundas alterações aqui vividas, iremos não apenas seguir o fio do seu percurso histórico através da bibliografia, mas também nos socorreremos de algumas das representações cartográficas disponíveis sobre esta região, produzidas ao longo dos últimos dois séculos.

3.1. NA CARTA TOPOGRAPHICA DA LINHA DE DEFESA DA CIDADE DE LISBOA (1835)

Na segunda metade do século XIX a expansão da cidade de Lisboa passa a desenhar-se também para Norte, desenhando-se então novos eixos, como a actual Avenida da Liberdade.

A Oriente, até essa época, a paisagem mantivera-se pouco urbanizada, povoada por uma dúzia de manufacturas, mas permanecendo no seu papel de zona rural, destino de veraneio de alguma aristocracia lisboeta aqui proprietária, lado-a-lado com os robustos edifícios das ordens religiosas, com as suas cercas e os seus doces conventuais.

Nesta representação do território em estudo - que reproduzimos mais à frente - levantada por ordem de D. Pedro IV sob direcção do Coronel Engenheiro J. D. da Serra, em escala alargada e não aparentando grande preocupação de pormenor, distinguem-se alguns referentes utilizados ainda hoje, assim como o recorte de edifícios que actualmente se mantêm. A paisagem da orla ribeirinha, para cá dos declives do interior do território, é cortada por algumas vias de circulação; em destaque, a estrada marginal, onde se situam os principais conjuntos construídos, que sabe-se na época tomava os nomes de Rua Direita de Xabregas, Rua Direita do Grilo, ou Rua Direita do Beato (actual Rua do Açúcar), no seu percurso entre a Madredeus e o Poço do Bispo¹. Ao longo deste eixo - o *Caminho do Oriente*, como um século e meio mais tarde foi baptizado, para que Lisboa reaprendesse a percorrê-lo - encontramos as principais edificações desta região. Primeiro a Madredeus, num conjunto com o Palácio dos Marqueses de Nisa, desenhando-se em zigue-zigue frente ao rio e prolongando-se até São

¹ Ao longo da observação da cartografia utilizou-se como referentes extremos da faixa ribeirinha a observar, a sudoeste, o Convento da Madredeus (pertencente formalmente à freguesia de S. João, mas um referente inalienável do espaço urbano do vizinho Beato), e a nordeste, o Largo do Poço do Bispo, ou, se necessário ou possível, a sua vizinha Quinta da Matinha, onde se encontra o Pátio mais a nordeste aqui considerado.

Francisco, com os seus dois claustros. Seguem-se o Palácio dos Marqueses de Olhão que ainda hoje conhecemos, e em seguida, perto da Calçada de D. Gastão, o Palacete da Quinta Leite de Sousa, lado-a-lado com o Palácio dos Senhores das Ilhas Desertas, herdeiros do nobre D. Gastão, com propriedades de ambos os lados desta estrada marginal. Sucedem-se os Conventos, destacando-se o do Beato António, ao centro do território e terminando no Palácio da Mitra, já a chegar ao Poço do Bispo. Ao longo do caminho, a proximidade constante do rio, que em alguns trechos, como do Palácio das Ilhas Desertas ao Convento das Freiras “Grilas”, mal se distingue das casas, que parecem invadi-lo. Ao que se sabe, muitas destas propriedades eram providas do seu próprio cais². Numa cota superior, a actual Rua Direita de Marvila (a seu tempo seria a exótica Rua Direita dos Ananases), que faz o percurso de regresso ao Grilo, cortada por duas grandes calçadas transversais que ainda hoje permanecem. Subindo o Vale de Chelas, aparecem localizadas na Carta duas Estamparias de Chitas aqui existentes, das quais se encontra igualmente registo na bibliografia³.

Em toda a extensão do terreno, pouco mais edificações dignas de registo; por entre os terrenos das quintas e cercas conventuais, um pequeno núcleo encima São Francisco - o Alto dos Toucinheiros; mais à frente um outro conjunto - o Grilo - semelhante ao que envolve o Convento do “Beato António” e o Palácio do Duque de Lafões e o Palácio do Marquês de Marialva, ambos sobre a encosta. Maior concentração se distingue junto ao Poço do Bispo, nos quarteirões que envolvem o Convento de Marvila e se estendem até ao Palácio do Marquês de Abrantes.

Nas vésperas da chegada do comboio, a Zona Ribeirinha Oriental era assim um território aberto, de terrenos rurais virados ao rio. Em 1939, evocava-a assim Norberto de Araújo, nas suas *Peregrinações em Lisboa*:

Sem linha férrea nem passagem sobre viadutos, sem edifícios fabris, armazéns e oficinas, sem cortinas de prédios a encobrir o rio - largo como o mar - Xabregas, “Enxobregas” dos séculos velhos, era arrabalde, tímido de póvoas ao acaso, luminoso e lavado. No século passado, aí por 1840, a transição estava feita. (...) Mutaçāo assim em parte alguma de Lisboa se verificou⁴.

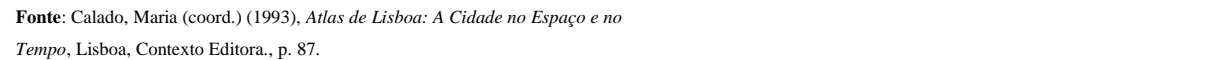
Em 1834, com a afirmação do liberalismo, o Decreto-Lei redigido por Joaquim António de Aguiar que determina a extinção das ordens religiosas em Portugal ajudará a criar caminho para uma transfiguração urbana significativa, operada não só em Lisboa mas em todo o país, com o Estado subitamente a braços com centenas de espaços conventuais desocupados⁵. Também a burguesia, em ascensão nesta conjuntura, começara a comprar as velhas quintas à nobreza descapitalizada,

² Matos, José Sarmento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 60.

³ Custódio, Jorge (1994), “Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade”, em Irisalva Moita (coordenação), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, p. 462.

⁴ Araújo, Norberto (1993 - reedição de original de 1939), *Peregrinações em Lisboa*, vol. XV, Lisboa, Vega, p.56.

⁵ As ordens masculinas seriam extintas imediatamente e deveriam abandonar os seus edifícios, as ordens femininas poderiam permanecer nos seus locais, porém sem novas admissões, até à morte da última religiosa.



É já em 1840 que se fixará em Xabregas a primeira grande unidade industrial da região: a Fábrica da *Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense*. Para instalar este complexo industrial, movido a energia do vapor⁶, a sociedade proprietária requerera ao Estado ocupar o extinto Convento de S. Francisco, que aqui existira desde 1460. Após um incêndio de grandes proporções, a Fiação abandona o antigo Convento, instalando-se no seu lugar, a partir de 1844, a *Fábrica de Tabacos de Xabregas*⁷, unidade que aqui permanecerá mais de um século, até 1965⁸.

Figura 3.2 - Praia de Xabregas e edifício da Fábrica de Tabaco no antigo Convento de S. Francisco.



Fonte: João Pedrozo, Museu da Cidade, citado em Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 2.

⁶ Segundo Deolinda Folgado, esta nova unidade laborava com “uma máquina a vapor vertical de 20 c/v, de origem francesa, que suscitou um enorme entusiasmo na Lisboa de 1840: *Produzem maravilhosos resultados as machinas movidas a vapor, (...) muitas pessoas curiosas (...) ficam admiradas quando contemplam que no país já existe o que apenas lhes constava haver entre os mais civilizados povos*”. Relatório de 1840 citado por Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 89.

⁷ A propósito desta transfiguração em Portugal dos antigos edifícios sagrados e, nomeadamente, das reações ao destino de S. Francisco de Xabregas, leia-se, na recente *Biografia de Lisboa*: “publicado em 1848 em língua inglesa, em Lisboa, um guia para visitantes estrangeiros mostrava-se particularmente indignado com o que acontecera ao convento de Xabregas, transformado primeiro numa fábrica de algodões e lanifícios, depois em fábrica de tabacos”. Ver Pinheiro, Magda de Avelar (2011), *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 217.

⁸ No 2º volume da *História Económica de Portugal* é referido que no surto de criação de grandes complexos industriais vivido em Portugal ao longo da década de 1840, a Fábrica de Tabaco de Xabregas era uma das unidades que “comandava o metabolismo do tecido industrial” nacional. Ver Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva (org.) (2005), “O Século XIX”, II Volume da *História Económica de Portugal: 1700-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais., p. 268.

A 28 de Outubro de 1856, no contexto do grande desenvolvimento das comunicações e transportes que pautou os anos da Regeneração, é inaugurada a primeira linha férrea nacional, a Linha do Norte, ligando Lisboa - e a ainda não concluída Estação de Santa Apolónia - à Estação do Carregado, e cruzando nesse caminho as pacatas quintas da Zona Ribeirinha Oriental. Precipitava-se o começo de uma nova etapa sem retorno, no destino desta região.

Figuras 3.3 e 3.4 - A Ponte de Xabregas e a linha de Caminhos de Ferro de Leste, no *Archivo Pittoresco* de 1857.



Fonte: Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 15 e 19.

3.2. NO LEVANTAMENTO DA PLANTA TOPOGRÁFICA DE FILIPE FOLQUE (1856-1858).

Neste contexto de um inédito desenvolvimento urbano, é levado a cabo um levantamento topográfico da cidade de Lisboa e seus termos, que, não sendo o primeiro destes estudos a empreender-se na capital⁹, procurava colmatar as falhas de escala e representação identificadas em desenhos anteriores. A nova carta consistia em 65 plantas em aguarela, à escala de 1/1.000, elaboradas entre os anos de 1856 e 1858 sob direcção do Conselheiro Filipe Folque¹⁰, Director dos *Trabalhos Geodésicos, Chorographicos e Hydrographicos do Reino*. Com esta representação do espaço urbano, encomenda do Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria de D. Maria II, António Maria Fontes Pereira de Melo, compositor desta nova partitura urbana, pretendia-se, à luz das novas metodologias de intervenção trazidas pelo liberalismo, criar a base de trabalho para programar uma nova cidade¹¹.

Pela observação destas plantas, é-nos possível, sempre com apoio na bibliografia, caracterizar com mais pormenor a Zona Ribeirinha Oriental de meados de oitocentos e a freguesia do “Beato António”, estendendo-se para lá do limite oriental da cidade demarcado pela Estrada da Circunvalação

⁹ De referir a primeira planta de Lisboa conhecida, levantada por João Nunes Tinoco em 1650, a que se seguiram outras iniciativas, em muitos casos executadas por equipas do Exército.

¹⁰ Filipe Folque era Brigadeiro Graduado do Exército e Doutorado em Matemática pela Universidade de Coimbra.

¹¹ Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord.) (2000), *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856 - 1858*, Lisboa, CML, p. 7.

desde 1852¹². Compreendendo os terrenos das actuais Marvila e Beato, a freguesia do Beato António pertencia então ao efémero Concelho dos Olivais, vizinho do Concelho de Lisboa pelo lado oriental¹³.

Encontramos nas plantas de Filipe Folque - reproduzidas em conjunto no final deste texto - uma cidade que, para Oriente, pouco mais se construía do que à beira-rio, apresentando ainda uma paisagem de terrenos agrícolas, interrompidos maioritariamente por quintas ou edifícios conventuais e suas respectivas cercas. Da Zona Oriental em apreço, já fora do termo de Lisboa, encontra-se representada pouco mais do que essa faixa ribeirinha, entre a Madredeus e o Convento do Beato.

Identificam-se aqui em mais pormenor os locais de veraneio da nobreza, rodeados das suas quintas, como o Palácio Olhão ou o Palacete da Quinta Leite de Sousa, este na Calçada do Grilo, junto ao qual se adivinha a existência de um jardim de buxo com as suas sebes recortadas, denunciando na planta a natureza do edifício que o acompanha. Mas a mais sumptuosa propriedade da zona oriental é sem dúvida o palácio do Duque de Lafões, junto à Rua Direita do Beato António, cujos riquíssimos jardins, pomares e alamedas não deixam dúvidas quanto ao lugar desta Zona Oriental como recreio das classes mais abastadas. A propriedade do Duque de Lafões serve ainda como exemplo paradigmático do impacto profundo de outro elemento no panorama local: a já referida via-férrea de Leste, troço da recém-inaugurada Linha do Norte. O corte abrupto que o traçado do comboio imprimiu nesta quinta da nobreza será a imagem viva do seu impacto nesta região, marcando um profundo sulco que corta a a paisagem e a divide em dois até hoje.

Da nova “camada” industrial que começava a inscrever-se na paisagem, vislumbram-se poucos sinais. O Convento dos frades Grilos¹⁴ é ainda identificado no desenho com essa designação, já que a sua utilização não teria ainda conhecido uma mudança relevante. O Convento do Beato teria sido vendido em hasta pública e daria nesta época os primeiros passos no seu percurso como indústria de transformação de cereais¹⁵. Não obstante, nesta representação tal não é visível. O mesmo não sucede com S. Francisco de Xabregas, já com a designação inscrita de *Fábrica de Tabaco*, a laborar há já uma

¹² A linha de Circunvalação, definida em 1852, delimitava o novo perímetro da cidade de Lisboa. Na zona oriental, correspondendo à actual Av. Afonso III, descia do Alto de S. João, acabando no topo Sul do Convento da Madredeus.

¹³ Em Portaria de 2 de Novembro de 1853, deliberava-se que se procedesse ao “levantamento topográfico da cidade de Lisboa, na escala de 1:100, abrangendo ‘todo o terreno incluído na linha de circunvalação, e o que existe até 200 metros além della; e bem assim as margens do Tejo, para o oriente até ao Beato Antonio’”. Citado em Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord.) (2000), *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856 - 1858*, Lisboa, CML, p. 13.

¹⁴ Assim chamado pela sua localização na zona “do Grilo”, ambos os Conventos, este e o das suas congéneres femininas, do outro lado da rua, albergavam Agostinhos Descalços.

¹⁵ Culminando na actual fábrica *Nacional*. Ver Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 119-120.

década. A noroeste da Fábrica de Tabaco, um novo volume se distingue, a *Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas*, ou Fábrica da Samaritana, aqui construída entre 1854 e 1857¹⁶.

No contexto geral de um território ainda pouco urbanizado, relativamente a núcleos habitacionais distingue-se, à direita do terreiro da Samaritana, no sopé do monte, o conjunto do agora Beco dos Toucinheiros, antiga azinhaga de circulação da região¹⁷. Em torno do Convento do Beato e perto do Palácio do Duque de Lafões e da Calçada com o mesmo nome, continuam a identificar-se pequenas concentrações de casas. No alto do Grilo, outro antigo núcleo populacional, percebem-se algumas construções onde se lê a designação “Travessa da Ilha do Grilo”¹⁸.

Um elemento incontornável quando se olha a planta desta região é certamente o rio. Solares, casais, conventos e azinhagas, todos partilhavam como pano de fundo o azul do Tejo. À “entrada” da região em estudo, o Largo do Marquês de Nisa era ainda um terreiro fechado, virado inteiramente para o rio, apesar de agora com uma parte demolida pela construção da Ponte Ferroviária de Xabregas. Mas o rio mantinha-se próximo; as antigas casas de D. Gastão e o Convento das Freiras “Grilas” continuavam a invadir as águas e a Rua Direita de Xabregas desenvolve-se ainda como estrada marginal, com os respectivos muros de suporte, interrompidos aqui e ali por ancoradouros de apoio às propriedades. A então freguesia do Beato António tinha do seu lado esta ligação ao tráfico fluvial, a que agora se acrescentara a chegada da linha do comboio que a ligava rapidamente a outros destinos e lhe duplicava a atractividade. Por agora, em 1858, a passagem por aqui da linha de caminho-de-ferro ditou com certeza a inscrição desta freguesia num mapa da capital.

¹⁶ Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 78.

¹⁷ Segundo José Sarmento de Matos, o actual Beco dos Toucinheiros fazia parte de um antigo caminho que, partindo das traseiras de S. Francisco, subia do litoral às quintas do interior do Beato, atravessando também o Vale de Chelas. Ver Matos, José Sarmento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 5-6.

¹⁸ Sendo esta uma designação comum na época para conjuntos de habitação popular - que se manteve, aliás, na cidade do Porto - desconhece-se se a real composição deste núcleo. Abel Botelho viu-o deste modo em 1896: um duplo renque de casebres, de singela madeira e taipa, mal armados, imundos, quase sem beirais, sem forros, sem vidraças (...) Assim como era um, eram todos. Rés-do-chão e um andar: em baixo, alternadamente, uma janela e uma porta; em cima uma sucessão monótona de janelas. Assim; poderia ser este um primeiro núcleo de trabalhadores, por exemplo de uma das manufacturas do Vale de Chelas? Outra hipótese colocada na bibliografia corrente aponta para que esta designação como “Ilha” se referiria apenas à situação deste conjunto, isolado no alto de um pequeno monte. Ver Botelho, Abel, *Amanhã*, citado por Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, CML, p. 77

Figuras 3.5 e 3.6

- Conventos da
Madredeus e de
S. Francisco à
beira-rio.

Fonte: AML



Acrescente-se ainda um último dado, a respeito desta dúplici ligação entre a Zona Ribeirinha Oriental e o comboio. A partir de 1856, o Convento da Madreus e o edifício contíguo, antigo Palácio dos Marqueses de Nisa, viram-se praticamente “invadidos” pela presença do viaduto da Ponte Ferroviária de Xabregas, construída a centímetros dos seus edifícios centenários. Em 1871, um dos artífices envolvidos na grande campanha de obras do antigo Convento, que incluíram a ampliação do claustro, decidiu “abraçar” definitivamente esta nova referência na vida do edifício, esculpindo num dos capitéis das arcadas deste espaço a imagem de um comboio a vapor¹⁹.



Figuras 3.7 e 3.8 - Exterior do Palácio dos
Marqueses de Nisa e claustro do Convento da
Madreus - 2012.

Fotografias Margarida Reis e Silva.

¹⁹ Ver também Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Ficha nº PT031106410009, *Igreja da Madre de Deus/Mosteiro da Madre de Deus/Museu Nacional do Azulejo*, disponível em www.monumentos.pt, acedida a 13 de Junho de 2010, p. 8.

Figura 3.9 - Levantamento da Planta de Lisboa de Filipe Folque - composição das plantas n.ºs 9, 15, 16, 22 e 23, zona ribeirinha da Freguesia do Beato António - 1856-58.



3.3. NO LEVANTAMENTO DA PLANTA TOPOGRÁFICA DE JÚLIO VIERA DA SILVA PINTO (1904-1911)

Observamos de novo a Zona Ribeirinha Oriental, desta vez numa nova planta topográfica de Lisboa, feita cinco décadas mais tarde, agora sob direcção do Engenheiro Júlio António Vieira da Silva Pinto.

Lisboa tinha nova divisão administrativa e atravessara um crescimento sem precedentes, com novos bairros, população duplicada e abraçando agora novas noções de planeamento urbano:

[o] plano geral de melhoramentos da cidade previsto pelo Decreto de 2 de Setembro de 1901 e aprovado em 1904 (...) tornava necessária a elaboração de uma carta territorial actualizada que apresentasse toda a área sobre a tutela camarária, redimensionada no final de Oitocentos (...). Só com uma planta completa da cidade seria possível definir um amplo programa de intervenção²⁰.

O levantamento completo resultou agora não em 65, mas em 249 plantas, também à escala de 1/1.000, coloridas em papel de linho.

Nas novas plantas, as actuais freguesias de Marvila e Beato encontravam-se já reintegradas no espaço da cidade. Desaparecido o Concelho dos Olivais, em 1886, Lisboa ganhara a silhueta que lhe conhecemos na actualidade. Na Zona Ribeirinha Oriental, as mudanças que apenas se adivinhavam 50 anos antes tinham tomado agora outra dimensão. Apesar de, no interior, a paisagem apresentar consideráveis extensões de paisagem agrícola, a frente ribeirinha, entre o rio e a linha do comboio, espelhava uma dinâmica totalmente nova - a indústria tinha-se instalado definitivamente.

Na linha litoral, poucos eram os vestígios de antigamente; o Palácio Olhão e a grande propriedade do Duque de Lafões eram aparentemente uns dos poucos resistentes, na sua função residencial. Em volta, uma nova “camada” de vocação industrial e mercantil de grande escala viera acrescentar-se nas últimas décadas aos velhos edifícios e, não arrasando integralmente o que a precedera, moldara-se e alojara-se nos espaços pré-existentes, a uma velocidade perturbadora, se comparado com o território visto em 1858. Procuraremos em seguida identificar algumas das mudanças ocorridas.

O conjunto formado pelo Convento da Madre Deus e o antigo Palácio dos Marqueses de Nisa, ambos entregues ao Estado, transformara-se, a partir de 1871, no Asilo D. Maria Pia, assim aparecendo identificado nesta planta. Sabe-se, no entanto que, a par do ensino técnico ministrado neste Asilo, desde 1884 que parte do edifício se destinava igualmente à Escola Afonso Domingues, um estabelecimento de ensino recente, dedicado a formar profissionais para o trabalho industrial²¹. Logo em frente, no número 5 do Largo Marquês de Nisa, e segundo Mário Furtado, funcionava desde 1882 a *Fábrica de Licores Âncora*, propriedade do judeu de origem alemã António Augusto Wagner

²⁰ Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord.) (2005), *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa, CML, p. 9.

²¹ Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 21.

Ribeiro²². Logo acima, a *Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas* duplicara de tamanho, e construíra, num terreiro interior ligado ao seu parque industrial, a primeira Vila Operária da Zona Ribeirinha Oriental - a Vila Flamiano. Subindo o Beco dos Toucinheiros, encontrava-se agora o Pátio do Black, criado ainda antes da Vila Flamiano pela mesma firma, seguido da extensa correnteza da Vila Dias. Mais acima, são agora visíveis na cartografia várias “manchas” de edifícios em banda, com pequenos módulos construtivos que se repetem, típicos da habitação popular, que passam a pontuar o traçado desta zona industrial²³. Em S. Francisco, a *Fábrica de Tabacos* prosperava, identificando-se a construção de um novo edifício no seguimento da Rua de Xabregas. Os pomares da antiga Quinta Leite de Sousa haviam dado lugar a uma enorme massa construída: a *Fábrica de Fiação e Tecidos Oriental*, terminada em 1888 e também conhecida como Fábrica das Varandas²⁴. No antigo Palácio dessa Quinta e seu entorno, improvisava-se habitação para as classes pobres na então Vila Zenha (depois Vila Maria Luísa) e aqui se instalará, nos primeiros anos do século, a Escola Central nº 20, esperança de instrução para alguns dos filhos dos operários desta zona²⁵. O Palácio dos Senhores das Ilhas Desertas ou de D. Gastão encontrava-se igualmente subdividido e alugado para diversos fins - ilustrando bem as mudanças vividas nesta zona, no antigo Largo de D. Gastão, terreiro de acesso ao seu Palácio, funcionava agora, nos primeiros anos do século XX, a Cooperativa Operária Oriental²⁶. Continuando pela Rua do Grilo, o Convento masculino dos Agostinhos Descalços dera lugar ao Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo e à Igreja paroquial de S. Bartolomeu, sede da freguesia do Beato. Na cerca deste Convento e em toda a extensão da sua congénere feminina, erguia-se agora o complexo industrial da *Manutenção Militar*, adaptando alguns edifícios, mas tendo destruído outros, com as suas enormes alas de produção em massa e a sua padaria industrial, garantindo o abastecimento de todo o Exército. No antigo S. Bento de Xabregas, morada conventual do Beato António, continuava em laboração a florescente fábrica *Nacional*.

Para Leste, onde se estende actualmente a freguesia de Marvila, e onde o anterior levantamento não chegara, proliferavam as tanoarias e os armazéns de vinhos e prolongava-se a paisagem fabril, com o complexo da *Companhia Portuguesa de Fósforos*, na Rua do Açúcar²⁷. Mais

²² Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega, p. 17.

²³ Estes conjuntos, por se encontrarem em zonas mais no interior, ficarão no entanto fora do âmbito deste trabalho.

²⁴ Segundo Deolinda Folgado, em 1898 esta unidade industrial empregava 425 operários. Ver Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p.103.

²⁵ Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 53.

²⁶ Ver Freire, João e Maria Alexandre Lousada (2013), *Roteiros da Memória Urbana - Lisboa: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Colibri, p. 82.

²⁷ Encontram-se registos da existência da unidade de transformação de cortiça *Fuertes e Comandita*, a funcionar na Quinta da Mitra entre 1898 e 1919. No entanto, os seus pavilhões não aparecem desenhados nesta Planta. Ver Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 148-151.

a oriente, o grande centro industrial da *Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata*. Junto a esta, no Largo do Poço do Bispo, identificam-se os volumes dos armazéns vinícolas que deram fama à Zona Oriental de Lisboa, como a *José Domingos Barreiros* ou a *Sociedade Abel Pereira da Fonseca*, esta última com cais de embarque para o Tejo integrado nas traseiras do edifício. Também tinha armazéns no Poço do Bispo a companhia agrícola de *Joaquim dos Santos Lima*, que aqui construía, sobre os seus armazéns junto à praça, um dos exemplos mais interessantes de habitação popular da região - a Vila Santos Lima. Num rápido desvio pela Rua do Vale Formoso de Baixo, encontramos, na antiga Quinta da Matinha, os pavilhões de uma unidade corticeira que aqui laboraria desde 1887 e que terá pertencido à Companhia Geral da Cortiça²⁸. Voltando ao Poço do Bispo e subindo a Rua Direita de Marvila, encontramos o antigo Convento das Freiras Brígidas, também ele entretanto extinto e identificado já neste levantamento como Asilo D. Luís. Cruzando a linha férrea, encontramos o centenário Palácio do Marquês de Abrantes, desde finais do século XIX transformado no Pátio do Colégio, que descreveremos mais tarde. Mais à frente, fechando este percurso, a “Quinta dos Sabões” revela as primeiras marcas de uma outra indústria, também em desenvolvimento na região²⁹.

Esta nova feição fabril que vem envolver os terrenos das antigas quintas e Palácios de Marvila e Beato operara grandes transformações também noutra esfera da Zona Ribeirinha Oriental. Desde 1887 e das Grandes obras do Porto de Lisboa, e mais tarde, com a República, sucedera-se a construção de “novos cais e docas por toda a orla oriental”³⁰, perfilando-se numa espessa linha construída que iniciava o afastamento de Beato e Marvila em relação ao Rio Tejo. Frente à Madreus e a S. Francisco, já “trespassados” pela Ponte Ferroviária de Xabregas, e fronteira ao terreiro (entretanto desmembrado) de onde outrora os Marqueses de Nisa olhavam o rio, erguia-se agora, em aterro, a grande *Fábrica de Moagem a Vapor Aliança*, dominando a paisagem com a sua construção em altura.

²⁸ Ver Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 186. Ainda no que diz respeito à transformação de cortiça, Jorge Custódio identificara a existência de 12 unidades, de diferentes dimensões, a laborar na Zona Ribeirinha Oriental em finais do século XIX. Ver Custódio, Jorge (1994), “Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade”, em Irisalva Moita (coord.), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, pp. 471 e 489.

²⁹ Também nos eixos da Rua de Marvila e Rua Direita de Marvila se encontram registos da existência na época de várias organizações operárias, como as Associações de Classe dos Corticeiros e dos Manipuladores de Sabão, assim como da Cooperativa Operária do Beato e Poço do Bispo. Ver Freire, João e Maria Alexandre Lousada (2013), *Roteiros da Memória Urbana - Lisboa: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Colibri, p. 84.

³⁰ Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 30.

Figura 3.10 - Largo do Marquês de Nisa, com o edifício da *Fábrica de Moagem a Vapor Aliança* ao fundo da imagem. À frente, o velho Mercado de Xabregas - 1939.



Fotografia Eduardo Portugal
Fonte: AML

Figura 3.11 - Armazéns da Sociedade *Abel Pereira da Fonseca*, com o seu próprio cais de embarque - 1928.



Fonte: Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 159

Também em terrenos ganhos ao rio se construía agora a nova Rua da Manutenção do Estado que, ao mesmo tempo que facilitava a expansão industrial e o melhoramento das comunicações fluviais, transformava a antiga Rua de Xabregas ribeirinha num mero caminho interior³¹. Grande parte do complexo da Manutenção Militar se fizera em aterro, e junto ao Convento do Beato, fazem-se igualmente os primeiros avanços sobre o Tejo. Nesta zona, submergido pelo parque industrial da *Fábrica Nacional*, escondia-se um afamado recanto romântico das freguesias ribeirinhas - a Alameda do Beato - com um chão que a população embelezara num mosaico de pedrinhas e conchas a que chamavam “o Embrexado”, estendendo-se frente à fachada do antigo edifício religioso; um autêntico Passeio Público virado ao rio³². Em 1900, no seu *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna*, ainda Angelina Vidal recordava este passeio, elogiando-lhe a vista e a paisagem:

Ficava mesmo ao lado (...) o *Embreixado*, muito concorrido do povo de Lisboa e dos arredores, que ali costumava divertir-se dos aborrecimentos da vida. No tempo em que foram edificados o convento e o templo [do Beato] não havia em frente casarias. O largo formava uma linda alameda coberta de frondosos arvoredos, e o templo ostentava a sua bela fachada de cantaria, coroada com duas altas torres e várias pirâmides. Depois era o Tejo desafogado que se desdobrava longamente, em ondulações azuladas que vinham quebrar-se suavemente contra o areal da grande praia³³.

³¹ Quanto à transformação destes antigos passeios marginais, de referir ainda que a própria Rua da Manutenção, nesta época a nova artéria fronteira ao rio, não permitia ser percorrida na íntegra, visto num dos seus extremos ser um beco sem saída, para onde se estendiam os espaços industriais da rua de cima - como aliás, se mantém actualmente.

³² Ver Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, CML, p. 73.

³³ Vidal, Angelina (1994 - 2ª ed.) (1ª ed. 1900), *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna*, Lisboa, Vega, p. 265.

Onze anos volvidos, esta paisagem idílica erodia-se, por um conjunto de transfigurações que se haviam sucedido rapidamente. A escala da Zona Ribeirinha Oriental alterara-se, à semelhança do que sucedia no resto da cidade de Lisboa; nas palavras de Jorge Custódio esta alteração operara-se, “pela introdução de um novo gigantismo arquitectónico, próprio de locais onde se passara a produzir por meio de máquinas e com um número crescente de operários”³⁴

No domínio das modificações estruturantes, de referir ainda outra importante modificação, desta vez ao nível das comunicações ferroviárias. Entre o levantamento de Filipe Folque e este de 1911, encontrava-se já terminada a Linha de Cintura de Lisboa que se liga à linha do Norte em Marvila, junto à estação ferroviária de Braço de Prata. Esta nova linha férrea rasgará mais um sulco no território, deixando a Rua de Marvila, e em especial o Pátio do Colégio, como espaços um pouco apartados do restante perímetro urbano. Também de assinalar, junto ao Alto dos Toucinheiros, a existência do novo túnel da Concordância de Xabregas, uma das duas bifurcações à Linha do Norte que permite a sua ligação com a linha de Cintura e desta com Santa Apolónia, possibilitando o acesso a partir da Zona Ribeirinha Oriental a todas as linhas férreas que terminam em Lisboa

Verifica-se assim que, em inícios do século XX, já se encontravam construídas uma parte significativa das edificações que constituem o património industrial dos actuais Marvila e Beato, em particular a maioria das suas unidades fabris e armazéns de relevo, assim como uma parcela expressiva dos conjuntos de habitação operária em estudo - a par do crescimento industrial que se percebe claramente no terreno, crescera obviamente a necessidade de mão-de-obra operária, ocasionando, como já referido, importantes movimentos migratórios que trouxeram milhares de pessoas para a capital. É possível identificar nesta Planta as várias soluções encontradas para resolver a crise habitacional vivida, tanto nos velhos edifícios palacianos então subdivididos, como nas próprias construções de raiz, de maior ou melhor qualidade.

³⁴ Custódio, Jorge (1994), “Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade”, em Irisalva Moita (coordenação), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, p. 475.

Figura 3.12 - Levantamento da Planta de Lisboa de Júlio Viera da Silva Pinto - composição das plantas n.ºs 14 I, 14 J, 14K, 14 L, 15 J, 15K e 15 L, zona ribeirinha da actual Freguesia do Beato - 1904-1911.



Figura 3.13 -
Levantamento da Planta de Lisboa de Júlio Viera da Silva Pinto - composição das plantas nº 14L, 14M, 15L, 15M, 15N, 15O, zona ribeirinha da actual Freguesia de Marvila - 1904-1911.



3.4. NO LEVANTAMENTO DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL - IGC (1954-1958) ATÉ À ACTUALIDADE

Olhamos agora a Zona Ribeirinha Oriental num conjunto de plantas elaboradas para a Câmara Municipal de Lisboa, com “levantamento e desenho” do então Instituto Geográfico e Cadastral. Para a região pretendida, este levantamento foi efectuado entre os anos de 1954 e 1958, em plantas à escala de 1/1.000.

Nesta década de 1950, as modificações estruturais vividas na região haviam ganho uma escala tal, que iremos enumerá-las à partida, para em seguida enquadrar as situações pontuais vividas no edificado. Se a Xabregas industrial do início do século XX espelhava a mudança trazida pela fábrica oitocentista, a fábrica de meados desse século, movida a energia eléctrica e espalhando-se por extensos territórios, ainda encontrou alguns espaços para se instalar nesta área industrial já bastante consolidada. A principal forma de conseguir esta implantação foram as obras estruturais de aterro ao rio Tejo, que criaram novos territórios numa Zona Ribeirinha Oriental agora planeada em conjunto com a restante cidade.

Em 1933 operara-se o início de uma mudança nas acessibilidades desta zona; com a abertura da Rua Gualdim Pais, partindo do Largo do Marquês de Nisa e subindo o Vale de Chelas para aí se ligar à velha Estrada de Chelas e ao interior da cidade³⁵.

Cerca de 1936/37, com a decisão de transferir para outra localização a Fábrica de Gás existente em Belém, abriu-se caminho para mais uma transformação na Zona Oriental³⁶. Pouco depois, em 1942, foi criada a Zona Industrial do Poço do Bispo, com a construção de uma nova doca, do Poço do Bispo à Matinha. Em 1944, inaugurava-se, na antiga Quinta da Matinha, agora com terreno multiplicado, conquistado ao rio, a Nova *Fábrica de Gás da Matinha*, com os seus enormes gasómetros, que ainda hoje guardam vestígios na paisagem³⁷. Também em 1946 se acrescenta à zona portuária um novo cais entre Xabregas e o Poço do Bispo e neste último um terminal para cereais³⁸.

³⁵ Mais tarde foi construída a parte final desta ligação entre o interior e o litoral da zona Oriental, com a abertura da Rua do Bispo de Cochim, que liga a Rua Gualdim Pais à Avenida Infante D. Henrique.

³⁶ Escreve Deolinda Folgado no seu recente livro, citando um parecer oficial de 1937: “a razão por que se impõe que seja regularizada desde já a margem direita do Tejo, pelo menos para montante do Poço do Bispo até à Quinta da Matinha, é que o Governo determinou pelo Decreto-Lei (...) de 1935, a transferência das instalações de gaz das Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade, motivada pela necessidade de estética de desafrontar o monumento arquitectónico, padrão da época dos descobrimentos, que é a Torre de Belém”. Fundo do AHMOP, Conselho Superior de Obras Públicas, parecer n.º 762, citado por Folgado, Deolinda (2012), *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 138.

³⁷ Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 186.

³⁸ Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 30.

O Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa de Etienne De Groer, delineado entre 1938 e 1948, definia justamente este crescimento industrial para oriente, ligado à actividade portuária, ao mesmo tempo que definia, na nova rede viária prevista, o eixo da Avenida Infante D. Henrique, fazendo a ligação entre toda a zona marginal. A região Oriental de Lisboa sagrou-se como zona industrial, com unidades modernas que se estenderam então ordenadamente para norte e para o interior desta região, para os Olivais e até Moscavide. Mas a velha zona ribeirinha não ficara inteiramente de fora deste reordenamento. Em 1950 é terminado o troço da grande Avenida Infante D. Henrique que remata Beato e Marvila pelo lado ribeirinho e que lhes veio imprimir indelevelmente uma nova escala³⁹. Mário Furtado, antigo morador de Xabregas, chama à inauguração desta avenida “o derradeiro adeus ao rio”⁴⁰. Olhando a planta de 1954-58, descobre-se uma faixa ribeirinha cuja extensão, desde a linha do comboio, terá quase duplicado de largura desde um século atrás, quando o Duque de Lafões tinha o seu próprio cais de embarque.

Olhemos de perto esta Zona Oriental de meados do século XX: o antigo Convento da Madredeus retornou a Asilo D. Maria Pia, (agora parte da Casa Pia de Lisboa)⁴¹ - a Escola Industrial Afonso Domingues encontrara nova casa, num edifício construído de raiz em Marvila, na antiga Quinta das Veigas⁴². Em 1958 o edifício da *Fábrica de Moagem a Vapor Aliança* não marcava já o horizonte do Largo do Marquês de Nisa; um violento incêndio destruíra-o em 1947, permanecendo as ruínas no local durante algumas décadas⁴³. Também a Fábrica da Samaritana sofreu um violento incêndio em meados do século XX, que ditou o fim desta unidade emblemática da Zona Ribeirinha Oriental, que chegou a empregar meio milhar de operários. Desde esse incêndio, o enorme edifício foi ocupado parcialmente por pequenas indústrias, encontrando-se no geral muito degradado, mas resistindo no local, com as suas sólidas paredes.

Os núcleos de habitação popular da Vila Dias e do Pátio do Black permaneciam habitados nos anos de 1950, registando-se uma proliferação de construções precárias à sua volta, num autêntico labirinto que se foi formando no Alto dos Toucinheiros. A Vila Flamiano, com a já referida abertura da Rua Gualdim

³⁹ Seguem-se novos aterros, com linhas viária e ferroviárias dentro da área de porto, e a introdução dos parques de contentores, a partir da década de 1970.

⁴⁰ Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega, p. 145.

⁴¹ Não muito mais tarde, cerca de 1965, a Igreja e parte do edifício acolherão colecções de artes decorativas do Museu Nacional de Arte Antiga e mais tarde o Museu do Azulejo.

⁴² Actualmente na “rota” da Terceira Travessia do Tejo, esta Escola Industrial, que alguns chamavam “A Universidade de Xabregas” foi desactivada em 2010, encontrando-se o edifício abandonado desde então.

⁴³ Parte destes edifícios foram entretanto desmantelados, para aí construir a Rua Bispo de Cochim, ligação final entre o rio e o interior do Vale de Chelas, sobrando porém algumas ruínas junto à Rua de Xabregas. Em meados desta década de 50, também o centenário viaduto de Xabregas, de arquitectura do ferro (passando junto ao conjunto Madredeus/Marquês de Nisa), tinha sido substituído, alargando-se a passagem para circulação viária.

Pais, tinha saído parcialmente do interior dos quarteirões fabris onde nascera. Ainda com acesso sob um prédio do Largo Marquês de Nisa, a primeira Vila da Zona Oriental estava agora ligada a um eixo viário principal. Na mesma rua, aliás, nascera entretanto a última Vila da Zona Oriental - a Vila Emília - terminada em 1933 e um dos últimos conjuntos deste tipo a serem construídos na cidade de Lisboa.

À data deste levantamento cartográfico ainda laborava em S. Francisco a *Companhia Portuguesa de Tabacos*, em instalações que foram continuando a crescer e ocupando todo o espaço disponível entre o antigo Convento e a linha do caminho-de-ferro⁴⁴. A Rua de Xabregas e a Rua da Manutenção apresentavam-se nos anos de 1950 já totalmente urbanizadas, tendo aí crescido entretanto alguns prédios de habitação, a par dos antigos espaços de armazém e de alguns resquícios da Xabregas de veraneio⁴⁵. A *Fábrica de Fiação e Tecidos Oriental* ainda trabalhava em 1958, tendo quase duplicado a sua área construída nas décadas que mediam os dois levantamentos⁴⁶. Também o quarteirão da Vila Maria Luísa se encontrava nesta época quase totalmente preenchido com construções, entre os equipamentos de apoio à Escola nº 20 e vários núcleos de habitação de baixo custo, o mesmo parecendo suceder nas propriedades contíguas, de D. Gastão e seus sucessores⁴⁷. Nas imediações, restavam ainda o Palácio Olhão e o Palácio do Duque de Lafões, testemunhando esses tempos antigos, em que Xabregas era “um logradouro apetecível da fidalguia lisboeta”⁴⁸. De referir ainda a Quinta das Pintoras, não longe da propriedade do Duque de Lafões, cujo proprietário, Henry Chatelanat, criara na propriedade uma escola gratuita para as crianças da região⁴⁹. Recordando o Convento do Grilo, o Recolhimento e a Igreja de S. Bartolomeu continuavam igualmente inalterados na última década 50, com as mesmas funções que mantêm actualmente.

Como grandes unidades industriais, nas plantas de 1954-58 continuam a identificar-se a *Manutenção Militar*, a *Nacional* - então *Companhia Industrial de Portugal e Colónias* - ou a *Fábrica*

⁴⁴ Nas décadas que se seguiram, a Companhia mudou-se para novas instalações, em Cabo Ruivo, e hoje em dia o Convento de S. Francisco, recentemente reabilitado, encontra-se ocupado por uma entidade estatal. No espaço da antiga Igreja, adaptado a sala de espectáculos, encontra-se actualmente sedeada uma Companhia de Teatro.

⁴⁵ Na Rua da Manutenção houve entretanto algumas demolições, sem reconstruções posteriores. De realçar o estado de deterioração de partes do que resta do Palácio dos Senhores das Ilhas Desertas, com as suas grossas paredes que outrora mergulhavam no Tejo.

⁴⁶ Esta enorme fábrica terá laborado até à década de 1980. Alguns anos mais tarde foi construído no seu lugar uma zona comercial e de serviços, assim como um maciço bloco de habitação em altura.

⁴⁷ Neste troço do início da Rua do Grilo multiplicam-se ainda hoje as utilizações, entre habitações, oficinas, armazéns e estabelecimentos de ensino, que aí se foram instalando e alterando os antigos paços nobres.

⁴⁸ Delgado, Ralph (1969), *A Antiga Freguesia dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 21. O Palácio Olhão terá sido vendido na década de 2000, permanecendo o Palácio de Lafões como residência da família proprietária.

⁴⁹ Testemunho de América Cardoso Nabais, Lisboa, 17/06/2011. Também no Pátio do Colégio, onde desde 1920 se instalara a Sociedade Musical 3 de Agosto, há testemunho da existência de uma escola para associados. Carlos Consiglieri encontrou referências a esta escola desde finais do século XIX. Ver Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 34.

de *Material de Guerra de Braço de Prata*, referências absolutas na região, com espaços que se alargam indefinidamente, aproveitando também eles os aterros ao rio, e empregando um número crescente de trabalhadores⁵⁰. A acrescentar a estes nomes, soma-se agora a *Sociedade Nacional de Sabões* (SNS), nascida no alto de Marvila, onde outrora tinham existido pequenas unidades industriais do mesmo ramo. A SNS multiplicara-se desde 1919 numa miríade de ramos de produção, o que fez dela uma das maiores fábricas da Zona Oriental - um autêntico parque industrial, com o seu próprio apeadeiro ferroviário e enormes edifícios que foram crescendo à medida que esta se ia expandindo por várias antigas quintas da região⁵¹.

Figura 3.14 - Saída dos trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões - c. 1960.



Fonte: Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian.

Figuras 3.15 e 3.16 - Sabão Marvila e Sabonete Beato, produtos da Sociedade Nacional de Sabões.



Fonte: Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 134.

⁵⁰ Os edifícios da Manutenção Militar, desactivada em finais dos anos 90, encontram-se hoje em dia parcialmente ocupados, sem destino conhecido - de referir a existência no local de um núcleo museológico desta unidade industrial militar. Quanto aos terrenos da Fábrica de Braço de Prata, desactivada e já parcialmente destruída para construção de novas acessibilidades, parte darão lugar à construção de um condomínio privado, aguardando o restante decisões sobre a construção da Terceira Travessia do Tejo. Quanto à Nacional, ainda em laboração, terá desafectado a maioria dos aposentos conventuais do antigo Beato e mesmo parte dos edifícios industriais de há um século atrás. O interior desses edifícios, reabilitado, é alugado na última década para vários eventos, sem que essa nova rentabilização e fruição do espaço transpareça para o exterior, que se encontra em aparente degradação e abandono.

⁵¹ Ver, por exemplo, Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 128-135. Desactivada na década de 1980, a SNS e todos os seus edifícios foram desde então integralmente destruídos. Restou apenas como testemunho o mirante centenário da Quinta do Brito, uma das propriedades em que esta unidade se instalou, e cuja casa principal foi igualmente demolida, juntamente com todo o parque industrial da SNS.

Neste panorama da Marvila dos anos 50 regista-se também a abertura da *Fábrica de Borracha Luso-Belga*, na Rua do Açúcar, junto à agora *Sociedade Nacional de Fósforos*, também ela ainda em laboração à data deste levantamento⁵². No Poço do Bispo tudo continuava como anteriormente, com as suas tanoarias e empresas vinícolas, registando-se um aumento da extensão de armazéns, alguns deles em aterro⁵³.

Esta nova escala do terreno e da indústria, numa época de crescimento económico do país que continuaria durante a década seguinte, trouxe novas realidades a esta região também no que diz respeito a necessidades habitacionais. O aumento da procura de mão-de-obra continuava a trazer milhares de novos habitantes à Zona Ribeirinha Oriental. Contemporâneas do crescimento industrial desta fase, são visíveis neste levantamento as soluções que se foram encontrando para alojar a nova vaga de trabalhadores e suas famílias, assim como uma população que continuava a crescer em toda a cidade de Lisboa.

Apesar de se encontrar fora da zona ribeirinha, é impossível não referir a construção do grande Bairro da Madredeus, inaugurado em 1944, marca indelével do território alargado da zona oriental, com as suas ruas cuidadosamente desenhadas, parte dos planos de habitação para as classes médias que o Estado Novo levava a cabo nestas décadas. Após a construção da Madredeus, a partir de meados de 1950, também as casas degradadas da antiga Ilha do Grilo deram lugar a um novo Bairro de linhas rectas, característico da arquitectura estadual desta época.

Mas estas não seriam casas à disposição da maioria da classe trabalhadora, que se distribuía numa infinidade de novos Pátios, aproveitando mais uma vez o edificado pré-existente. No levantamento de 54-58 surgem identificados alguns destes espaços, como será o Pátio Marialva, o Pátio da Quintinha e do Monteiro, do Israel, do Isaac, do Inglês, do Coelho, ou da Matinha⁵⁴, não esquecendo todos os outros de que se conhece a existência, como o Pátio da Liberdade, mas que não ganharam ainda honras de menção neste levantamento.

Por último, uma referência para ainda uma outra forma de habitação que entretanto se viera “acrescentar” neste novo levantamento da Zona Oriental - os bairros clandestinos; das habitações miseráveis da Rua do Sol a Chelas ao enorme Bairro Chinês, onde centenas de famílias se tinham instalado. Esta realidade, visível neste levantamento, constituiu, conjuntamente com outros núcleos deste tipo na cidade, um novo problema de habitação a procurar solução. No fundo, seria apenas a continuação do mesmo problema antigo, a que os Pátios não conseguiam fazer frente, a que se

⁵² Ambas deixaram de laborar na década de 1980, encontrando-se os seus edifícios alugados para diversos fins.

⁵³ Também nesta zona, a propriedade entre a Quinta da Mitra e a Quinta da Pedreira, recordada pelo seu *chalet* e lagos ricamente decorados, passou a estar integralmente coberta de armazéns ligados directamente à linha do comboio; não se sabendo, no entanto, a que ramo de actividade estariam ligados. Tanto a Abel Pereira da Fonseca como a José Domingos Barreiros fecharam as portas na década de 1970, encontrando-se actualmente as suas sedes e armazéns parcialmente abandonados e sem utilização continuada.

⁵⁴ Podendo estes conjuntos, no entanto, ter uma existência anterior não documentada.

juntaram as Vilas⁵⁵ na viragem para o século XX, mas para o qual não houvera ainda resolução, a meio caminho do século XXI. No seu recente livro *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo*, Deolinda Folgado demonstra como a memória descritiva do plano de Olivais Sul, de 1960-61 denota já uma preocupação em construir habitação de baixo custo em larga escala nesta região, referindo expressamente o número de “empregados” da zona oriental (24.400), 60% destes vivendo na região, e muitos em “condições habitacionais extremamente deficientes”⁵⁶. No mesmo sentido, a partir de 1965, implementou-se o Primeiro plano de Urbanização de Chelas, nas quintas do interior desta Zona Oriental, num processo de urbanização e realojamento em grande escala que abrangeu populações de vários pontos da cidade e que se prolongou até este século⁵⁷.

Figura 3.17 - Rua do Bairro Chinês - anos 1950.



Fotografia Judah Benoliel
Fonte: AML

Figura 3.18 - Vista área do bairro da Madre Deus. À frente deste, os novos prédios da Ilha do Grilo - c. 1955.



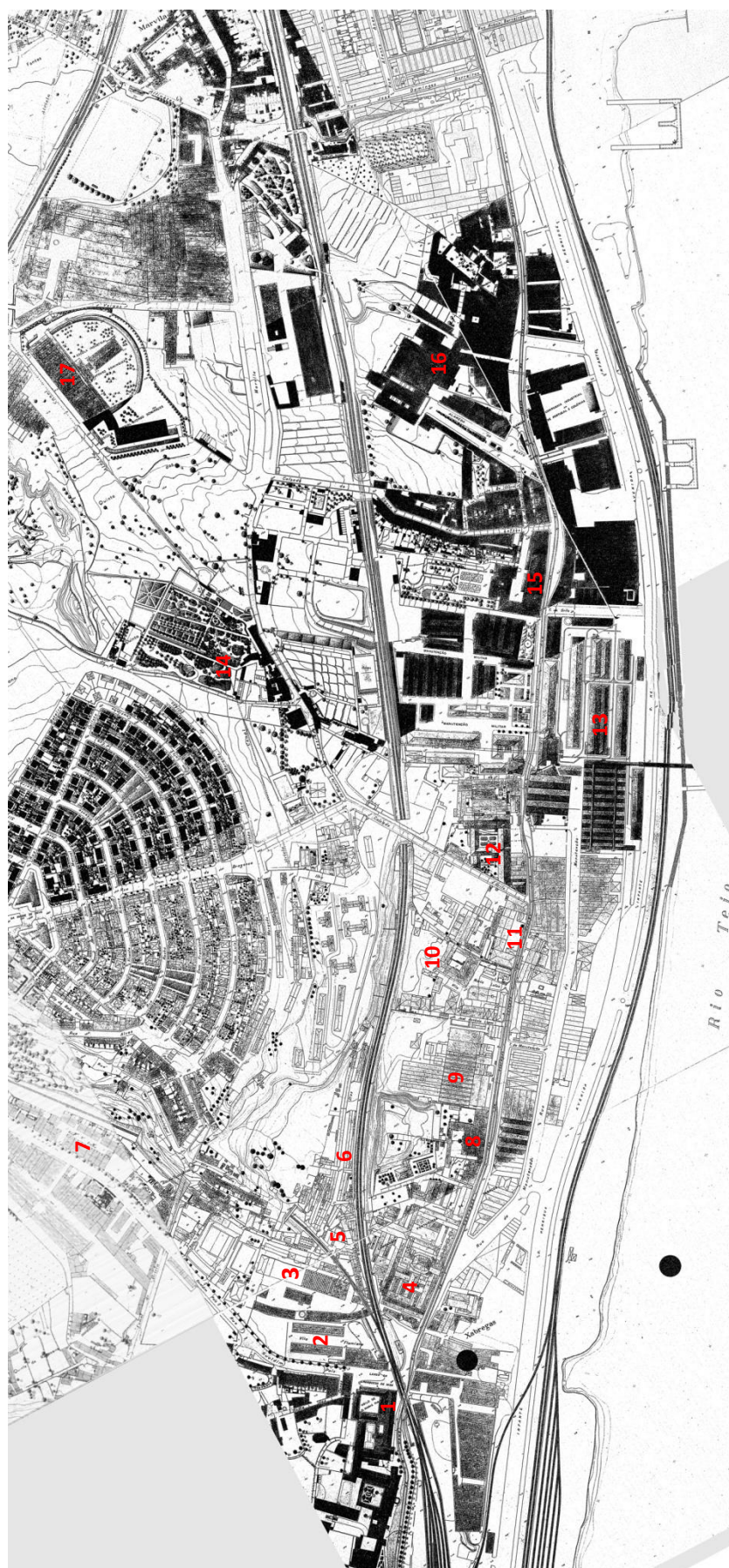
Fonte: AML

⁵⁵ A este respeito, Maria João Rodrigues chamara às Vilas um “ensaio de solução”. Ver Rodrigues, Maria João Madeira (1979), “Tradição, transição e mudança: A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, separata do *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa, p. 40.

⁵⁶ Folgado, Deolinda (2012), *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 261-262.

⁵⁷ As transformações trazidas por estes processos recentes de urbanização da Zona Oriental são elas próprias actualmente objecto de estudo e reflexão. Ver <http://vivermarvila.blogs.sapo.pt/>.

Figura 3.19 - Levantamento da Planta de Lisboa do Instituto Geográfico e Cadastral - composição das plantas n.ºs 13J, 13K, 14I, 14J, 14K, 14L, 15J, 15K e 15L - zona ribeirinha da Freguesia do Beato - 1954-58.



Legenda

- | | | |
|----------------------------------|----------------------------------|------------------------------|
| 1 - Asilo Maria Pia | 7 - Vila Emília | 13 - Manutenção Militar |
| 2 - Vila Flamiano | 8 - Palácio Olhão | 14 - Quinta das Pintoras |
| 3 - Fábrica Samaritana | 9 - Fiação e Tecidos Oriental | 15 - Palácio Duque de Lafões |
| 4 - S. Francisco/Fábrica Tabacos | 10 - Vila M.ª Luísa | 16 - Convento Beato/Nacional |
| 5 - Pátio do Black | 11 - D. Gastão/Ilhas Desertas | 17 - Esc. Afonso Domingues |
| 6 - Vila Dias | 12 - Recolhimento N. Sra. Amparo | |

Fontes: Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-1958. "Planta da Cidade", CML; Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-1958. "Planta da Cidade", Plantas 13J, 13K, CML - Gabinete de Estudos Olissiponenses e Levantamento Aerofotogramétrico de actualização em Outubro de 1978 da planta executada pelo Instituto Geográfico e Cadastral em 1956. "Planta da Cidade", Planta 15J, CML, 1978

Figura 3.20 - Levantamento da Planta de Lisboa do Instituto Geográfico e Cadastral - composição das plantas n.ºs 14L, 14M, 15L, 15M, 15N, 15O e 16O - zona ribeirinha da actual Freguesia de Marvila - 1954-58.



Fonte: Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-1958. "Planta da Cidade", CML.

Depois de quase dois séculos de percurso observados, assistimos às várias transformações vividas nas zonas ribeirinhas de Marvila e Beato. No início, o abrupto corte trazido pelo comboio e o crescimento da indústria oitocentista, com as suas chaminés de tijolo a pontuar a antiga paisagem rural. Já no século XX, esta indústria florescente reclama espaço, criando as primeiras cortinas opacas que tapam o rio e iniciam o seu afastamento. Em meados desse século, prolongam-se os aterros, as docas, as grandes avenidas, e nascem as fábricas modernas, em grandes extensões de edifícios em betão. E a indústria traz trabalho e milhares de novos habitantes a esta região, que se instalam como podem no novo território que chamam seu. Em finais do século XX, nova mudança se inicia: a indústria abranda, os armazéns encerram: Marvila e Beato, agora órfãos das suas fábricas e entrepostos, terão de encontrar novo caminho. No geral, nota-se um território feito de cortes e invasões súbitas, e que actualmente parece ter sido abandonado.

Figuras 3.21 e 3.22 - Rua do Beato - 2010 e Rua de Marvila - 2011.

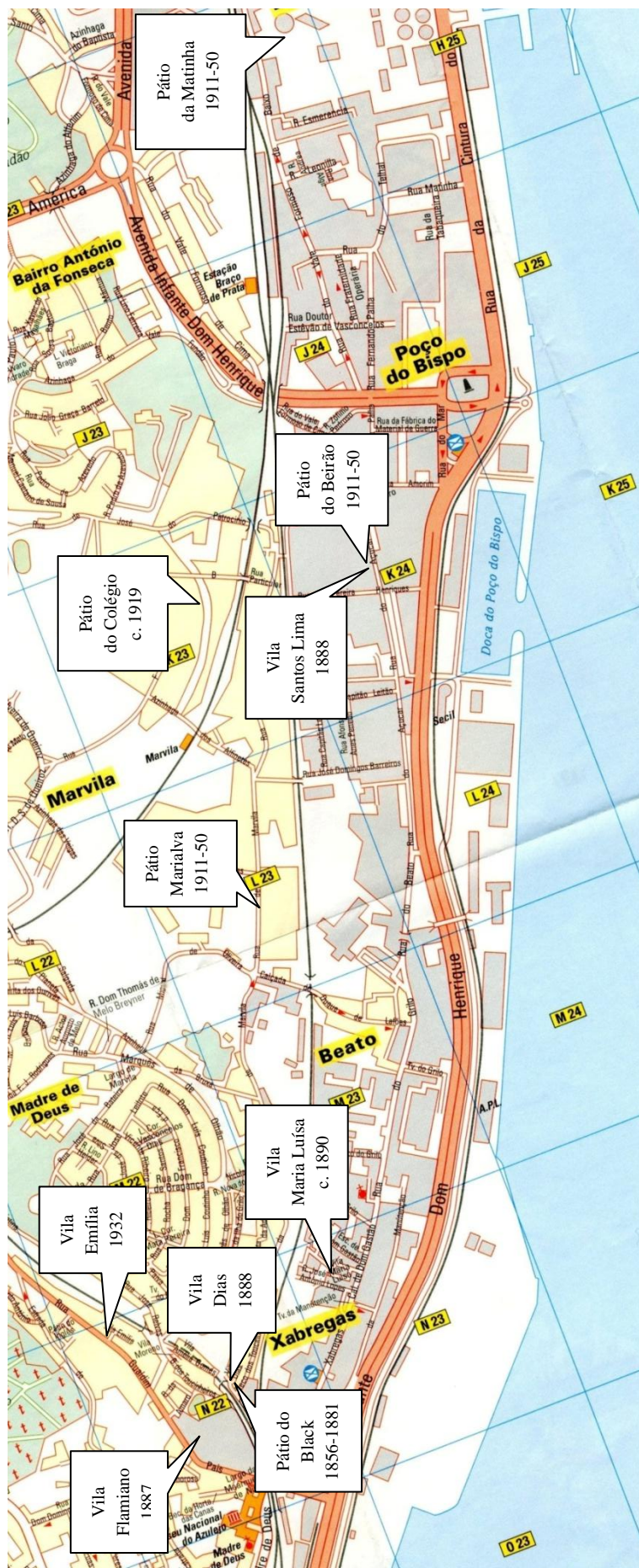
São evidentes as marcas do abandono deste espaço urbano ao longo das últimas décadas.



Fotografias Margarida Reis e Silva

Nesse percurso de necessária regeneração estarão igualmente os núcleos habitacionais que aqui se criaram entre 1880 e sensivelmente 1950 - os seus Pátio e Vilas de habitação popular, que procuraremos em seguida descrever, utilizando alguns exemplos particulares.

Figura 3.23 - A
Zona Ribeirinha
Oriental na
actualidade, com
localização e datas
de aparecimento dos
Pátios e Vilas em
estudo.



Fonte: *Mapa Desdobrável Lisboa*, 1/11.000, Michelin, 2005.

CAPÍTULO 4 - PÁTIOS E VILAS DA ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL

4.1. HISTÓRIA E ACTUALIDADE DO EDIFICADO

Antes do mais, procuremos situar o peso da habitação popular da cidade de Lisboa numa perspectiva quantitativa, com uma visão geral dos números totais de Pátios e Vilas existentes na capital e também dos existentes em Marvila e Beato. No recenseamento efectuado pela CML, apresentado no Plano de Pormenor de Salvaguarda dos Pátios e Vilas, editado pela Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas (DRUPV) em Outubro de 1993, num total de 1200 destas habitações recenseadas na cidade de Lisboa, 94 mereceram uma análise detalhada, tendo em vista a sua reabilitação; destes, 9 situam-se na Zona Oriental.

Em tese recente, de 2002, Filipa Antunes recenseia 955 Pátios e Vilas na cidade de Lisboa, dos quais 118 se situam em Marvila e Beato (12%). Note-se que o número global de Pátios e Vilas teria passado de 1200 para 955, o que, apesar da descida, aponta para a mesma ordem de grandeza da importância deste tipo de habitação popular.

Quanto ao estado de conservação encontrado na generalidade destes núcleos, coube à DRUPV avaliar directamente 61¹ Pátios e Vilas existentes na cidade de Lisboa, tendo encontrado um cenário geral de profunda degradação. Segundo esta Divisão, 42 dos 61 núcleos estudados (cerca de 68%) foram classificados como estando em “risco eminente de acidente por instabilidade de construção ou parte desta”. Para os técnicos, algumas patologias encontradas “resultam da concepção inicial do edifício e da utilização de materiais pobres”, assim como outras foram consideradas “resultado de progressivas alterações ao nível construtivo e funcional, introduzidas nas construções ao longo dos tempos, (...) da falta de adequada manutenção e conservação” expressa em “intervenções avulsas, tais como construção de anexos e avançados [e] utilização de novos materiais incompatíveis com os originalmente utilizados”², num contexto de fracos recursos económicos que se mantém inalterado até hoje.

Façamos agora um percurso mais detalhado pela habitação popular da Zona Ribeirinha Oriental. São 10 os núcleos escolhidos; os 9 considerados a reabilitar pela DRUPV - embora alguns destes núcleos se encontrem no limite do que chamaríamos a Zona Ribeirinha - aos quais acrescentámos o *Pátio do Black*, talvez não passível de reabilitação, mas importante de estudar, pelas suas características particulares.

¹ Como desenvolveremos mais tarde, ao analisar a acção desta Divisão municipal, os restantes 33 Pátios e Vilas recenseados ficaram sob a alçada directa de outras unidades de reabilitação da CML.

² Para todas as citações neste parágrafo ver CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, pp. 37-38.

4.1.1. *Pátio do Black*

O nosso percurso terá início no conjunto denominado *Pátio do Black*, situado no número 10 do Beco dos Toucinheiros, na freguesia do Beato.

Em 1857, instalara-se nesta zona aquela que seria uma das grandes unidades industriais da região, a *Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas*, propriedade de uma Companhia por acções do mesmo nome, de iniciativa inglesa.

Ao longo dos quase 100 anos que laborou neste local, esta unidade fabril ganhou várias designações. A mais popular terá sido *Fábrica da Samaritana*, devido à sua implantação, próximo de uma velha fonte com o mesmo nome. Outra designação terá sido *Fábrica do Black*, nome do engenheiro inglês Alexander Black, um dos fundadores desta Fábrica, “a quem se deve a arquitectura industrial e a montagem dos seus primeiros equipamentos e máquinas”³. Se a denominação inspirada neste sócio da Companhia não vingou para o espaço da fábrica, o seu nome permanece, mais de um século e meio depois, neste núcleo de habitação popular criado pela Fábrica da Samaritana, o *Pátio do Black*.

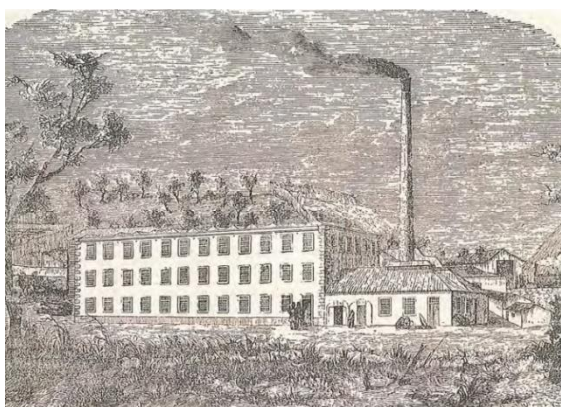


Figura 4.1 - A Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas, vulgo Fábrica da Samaritana. Imagem publicada no *Diário Ilustrado* de 1877, replicando uma gravura de 1864 do *Archivo Pittoresco*.

Fonte: Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 78.

Segundo o Inquérito Industrial de 1881, a esta data, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas já teria construído o denominado Pátio do Black. Explica-se neste documento:

fôra da fábrica tem a companhia tres predios para habitações dos operários com cincoenta e um quartos, sendo o ultimo predio mandado construir expressamente para este fim (...) os quartos de 1.600 réis [por mês] compreendem três divisões, os de 700 réis teem só uma casa⁴.

A fábrica contava à época com 191 operários (107 mulheres, 33 homens e 51 menores), ganhando entre 100 a 700 réis por semana. Com base neste mesmo registo e no Inquérito Industrial de 1890, Deolinda Folgado refere que a Fábrica da Samaritana terá vivido neste período a sua época de maior

³ Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*. Lisboa, Livros Horizonte, p.78

⁴ Inquérito Industrial 1881 (1881); Inquérito Directo, Segunda Parte: Visita às fábricas, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 119 e 120.

prosperidade: “o auge desta têxtil, atendendo à informação recolhida (...) ocorreu no final do século. Nessa altura, laboravam 513 operários e funcionavam 213 teares, dispondo de uma potência de 120 c/v”⁵. Terá sido neste contexto de crescimento e consequente necessidade de fidelizar a mão-de-obra - um problema também já referido no Inquérito de 1881⁶ - que a Samaritana, espaço fabril em expansão, criou à sua volta vários núcleos de habitação operária⁷.

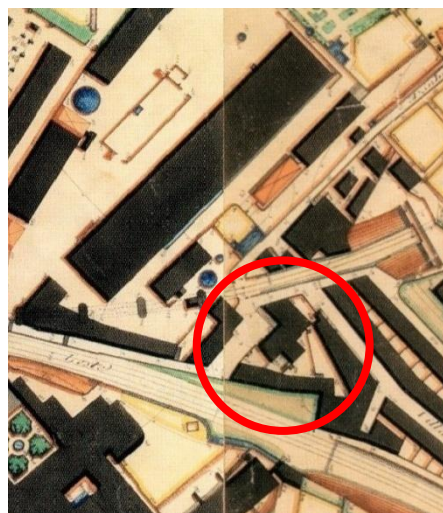
O *Pátio do Black*, ou *Bleck*, como a utilização popular o fez chegar à maioria da cartografia contemporânea, constitui o primeiro conjunto de habitação operária documentadamente construído na Zona Ribeirinha Oriental, destinado a alojar a mão-de-obra mais especializada da Samaritana, especificamente os *fiscais* desta unidade industrial.

Figura 4.2 - O Beco dos Toucinheiros - 1856-58. No círculo a vermelho, o local onde se veio a implantar o conjunto do Pátio do Black. À esquerda, o edifício da Fábrica da Samaritana.



Fonte: Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord.) (2000), *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856 - 1858*, Lisboa, CML, pp. 16 e 23.

Figura 4.3 - O Beco dos Toucinheiros - 1904-11. A vermelho, o conjunto do Pátio do Black. À esquerda, o edifício da Fábrica da Samaritana, consideravelmente ampliado.



Fonte: Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord.) (2005), *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa, CML, pp. 123 e 135.

⁵ Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 79.

⁶ Ver *Inquérito Industrial 1881* (1881), Inquérito Directo, Segunda Parte: Visita às fábricas, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 120.

⁷ Anteriormente, a Fiação de Xabregas tinha incluído ainda um internato, onde as crianças viviam enquanto trabalhavam na fábrica e aprendiam o ofício. Este equipamento, alvo de críticas e preocupação pelo bem-estar dos menores, terá sido encerrado pela Fábrica no seguimento de um incêndio em 1877. No Inquérito de 1881 refere-se ainda a existência de uma creche para os filhos das funcionárias, com “18 berços para as creanças de peito, e as de mais idade são vigiadas por uma mulher” Ver *Inquérito Industrial 1881* (1881), Inquérito Directo, Segunda Parte: Visita às fábricas, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 120 e também Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*. Lisboa, Livros Horizonte, p. 79.

Procurando determinar como se formou este Pátio, e quais seriam exactamente os três edifícios referidos no Inquérito de 1881, na cartografia de 1856 identifica-se, a poente da Fiação de Xabregas, um conjunto fronteiro à fábrica, composto por uma edificação com vários corpos em “serrote”, que, pelas suas características arquitectónicas poderia sido anteriormente uma casa de habitação integrada numa das propriedades agrícolas que a circundam⁸. Do lado poente deste conjunto de edifícios, e no espaço entre estes e a (nova) linha do caminho-de-ferro, encontra-se um pequeno talhão arborizado, fechado por um muro que o liga ao primeiro conjunto e o separa da rua. Terá sido aqui, neste pequeno logradouro, onde se identifica já uma construção primitiva, que se terão construído e adaptado os três edifícios referidos no Inquérito de 1881. Estes mesmos edifícios surgem já com a configuração actual nos mapas de 1911, erguendo-se em correnteza, porém em diferentes cotas de soleira, acompanhando o declive do terreno. Igualmente de registar o evidente crescimento do edifício da Fiação de Xabregas e de todo o complexo industrial envolvente, em consonância com as alterações documentadas, ocorridas após um grande incêndio ocorrido na Fábrica em 1877⁹.

Apesar de actualmente todo o conjunto do Pátio do Black se encontrar bastante descaracterizado por acrescentos posteriores, é possível verificar alguma uniformidade no desenho das fachadas destas três construções, assim como uma simetria e repetição dos vãos. Tais características aproximam já este conjunto da configuração das primeiras *Vilas* construídas de raiz para operários, solução que este Pátio obviamente prenuncia, não se limitando na sua configuração a um emaranhado de pequenas habitações improvisadas, como é habitual nos *Pátios* de habitação popular.

Figura 4.4 - Pátio do Black - 2010.

Edifício em cujo logradouro se formou o Pátio.



Fotografia
Margarida
Reis e Silva

Figura 4.5 - Pátio do Black - 2009.

Aspecto dos três edifícios principais.



Fonte:
Google
Earth 2009.

⁸ No corpo central, identifica-se a existência de uma escadaria de acesso a um varandim no andar nobre. Parte deste primeiro conjunto em cujo logradouro se criou o Pátio do Black foi demolido cerca de 1891, aquando da ligação à linha ferroviária de Cintura de Lisboa, a já referida Concordância de Xabregas - como se pode verificar na representação de 1904-11.

⁹ “Uma mudança qualitativa correspondeu ao incêndio de 3 de Agosto de 1877, que criou as condições de completa renovação, apetrechando-se com a tecelagem mecânica e nova potência a vapor. Deve datar desta altura a nova casa das máquinas e a nova chaminé da fábrica”. Ver Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 79.

Separados da via pública por um muro, no qual se abre um único portão de acesso ao conjunto, os edifícios originais do pátio terão sido, ao longo das décadas, rodeados de outras construções, precárias e de má qualidade. Com o encerramento da Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas, após incêndio ocorrido em 1948¹⁰, este antigo Pátio de habitação operária “ligado à produção” é ainda habitado, encontrando-se no entanto em muito mau estado de conservação geral.

4.1.2. Vila Flamiano

Do lado oposto da Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas, encontramos o seu outro contributo para a habitação operária da Xabregas de finais do século XIX, ilustrativo de uma nova fase da resposta à crise habitacional desta época - as Vilas. A *Vila Flamiano*¹¹, criada pela mesma empresa que adaptara o *Pátio do Black* para os seus fiscais, é a primeira Vila Operária a ser construída na zona em estudo e o terceiro conjunto deste tipo a surgir em toda a cidade de Lisboa.

A já referida necessidade de fixar a massa assalariada junto das fábricas e, em primeiro lugar, a mão-de-obra diferenciada, terá concorrido para a construção deste conjunto, destinado a alojar os mestres e contramestres da Fiação de Xabregas¹².

Inaugurada a 22 de Outubro de 1888 (com projecto do ano anterior), a Vila obedeceu já ao projecto de um engenheiro, António Teixeira Júdice, e o seu plano foi considerado bastante inovador para a época, visto apresentar um conjunto de infraestruturas sanitárias incomuns, principalmente em habitações operárias, respondendo tanto na construção¹³, como no restante apoio prestado aos moradores, às preocupações higienistas dos finais de oitocentos. Leia-se um excerto de Teixeira Bastos, publicado aos 10 anos de construção desta Vila:

¹⁰ A partir de 1934 a propriedade da fábrica passou para a Sociedade Têxtil do Sul Lda., fornecedora (e também proprietária) dos Armazéns do Chiado. Ver Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 79.

¹¹ Segundo Mário Furtado, este seria o nome de um antigo administrador da fábrica, dado à Vila Operária como homenagem póstuma. Ver Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega, p. 122.

¹² Uma observação pontual: segundo o Inquérito Industrial de 1881, 1/3 dos mestres e contramestres então em funções na Fiação eram ingleses, o que poderá ser uma pista a considerar em estudos mais aprofundados a efectuar sobre este núcleo habitacional. Ver Inquérito Industrial 1881 (1881); Inquérito Directo, Segunda Parte: Visita às fábricas, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 119.

¹³ Verificou-se a preocupação em criar um eficaz sistema de esgotos, com pias de despejo em todas as habitações e caixas-de-ar sob os edifícios. Maria João Rodrigues salienta, sobre a Vila Flamiano, os “progressos apreciáveis quanto ao saneamento, número de divisões interiores, articulação de espaço interno e qualificação do espaço envolvente”. Ver Rodrigues, Maria João Madeira (1979), “Tradição, transição e mudança: A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, separata do *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa, p. 46.

A Companhia do Fabrico de Algodões de Xabregas (...) construiu dois grupos de habitações, formando um bairro operário denominado “Villa Flamiano”. Cada grupo de casas consta de lojas e primeiros andares, dando um dos grupos habitações a quarenta inquilinos e o outro a trinta e dois. As rendas mensais eram, em 1891, de 3.000 réis para as casas com quatro compartimentos, 1.500 para as de três e 1.200 para as de dois. A Companhia do Fabrico de Algodões de Xabregas fornece água em abundância aos inquilinos, tanto para os gastos domésticos como para a lavagem de roupas. Representa isto uma vantagem capital sobre o ponto de vista hygienico¹⁴.

Respeitando um dos padrões-tipo das vilas operárias, a Vila Flamiano é composta por duas correntezas de edifícios, que formam um pátio privativo, situado no interior de um quarteirão. É dada ênfase ao pátio central, constituído no centro das duas filas de edifícios, através da plantação de árvores e actualmente pela instalação de bancos, que propiciarão uma vivência mais virada para dentro do conjunto da vila.

Cada uma destas fileiras de edifícios, com dois pisos acima do solo, compreende 5 prédios, alternando estes entre duas categorias diferentes: edifícios tipo I e tipo II, consoante a dimensão das casas, que variam entre 2 e 4 divisões e seriam distribuídas pelos trabalhadores segundo a composição dos respectivos agregados familiares. No conjunto, os edifícios apresentam janelas de moldura recta, que nos pisos térreos alternam, com algumas variações (consoante os tipos), com as portas de acesso ao interior das casas.

Figuras 4.6 e 4.7 - Vila Flamiano - 2010.

À esquerda, a Vila Flamiano vista a partir do seu pátio interior. À direita, a vila vista da Rua Gualdim Pais.



Fotografias
Margarida Reis e
Silva

Relativamente à sua posição face à via pública, a Vila Flamiano experimenta actualmente uma situação bastante diferente da que existia à data da sua construção, tal como já aflorado na descrição geral do território da Zona Ribeirinha Oriental. Para avaliar correctamente a tipologia em que se insere este conjunto de habitação operária, não é suficiente avaliar o que é aparente, mas torna-se necessário reconstituir o contexto da sua construção através das fontes disponíveis.

¹⁴ Bastos, Teixeira (1898), *Habitações Operárias*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, disponível em: <http://www.gutenberg.org/2/4/8/5/24853/>.

Como se verifica na planta de localização do projecto desta vila, assim como na cartografia municipal de 1911, a Vila Flamiano foi construída fora de qualquer eixo viário, no interior do quarteirão entre a Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas e os prédios que fechavam o Largo Marquês de Nisa, sob cujas arcadas se fazia um dos acessos a este conjunto de habitação operária. Até aos anos de 1930, e durante as primeiras cinco décadas da sua existência, esta Vila esteve oculta pelo Palácio dos Marquês de Nisa, confinando com terrenos agrícolas e com a Fábrica que a construíra e circundada por muros¹⁵ - até se proceder à abertura da Rua Gualdim Pais, criada por decreto de Junho de 1933¹⁶. Ainda assim, o seu principal acesso fazia-se por baixo das arcarias do mesmo velho edifício, com o nº 6 do Largo Marquês de Nisa.

Figura 4.8 - Reprodução da planta de localização apresentada à CML em 1887: é possível identificar a posição da Vila relativamente às vias de circulação e ao Largo do Marquês de Nisa.

Fonte: Rodrigues, Maria João (1979), “Tradição, transição e mudança: A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, sep. do *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, Assembleia Municipal de Lisboa, extratexto p. 40/41.

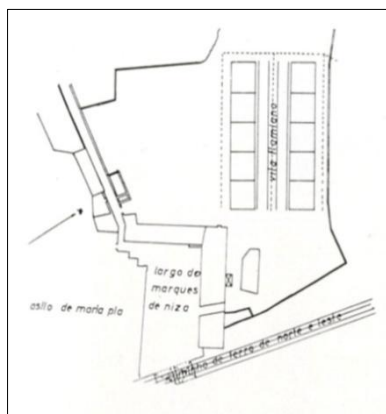
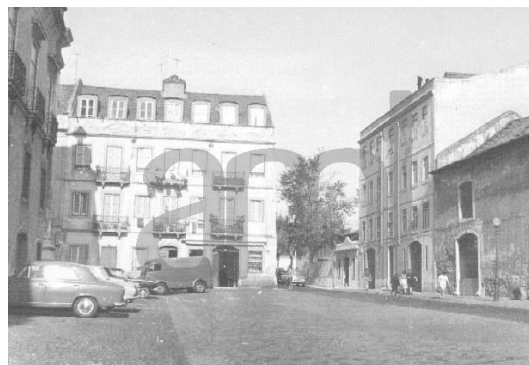


Figura 4.9 - Largo do Marquês de Nisa - 1967. À direita, linha de prédios sobre os quais se fazia o acesso principal à Vila Flamiano.



Fotografia de João H. Goulart
Fonte: AML

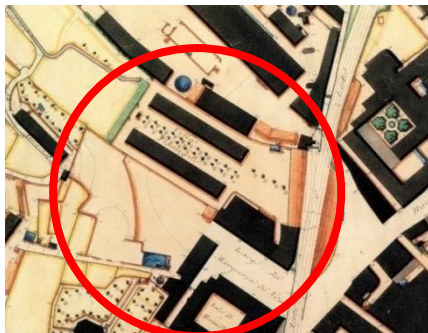
Décadas mais tarde, em inícios do século XXI, foi demolido o número 5 do Largo Marquês de Nisa (a antiga Fábrica de licores Âncora) e em 2010, arrasou-se o número 6, edifício sob o qual se fazia o acesso, fazendo-se actualmente a entrada na Vila através do “terreiro” deixado vago por essas antigas edificações. A Vila Flamiano apresenta hoje dois acessos, ambos ligados ao espaço público. Não

¹⁵ Procurando caracterizar melhor o espaço geográfico onde irá nascer a Vila Flamiano, leia-se Mário Furtado, que explica que o único acesso às traseiras do Largo do Marquês de Nisa, na sua antiga configuração, se fazia por “uma passagem pedonal no Beco da Horta das Canas”. Ver Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega, p. 18. Também Deolinda Folgado e Jorge Custódio encontraram registos da sua anterior configuração cerca de 1931, nomeadamente o aspecto do muro que a limitava desse mesmo lado, onde pouco depois nasceria a Rua Gualdim Pais: “... a parte da Vila Flamiano com uma cortina de pouca altura e grades de ferro em pilares de tijolo, para serventia da vila”. Ver Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 75.

¹⁶ Informação da CML. Em toponimia.cm-lisboa.pt/pls/htmldb/f?p=106:14211769599046023::NO::P1 TOP ID:2461#ancora, acedido a 10 de Setembro de 2012.

obstante, nasceu, há 124 anos, em terrenos pouco urbanizados desta zona limítrofe de Lisboa, isolada no seu espaço privativo de aldeia dentro da cidade.

Figuras 4.10 e 4.11 - Evolução da localização da Vila Flamiano face ao espaço público.



Fonte: Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord) (2005), *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa, CML, p. 123 e 135.



Fonte: CML, Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-1958. Plantas 14I e 14J.

Como já referido, esta Vila enquadra-se, quanto à sua origem, no tipo de habitação operária ligada directamente à produção, já que resultou da iniciativa dos sócios da Companhia de Fiação e Tecidos de Xabregas, sociedade proprietária da fábrica conhecida como Samaritana. A um final de oitocentos que revolucionara a paisagem ribeirinha oriental com a chegada das máquinas, chegava agora o primeiro testemunho da filantropia industrial, que concorria numa tentativa de enquadrar a nova classe operária no espaço urbano, fidelizando-a mas financiando ao mesmo tempo a sua fixação com maior dignidade. Ainda Deolinda Folgado e Jorge Custódio:

A inauguração do conjunto habitacional ocorreu no dia 22 de Outubro de 1888, e o seu nome deveu-se a um dos fundadores da Companhia. No discurso inaugural, desta vila de cariz particular, refere-se que o modesto bairro operário (...) *foi construído não só com o fim de satisfazer a uma necessidade da Companhia que administramos, como também e, talvez muito principalmente, para satisfazer a não menos imperiosa necessidade de fornecer habitação barata, confortável e higiénica aos que tem por única fortuna o produto do seu trabalho quotidiano*¹⁷.

Do final do século XIX a meados do século XX, o orgulho nesta ligação entre trabalho e habitação operária terá permanecido no discurso empresarial, mas evoluído consoante os tempos. Veja-se a ilustração retirada da *Agenda dos Grandes Armazéns do Chiado* de 1945 (propriedade da Sociedade Têxtil, também proprietária da Samaritana), representando todo o complexo fabril da Fiação de Xabregas, “rematado” à direita pelas duas correntezas da Vila Flamiano; esta aparece como um espaço ordenado, perfeitamente integrado nas vias de circulação e que em conjunto com o restante complexo industrial se abre sobre uma zona verde, à imagem da cidade-jardim inglesa que os mais modernos

¹⁷ Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 75.

complexos fabris procuravam reproduzir¹⁸. Curiosamente, desta gravura desapareceram todos os edifícios e muros que a rodeavam, parte deles ainda existentes nos dias de hoje.



Figura 4.12 - Imagem da Fiação de Xabregas e equipamentos circundantes na Agenda dos Grandes Armazéns do Chiado, 1945.

Fonte: Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*. Lisboa, Livros Horizonte, p. 80.

Ainda do ponto de vista tipológico, de referir que, ao contrário de alguns exemplos posteriores de vilas operárias, a Vila Flamiano não apresenta elementos decorativos de relevo. A sua marca principal será a simetria e racionalidade dos vãos, em conjugações fenestrais com pequenas variações que se repetem, aliada ao espaço amplo que ocupa e à sua implantação “arejada” no terreno, mesmo que inicialmente pensada para alguma introversão. Facto a registar será a inexistência da habitual placa de identificação da Vila, talvez fruto das modificações operadas nos acessos a este conjunto.

A antiga fábrica da Samaritana deixou de laborar em 1951, após um violento incêndio, que destruiu a quase totalidade do seu interior. A Vila Flamiano, assim como o Pátio do Black mantiveram-se em mãos privadas até aos nossos dias. À semelhança de outros núcleos de habitação popular da Zona Ribeirinha Oriental, a Vila Flamiano encontra-se inventariada na lista dos “Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis” na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico, constante do Regulamento da primeira revisão ao PDM de Lisboa (PDML), de 2012¹⁹. Não obstante, a Vila apresenta actualmente mau estado de conservação geral, com algumas alterações no espaço exterior e não obedecendo a qualquer projecto de recuperação de conjunto. Registam-se algumas tentativas de reabilitação pontuais e isoladas, e não é visível um esforço de manutenção dos espaços comuns.

¹⁸ Sobre este tema, ver Folgado, Deolinda (2012), *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 261.

¹⁹ Sobre o PDM referido, ver *Diário da República*, 2.^a série, n.º 168, 30 de Agosto de 2012, pp. 30275-30377, e em especial o Anexo III: “Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico”, pp. 30317-30370.

Figura 4.13 - Vista área da Vila Flamiano - 2007.



Fonte:
Google Earth, 2007.

4.1.3. Vila Dias

Também em 1888, junto ao vizinho Alto dos Toucinheiros, se construiu a Vila Dias. António Carlos Dias, proprietário do terreno, inscreve no processo de obra, iniciado nesse mesmo ano, a sua intenção de aqui construir “3 séries de barracas”²⁰ para habitação de baixo custo. O projecto da terceira rua será no entanto reduzido, devido à pré-existência de barracões no topo nascente do terreno²¹. Em 1891, há registo da ocorrência de um incêndio nesta Vila, do qual terão resultado algumas variações ao desenho inicial deste conjunto, de resto marcadamente uniforme - o primeiro quarteirão do lado sul passou a ter apenas um piso²².

Olhando a cartografia, em 1858 dificilmente se identificava o solo onde se viria a erguer a Vila Dias; este era apenas uma estreita “língua” de terra junto à linha férrea, um terreno em declive no sopé das “Barreiras de Xabregas”, contrafortes com 43 metros de altura, onde se trilhara com duro trabalho a passagem do comboio. Em 1911, já as correntezas desta vila se desenham no mapa, com o quadriculado dos seus pequenos logradouros individuais. Em torno do conjunto da Vila Dias não há muros, nem prédios que tapem a frente do quarteirão - estes não são necessários para a segregação deste espaço de habitação popular. Se a sua construção se fizera para rentabilizar um terreno retirado, “encaixado” entre a encosta do Alto dos Toucinheiros e a Linha do Norte, a partir de 1891, o túnel da *Correspondência de Xabregas* veio aumentar o seu isolamento, fechando-a mais um pouco pelo lado Sul.

²⁰ Processo de Obra nº 41157, citado por CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2, Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, nº 37 – Vila Dias, Vila Flamiano, p. 1.

²¹ Estes barracões a nascente, visíveis no mapa de 1911, seriam parte de uma indústria cerâmica que aqui se fixou, e que terá coexistido com a Vila Dias durante algumas décadas. Ver Teixeira, Paula Alexandra e Rui Manuel Matos (1997), “Teorias e Modelos de Habitação Operária: O Caso de Lisboa (1880-1920). Em *Actas das Sessões: I Colóquio Temático: O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (Séculos XVI a XIX), Padrão dos Descobrimentos, 8 a 11 de Março de 1995*, CML - Pelouro da Cultura, p. 188.

²² CML, Centro de Documentação, Espólio DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2, Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, nº 37 – Vila Dias, Vila Flamiano, p. 1.

Figura 4.14 - O Alto dos Toucinheiros no levantamento de 1856-58. Futuro local de implantação da Vila Dias.

Fonte: Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord) 2000, *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856 - 1858*, Lisboa, CML.

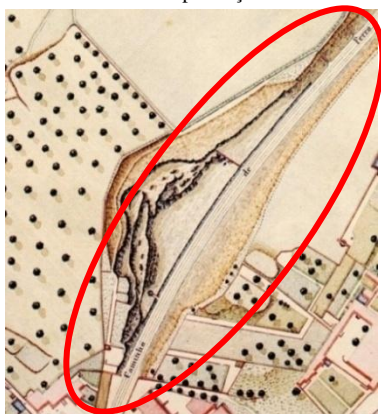


Figura 4.15 - A Vila Dias, em 1904-11, apresentando já a configuração que mantém actualmente.

Fonte: Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord), 2005, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa, CML.



A localização desta Vila, segregada das vias de circulação, terá criado a necessidade de lhe assegurar alguma auto-suficiência. O conjunto, que terá chegado a albergar 300 famílias²³, dispunha de alguns equipamentos próprios, como um chafariz ou um posto dos correios e terá desde sempre contado com os seus próprios estabelecimentos comerciais, como tabernas, cafés ou mercearias (ou, mais recentemente, um cabeleireiro), que se mantêm até hoje. Talvez pelo seu isolamento, a Vila Dias foi por vezes olhada como um reduto subversivo. Segundo Carlos Consiglieri, “o receio da revolta operária era de tal ordem que em 1892 estava instalada uma esquadra da polícia na Vila Dias”²⁴. Ao que se pôde verificar noutra publicação, este equipamento teria sido solicitado pelo próprio proprietário da Vila, segundo escrevia a imprensa da época:

Ficou hontem estabelecido na Villa Dias, em Xabregas, o posto policial de há muito reclamado pelo sr. Carlos Dias, dono d’aquellas propriedades. O posto é comandado pelo guarda 106 (...) e compõe-se de mais 3 guardas (...). A casa, que é offerecida gratuitamente pelo sr. Dias, tem todas as condições de asseio e hygiene e já foi estabelecido um telephone.²⁵

Figura 4.16 - Mulheres e crianças da Vila Dias - início do século XX.



Figura 4.17 - Vila Dias - 1967. Estabelecimentos comerciais nos edifícios reconstruídos após o incêndio de 1891.



Fotografias de Alberto Carlos Lima e João H. Goulart. Fonte: AML

²³ *Cidade/Campo: Cadernos da Habitação ao Território* (Fevereiro 1978), Lisboa, Ulmeiro, (1), p. 28.

²⁴ Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, CML, p. 76.

²⁵ *Diário de Notícias* de 5 de Novembro de 1892, citado por Ferreira, Paula Cristina, Paula Sanchez e Sandra Figueiredo (1995), *A Freguesia do Beato na História*, Lisboa, Junta de Freguesia do Beato, p. 82.

Relativamente à sua forma, esta Vila é composta por duas correntezas principais de edifícios, com dois pisos acima do solo na maioria da sua extensão. Todos os vãos são de cantaria recta, apresentando-se, ao nível do solo, em sucessões de módulos com duas janelas e uma porta. As fachadas não revelam nenhuma característica particular de destaque, para além de um pequeno painel em azulejo na empena do primeiro edifício, com a inscrição do nome da Vila, ostentando porém a data (tardia) de 1967. Segundo as tipologias enumeradas por Nuno Teotónio Pereira, a Vila Dias é o perfeito exemplo da “vila configurando rua”, maximizando o mais possível o seu terreno de implantação, numa sucessão de prédios modulares, construídos ao longo de um eixo viário. Construída obviamente com técnicas e materiais de baixo custo, a Vila Dias, nas palavras de Deolinda Folgado “tipifica um modelo em que a qualidade de vida dos operários é uma das últimas preocupações”²⁶.

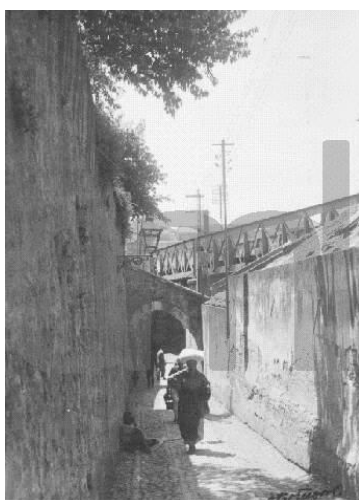
Figura 4.18 - Vista área da Vila Dias - 2007.



Fonte: Google Earth, 2007.

Quanto à sua ligação ao espaço urbano, e apesar desta inscrição directa num eixo de via, a característica mais marcante desta Vila é sem dúvida o seu isolamento, crítica principal dos estudos contemporâneos a estes antigos núcleos de habitação popular e que, neste caso, se mantém inalterado até hoje²⁷.

Figuras 4.19 e 4.20 - O (difícil) acesso à Vila Dias - 1940 e 2010. Lembrando o seu passado de azinhaga, o Beco dos Toucinheiros com o aspecto que conserva até à actualidade.



Fotografia Eduardo Portugal
Fonte: AML



Fotografia
Margarida Reis e Silva

²⁶ Folgado, Deolinda (2012), *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 343.

²⁷ Esta situação é agravada por um impasse legal em que se encontrará a zona a nascente da Vila, que permanece até aos dias de hoje sem qualquer tipo de urbanização.

A origem deste conjunto de habitação operária não parece consensual entre quem sobre ele escreveu. Até 1995, várias edições locais e municipais identificavam a Vila Dias como ligada a uma indústria têxtil no Vale de Chelas, incluindo-a nas chamadas “vilas directamente ligadas à produção”²⁸. Não obstante, não parecem existir registos que o comprovem. Em 1998, Deolinda Folgado e Jorge Custódio identificaram a Vila Dias como um conjunto de habitação operária de iniciativa particular, construída com o intuito de fornecer arrendamento económico aos trabalhadores das várias fábricas da região, e o mesmo parecem confirmar os livros de obra consultados pela DRUPV.

Nas últimas décadas, mantêm-se alguns estabelecimentos comerciais nesta antiga Vila de habitação popular e são ainda visíveis sinais de velhas sociabilidades, como o chafariz comunitário, apesar de este apresentar actualmente sinais de abandono²⁹. Esse é o estado comum a todo este conjunto oitocentista, também ele inscrito na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico.

À semelhança de outros núcleos de habitação popular da região, são visíveis tentativas de reabilitação pontuais e isoladas, que não obedecem a qualquer plano de conjunto e por vezes concorrem um pouco mais para a descaracterização destes espaços. De registar a construção de um parque infantil, no topo norte deste conjunto.

Figuras 4.21 e 4.22 - Vila Dias - 2010. À esquerda, empena sul do conjunto, com o painel de azulejo ostentando o nome da Vila. À direita, aspecto geral da rua.



Fotografias
Margarida Reis e Silva

²⁸ Veja-se Teixeira, Paula Alexandra e Rui Manuel Matos (1997), “Teorias e Modelos de Habitação Operária: O Caso de Lisboa (1880-1920). Em *Actas das Sessões: I Colóquio Temático: O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (Séculos XVI a XIX), Padrão dos Descobrimentos, 8 a 11 de Março de 1995*, CML - Pelouro da Cultura, p.188 ou Ferreira, Paula Cristina, Paula Sanchez e Sandra Figueiredo (1995), *A Freguesia do Beato na História*, Lisboa, Junta de Freguesia do Beato, p. 78.

²⁹ Não esquecer uma das suas imagens características, com estendais de roupa que atravessam a rua de um lado ao outro, evidenciando ainda alguma vivência comunitária.

4.1.4. Vila Maria Luísa

Saindo do Alto dos Toucinheiros e seguindo para oriente, encontramos a *Vila Maria Luísa*, em tempos chamada Vila Zenha, em plena zona chamada do “Grilo”, onde a Rua de Xabregas se torna Calçada de D. Gastão. A Vila Maria Luísa nasceu de uma das velhas quintas da zona oriental, a Quinta Leite de Sousa, por vezes também referida como Quinta das Varandas. Segundo a bibliografia, esta seria uma propriedade da aristocracia, da qual se encontram registos desde inícios do século XVII e que a partir de setecentos seria parte de um morgadio. Pelos registos de arrendamentos desde 1712, e até pelas referências de permanências (apenas) esporádicas na zona pelos seus proprietários, calcula-se que esta seria essencialmente uma residência de veraneio.

A partir de finais do século XIX, a Quinta Leite de Sousa torna-se num exemplo emblemático das transformações económicas, sociais e também urbanas, vividas um pouco por toda a Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa. Cerca de 1888, a quase totalidade do terreno da Quinta é desanexado e vendido, aí se instalando a Fábrica de Fiação e Tecidos Oriental, importante unidade industrial de Xabregas, que aqui laborará até 1983. Pela mesma época do final de oitocentos, José Salgado Zenha terá comprado o antigo solar e a restante propriedade da Quinta Leite de Sousa, aí promovendo a construção de habitações económicas, destinadas provavelmente a ser arrendadas aos trabalhadores das fábricas vizinhas. Segundo as fontes consultadas, a partir de 1890 vários projectos foram apresentados por este proprietário, para construção de habitação plurifamiliar nos terrenos que envolvem o antigo palacete Leite de Sousa. Segundo os registos camarários, antes do final de oitocentos a antiga propriedade de lazer encontrava-se desmembrada e a construção de uma vila operária devidamente planeada estava longe do que se verificava na realidade:

As parcelas de terreno desta propriedade eram arrendadas ou vendidas a particulares que aí podiam igualmente construir. Em consequência, surgem não só edifícios de habitação mas também oficinas e armazéns, o que contribuiu para a definição da originalidade e desequilíbrio estrutural do espaço³⁰.

Em 1900, no livro *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna*, Angelina Vidal assim descreve esta propriedade, então ainda conhecida por Vila Zenha:

Comprada por Salgado Zenha, foi toda demolida e, em lugar das velhas sementeiras de cereais, mandou-a ele *semeiar* de pequeninos prédios, armados como casitas de pombos, onde habitam famílias pobres. Não tem arruamentos nem obedecem a regras aqueles casinhotos, mas produzem bons rendimentos aos proprietários³¹.

³⁰ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, nº 36 – Vila Maria Luísa, p. 1.

³¹ Vidal, Angelina (1994 - 2ª ed.) (1ª ed. 1900), *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna*, Lisboa, Vega, p. 267.

Figura 4.23 - A Quinta Leite de Sousa, em 1856-58. Assinalada a vermelho, a zona que se tornará Vila Zenha e depois Vila Maria Luísa.



Fonte: Viegas, Inês
Morais e Alexandre
Arménio Tojal
(coord), 2000, *Atlas
da Carta Topográfica
de Lisboa sob a
direcção de Filipe
Folque: 1856 - 1858.*
Lisboa, CML

Figura 4.24 - Conjunto da então Vila Zenha - 1904-11. A “Vila” com o palacete da antiga Quinta Leite de Sousa e com as primeiras construções feitas de raiz para habitação popular.



Fonte: Viegas, Inês
Morais e Alexandre
Arménio Tojal
(coord), 2005, *Levantamento da
Planta de Lisboa:
1904-1911*, Lisboa,
CML.

Nas primeiras décadas do século XX, no antigo palacete da Quinta Leite de Sousa instalou-se a Escola Central nº 20, escola primária masculina, frequentada maioritariamente pelos filhos dos operários desta zona industrial. Terá sido pelas características da sua população escolar carenciada que, em 1913, se instalou, junto à Escola Central nº20, a Assistência Escolar do Beato e Olivais. Esta instituição estatal disponibilizava aos seus utentes assistência médica, balneários e um dispensário de roupa, assim como uma cantina com capacidade para alimentar 144 crianças³².



Figura 4.25 e 4.26 - Entrada da Vila Maria Luísa - 1970.



Fotografias
João H. Goulart.
Fonte: AML:

Nas primeiras décadas de noventaos continuam a somar-se as construções de habitação económica neste espaço, maioritariamente em pequenos edifícios de dois pisos³³, para além da edificação

³² Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 53.

³³ Com registos de pedidos de licenciamento em 1912, 1913 e 1916. CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, nº 36 – Vila Maria Luísa, p. 2.

desordenada de anexos e das utilizações variadas que se registam no edifício principal da antiga Quinta³⁴. Segundo informação da DRUPV, cerca de 1940, o espaço ganha a actual designação de Vila Maria Luísa, nome de uma das proprietárias da Vila à época³⁵.

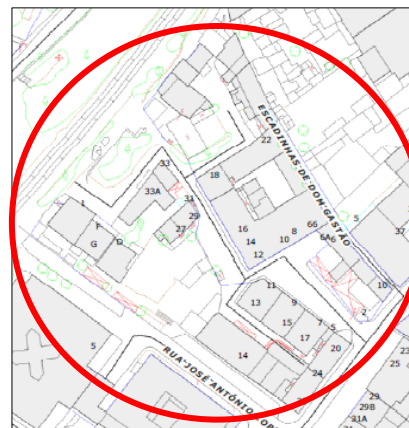
Formalmente, este conjunto de habitação popular, apesar de ter ficado na tradição oral com a designação de “Vila”, não pode ser caracterizado de forma tão linear³⁶. Resta-nos categorizar separadamente as diversas tipologias que o compõem. Estamos perante um espaço murado e isolado da via pública, característica comum dos núcleos de habitação popular, dentro do qual se ergue um antigo palacete subdividido e alterado para utilizações variadas - um Pátio Palaciano - a par de várias unidades de habitação económica pensadas de raiz - configurando o que geralmente se define como Vila - assim como outras construções espontâneas e de pior qualidade de pequenas células habitacionais, aproveitando os espaços obsoletos de antigos edifícios - o que se caracterizará como um Pátio de arquitectura civil.

Figura 4.27 - Vila Maria Luísa - 2012. Vista de parte do conjunto da Vila Maria Luísa, a partir do portão da antiga propriedade nobre. Ao fundo, o palacete, à esquerda, alguns dos edifícios construídos de raiz para habitação popular.



Fotografia Margarida Reis e Silva.

Figura 4.28 - Vila Maria Luísa - 2005. Conjunto da Vila, com as várias construções existentes na actualidade.



Fonte: “Freguesias do Concelho de Lisboa – Beato”, CML, Direcção Municipal de Planeamento Urbano, Departamento de Informação Geográfica e Cadastro, 2005.

³⁴ No interior do palácio, grandemente descaracterizado, são no entanto de realçar os painéis figurativos de azulejo pombalino existentes na escadaria principal. Este edifício encontra-se inventariado na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico como bem imóvel de interesse municipal.

³⁵ Câmara Municipal de Lisboa, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, nº 36 – Vila Maria Luísa, p. 2.

³⁶ Quanto à questão das designações tradicionais destes espaços de habitação popular, e às dificuldades em fazer a sua categorização formal, recorde-se, em comparação, o anterior exemplo do *Pátio do Black*, cujos edifícios principais não divergem grandemente dos que se encontram na todavia Vila Maria Luísa.

Tendo estado sempre na mão de particulares, a Vila Maria Luísa, ao que se sabe, nunca se constituiu como espaço habitacional ligado a uma empresa específica. Actualmente, apresenta vários tipos de utilização, que incluem a habitação ou um estabelecimento de ensino privado, a par de várias outras empresas de comércio e serviços. A já centenária Escola Pública nº 21 (número entretanto alterado), foi recentemente desactivada.

No geral, os edifícios apresentam mau estado de conservação, registando-se tentativas de reabilitação pontuais, que apenas contribuíram para um agravamento da desarticulação que caracteriza este espaço, e que o terá vindo a distinguir desde há muito, a contar pelas primeiras menções a esta Vila, nas desencantadas palavras de Angelina Vidal.

Figuras 4.29 a 4.32 - Vila Maria Luísa - 2012. Vários aspectos do interior do conjunto da “Vila”, em óbvio estado de degradação e abandono generalizado dos espaços comuns.



Fotografias Margarida Reis e Silva.

4.1.5. *Pátio Marialva*

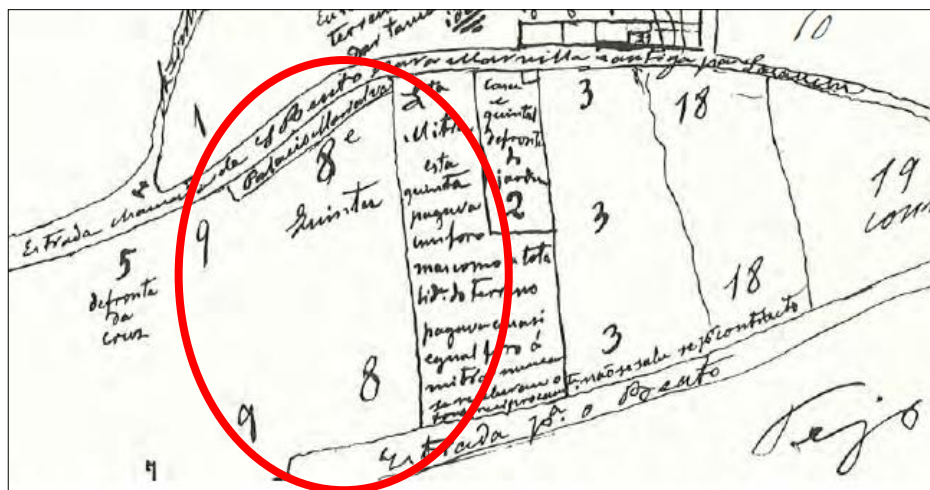
Subindo a Calçada do Grilo, para lá da linha do comboio e seguindo para oriente, entramos na Estrada de Marvila, ou Rua de Marvila³⁷, via principal da freguesia do mesmo nome. No número 135, uma interrupção na linha do quarteirão marca o acesso a mais um conjunto de habitação popular, o *Pátio Marialva*. Pela designação deste Pátio, assume-se que se encontrará implantado nos terrenos da quinta de lazer que os Marqueses de Marialva possuíam em Marvila. No entanto, pensamos que este conjunto

³⁷ A designação dependerá da maior ou menor inserção desta via no espaço urbanizado.

de habitação popular, só conhecido a partir do século XX, tenha também importado parte dos elementos que o compõem de propriedades vizinhas à velha Quinta dos Marialvas.

No século XVII, D. António Luís de Meneses, 1º Marquês de Marialva, teria tido a iniciativa de aqui adquirir um conjunto de terrenos sobranceiros ao rio, fixando em Marvila uma residência de veraneio³⁸. Os primeiros registos encontrados da propriedade datam de 1752; no espólio do Morgado do Esporão³⁹ existe um esboço onde é possível conhecer os limites à época das várias propriedades da região, onde a Quinta do Marquês de Marialva aparece com o número 8, indicando-se igualmente a localização do respectivo palácio.

Figura 4.33 - Excerto do *Mapa dos Foros de Marvila* do Morgado do Esporão - 1752. Pode ler-se na legenda do mapa: “8: Marquês de Marialva”. Veja-se no topo da parcela 8, a localização do “Palácio Marialva”, junto à “Estrada chamada de S. Bento para Marvila e antiga para Sacavém”, actual Estrada de Marvila. No outro extremo da propriedade, a ligação com a ribeirinha “Estrada do Beato”, hoje Rua do Açúcar.



Fonte: *Mapa dos Foros de Marvila* (1752) (ANTT, ACA, Morgado do Esporão, nº 194, doc. 4045). Citado em Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente, Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 105.

O aristocrata inglês William Beckford, nas suas passagens por Portugal no último quartel do século XVIII, privou com a família Meneses, ao tempo dos 5º e 6º (e último) Marquesses de Marialva. Nas cartas que relatam a sua viagem, o aristocrata inglês deixa-nos uma descrição desta propriedade ribeirinha, inspirado pelo cenário de ruína que encontrou em Marvila, que tão bem se enquadrava na sensibilidade romântica. Através deste relato, é possível ter uma visão do que teria sido este conjunto palaciano da Quinta dos Marialvas em Marvila, que se estenderia então também à vizinha propriedade da Quintinha:

Propriedade do velho marquês de Marialva que domina a parte mais larga do Tejo. (...) O Palácio, de que ele particularmente gosta, pátios e fontes, tudo está quase em ruínas, os muros de murta convertem-se em matagais (...) e as estátuas estão meio ocultas pelos jasmims. Há ali um pequeno teatro de ópera

³⁸ Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 117.

³⁹ Proprietário de todos os antigos terrenos da Mitra de Lisboa, que aqui aparecem divididos nos seus vários foros.

construído com certa elegância, e uma capela (...) Uma longa latada assente em pilares de mármore, conduz do palácio à capela⁴⁰.

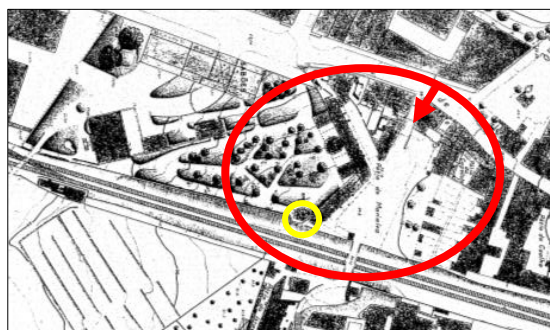
Se os relatos sobre a Quinta demonstram o seu estado arruinado em finais de setecentos, melhor sorte não terá conhecido a propriedade a partir de 1823, com a morte do último Marquês de Marialva. Herdados pela casa de Lafões, já proprietária de uma importante quinta no vizinho Beato, o palácio Marialva e seus terrenos terão sucumbido lentamente à industrialização desta zona da cidade, a começar, em 1856 (e tal como o Palácio dos Lafões no Beato), com o corte abrupto causado pela passagem, pelo meio dos seus terrenos, da linha do caminho-de-ferro.

Figura 4.34 - Edifícios do Palácio dos Marqueses de Marialva, com frente para a Rua de Marvila e vizinha Quinta do Brito - a vermelho, localização do futuro Pátio Marialva; a amarelo, a torre/mirante.



Fonte: Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord), 2005, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa, CML.

Figura 4.35 - Pátio Marialva - anos de 1950. O Pátio ocupava já todo o interior do quarteirão, com acesso pela Rua de Marvila.



Fonte: Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-1958. Planta 14L, CML.

Na cartografia de 1911, a Quinta do Marquês de Marialva não aparece sequer identificada como tal. Destaca-se agora, ao lado, uma propriedade com grandes extensões de jardim que julgamos tratar-se da Quinta do industrial Artur de Brito Macieira, ligado à vizinha fábrica Nacional e também ao comércio vinhateiro do Poço do Bispo⁴¹. Aqui, na chamada Quinta do Brito⁴², destaca-se no extremo norte uma torre/mirante que se tornou ex-libris da propriedade, e, segundo as tradições locais, teria sido usada pelo rei D. Pedro V para daqui ver passar o primeiro comboio na Linha do Norte, em 1856⁴³. Junto à torre, fechando o jardim, o que seria porventura uma casa de fresco, espaço de fruição

⁴⁰ Citado por Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 124

⁴¹ Araújo, Norberto (1993 - reedição de original de 1939), *Peregrinações em Lisboa*, vol. XV, Lisboa, Vega, p.73.

⁴² Assim identificada por Deolinda Folgado, aquando da compra desta propriedade pela Sociedade Nacional de Sabões na década de 1920. Ver Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*. Lisboa, Livros Horizonte, p. 131.

⁴³ Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, vol. II, p. 107. Verdade ou fantasia, na cartografia de 1911 os terrenos em torno deste núcleo da Quinta do Brito surgem identificados como “Quinta da Inauguração do Caminho de Ferro”.

ligado ao jardim e aproveitando a vista da propriedade sobre o rio. Esta construção em forma de “V” apresenta ao centro o que parece ser um grande tanque, implantado ao centro de um pátio lajeado.

É nas traseiras desta “casa de fresco” e em todo o quarteirão vago que se estende para norte, no tardoz (e também no interior) do antigo edifício principal da Quinta do Marquês de Marialva que, nas primeiras décadas do século XX, nascerá o Pátio Marialva. Em 1919, a Sociedade Nacional de Sabões (SNS) faz a sua entrada em Marvila, iniciando um processo que criará um autêntico parque industrial em volta da fábrica de sabões inicial, herdeira ela própria das primeiras unidades deste ramo aqui existentes. Na cartografia dos anos 50, identifica-se o edifício principal da Quinta do Brito, albergando agora a sede administrativa da SNS. Para norte, estende-se o jardim com a sua torre, identificando-se junto a estes o conjunto de habitação operária do Pátio Marialva que utiliza a antiga casa de fresco, dividida agora em pequenos conjuntos habitacionais (dos quais se consegue destrinçar os pequenos logradouros), habitados em grande parte, ao que se sabe, por trabalhadores da SNS⁴⁴. A norte, um segundo núcleo habitacional nasceu no tardoz do primitivo Palácio Marialva.

Figura 4.36 - Portal de acesso ao antigo Palácio Marialva. Verifica-se que os edifícios com frente para a Rua de Marvila se encontravam habitados - 1941.



Figura 4.37 - Torre da Quinta do Brito - 1940



Fotografia de Eduardo Portugal. Fonte: AML.

Actualmente, o Pátio Marialva apresenta as mesmas correntezas de pequenas habitações, construídas nos espaços livres dos edifícios da Quinta de Marvila. Não obstante, encontra-se hoje em dia numa situação muito diferente da inicial, relativamente ao espaço urbano envolvente. À insolvência da Sociedade Nacional de Sabões, consumada em meados dos anos 80, seguiu-se, em finais dos anos 90, a demolição integral de todos os edifícios que alguma vez integraram a companhia. A este expurgo não escapou a casa principal da Quinta do Brito, tendo ficado como único testemunho solitário a sua torre/mirante⁴⁵. Neste momento, o Pátio Marialva, nascido junto a um dos maiores núcleos industriais

⁴⁴ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas, nº 42 – Pátio do Marialva, p. 1.

⁴⁵ Este mirante está incluído na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico.

e também populacionais da Zona Ribeirinha Oriental, encontra-se isolado. Ao longe, este troço da Estrada de Marvila parece ter regressado à antiga paisagem rural. De perto, distinguem-se, de um lado, os destroços do antigo Pátio do Israel (outro núcleo de habitação popular que já existiu nesta zona), do outro, o enorme descampado deixado pela demolição da Sociedade Nacional de Sabões.

Figura 4.38 - Pátio Marialva, imagem aérea - 2007.



Fonte: Google Earth, 23/06/2007.

Figura 4.40 - Pátio Marialva - 2012.
Casa deste conjunto de habitação popular na actualidade. Atrás, a torre/mirante em risco de ruína eminente.

Fotografia
Margarida Reis e Silva.

Figura 4.39 - Portal de acesso ao antigo Palácio Marialva na Rua de Marvila - 2009.



Fonte: Google Earth, 2009.



4.1.6. Pátio do Colégio

Seguindo mais para oriente pela Rua de Marvila, encontramos um portal encimado por brasão de armas, no número 34, abrindo o acesso a mais um Pátio Palaciano: o *Pátio do Colégio*, sem dúvida o mais importante núcleo deste género existente na Zona Ribeirinha Oriental⁴⁶.

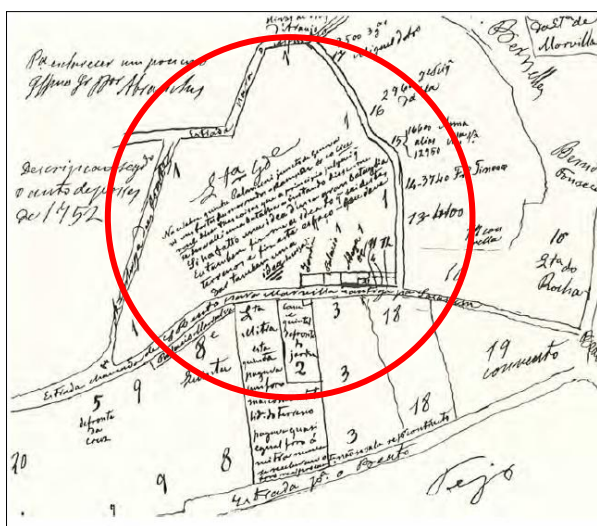
Para alguns autores, a Marvila de meados do século XIX, que a chegada da indústria virá para sempre transformar, não era mais do que uma pequena aldeia, “um povoado de alguns casebres

⁴⁶ O Pátio do Colégio encontra-se inventariado na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico.

reunidos à volta do Palácio dos Marqueses de Abrantes⁴⁷, que constituirá, deste forma, a propriedade-charneira de toda a freguesia.

A quinta que mais tarde ficou conhecida como do Marquês de Abrantes constituía a propriedade principal dos terrenos originais da Marvila mourisca, doados ao bispado de Lisboa no século XII e incluídos no morgadio do Esporão em princípios do século XVII. No já referido mapa deste morgadio, surge esta propriedade, identificada como Quinta Grande, com o seu Palácio, jardim e adegas. Ao que se sabe, o conjunto incluiria também um picadeiro e provavelmente também uma capela, contidos no pátio murado que se mantém até hoje⁴⁸. O edifício principal da quinta terá sido construído cerca de 1637 pelo Conde de Figueiró ou de Vila Nova de Portimão, herdeiro da casa do Esporão, cuja casa mais tarde se fundirá com a de Abrantes, título pelo qual o Palácio ficou conhecido.

Figura 4.41 - Excerto do *Mapa dos Foros de Marvila* - 1752. Ao centro, a Quinta Grande, depois quinta do Marquês de Abrantes.



Fonte: *Mapa dos Foros de Marvila*, ANTT, ACA, Morgado do Esporão, nº 194, doc. 4045. Citado em Matos, José Sarmento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente, Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 105.

Figura 4.42 - Acesso principal ao Pátio do Colégio - 2010.



Fotografia Margarida Reis e Silva.

Segundo Jorge Ferreira Paulo, a partir de meados do século XVIII a Quinta Grande passa a estar frequentemente arrendada, aqui se instalando inclusivamente uma fábrica de tecidos de algodão, entre

⁴⁷ Ferreira, Paula Cristina, Paula Sanchez e Sandra Figueiredo (1995), *A Freguesia do Beato na História*, Lisboa, Junta de Freguesia do Beato, p. 5.

⁴⁸ Em 1745, por ocasião de uma hipoteca feita pelo seu proprietário, as vistorias efectuadas identificam a existência, em torno do Palácio, de um picadeiro, um pátio murado e cocheiras (provavelmente no corpo existente no topo NE do pátio). Ver Matos, José Sarmento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 148.

1829 e 1832⁴⁹. Apesar das salvaguardas expressas nos sucessivos contratos de arrendamento, será a partir desta altura que terá início o processo de degradação da propriedade, em especial do seu Palácio e dependências contíguas⁵⁰. Em 1854, parte da Quinta é expropriada pelos caminhos-de-ferro, cuja linha passou a atravessar os seus terrenos, isolando a própria Rua de Marvila da restante zona ribeirinha (mais tarde, com a inauguração da Linha de Cintura de Lisboa, o Palácio e toda esta Rua ficaram um pouco isolados, entre as duas linhas férreas, situação que só actualmente se começa a alterar). O ano de 1862 marca uma etapa decisiva para este conjunto, quando este antigo palácio de lazer, arrendado então ao Estado, sofre importantes obras de requalificação, para aqui se instalar a Primeira Escola Normal portuguesa⁵¹. Este estabelecimento de ensino, pioneiro na formação de professores primários no país, terá sido “solenemente” inaugurado em Marvila pelo Rei D. Luís e pelo seu Ministro do Interior, Anselmo Braancamp Freire⁵². Calcula-se que terá sido durante a permanência deste estabelecimento no antigo palácio que se terá forjado a denominação do local como *Pátio do Colégio*. Em 1919, com a transferência da Escola Normal para novas instalações em Benfica, o antigo palácio do Marquês de Abrantes irá ser novamente arrendado, desta vez a um particular, aqui se instalando progressivamente famílias operárias. Para permitir esta nova utilização, irá continuar-se, durante as próximas décadas, a compartimentação e adulteração já iniciadas no antigo edifício palaciano.

Figura 4.43 - O Palácio do Marquês de Abrantes (a vermelho), virado para a R. de Marvila e parte dos terrenos da Quinta com o mesmo nome (a amarelo) - 1904-11. São visíveis as duas linhas férreas que rodeiam este núcleo. Em baixo, a Linha de Leste, e em cima, nas traseiras do Palácio, a Linha de Cintura de Lisboa.



Fonte: Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord) (2005), *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa, CML.

⁴⁹ Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 149.

⁵⁰ Como documentado no *Livro de Arruamentos dos Olivais*, do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, citado em Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 151.

⁵¹ Da autoria de José Eduardo Magalhães Godinho e João de Andrade Corvo, as novas instalações criadas então no Palácio incluíam: “refeitório, salas de ‘internado’ e salas de estudo, entre outras.”. Ver CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, n.º 40 – Pátio do Colégio, Pátio do Beirão e Vila 24/50.

⁵² Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 92.

Figuras 4.44 e 4.45 - Aspectos do interior do pátio do Palácio do Marquês de Abrantes - década de 1960.



Fotografias: Augusto de Jesus Fernandes e autor desconhecido
Fonte: AML.

Para além da ocupação do edifício do Palácio e suas dependências para a criação de habitações, indissociável deste espaço são os terrenos da Quinta que lhe está adjacente, onde cresceu, já a partir dos anos de 1940, o já referido Bairro Chinês, habitado por centenas de famílias - um dos primeiros bairros de lata que existiu na cidade de Lisboa. Era habitado, na sua maioria, por famílias vindas das Beiras e que trabalhavam maioritariamente na Sociedade Nacional de Sabões, na Fábrica de Borracha, na Fábrica dos Fósforos e nos armazéns de vinhos de Abel Pereira da Fonseca⁵³. Segundo testemunhos de antigos residentes, o Bairro Chinês tinha os seus próprios Pátios, assim como estabelecimentos comerciais, um famoso carrossel e, a seu tempo, até uma tanoaria⁵⁴. Entre 1997 e 2000, em colaboração com a sua Associação de Moradores, o Bairro Chinês foi sendo progressivamente demolido, sendo os seus habitantes realojadas no Bairro Social Marquês de Abrantes, que se ergueu nos mesmos terrenos.

Figura 4.46 - O Palácio do Marquês de Abrantes e terrenos da Quinta, já ocupada pelo Bairro Chinês, nos anos de 1950.



Fonte:
Levantamento e
Desenho do
Instituto Geográfico
e Cadastral, 1954-
1958. Plantas 14M e
15M, CML.

⁵³ Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 35.

⁵⁴ Ver, por exemplo, testemunho de América Cardoso Nabais, Lisboa, 17/06/2011.

Figuras 4.47 e 4.48 - Nas traseiras do Palácio do Marquês de Abrantes, começara a desenhar-se o Bairro Chinês - 1972.



Fotografias Vasco Gouveia de Figueiredo. Fonte: AML.

Figuras 4.49 e 4.50 - Ruas do antigo Bairro Chinês, “local de acolhimento de milhares de operários”.



Fonte: Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 40.

Desde 1920 que se instalou no Pátio do Colégio a *Sociedade Musical 3 de Agosto de 1885*, que aqui se mantém até aos dias de hoje, tendo como principal atribuição a organização da Marcha de Santos Populares de Marvila. A Câmara Municipal de Lisboa, actual proprietária do imóvel, tem vindo a proceder ao realojamento das famílias que ocupavam o Palácio, resumindo-se actualmente essa ocupação a meia dezena de casas. A maioria do património azulejar deste conjunto terá entretanto desaparecido, mas o edifício apresentará ainda algumas características da sua origem nobre, nomeadamente nas grandes salas do corpo sul.

Figura 4.51: Antiga capela do Palácio, actualmente ocupada pela Sociedade Musical 3 de Agosto.



Fotografias Margarida Reis e Silva.

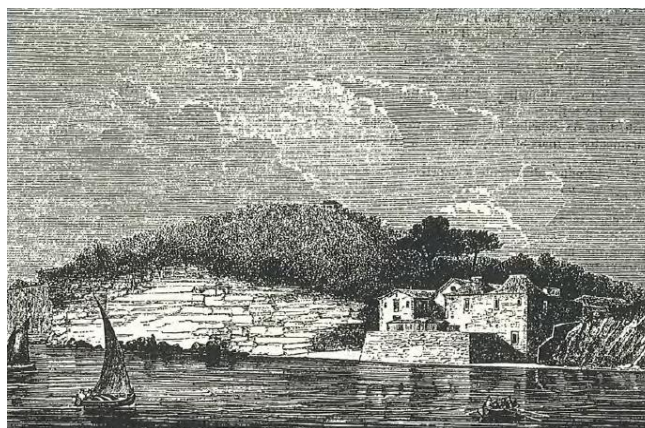
Figuras 4.52 e 4.53 - Na antiga entrada nobre do Palácio, as marcas da utilização plurifamiliar que começa agora a extinguir-se.



4.1.7. Pátio da Matinha

Seguindo para nordeste do Largo do Poço do Bispo, formalmente Praça David Leandro da Silva, entramos na Rua do Vale Formoso de Baixo, uma das artérias que enquadra o Vale de Chelas a Oriente, hoje em dia segregada da restante zona ribeirinha por um troço da Avenida Infante D. Henrique. No número 128 faz-se o acesso a mais um conjunto de habitação operária, o *Pátio da Matinha*. A Quinta da Matinha, que legou a este pátio não só o nome, mas também alguns edifícios de sabor renascentista, seria, segundo a bibliografia, morada do famoso “Braço de Prata”, nome muito presente na toponímia local. António de Sousa Menezes, aristocrata assim alcunhado⁵⁵, aqui teria herdado esta quinta de lazer, incluída num morgadio do qual também fazia parte uma outra grande casa, na vizinha Santa Apolónia.

Figura 4.54 - A Quinta da Matinha no *Archivo Pittoresco* de 1846. À esquerda da casa de habitação, num plano mais elevado, a “matinha” que terá dado o nome à propriedade.



Fonte: Matos, José Sarmento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente, Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 111.

Na cartografia de 1911, encontramos a Quinta da Matinha com os seus edifícios sobre a praia, tal como representados em gravura de meados do século XIX no *Archivo Pittoresco*. A propriedade incluía um pequeno maciço verde, a “matinha” que lhe terá dado o nome. No mapa, é possível identificar, a meio do terreno, os edifícios da já referida unidade corticeira que aqui terá laborado entre 1887 e cerca de 1929. Junto à Rua do Vale Formoso de Baixo, são visíveis os pavilhões construídos no interior da quinta, longe do rio, junto ao portão brasonado que lhe daria acesso, e que mais tarde foram adaptados para formar o Pátio da Matinha agora em estudo.

No mapa levantado cerca de 1950, são já visíveis os elementos que ainda hoje marcam este espaço - os enormes depósitos da Fábrica de Gás. Entre 1936 e 1940, para aqui se transferiu a antiga

⁵⁵ Segundo a tradição local, no século XVI António Menezes teria perdido o braço direito no Brasil, numa batalha contra os holandeses, sendo dito que, em substituição, usaria um braço de prata. Seu pai, fidalgo da Casa Real, doou-lhe uma quinta na actual Rua do Vale Formoso, ganhando a zona a designação da alcunha deste nobre. Ver Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 37.

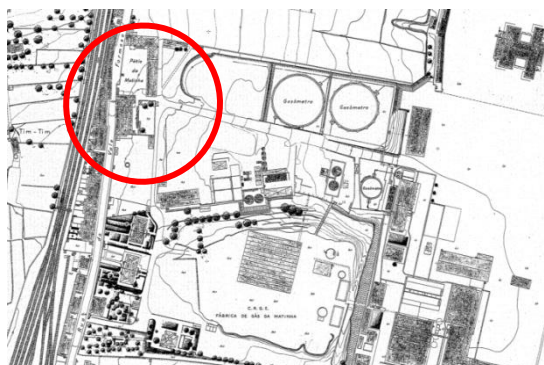
Fábrica da Companhia de Gás e Electricidade, demolidas as suas instalações (demasiado) próximas da Torre de Belém, no âmbito da requalificação da Zona Ribeirinha Ocidental, levada a cabo para a Exposição do Mundo Português. Nessa altura, o Palácio imortalizado no *Archivo Pittoresco* terá sido integralmente destruído.

Figura 4.55 - Quinta da Matinha - 1904-1911. A amarelo, o antigo conjunto visível do rio; a vermelho, os edifícios junto ao portal de acesso à propriedade, onde mais tarde surgirá o Pátio.



Fonte: Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord), (2005), *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa, CML.

Figura 4.56 - Pátio da Matinha - anos de 1950, já identificado na cartografia. Em torno do conjunto, as instalações e enormes reservatórios da Fábrica de Gás.



Fonte: Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-1958. Planta 150, CML.

Terá sido nas primeiras décadas do século XX, e até 1950, que aqui se formou este conjunto de habitação operária, ocupando um antigo edifício palaciano, com a sua *loggia*, (assim como outros edifícios correntes, provavelmente da mesma época), e construindo pequenas habitações que aproveitaram todo o terreno do pátio que dava acesso à propriedade.

Figuras 4.57 e 4.58 - Interior do Pátio da Matinha - 1941.



Fotografias de Eduardo Portugal. Fonte: AML.

Actualmente, as casas em volta do pátio e em especial o edifício nobre, apresentam-se no conjunto em muito mau estado de conservação, erguendo-se num pátio comum, encimado ainda pelos esqueletos das torres do gasómetro da Matinha, desactivado em finais dos anos 90. Inscrito na Carta Municipal do

Património Edificado e Paisagístico, este conjunto, dominado pelas estruturas que outrora suportavam os depósitos de Gás, é no entanto apenas um boa oportunidade fotográfica para estudiosos da cidade pós-industrial.

Figuras 4.59 a 4.62 - Pátio da Matinha - 2012



Fotografias Margarida Reis e Silva

4.1.8. Pátio do Beirão

Regressemos agora pelo rio para sul e voltemos ao Poço do Bispo. Aqui, no número 16 da Rua do Açúcar e junto ao coração da Marvila antiga, encontramos mais um núcleo de habitação popular e mais um Pátio Palaciano. O chamado *Pátio do Beirão* nasceu no solar da antiga Quinta do Bettencourt, assim designada em meados do século XVIII, quando ainda era parte dos foros do Morgado do Esporão. Segundo José Sarmiento de Matos, Pedro Bettencourt, titular do foro a partir de 1669, ter-se-ia mudado para Lisboa na comitiva de D. João IV, vindo de Vila Viçosa, onde já o seu pai se encontraria ao serviço da Casa de Bragança⁵⁶.

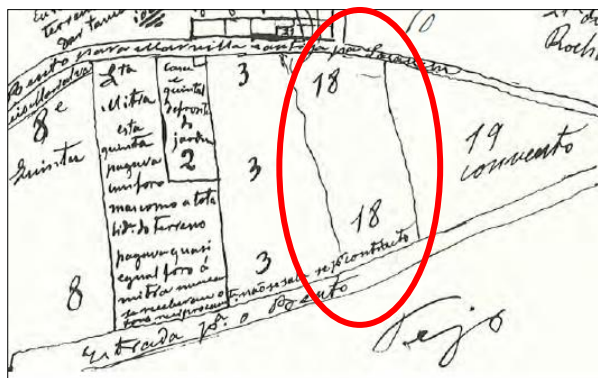
Em 1763, funcionaria nesta quinta uma fábrica de refinação de açúcar, da qual não existirão actualmente vestígios. Se Carlos Consiglieri lhe chama uma “fabriqueta”⁵⁷, sem dúvida que a

⁵⁶ Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 129.

⁵⁷ Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 88.

recordação desta antiga indústria prevalece fortemente presente na toponímia local, no quase um quilómetro de extensão da “Rua do Açúcar”, substituindo o anterior topónimo de Rua Direita do Beato, avenida marginal e eixo estruturante durante séculos desta Zona Ribeirinha.

Figura 4.63 - Excerto do *Mapa dos Foros de Marvila* - 1752.
Com o nº 18, o “Censo do Bettencourt”.



Fonte: *Mapa dos Foros de Marvila* (1752) (ANTT, ACA, Morgado do Esporão, nº 194, doc. 4045). Citado em Matos, José Sarmento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente, Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte. p. 105.

Ao longo das décadas, e até meados do século XVIII, a quinta terá sido repetidas vezes alugada no todo ou em parte, acabando por ser adaptada para habitação operária e albergando igualmente um estabelecimento de ensino⁵⁸.

Figura 4.64: Quinta do Beirão - 1904-1911.



Fonte: Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord), 2005, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa, CML.

Figura 4.65 - Quinta do Beirão - 2005.



Fontes: “Freguesias do Concelho de Lisboa – Marvila”, Direcção Municipal de Planeamento Urbano, Departamento de Informação Geográfica e Cadastro, 2005.

Na cartografia consultada, não são visíveis alterações significativas na morfologia desta pequena propriedade. Assinala-se apenas a sua inscrição, no mapa de início do século XX, como “Quinta do Beirão”. Tal designação teria surgido algures entre a saída deste espaço da refinaria de açúcar, cerca de 1782, e a data do referido mapa, 1911, e talvez se deva à proveniência de algum dos rendeiros deste terreno, ou mesmo de um dos moradores deste Pátio⁵⁹.

⁵⁸ Matos, José Sarmento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, p. 129.

⁵⁹ Segundo a bibliografia, ter-se-á verificado a fixação em Marvila de uma significativa população vinda das Beiras (contudo, em especial a partir dos anos 40 do século XX). Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de

Figuras 4.66 e 4.67 - Fachada e pátio interior do Pátio Beirão - 1967.



Fotografias Vasco Gouveia de Figueiredo. Fonte: AML.

Com frente para a Rua do Açúcar, no seu troço junto ao Poço do Bispo, o palacete desta quinta, de provável construção setecentista, apresenta ainda hoje o seu portal nobre, encimado por um brasão de armas entretanto delapidado. No piso térreo, com acesso directo pela via pública, abrem-se os vãos do que seriam provavelmente zonas de armazém ou cavalariças⁶⁰. Ao centro, por aquele antigo portal se faz o acesso ao pátio interior e consequentemente aos pisos superiores, através de um pequeno túnel. Nesta zona tardo do edifício, é visível a adaptação do antigo palacete a habitação popular. Actualmente propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, o Pátio do Beirão é um caso raro de entre as antigas quintas da Zona Ribeirinha Oriental; a par da habitação, fixada no edifício principal, foi possível manter a sua centenária feição agrícola, adaptando a antiga quinta, no lote de terreno que se estende nas traseiras do antigo Palácio, para aí instalar um dos viveiros de plantas da Câmara Municipal de Lisboa⁶¹.

Figuras 4.68 a 4.70 - Pátio Beirão - 2010.



Fotografias
Margarida Reis e Silva



Lisboa, p. 109. De referir a fixação, junto a este edifício e quinta, da empresa vinícola Santos Lima, oriunda da Beira Alta, que aqui criou um núcleo habitacional para trabalhadores, na Vila Santos Lima, igualmente referida neste trabalho.

⁶⁰ Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 88.

⁶¹ O Pátio do Beirão encontra-se inscrito na Carta Municipal do Património.

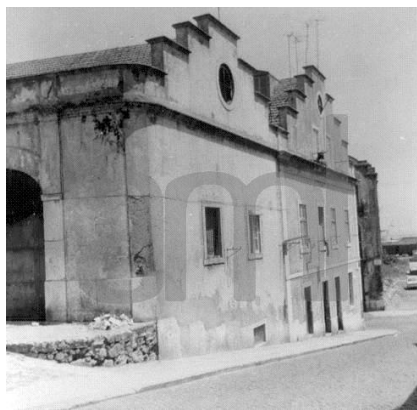
4.1.9. Vila Santos Lima

Paredes-meias com o Pátio Beirão, com acesso principal pela Rua do Açúcar, encontramos mais um exemplo de habitação operária desta antiga zona de indústria e armazéns - a *Vila Santos Lima*, também chamada Prédio Santos Lima, Vila Pereira, (já que o edifício torneja e tem um segundo acesso pela Rua Pereira Henriques), ou Vila 24/50, por referência aos (muitos) números de polícia que esta vila ocupa, ao longo da Rua do Açúcar, com as suas 42 “unidades habitacionais”.

Em 1888, Joaquim dos Santos Lima, proprietário da empresa vinícola com o mesmo nome, pediu uma licença para ampliação dos seus armazéns, “com alterações das frentes e divisão no interior”⁶². Aprovada a obra pelo *Conselho de Saúde e Hygiene Publica*, nascerá no Poço do Bispo, em pleno coração da zona das tanoarias, aquele que é um dos exemplos mais interessantes de habitação para as classes populares construído na cidade de Lisboa.

A sociedade Santos Lima, mantendo no piso térreo do edifício (assim como no edifício contíguo), as valências de armazém ou oficina de tanoaria ligadas à sua actividade comercial, criou nos dois pisos superiores do prédio com frente para a Rua do Açúcar um núcleo de habitação popular destinado a albergar os seus próprios trabalhadores.

Figura 4.71 - Lateral do prédio da Vila Santos Lima. No edifício contíguo, com morfologia exterior semelhante, existiriam mais zonas de trabalho e armazenagem - 1971.



Fotografia João H. Goulart. Fonte: AML

Figura 4.72 - Vista aérea da Vila Santos Lima.

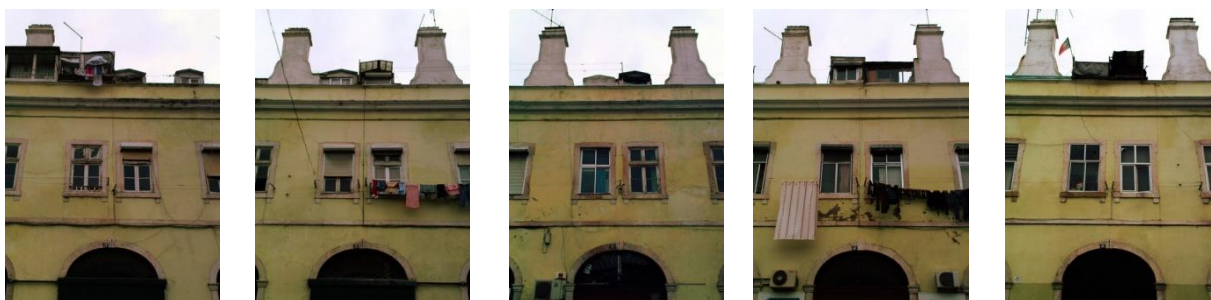


Fonte: Pinto, Sónia Cristina Ildefonso (2008), *Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta*, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, UTL - IST.

Quanto à morfologia deste conjunto, como é comum na habitação popular, apresenta uma sequência de módulos iguais, numa solução construtiva repetitiva, na qual se destacam as suas grandes chaminés, elemento diferenciador deste conjunto no espaço urbano e único indício de uma densidade habitacional incomum, num prédio aparentemente vulgar.

⁶² Arquivo do Alto da Eira. Processo de Obra nº 3339, citado por CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, n.º 40 – Pátio do Colégio, Pátio do Beirão e Vila 24/50.

Figuras 4.73 a 4.77 - Sequência de fotografias intituladas, Rua do Açúcar 26, 32, 38, 42 e 48, respectivamente, do ilustrador Nuno Fonseca - 2009.



Quanto à sua tipologia como Vila de habitação popular, o edifício configura um bloco, com dois únicos pontos de acesso às casas existente no interior. O espaço construtivo disponível foi aproveitado ao máximo: sobre os armazéns e oficinas do piso térreo, cada um dos dois pisos superiores apresenta um corredor central, que percorre o edifício de um extremo ao outro. Ao longo de cada um destes corredores, de ambos os lados, abrem-se as portas para as pequenas habitações desta vila, num total de 42 (no desenho original). De referir igualmente serão os interessantes sistemas de clarabóias e aproveitamento da iluminação das caixas de escadas, utilizados de forma a iluminar com o máximo de luz natural este edifício pensado para uma grande densidade de ocupação.

Figuras 4.78 e 4.79 - Interior da Vila Santos Lima - 2010. Corredores do 1º andar e águas furtadas; no segundo, note-se a presença de uma das grelhas metálicas dispostas por baixo das clarabóias existentes no tecto, que iluminam desta forma o corredor do piso inferior.

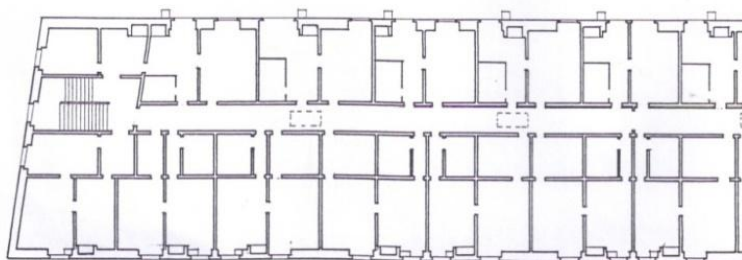


Figuras 4.80 e 4.81 - Interior da Vila Santos Lima - 2010. Caixa de escadas norte, com claraboia; caixa de escadas da Rua Pereira Henriques, com janelas e aproveitamento de luz para o 1º andar através dos degraus de acesso às águas-furtadas.



Fotografias Margarida Reis e Silva.

Figura 4.82 - Vila Santos Lima: planta parcial do 1º Piso.



Fonte: CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, n.º 40 – Pátio do Colégio, Pátio do Beirão e Vila 24/50.

Relativamente ao espaço público, o edifício da Vila Santos Lima encontra-se implantado directamente num eixo principal de circulação, a Rua do Açúcar.

Por último, este conjunto é sem dúvida um exemplo ímpar de Vila directamente ligada à produção. Não só representa um esforço empresarial para albergar os seus próprios trabalhadores, numa época em que a crise habitacional se fazia sentir entre as classes populares, mas, neste caso, integra no mesmo complexo o local de trabalho e de habitação. Provavelmente devido a este carácter utilitário que levou à sua construção, a Vila Santos Lima não tem uma tradicional placa, identificando o seu nome para a posteridade na via pública, porque nunca lhe terá sido atribuído um nome específico - seria antes vista como mais uma dependência da empresa. Neste sentido, à semelhança de outros edifícios seus contemporâneos, e como a generalidade dos sólidos armazéns das empresas desta zona, o prédio apresenta as iniciais do seu proprietário, J.S.L (Joaquim Santos Lima), ornamentando as bandeiras em ferro fundido dos vãos do piso térreo.

Figuras 4.83 e 4.84: Vila Santos Lima - 2010. Aspecto exterior do edifício da Vila.
Sobre uma das portas do piso térreo, as iniciais do proprietário, Joaquim Santos Lima.



Fotografias Margarida Reis e Silva.



Devido às suas características particulares, esta vila, geralmente chamada Vila Pereira (visto não haver uma designação oficial, estas variam), é muitas vezes referida como exemplo, nomeadamente por Nuno Teotónio Pereira, um dos primeiros a estudar a habitação operária em Lisboa:

Outra modalidade surgiu mais tarde, associada a empresas de menor dimensão, em sectores específicos da actividade industrial: as habitações integradas no próprio edifício das instalações fabris. O ramo em que esta tipologia se tornou prática corrente foi o do tratamento e distribuição de vinhos, cuja actividade desenvolvida em "armazéns" se concentrou fortemente na zona do Poço do Bispo - já que esta indústria recebia a matéria-prima por caminho-de-ferro da região do Oeste, quer por via fluvial, por meio de fragatas, que escoavam a produção do Ribatejo. Nesta modalidade, as habitações localizam-se em andares construídos sobre parte dos armazéns, formando blocos ao longo da rua. Estas casas destinam-se ao escalão superior do pessoal.⁶³

⁶³ Nuno Teotónio Pereira identificou a existência de habitações para trabalhadores também por cima dos armazéns da vizinha *José Domingos Barreiros*, incluindo essas casas nesta mesma categoria de Vilas ligadas

Actualmente, o edifício da Vila Santos Lima (classificada na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico juntamente com os armazéns da firma que a envolvem como “conjunto arquitetónico”) começa a apresentar sinais de degradação, com o seu estado de conservação a inspirar algum cuidado.

4.1.10. Vila Emília

Terminamos este percurso pelos Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental, fechando o círculo, de volta ao Beato. Com acesso pelo número 104 da Rua Gualdim Pais, a *Vila Emília*, datada de 1932, foi uma das duas últimas Vilas a ser construídas na cidade de Lisboa, a par da Vila Sousa, no Campo Pequeno.

A construção da Vila Emília deveu-se à iniciativa de Luís Ribeiro, natural da Vieira de Leiria, e que cedo terá começado a trabalhar na zona do Beato, no ramo da transformação e comércio de madeiras. Ao longo das décadas, ter-se-á tornado proprietário de várias unidades industriais da Zona Ribeirinha Oriental⁶⁴. Esta Vila, construída pela firma Luís Ribeiro, Lda. e baptizada com o nome da mulher do industrial, foi edificada a curta distância da sua própria moradia familiar, construída em 1928 no que é actualmente o número 78 da Rua Gualdim Pais; ao que tudo indica as duas obras foram contemporâneas do próprio processo de abertura desta nova artéria. Conta-se sobre o seu processo de construção:

Figura 4.85 - Casa do industrial Luís Ribeiro.



A vila (...) foi construída num terreno municipal não urbanizado que estava transformado em depósito de madeiras. Para construírem as habitações, e devido à profundidade dos terrenos, sabe-se que os alicerces tiveram de ser aterrados.⁶⁵

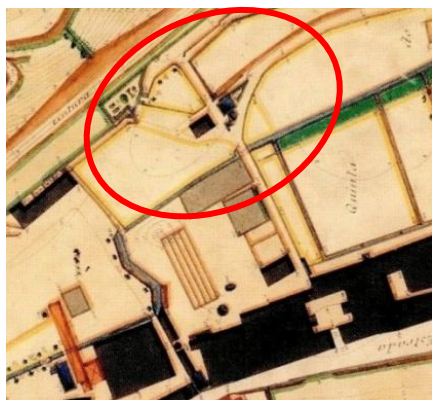
Fonte: Google Earth 2009

directamente à produção. Não obstante, segundo o testemunho recolhido junto de uma antiga funcionária administrativa da *José Domingues Barreiros* (e filha de um anterior administrativo da mesma casa), a situação poderia não ser semelhante, já que nesta empresa as habitações criadas sobre os armazéns se destinariam, não especificamente aos trabalhadores, mas sim ao aluguer geral. Ver testemunho de Maria Augusta Carrajola, Lisboa, 17/06/2011 e Pereira, Nuno Teotónio e Irene Buarque (1995), *Prédios e Vilas de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte, p. 342.

⁶⁴ Para além do negócio de serração de madeiras, Luís Ribeiro seria proprietário de uma fábrica de blocos de cimento, assim como da Tinturaria Portugália, conhecida unidade industrial do Beato, implantada junto à Vila Emília. Ver Ferreira, Paula Cristina, Paula Sanchez e Sandra Figueiredo (1995), *A Freguesia do Beato na História*, Lisboa, Junta de Freguesia do Beato, p. 83.

⁶⁵ Ferreira, Paula Cristina, Paula Sanchez e Sandra Figueiredo (1995), *A Freguesia do Beato na História*, Lisboa, Junta de Freguesia do Beato, p.83.

Figura 4.86 - Local de futura edificação da Vila Emília
- 1904-1911, ainda sem a Rua Gualdim Pais.



Fonte: Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coord) (2005), *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa, CML, Placa 13J.

Figura 4.87 - Vila Emília, na Avenida Gualdim Pais
- 1956.



Fonte: Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-1958. Planta 13J, CML, Gabinete de Estudos Olissiponenses, Placa 13J.

O conjunto denominado geralmente por Vila Emília apresenta dois tipos de construção distinta: fazendo frente para a Rua Gualdim Pais, 9 edifícios com três pisos acima do solo, apresentando características em uso na sua época de construção para as casas da classe média: portas e janelas altas e estreitas, separadas por pilastras que ajudam a marcar um ritmo vertical nas fachadas, típicas do período *art deco* que marca também os elementos decorativos geométricos existentes em torno dos vãos.

Figura 4.88 - Prédios que fazem a frente da Vila Emília vistos da Rua Gualdim Pais e pormenores das fachadas - 2009.

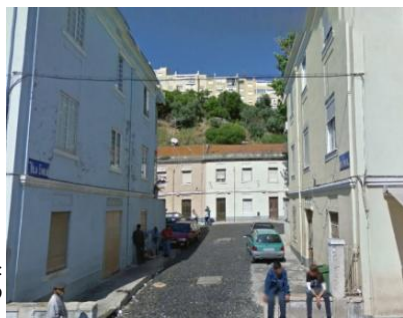


Fonte:
Google
Earth 2009

Através de uma interrupção nesta correnteza mais nobre, acede-se a um pátio interior, com uma segunda fila de casas e dois pequenos edifícios nos topos, construídos dentro do quarteirão. Aqui, os prédios têm apenas dois pisos acima do solo. As fachadas, caracterizadas igualmente pela repetição de módulos, têm no entanto uma linguagem construtiva mais popular e tradicional e apenas um pequeno apontamento geométrico decorativo, sobre os vãos. No acesso a este pátio interior, encontra-se a placa com o nome da Vila. Todas estas características apontam para que se caracterize apenas como Vila o conjunto construído dentro do quarteirão, constituindo um exemplo de vila construída atrás de prédio no qual o conjunto dos edifícios foi construído em simultâneo⁶⁶.

⁶⁶ No Plano de Pormenor e Salvaguarda elaborado para a Vila Emília em 1992, apesar de não haver reflexões expressas sobre o assunto, apenas os edifícios construídos no interior do quarteirão foram considerados dentro do “limite de núcleo” da Vila. Ver CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de

Figura 4.89 - Espaço livre no quarteirão por onde se faz o acesso ao núcleo interior.



Fonte:
Google Earth 2009

Figura 4.90 - Entrada da Vila Emília, vendo-se, ao fundo, a chaminé da Tinturaria Portugália, possível local de trabalho de alguns dos seus moradores.



Fotografias
Margarida
Reis e Silva.



Figuras 4.91 e 4.92 - Vila Emília, edifícios do interior do quarteirão - 2010.

Ao que tudo indica, o objectivo principal da construção deste conjunto terá sido o aluguer de habitações aos trabalhadores das várias empresas das quais Luís Ribeiro era proprietário. Pressupondo-se diferentes capacidades financeiras nesses inquilinos, tal está igualmente patente na arquitectura deste espaço partilhado por todos e que, ao que se sabe, incorporava em todas as habitações as mesmas preocupações de salubridade, avançadas para a época⁶⁷. Provavelmente por esta razão, e devido à fachada do edifício que faz a frente da Vila, na caracterização efectuada pela DRUPV, a Vila Emília é referida do seguinte modo:

Alguma qualidade arquitectónica, revelando uma preocupação com a salubridade dos espaços (...). As suas características diferenciam-no, dessa forma, dos conjuntos analisados nesta área, quer em termos de definição tipológica e estética, quer ao nível da intencionalidade construtiva, anunciando-se novas soluções⁶⁸.

Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, n° 35 – Vila Emília.

⁶⁷ Segundo Deolinda Folgado, o conjunto terá sido já projectado com instalações sanitárias e com instalações para luz e água, esta garantida por depósito, visto nos anos de 1930 ainda não haver abastecimento para esta zona da cidade. Ver Folgado, Deolinda (2012), *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 264 e 344.

⁶⁸ No Plano de Pormenor e Salvaguarda elaborado para a Vila Emília em 1992, apesar de não haver reflexões expressas sobre o assunto, apenas os edifícios construídos no interior do quarteirão foram considerados dentro do “limite de núcleo” da Vila. Ver CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, n° 35 – Vila Emília, p.2.

Por último, uma nota quanto à construção tardia deste conjunto. Parecia haver a convicção generalizada de que a construção da Vila Emília, dois anos depois de proibida a edificação de Vilas, se devia ao facto de o seu licenciamento se ter processado antes dessa proibição⁶⁹. Não obstante, em publicação recente, Deolinda Folgado avança um novo dado: segundo esta autora, o proprietário da Vila, Luís Ribeiro, teria apresentado um projecto de ampliação para este conjunto em 11 de Junho de 1932, endereçado à Comissão das Casas Económicas de Lisboa, tendo sido concedido ao projecto da Vila Emília, em 15 de Abril de 1933, o estatuto de Casa Económica⁷⁰. Talvez devido às melhores condições de salubridade conseguidas, a par de estar implantada dentro de um quarteirão com grandes dimensões, tenha assim permitido o enquadramento legal desta Vila nascida fora de tempo.

Figura 4.93 - Vista aérea do conjunto da Vila Emília - 2007.



Fonte:
Google Earth 2007

4.1.11. Distribuição por tipologias

Terminamos assim este esboço sobre o património dos Pátios e Vilas de habitação popular mais marcantes da Zona Oriental, caracterizados, no contexto da cidade de Lisboa, por soluções pensadas para populações particularmente carenciadas. No caso específico das Vilas, produziram-se geralmente edifícios muito simples, sem especiais atractivos estéticos, quando comparados com outros exemplos existentes nesta cidade. Não obstante, pelo seu estudo que aqui procurámos compilar e desenvolver,

⁶⁹ Tal era por exemplo a convicção da DRUPV: “1930-50: Conjuntos edificados após a proibição da construção desta estrutura habitacional na Cidade de Lisboa. Os casos da Vila Emília e Vila Santos resultam de projectos já aprovados ou em processo de aprovação, e só a sua construção efectiva ultrapassa este período”. Ver CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas, Outubro 1993, p. 36.

⁷⁰ Segundo Deolinda Folgado, o conjunto terá sido já projectado com instalações sanitárias e com instalações para luz e água, esta garantida por depósito, visto nos anos de 1930 ainda não haver abastecimento para esta zona da cidade. Ver Folgado, Deolinda (2012), *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 264 e 344.

esperamos que estes Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental sejam compreendidos na relevância que têm na história desta região e também no percurso global de Lisboa e das várias formas de habitar esta cidade ao longo dos tempos.

Resta-nos deixar os quadro-síntese das tipologias que identificámos nestes núcleos, segundo a sistematização que procurámos em capítulo anterior:

Quadro 4.1 - Tipologias dos Pátios da Zona Ribeirinha Oriental

	TIPOS	<i>Pátio do Black</i>	<i>Pátio Marialva</i>	<i>Pátio do Colégio</i>	<i>Pátio da Matinha</i>	<i>Pátio do Beirão</i>	<i>“Vila” M^a Luísa (núcleo central)</i>
MORFOLOGIAS	Pátio edifício civil	X					
	Pátio Palaciano			X		X	
	Pátio Conventual						
	Pátio de situação mista		X		X		X
ORIGEM DA INICIATIVA	Conjunto directamente ligado à Produção	X					

Quadro 4.2 - Tipologias das Vilas da Zona Ribeirinha Oriental

	TIPOS	<i>Vila Flamiano</i>	<i>Vila Dias</i>	<i>Vila Santos Lima</i>	<i>Vila Emília</i>	<i>“Vila” M^a Luísa (núcleos novos)</i>
MORFOLOGIAS	Construção em correnteza		X			X
	Construção formando bloco ou <i>chalet</i>			X		
	Construção formando pátio	X			X	
SITUAÇÃO RELATIVAMENTE AO ESPAÇO URBANO	Directamente na via pública			X		X
	Construção atrás de prédio	X*			X	X
	Construção formando rua		X			
	Construção com escala de bairro					
ORIGEM DA INICIATIVA	Conjunto directamente ligado à Produção	X		X	X	

* Na sua concepção inicial.

4.2 - MODOS DE VIDA

Feito o percurso pela habitação popular da Zona Ribeirinha Oriental, procuraremos agora fazer um breve retrato de como se viveu nos seus Pátios e Vilas ao longo do século XX.

4.2.1. Migrações e Miséria

Apesar do crescimento industrial desta região, a vida nos Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental foi marcada pelas dificuldades dos seus habitantes, entre os quais os recém-chegados.

Para além dos pequenos núcleos populacionais em torno das quintas aqui existentes, a partir de finais do século XIX começaram a chegar populações migrantes do interior, que, procurando melhores condições na capital, se empregavam nas novas indústria surgidas nesta zona, que mantinha, não obstante, uma marcada feição rural. As famílias que aqui vivem há pelo menos três gerações têm como referência para a sua fixação, não só a indústria da região, mas também as suas grandes quintas, onde alguns dos seus antepassados trabalharam no abastecimento de produtos agrícolas à cidade de Lisboa, papel primordial desde sempre desempenhado por estas freguesias “do termo” da cidade. Este trabalho agrícola manteve-se até meados do século XX, saindo todos os dias produtos das quintas de Marvila com destino à Praça da Figueira, ou ao Mercado da Ribeira, na Avenida 24 de Julho⁷¹.

Chegados assim para trabalhar nas quintas ou para procurar emprego na indústria, os novos habitantes parecem ter seguido os seus familiares ou conterrâneos que já se haviam mudado para esta região⁷². Ao chegar, as famílias recebiam os seus parentes, ajudando os recém-chegados a encontrar lugar não longe de si. Os habitantes do Bairro Chinês, por exemplo, representantes maioritariamente de uma última fase de migração rural para esta zona, tinham muitas vezes familiares já (melhor) instalados em Pátios e Vilas das proximidades. Ao longo das décadas, era comum as famílias

⁷¹ Informações de vários moradores, Lisboa, 2010/2013. Ver também Delgado, Ralph (1969), *A Antiga Freguesia dos Olivais*, Lisboa, CML, p. 18.

⁷² A este respeito, leia-se igualmente as conclusões da DRUPV, constantes do seu Plano de Pormenor e Salvaguarda para Pátios e Vilas: Normalmente, a população residente dos Pátios e Vilas circunscreve-se às relações de vizinhança no estabelecimento de redes de sociabilidade e no combate ao isolamento urbano, cujo cenário é de forte investimento afectivo, e onde o significativo índice de enraizamento local, encontra a sua explicação no longo tempo de ocupação dos fogos, nos laços de parentesco originais e nos que ali se estabeleceram, bem como a similitude das origens sociais, factores estes que conferem um carácter único à vivência humana que se estabelece nos Pátios e Vilas - CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 3 – “Regulamento”, DRUPV, Outubro 93, pp. 1 e 2. Atender também a informações de vários moradores, Lisboa, 2010/2013.

habitarem diferentes locais destas freguesias, à medida que iam melhorando as suas condições económicas, ou iam aproveitando as flutuações na oferta de habitação.

Na bibliografia e fontes, incluindo as entrevistas no terreno, fala-se de um modo geral em casas com más condições de habitabilidade. Repetem-se afirmações como as deste antigo morador: “ali em casa vivíamos 6 pessoas em três divisões pequenas. Eu e os milhares de pessoas do bairro. Não havia condições nenhuma, não havia higiene nem nada. A gente estava a dormir e a chover em cima da cama”⁷³.

Ao recordar o passado, os habitantes mais idosos relembram um cenário de “fome e miséria”, num contexto generalizado de carência e privações. O mesmo entrevistado recorda a mercearia do Pátio do Colégio, que, com uma clientela de baixos recursos, vendia azeite a 1 ou 2 dl de cada vez, assim como fósforos avulso: “isto aqui era um sítio muito miserável, e não se riam uns dos outros, que era uma miséria pegada!”. Recorda igualmente uma moradora, chegada a Marvila nos anos de 1950: “A minha vida na terra foi triste, aqui triste foi...”⁷⁴

Outros, ainda assim conseguem recordar a vida num Pátio com algum humor: “às vezes íamos a subir as escadas [forradas de azulejo] do Pátio [do Colégio] e dizíamos: Ó mãe, não diga mal, que a sua casa é um Palácio! E ela: ‘É um Palácio nas escadas, que aqui em casa é uma barraca!’”⁷⁵.

Apesar do grande atractivo que tinham as fábricas e armazéns da região, os ordenados dos trabalhadores eram baixos, permitindo por vezes pouco mais que a sobrevivência. Piores, eram as condições daquelas famílias que, aqui chegadas, não conseguiam empregar-se. Recorda uma moradora, que, chegada com o marido à Zona Oriental, se viu a braços com a escassez de trabalho:

Trabalhava eu, e ficava o meu marido em casa, porque ele não tinha trabalho. (...) Eu obriguei-me para o Cais da Batata. Ganhava 15\$00 ao dia a escolher batata. No fim do meu dia feito, cortava os bocados bons das batatas que eram para o lixo, para trazer para nós comermos. (...) Levantava-me de manhã, com a navalhinha, e ia por aí abaixo. Se trabalhasse, trabalhava, se não, trazia pelo menos para nós comermos⁷⁶.

Se muitas vezes os laços familiares eram a forma de ingressar numa empresa, nem assim o lugar era garantido, num contexto de grande procura:

As fábricas empregavam muita gente, mas também havia muita gente cá! (...) E alguns nem trabalhavam toda a semana, porque não havia trabalho para todos. Aquilo antigamente era assim; iam trabalhar, numa tanoaria, [por exemplo]..., e depois não havia mais nada para fazer, e acabava-se...⁷⁷.

⁷³ Testemunho de Fernando Nabais, Lisboa, 16/06/2011. Ver também, por exemplo, Leite, Cristina e João Francisco Vilhena (fot.) (1991), *Pátios de Lisboa: Cidades entre Muros*, Lisboa, Gradiva Publicações, pp. 114-115 ou CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, pp. 37-38.

⁷⁴ Testemunho de Maria Isilda Pereira Dias, Lisboa, 20/05/2011.

⁷⁵ Testemunho de América Cardoso Nabais, Lisboa, 17/06/2011.

⁷⁶ Testemunho de Maria Isilda Pereira Dias, Lisboa, 20/05/2011.

⁷⁷ Testemunho de Fernando Nabais, Lisboa, 16/06/2011.

Figura 4.94 - Junta Nacional das Frutas, transporte de batatas na Doca do Poço do Bispo - 1957-61.



Fotografia Artur Pastor. Fonte: AML.

Figura 4.95 - Operárias na Fábrica da Borracha, na Rua do Açúcar.



Fonte: Fotografia Mário Novais - Arquivo de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Citado em Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 140.

4.2.2. Sociabilidades e Tempos Livres

Para além do surgimento de conjuntos dos Pátios e Vilas, a chegada à Zona Ribeirinha Oriental de numerosos novos habitantes a partir de finais do século XIX, irá operar um sem-número de transformações neste espaço urbano lisboeta. Com o incremento industrial e consequente pressão demográfica, todo um conjunto de novas infraestruturas se tornará necessário. Entre as respostas do poder político às novas exigências e as acções da própria população para melhorar a sua qualidade de vida e adaptar a si o novo espaço, somam-se elementos que marcarão para sempre a memória de quem aqui viveu ou trabalhou.

No coração de grande parte dos Pátios e Vilas, encontramos o primeiro espaço de utilização colectiva das novas populações operárias, o *pátio interior*. Este pátio terá surgido quase inadvertidamente, como resultado do aproveitamento do interior dos quarteirões e maximização da área construída característicos dos núcleos de habitação económica, mas terá assumido desde logo o papel de grande terreiro comunitário para os seus habitantes. Nas palavras de Maria João Rodrigues, este é um espaço “restrito e de transição entre o isolamento interior e a rua”⁷⁸. Em conjuntos residenciais com casas de pequena dimensão, o pátio interior do Pátio ou Vila funcionava como uma extensão da habitação, neste caso partilhada com a restante comunidade. Ainda sobre a década de 1990, descrevia Cristina Leite:

⁷⁸ Rodrigues, Maria João Madeira (1979), “Tradição, transição e mudança: A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, separata do *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa, p. 47.

No pátio substitui-se a casa pela rua e a rua pela casa; se o tempo promete, (...) passam as horas mortas sentados numa cadeira ou banco no terreiro; (...) As portas, uma janela ou o postigo estão sempre abertos para o pátio. Neste, o cheiro dos cozinhados misturam-se com os sons da rádio ou da televisão; ouve-se a mãe a ralar com o filho e uma vizinha a pedir emprestado um bocado de farinha, enquanto outras falam de postigo para postigo (...) o pátio é um microcosmos, onde tudo parece poder existir e suceder⁷⁹.

Entre os moradores entrevistados foram comuns expressões como “a vizinhança era toda uma”, recordando igualmente este espírito de entreajuda. No entanto, essas recordações não serão consensuais. O autor local Mário Furtado refuta a ideia generalizada de uma convivência castiça e salutar, vendo-a como um “comunitarismo forçado”, fruto das carências económicas dos seus habitantes⁸⁰.

Nestes lugares, por vezes de estadias prolongadas, identificam-se facilmente a presença de elementos fruto da sua utilização pela comunidade que o rodeia, sendo possível testemunhar, pelas mudanças ocorridas nesses elementos, as próprias transformações vividas no seio destas populações ao longo dos anos.

Figura 4.96 - Pátio interior do Pátio do Colégio - 2010.



Figura 4.97 - Pátio interior da Vila Flamiano - 2010.



Fotografias Margarida Reis e Silva

Em Marvila e no Beato podemos mapear as modificações vividas nos espaços interiores dos seus conjuntos habitacionais mais característicos através de imagens de arquivo disponíveis e mesmo a partir de elementos que se mantêm até hoje presentes no espaço físico. Para além destes testemunhos materiais, é igualmente possível recordar as actividades de outros tempos através das entrevistas efectuadas junto de antigos e actuais habitantes dos Pátios e Vilas da região. As imagens existentes, datadas de meados do século XX, ilustram um espaço povoado de crianças, muitas vezes arborizado e com bancos, para melhor usufruto destas zonas exteriores. Nas recordações de alguns dos antigos moradores destes espaços, ficaram os serões passados em convívio com os vizinhos, hábito que, segundo os próprios, se perdeu nos anos mais recentes:

⁷⁹ Leite, Cristina e João Francisco Vilhena (fot.) (1991), *Pátios de Lisboa: Cidades entre Muros*, Lisboa, Gradiva Publicações, pp. 105-106.

⁸⁰ Ver Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega, p. 121.

A minha avó fazia o jantar, o meu avô vinha da fábrica depois de trabalhar (...), da Fábrica da Cortiça que havia ali na Calçada do Grilo, jantava, e depois de se arrumar a cozinha, vinha tudo para a janela!... Ainda tenho lá uma fotografia em que está a minha avó e várias pessoas à janela e da parte de fora estão as pessoas do pátio, que vinham para ali fazer sala, tudo a conversar. (...) Tudo se cumprimentava, tudo se conhecia... (...) Não havia televisão, não havia cafés, conversava-se mais...⁸¹

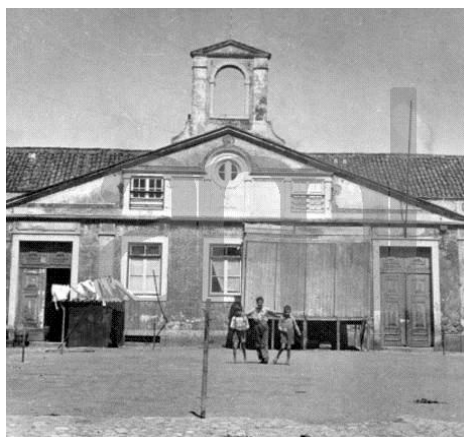
Para além dos momentos de lazer quotidiano, também as grandes celebrações tinham lugar nestes espaços interiores das Vilas e Pátios operários. Era comum aqui se realizarem festas e em particular a celebração do dia de Santo António. Para memória futura, ficaram os registos fotográficos dos “tronos de Santo António”, enfeitados em competição por toda a cidade e também nas Vilas da zona oriental.

Figura 4.98 - Concurso de tronos de Santo António, Vila Dias - 23 de Junho de 1959.



Fotografias Armando Seródio e autor desconhecido.
Fonte: AML.

Figura 4.99 - Pátio do Colégio, - década de 1960. Crianças frente à antiga capela do Palácio. Atrás do grupo, é visível um palco.



Não será por acaso que se dedica um capítulo a estas festividades no livro *Pátios de Lisboa: Cidades entre Muros*, relatando a azáfama a que se entregam os moradores, ainda recentemente.⁸² A mesma moradora recorda também estes dias de festa, cujos preparativos envolviam a comunidade como um conjunto:

Nos Santos Populares isto aqui era uma festa. Aqui no Pátio do Colégio, do 3 de Agosto, saltava-se à fogueira, enfeitava-se tudo com bucho, com folhas de palmeira... As raparigas faziam bandeirinhas, iam comprar balões, enfeitava-se, e depois fazia-se o bailarico!

Num contexto social de carência generalizada era comum as crianças estarem todo o dia entregues a si próprias, durante as horas de trabalho (ou procura de trabalho) dos pais. Neste contexto, o pátio interior constituía um espaço privativo mais restrito e seguro do que a rua, recordado nas entrevistas como palco preferencial das brincadeiras da infância nos Pátios e Vilas.

⁸¹ Testemunho de Maria Augusta Carrajola, Lisboa, 17/06/2011.

⁸² Leite, Cristina e João Francisco Vilhena (fot.) (1991), *Pátios de Lisboa: Cidades entre Muros*, Lisboa, Gradiva Publicações, p. 119.

Figura 4.100 - Crianças brincando na rua formada pela Vila Dias - início do século XX.



Fotografia Alberto Carlos Lima. Fonte: AML.

Figura 4.101 - Parque infantil existente no extremo norte da Vila Dias - 2010.



Fotografia Margarida Reis e Silva

O pátio era a extensão da habitação também no que respeitava às actividades domésticas das mulheres, tais como a lavagem e secagem da roupa, que aqui eram executadas num contexto de proximidade com as vizinhas. Em conjuntos habitacionais geralmente com pequenas habitações, muitas vezes sem um espaço de cozinha formal ou sem água corrente, os tanques de roupa dispostos em conjunto são uma visão comum nos pátios interiores dos Pátios e Vilas de habitação popular.

Para além da lavagem da roupa, o pátio prolongava a cozinha, permitindo trabalhos mais “sujos” ou os cozinhados mais difíceis de fazer em casa. Também era muitas vezes para o pátio que se traziam os arranjos de costura, para serem feitos à luz do sol que em alguns casos escasseava dentro de portas. As vizinhas juntavam-se, ensinavam-se novos pontos de bordado e de croché. Por vezes, a sala de costura já se torna “loja” aberta ao público com clientela do bairro e até de fora. E surgem no pátio outras pequenas oficinas, de sapateiro, de arranjos vários, a par de um sem-número de lojas que nasciam ou se vinham alojar nestes pequenos espaços populares, e que, mais do que contar para a caracterização arquitectónica do espaço, se inscreveram antes de tudo no seu tecido humano⁸³.

Figuras 4.102 e 4.103 - Lugares marcados na Vila Flamiano e na Vila Santos Lima - 2010 e 2011.



Fotografias Margarida Reis e Silva.



⁸³ Sobre os diferentes usos funcionais existentes nos Pátios de Lisboa em 1992/93, a DRUPV promoveu um levantamento exaustivo no âmbito da sua actividade. Ver CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, pp. 77-86. Atender também a informações de vários moradores, Lisboa, 2010/2013.



Fotografia Vasco Gouveia de Figueiredo
Fonte: AML.

Figuras 4.104 e 4.105 - Telheiro e lavadouros comunitários do Pátio do Colégio - 1972 e 2011.



Fotografia Margarida Reis e Silva.

Actualmente, o cenário dos pátios interiores dos conjuntos de habitação operária foi-se transformando. Em muitos locais a vivência comunitária parece ter perdido expressão e os elementos visíveis da fruição do pátio interior alteraram-se igualmente. Em muitos casos, os automóveis invadiram o pátio central, transformado agora quase exclusivamente em parque de estacionamento privativo dos moradores. Identifica-se a criação, por exemplo, de espaços de lazer vocacionados para as crianças - parques infantis - nos mesmos locais onde anteriormente estas brincavam sozinhas. Infelizmente, esta não é uma visão comum na região.

O evidente abandono dos tanques de lavagem manual da roupa testemunha a sua substituição pelos electrodomésticos, fruto de uma (desejável) melhoria das condições económicas dos moradores, a par do surgimento de novas formas de sociabilização ou demarcação social, patentes, por exemplo, na construção de fornos de churrasco de exterior, com indicação bem visível dos nomes dos seus (exclusivos?) proprietários.

Figuras 4.106 e 4.107 - Junto à Vila Dias e ao Pátio do Black são visíveis os elementos das antigas e novas sociabilidades familiares do pátio interior - 2011.



Fotografias Margarida Reis e Silva.

Figuras 4.108 e 4.109 - Lugares de Estacionamento: Pátio da Matinha e Vila Emília - 2012 e 2010.



Fotografias Margarida Reis e Silva

Saindo já do núcleo interior dos conjuntos de habitação operária, outros foram os locais de sociabilidade que se identificaram em Marvila e Beato.

Reduto dos homens, as tabernas eram, para os habitantes e trabalhadores da Zona Ribeirinha Oriental, o local preferencial de convívio nas horas de lazer. Em *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Mário Furtado, recordando estes velhos lugares de brigas e desacatos, mas também de descontração, preciosa depois das horas de trabalho, chega mesmo a afirmar que “as tabernas estão para Xabregas como os cafés para o Chiado⁸⁴” - ou não fosse a Zona Oriental o berço das companhias vinícolas que davam de beber a Lisboa. Norberto de Araújo, na sua passagem pela Zona Ribeirinha Oriental em 1939, fala do Beato, das suas tabernas e do seu papel no bulício da hora de almoço das fábricas:

Tudo isto é popular, em formigueiro de agitação sem tumulto. Do lado do rio abre-se, contígua à ponte, uma fábrica (...) e logo se vê uma enfiada de tavernas e casas de comida, frequentadas por operários - “messes” - que à hora do meio-dia eles preferem a quaisquer outras⁸⁵.

Figura 4.110 - Saída do pessoal da Fábrica de Tabaco, em S. Francisco - 1931.



Fonte:
Consigliari,
Carlos e Marília
Abel (2004), *O
Formoso Sítio de
Marvila*, Lisboa,
Junta de
Freguesia de
Marvila, p. 38.

⁸⁴ Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega, p. 125.

⁸⁵ Araújo, Norberto (1993 - reedição de original de 1939), *Peregrinações em Lisboa*, vol. XV, Lisboa, Vega, p 55.

Também Carlos Consiglieri falou sobre as tabernas da Zona Ribeirinha Oriental, e sobre o seu papel no tecido social da região:

As tascas (...) serviam para as práticas culturais que muita dessa gente trazia das terras da sua naturalidade. Foi dessa maneira que nasceram associações, muitas delas a funcionar em tabernas (...). Foi assim que surgiram as primeiras colectividades, os cofres do mutualismo ou os peditórios ltuosos. Muitas dessas iniciativas eram concebidas nas almoraçadas nas hortas e nos retiros (...) ⁸⁶.

Nascidas por vezes nas mesas das tabernas, mas não só, muitas foram as colectividades nascidas em Marvila e no Beato ao longo das décadas, como a velhinha Sociedade Musical União do Beato, fundada em 1896 ⁸⁷ e ainda existente, ou a Sociedade Musical 3 de Agosto de 1885, ainda hoje responsável pela marcha popular de Marvila. De algumas dezenas de associações referidas, os entrevistados recordam sem dúvida as sociedades musicais, os grupos de teatro amador, mas ressaltaram igualmente a prática desportiva e em especial o papel dos clubes de futebol de bairro, como o *Marvilense*, integrado, a partir de 8 de Agosto de 1946, a par do *Chelas Futebol Clube* e do *Grupo Desportivo “Os Fósforos”* ⁸⁸ no *Clube Oriental de Lisboa*, ainda hoje uma referência incontornável desta zona e do desporto lisboeta.

Figuras 4.111 a 4.113 - Emblema do Clube Oriental de Lisboa, equipa do antigo Grupo Desportivo dos Fósforos e respectivo emblema.



Fonte: oriental.pt/

Tanto na bibliografia como nas entrevistas efectuadas, são comuns as referências aos cinemas de bairro, nomeadamente à sala de cinema do Poço do Bispo (*Cinema Popular*, 1917-1990) e ao “cinema

⁸⁶ Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 39.

⁸⁷ Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 21.

⁸⁸ Originalmente “Grupo Desportivo do Pessoal da Companhia dos Fósforos”, Na Companhia Portuguesa de Fósforos, grande empregadora da região, existiu o grupo desportivo na década de 1930, entre outras estruturas para os empregados, tais como balneário, refeitório, creche, cooperativa e um serviço médico: Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*. Lisboa, Livros Horizonte, p. 145-147.

do Beato”, inaugurado em 1917⁸⁹ como Animatógrafo do Beato, tendo mais tarde mudado o nome para Cine Pátria, que se manteve em actividade, com interrupções, até à década de 1980 e, no auge da sua popularidade, chegou a ter 447 lugares⁹⁰. Nestes locais, as matinés a preços baixos permitiam o acesso a este tipo de entretenimento: “O cinema, sentados no chão, era muito barato. Ainda me lembro de, por 7 tostões e meio, estar sentado no chão a ver um filme.”⁹¹

Figura 4.114 - Cine Pátria - 1967.



Fotografias de João H. Goulart e Vasco Gouveia de Figueiredo
Fonte: AML.

Figura 4.115 -
Cinema
Popular, na
Rua Direita de
Marvila - 1972.



De todos os divertimentos referidos, os bailes foram sem dúvida os locais de encontro e diversão mais marcantes na juventude dos entrevistados. O interesse por estes locais de convívio era tal que, segundo um morador de Marvila, era comum haver intercâmbio de bandas entre os diferentes bailes dos clubes e colectividades da região. Outros, falando de épocas em que viveram noutros locais da cidade de Lisboa, recordam que se deslocavam propositadamente à Zona Oriental para não perder os bailes do seu antigo Pátio. Num quotidiano rodeado de algumas carências, os bailes são recordados como momentos especiais:

Ai... [o meu preferido] era o baile... o baile aqui no 3 de Agosto! Eu adorava dançar!... Havia matinés todos os Domingos. Os rapazes todos engravatadinhos, de fatinho... Era a delícia!⁹²

... para os quais valiam a pena até alguns sacrifícios:

Às vezes andávamos a juntar... juntávamos 8 tostões para poder comprar um bolo, mas não comprávamos um bolo para nós. Íamos para a Sociedade, começávamos a dançar e a certa altura diziam:

⁸⁹ E a funcionar nada menos do que em dependências alugadas do Palácio dos Duques de Lafões.

⁹⁰ Ferreira, Paula Cristina, Paula Sanchez e Sandra Figueiredo (1995), *A Freguesia do Beato na História*, Lisboa, Junta de Freguesia do Beato e Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, CML, p. 78.

⁹¹ Testemunho de Fernando Nabais, Lisboa, 16/06/2011.

⁹² Testemunho de Maria Augusta Carrajola, Lisboa, 17/06/2011.

“damas ao bufete” - estava lá uma pessoa da sala de baile com bolos - e quem tinha de pagar eramos nós... E as damas ficavam todas contentes com um bolo!”⁹³.

Estes locais ficaram também noutras memórias, de dias marcantes, sendo recordados com um sorriso, apesar das dificuldades do passado: “no dia do meu casamento, a minha lua-de-mel foi a dançar no baile!”⁹⁴.

Nos meses de Junho, o baile tomava uma forma especial, nas já referidas festas dos Santos Populares, que, a partir de 1932, passaram a incluir o concurso de marchas dos bairros tradicionais da cidade, a que Marvila concorre desde 1952. Em tempos recordados com saudade, lembram-se as noites de Santos Populares em que a Marcha de Marvila desfilava pelas ruas, com “toda a gente à janela”. Mais recentemente, também o Beato criou a sua própria marcha, e ambos os bairros participam no concurso até aos nossos dias⁹⁵.

Longe das salas de baile ou dos ambientes fechados do cinema, outra presença de relevo no dia-a-dia dos moradores de Marvila e Beato foi sempre o Rio Tejo, que até meados do século XX, banhava ainda algumas das fábricas e armazéns da região, que o usavam como preferencial via de transporte de mercadorias. Com a sucessiva expansão do porto, muitos foram os moradores desta região, que, para além das fábricas e armazéns, encontraram trabalho nas docas desta zona Oriental.

Figuras 4.116 e 4.117 - Descarga de sal na Doca do Poço do Bispo - década de 1960.



Fotografias Artur Goulart
Fonte: AML.

⁹³ Testemunho de Fernando Nabais, Lisboa, 16/06/2011.

⁹⁴ Testemunho de América Cardoso Nabais, Lisboa, 17/06/2011.

⁹⁵ É interessante encontrar, nas letras das marchas de ambos os bairros, as marcas do seu passado industrial. Leiam-se as estrofes de uma das marchas tradicionais de Marvila: “Marvila tem gosto e garbo (...) / Tem até sabão / Para ensaboar / O Juízo a alguém”, ou, já em 2012: “Com pés negros de, carvão / Com as mãos brancas, de sal / Do trabalho se, faz pão / E assim se, faz a, capital”. Já o Beato, estreou-se em 2003 com a marcha “Os Algodões”.

Entre 1938 e finais da década de 1950 funcionou, não muito longe de Marvila, o primeiro aeroporto comercial português, o Aeroporto Marítimo de Cabo Ruivo. O hidroavião ficou na memória de alguns dos entrevistados, que ainda hoje recordam nomes de companhias de aviação americanas que faziam parte do seu quotidiano, avistadas a partir das janelas dos Pátios de Marvila.

Mas até à grande campanha de obras do Porto de Lisboa que criou a Doca do Poço do Bispo, Marvila e Beato iam “desaguar” ao rio a que chamavam mar, num cenário aparentemente intocado pela poluição que se verifica hoje em dia. Recorda uma moradora: “aquela zona não tinha trânsito, (...) não havia nem muralhas, nem docas, era só o rio...”⁹⁶.

Nos meses de calor, este espaço ribeirinho fazia parte do dia-a-dia de brincadeiras das crianças da região, em especial dos rapazes: “No Verão íamos para a Praia do Poço do Bispo. Aquilo era uma praia com areia e com tudo! A gente estava dentro de água, com água pelo peito, e via-se os pés!”⁹⁷. Ou, numa recordação em registo mais poético, escrita por um autor local:

A gente chamava-lhe praia
e o rio chamava-se mar
nadar nadava-se à cão
fora aquilo que se chamava
quando o polícia vilão
levava a roupa prá esquadra.
Na nossa imaginação
era ainda melhor ca Cruz Quebrada.⁹⁸

Tal seria a familiaridade com o rio Tejo, que as famílias da região iam à praia do Poço do Bispo “molhar os pés” ou simplesmente passear, depois de um dia de trabalho: “saíamos da fábrica e íamos, pela fresquinha, levávamos os miúdos e dávamos uma voltinha pela praia”⁹⁹, ou frequentavam a popularmente chamada “Praia da Marabana”, junto a Xabregas. Mas, não só durante o dia. Segundo Mário Furtado, era um hábito comum, durante os meses de Verão, as famílias passarem os serões nessa praia, procurando amenizar o calor da cidade neste espaço junto ao rio¹⁰⁰.

Hoje em dia, depois dos vários aterros e após a construção da Avenida Infante D. Henrique, o Tejo trouxe mais trabalho à região, mas foi também ficando mais e mais longe das pessoas. Como escreveu Alice Vieira no seu livro *Esta Lisboa*: “e as águas ficam lá tão longe que parece história de outro mundo elas terem chegado até aqui dentro do Beato”¹⁰¹.

⁹⁶ Testemunho de Maria Augusta Carrajola, Lisboa, 17/06/2011.

⁹⁷ Testemunho de Fernando Nabais, Lisboa, 16/06/2011.

⁹⁸ Pinhão, Carlos (s.d.), *Fantasia Lispoeta*, Amadora, NAO Orion, p. 10. Carlos Pinhão, jornalista desportivo e escritor, escreveu *Fantasia Lispoeta*, livrinho de poemas sobre Lisboa, onde recordou este trecho da sua infância no Beato.

⁹⁹ Testemunho de América Cardoso Nabais, Lisboa, 17/06/2011.

¹⁰⁰ Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega, p. 145.

¹⁰¹ Vieira, Alice e António Pedro Ferreira (fotografia) (1993), *Esta Lisboa*, Lisboa, Editorial Caminho, p.126.

Figura 4.118 - Família na praia da Marabana - 1942.



Fonte: Furtado, Mário (1997),
Do Antigo Sítio de Xabregas,
Lisboa, Vega, extratexto pp.
97/98.

Para além da pesca desportiva e da náutica de recreio, com pequeníssimas expressões locais¹⁰², o contacto destas populações com o rio parece quase cingir-se agora aos momentos de cheia, em que o Tejo inunda as ruas mais baixas da zona ribeirinha oriental, recordando décadas passadas, em que o deficiente escoamento das águas pluviais provocava estragos avultados nesta zona.

Em freguesias que ainda hoje não perderam totalmente a sua feição rural, com algumas quintas na região que continuaram a funcionar muito depois da chegada das fábricas, era comum os habitantes terem também a sua própria horta ou pelo menos um pequeno quintal. Aqui se passava o tempo, para além do trabalho, relembrando os costumes das suas origens, e mais importante, ajudando também a equilibrar a frágil economia familiar: “as casas aqui à volta tinham uns quintaizinhos, e as pessoas cultivavam umas couves, umas alfaces. Na quinta Marquês de Abrantes toda a gente tinha um quintal. Ao Domingo, quando não trabalhavam, granjeavam os quintais”¹⁰³. A paisagem rural da região era também o cenário preferido para celebrações como do Dia da Espiga, em concorridos piqueniques “debaixo das oliveiras”.

Este interesse pelas hortas e quintais é ainda consentâneo com a ligação ao mundo rural de boa parte da antiga força de trabalho. Não se esqueça que, em 1881, os operários não se apresentavam ao trabalho na Fábrica da Samaritana em épocas de colheita agrícola¹⁰⁴.

¹⁰² O Clube Oriental de Lisboa teve durante décadas uma secção de Vela, que terá chegado a formar atletas olímpicos. De momento essa secção do clube encontra-se inactiva.

¹⁰³ Testemunho de Fernando Nabais, Lisboa, 16/06/2011.

¹⁰⁴ “A fabrica luta com falta de operarios habilitados, embora haja sempre um movimento de operarios fluctuante que apparecem e desaparecem em epochas determinadas, por exemplo no tempo da castanha e da melancia”. Ver *Inquérito Industrial 1881* (1881), Inquérito Directo, Segunda Parte: Visita às fábricas, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 120.

Figura 4.119 e 4.120 - Paisagens rurais no Alto dos Toucinheiros - 1938 e 2010.



Fotografia Eduardo Portugal
Fonte: AML.



Fotografia Margarida Reis e Silva.

4.2.3. *Lugares de referência de um dia-a-dia difícil*

Para além dos espaços de lazer, muitos outros locais são referidos como pontos de sociabilidade desta Zona Ribeirinha Oriental, nomeadamente sítios ligados a gestos quotidianos da população, muitas vezes imprescindíveis para a sua sobrevivência.

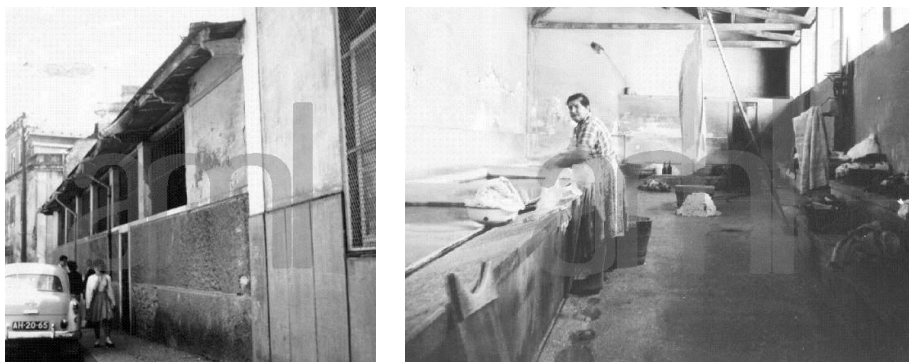
Inseridos numa lógica de providenciar a higiene dos mais carenciados, surgiram os lavadouros públicos. A par com os já referidos tanques nos pátios interiores, permitiam cumprir uma componente importante dos trabalhos domésticos, e constituíam também um espaço de sociabilização das mulheres destes bairros, ainda antes da água canalizada chegar às suas casas. Ainda hoje é possível identificar, em ambas as freguesias da região, os locais dos antigos lavadouros municipais que estiveram ao serviço da população durante décadas. Dos três locais identificados (Rua Direita de Marvila, Rua de Xabregas e Rua Gualdim Pais), apenas o lavadouro da Rua Gualdim Pais ainda se encontra em funcionamento, após obras de requalificação.

Figuras 4.123 e 4.124 - Vista exterior e interior do lavadouro da Rua Gualdim Pais (Beato) - década de 1960.



Fotografias de João H. Goulart e Vasco Gouveia de Figueiredo. Fonte: AML.

Figuras 4.21 e 4.122 - Vista exterior e interior do lavadouro da Rua Direita de Marvila, implantado no local onde alguns autores defendem estar a cisterna do histórico Poço do Bispo - década de 1960.



Fonte: AML.

Hoje em dia talvez um pouco afastados do quotidiano, mas sempre lembrados, como aqui, pelo beatense Mário Furtado:

O rectangular e alpendrado lavadouro público, que se animava de um mulherio irrequieto e palrador, abanando as ancas ao ritmo da esfregação... (...). O tanque, mais do que qualquer outro lugar, era o areópago das trivialidades bairristas¹⁰⁵.

Parte da mesma lógica de prover o quotidiano são os fontanários municipais. Numa cidade em que a escassez de água sempre se fez sentir, esta tornava-se essencial num espaço em que a maioria das casas não tinha ligação à rede pública de água. Nas conversas mantidas com os habitantes da região, muitas foram as referências a estes locais, em primeiro lugar como parte importante das tarefas diárias, mas também com uma segunda vertente, de local de sociabilidade, em que as raparigas trocavam segredos ou os namoros começavam:

Era uma alegria! A gente fazia uma malandrice, para estarmos na paródia... Chegávamos ao meio da estrada e catrapumba, água p'ró chão!... para podermos voltar para trás. A minha mãe às vezes perguntava-me: “demoraste tanto tempo para ir buscar um caneco de água?”... e eu dizia: “estava uma bicha tão grande, estive lá que tempos à espera!...”¹⁰⁶.

O autor local Mário Furtado, no já referido livro *Do Antigo Sítio de Xabregas*, recorda igualmente o “colorido” deste gesto quotidiano:

Era um vaivém de povolêu, homens, mulheres e até cachopinhas, de vasilha na mão, aguardando vez. E por entre ditos, mexericos, brejeirices, (...) lá se ia abastecendo. Depois abalavam derreados, eles de barril ou bilha ao ombro, elas de lata na mão ou à cabeça apoiada numa rodilha. Era assim todo o santo dia, nesta faina, percorrendo sempre o mesmo caminho, calcorreando sempre as mesmas pedras, enquanto os homens, mais adiante, formando magotes, de mãos nos bolsos, se entregavam a estéreis discussões sobre os golos do clube do bairro¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega, p. 112.

¹⁰⁶ Testemunho de América Cardoso Nabais, Lisboa, 17/06/2011.

¹⁰⁷ Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega, p. 111-112.

Actualmente, a grande maioria dos fontanários recordados ainda existem fisicamente, na Rua Direita de Marvila, à entrada da Vila Dias ou no pequeno largo no início da Rua de Xabregas. As pedras e o tanques estão lá, mas na grande maioria das vezes a água já não corre nestas antigas bicas, que se juntam assim à restante desolação que as envolve, sem que nenhuma solução tenha sido encontrada para as reintegrar, ou como se lê sobre o chafariz do Largo de Xabregas: “ainda lá o surpreendemos desactivado, como um cadáver adiado à espera de sepultura”¹⁰⁸.

Figura 4.125 - Chafariz do Largo de Xabregas, vendo-se à direita o lavadouro aí existente - 1939.



Fotografia Eduardo Portugal.
Fonte: AML

Figura 4.126 - Chafariz Largo de Xabregas - 2010.



Fotografia Margarida Reis e Silva

Figura 4.128 - Chafariz do Pátio Marialva - 1966.



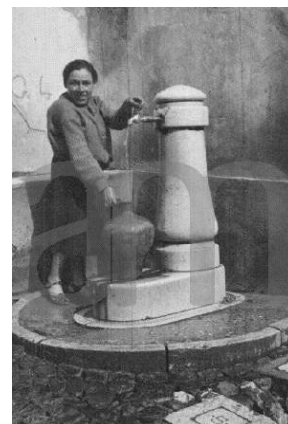
Fotografia Armando Seródio.
Fonte: AML

Figura 4.129 - Chafariz do Pátio Marialva - 2010.



Fotografia Margarida Reis e Silva

Figura 4.127 - Chafariz da Vila Dias, um dos poucos ainda em funcionamento actualmente - 1954.



Fotografia Fernando Martinez Pozal.
Fonte: AML

Figuras 4.130 e 4.131 - Chafarizes da Rua Gualdim Pais e da Rua Direita de Marvila - 2010 e 2013.



Fotografias Margarida Reis e Silva

¹⁰⁸ Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega, p. 111.

Nas imediações de um destes fontanários, encontramos outra memória recorrente dos habitantes da zona: a popularmente chamada “Sopa do Sidónio”. No número 13 da Rua Direita de Marvila, existiu, desde 1918¹⁰⁹, uma delegação da Sopa de Assistência 5 de Dezembro, criada pelo governo de Sidónio Pais com o intuito de combater a fome entre as classes mais pobres. Nas memórias, ficou a sopa/refeição distribuída diariamente neste local, juntamente com o pão - ¼ por pessoa¹¹⁰ - que eram entregues a cada pessoa consoante o tamanho do agregado familiar. Recorda um octogenário nascido num Pátio de Marvila: “A maior parte das pessoas, quando eram 10 horas, ia para ali com uma panela na mão. Matou aqui a fome a muita gente. Havia todos os dias, aos Domingos e tudo!”. No Natal, a Sopa de Assistência oferecia uma refeição quente: “estávamos à espera do Natal para comer galinha!”¹¹¹.

Também no Beato, no nº 44 da Rua de Xabregas, junto à Fábrica de Tabacos, se conhece a existência, desde 1896, de uma Cozinha Económica, a quarta a ser criada na cidade de Lisboa por esta obra de assistência fundada em 1893 pela Duquesa de Palmela. Durante o Governo de Sidónio Pais instalou-se no Beato a Sopa de Assistência 5 de Dezembro, já de iniciativa estatal, inaugurada pelo próprio chefe de estado em Julho de 1918¹¹².

Figura 4.132 - Rua Direita de Marvila: prédio onde funcionava a Sopa de Assistência 5 de Dezembro - 2013.

Fotografia
Margarida
Reis e Silva



Figura 4.133 - Inauguração da Sopa de Assistência no Beato, no Asilo Maria Pia - 8 de Julho de 1918.



Fotografia
Joshua
Benoliel..
Fonte: AML.

Outra instituição referida pelos habitantes dos Pátios da região, mais concretamente as mulheres, é o Lactário outrora existente na Alameda do Beato. Criado pela instituição de beneficência Associação Protectora da Primeira Infância¹¹³, com sede na vizinha Santa Apolónia, esse pequeníssimo edifício

¹⁰⁹ Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 35.

¹¹⁰ Testemunho de América Cardoso Nabais, Lisboa, 17/06/2011. A Sopa de Assistência 5 de Dezembro terá encerrado em Marvila nos anos de 1980. A partir da década de 60 já só manteria a distribuição de pão.

¹¹¹ Testemunho de Fernando Nabais, Marvila, 16/06/2011.

¹¹² *Ilustração Portuguesa*, (8 de Julho de 1918), Lisboa, (646), p. 28 e Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 78.

¹¹³ Obra de beneficência fundada em 1901. Ver Matos, José Sarmiento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, p. 31.

terá aberto ao público em 1929¹¹⁴. Para as famílias de Marvila e Beato, este posto constituiu um apoio determinante para garantir não só um crescimento mais saudável para os seus filhos, como também uma ajuda na sua própria alimentação, muitas vezes deficitária:

No Beato (...) havia ali um lactário... uma casinha pequenina (...)... tinha uma imagenzinha qualquer. (...) Era onde a gente levava os meninos ao peso. (...) Tínhamos uns cestinhos de arame, trazíamos 5 garrafinhas, daquelas pequeninas de metade de meio litro. Era 1 litro de leite por dia, e pagava naquela altura 7\$00, ou 7\$50 por semana. O médico para o menino era ali também, dentro da casinha, e a gente ia lá todos os meses com o menino ao peso, a ver aquilo que ele medrava. (...) E eu fiquei a trazer o leitinho para casa, mas não era para o meu menino, era para mim, porque o meu menino tinha peitinho. Mas, graças a Deus, vinha aquele leitinho...¹¹⁵

Figura 4.134 - Obras (possivelmente) de reconstrução do lactário da Alameda do Beato - sem data.



Fotografia Henrique Cayolla.
Fonte: AML.

Figura 4.135 - Lactário da Alameda do Beato - 2008.



Fonte: Blog SOS Lisboa.

O lactário da Alameda do Beato está hoje em dia desactivado, e, já sem nenhum elemento que o identifique, o pequeno edifício encontra-se actualmente em estado de abandono.

É também dos anos de 1920, mais concretamente de 1928, a inauguração da linha de eléctrico que, com início no Rossio, terminava no Poço do Bispo¹¹⁶, e que nos anos 50 chegou a ligar toda a zona ribeirinha de Lisboa, de Xabregas a Belém¹¹⁷. Esta linha transportou durante décadas os habitantes desta região (que referem ainda a Rua do Açúcar como “a rua do eléctrico”), assim como os operários das indústrias da Zona Ribeirinha Oriental, tendo sido criado, a partir de 1935, um bilhete diário de ida

¹¹⁴ Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 20. Não obstante, terá pelo menos sofrido uma reconstrução na segunda metade do século XX, da qual há o registo fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa, com certeza posterior a 1929.

¹¹⁵ Testemunho de Maria Isilda Pereira Dias, Lisboa, 20/05/2011.

¹¹⁶ Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 19.

¹¹⁷ Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, p. 35.

e volta com tarifa mais baixa, o “bilhete operário”, que permitia alguma redução nas despesas quotidianas desta classe de trabalhadores¹¹⁸.

Figura 4.136 - Eléctrico passando sob o antigo viaduto ferroviário de Xabregas (substituído em 1954) - 1938.



Fonte: AML.

Estas são algumas das memórias que fizeram o dia-a-dia desta região em boa parte do século XX. Nos testemunhos, no entanto, marca-se claramente um antes e um depois. Dos tempos difíceis, mas também animados, de gente que sabia viver os momentos de lazer com algum alento, para as últimas três décadas, em que as referências constantes são as fábricas que encerraram, os comerciantes que desapareceram: “começaram a fechar as portas todas”¹¹⁹. Sem trabalho, muitos antigos bairros operários deixaram de ter razão de ser - quem aqui vivia partiu. E parece não haver razões nem condições para a fixação de novos moradores nos núcleos mais antigos da região.

Figuras 4.137 e 4.138 - Largo do Poço do Bispo e Rua Direita de Marvila num dia de 1967.



Fotografias Vasco Gouveia de Figueiredo. Fonte: AML.

¹¹⁸ Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 109.

¹¹⁹ Testemunho de Maria Isilda Pereira Dias, Lisboa, 20/05/2011.

Quando questionados sobre o que gostariam de ver manter na velha paisagem da sua Zona Ribeirinha Oriental, mais do que os edifícios que recordam, as memórias evocadas pelos antigos moradores são, na maioria das vezes, sobre este tecido humano que se perdeu:

Tenho saudades de chegar à janela e ver as mulheres a correr para a fábrica dos discos [de cortiça], para o Abel [Pereira da Fonseca], para a Fábrica dos Fósforos, para a Borracha, p'rá Tabaqueira: “Ui... anda depressa! ‘Tá quase na hora!...””. A vida dantes era muito amarga mas muito alegre. Havia alegria nos bairros. Éramos uma família, tínhamos alegria. Agora não se vê ninguém. É tudo velho.¹²⁰

Após este périplo pelos Pátios e Vilas de Marvila e Beato ribeirinhos e por alguns dos seus modos de vida particulares, iremos em seguida recensear a forma como estes conjuntos habitacionais em estudo têm sido encarados pelos poderes, nomeadamente municipais, e em especial a forma como, perante o cenário actual de degradação que os caracteriza, tem sido equacionada ou até operacionalizada a sua reabilitação.

¹²⁰ Testemunho de América Cardoso Nabais, Lisboa, 17/06/2011.

CAPÍTULO 5 – A RECUPERAÇÃO URBANA E OS PÁTIOS E VILAS DA ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL

5. 1. UMA CRONOLOGIA DA REABILITAÇÃO

No nosso país, os passos essenciais para o início da reabilitação das cidades foram dados em 1983, com a criação do Gabinete do Centro Histórico de Guimarães, previsto nas Normas Provisórias do futuro PDM desta cidade, hoje Património Mundial. A partir da década de 1980, vários foram os projectos iniciados neste âmbito em Portugal¹, sendo certo que desde essa época, esta nova forma de intervenção urbana atravessou diversas fases.

No município de Lisboa, também a partir da década de 1980 foi criada a figura do Gabinete Técnico Local (GTL), tendo sido constituídos inicialmente os Gabinetes de Alfama e Mouraria. Sobre a criação, há cerca de 3 décadas, dessas novas entidades municipais, uma publicação recente da CML destaca que estas, instaladas dentro dos próprios bairros que tutelavam e desenvolvendo o seu trabalho em contacto permanente com as populações locais, retomavam dessa forma “uma das vertentes mais originais do extinto processo SAAL² (...) promovendo em consequência uma gestão integrada, com rosto e participada – em resumo, uma gestão de proximidade”³.

A partir de 1990 passou a existir, no organograma da Câmara Municipal de Lisboa, a Direcção Municipal de Reabilitação Urbana (DMRU), unidade maior em que se enquadraram então os Gabinetes Técnicos Locais⁴. Inserida nesta nova orgânica esteve a primeira iniciativa de reabilitação que compreendeu os núcleos de habitação popular das freguesias ribeirinhas, aqui estudados - o Gabinete de Estudos de Pátios e Vilas (GEPV), em funções desde 1988. A partir de 1992, este

¹ Nesta época, destacam-se o Programa de Reabilitação Urbana (PRU) e o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), ambos a cargo da Secretaria de Estado da Habitação- Ver *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa - 2011/2014* (28-04-2011), CML, p. 39 e Madeira, Cátia Alexandra Costa Luís (2009), *A Reabilitação Habitacional em Portugal: Avaliação dos Programas RECRIA, REHABITA, RECRIPH E SOLARH*, Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental, Lisboa, UTL.

² O Projecto SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) foi uma iniciativa governamental descentralizada que decorreu entre 1974 e 1976. Procurava dar resposta ao problema das numerosas populações “mal alojadas” em todo o país, garantindo-lhes apoio técnico e projectual através de equipas multi-disciplinares. Com o fim deste Projecto, muitas das suas competências foram transferidas para as autarquias. Ver Bandeirinha, José António (2007), *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

³ *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa - 2011/2014* (28-04-2011), CML, p. 39.

⁴ A partir de 2002, Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana (DMCRU). Actualmente, a herdeira directa destas entidades será a Direcção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística, estando, no entanto, as unidades de proximidade integradas nas Unidades Territoriais entretanto criadas.

Gabinete dará lugar à Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas - DRUPV⁵, sobre cuja acção nos debruçaremos em seguida.

Ao longo dos 30 anos de reabilitação em Lisboa, os Gabinetes Técnicos Locais foram-se multiplicando e alargando a diferentes núcleos da cidade: até 2002, funcionaram os Gabinetes de Alfama, Mouraria, Bairro Alto/Bica, Madragoa e Núcleos Dispersos (este incluindo Paço do Lumiar, Carnide e Olivais Velho), tendo os GTL sofrido mais tarde conversões e mudado de nome para Unidades de Projecto. Actualmente, estas unidades surgem designadas como Divisões das Unidades de Intervenção Territorial, tendo no entanto perdido algumas das competências de gestão integrada dos seus antecessores, que se encontram distribuídas por outros serviços do município.

No ano de 2002, também algumas das competências das então denominadas Unidades de Projecto se sobrepuseram ou foram substituídas por uma nova forma então ensaiada de pensar a reabilitação urbana na capital - as Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU), constituídas como Empresas Municipais e compreendendo já investimentos de várias entidades camarárias e, potencialmente, também de capitais particulares. Neste contexto, foram criadas 3 SRU's: Ocidental (Santa Maria de Belém), Baixa Pombalina (Baixa/Chiado) e Oriental (S. João, Beato, Marvila e Santa Maria dos Olivais), esta última abrangendo, no seu território de influência, alguns dos núcleos de habitação popular em estudo.

Por dizer respeito a uma das freguesias em estudo, será ainda de referir, nesta breve cronologia, a reestruturação da entretanto criada Unidade de Projecto de Chelas, que, mediante uma parceria com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) - entidade estatal - deu origem ao programa *Viver Marvila*, um plano de reabilitação dos fogos de habitação social existentes neste território, propriedade de ambas as entidades, que prevê igualmente “intervir no espaço público e em acções sociais”, projecto este considerado prioritário pela CML⁶. Ocupando-se de bairros de construção recente, sitos no interior da Zona Oriental, este projecto “vizinho”, enquadra-se na lógica actual da reabilitação lisboeta, que, considerando não ter capacidade financeira para assumir em exclusivo a reabilitação da cidade, aponta para uma diversificação das fontes de financiamento e para o estabelecimento de parcerias institucionais⁷.

⁵ Integrada então no Departamento de Reabilitação Urbana da Colina do Castelo, unidade orgânica da DMRU.

⁶ O projecto *Viver Marvila* terá ainda como parceiros a Junta de Freguesia de Marvila, a GEBALIS EEM, as organizações locais e prevê a intervenção das populações, nomeadamente dos bairros das Amendoeiras-Olival, Armador, Condado, Flamengo e Lóios. Ver *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa - 2011/2014* (28-04-2011), CML, pp. 12 e 16 e <http://vivermarvila.blogs.sapo.pt/>.

⁷ Actualmente expressas no recurso ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), ou a fundos do Banco Europeu de Investimento e no estabelecimento de parcerias com o IHRU, Administração do Porto de Lisboa (APL), Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), entre outras entidades.

As SRU Oriental e a Baixa-Chiado SRU foram entretanto extintas, alegando-se a ineficácia da sua actuação⁸, passando a gestão urbana de núcleos a reabilitar para a alçada da Unidade de Coordenação Territorial, fruto de uma nova reestruturação dos serviços municipais, e que se encontra dividida em 5 Unidades de Intervenção Territorial independentes que compreendem toda a cidade de Lisboa⁹. Neste contexto de divisão em Unidades Territoriais, a SRU Ocidental manteve-se em funções, sendo este primeiro ensaio de uma grande entidade de capitais diversificados encarado pela CML como um modelo para o futuro da reabilitação na capital¹⁰.

Após esta breve passagem pela história da reabilitação em Lisboa, iremos olhar com maior pormenor os projectos de reabilitação urbana que, apesar de pensados em contextos mais alargados no território da cidade, de alguma forma contemplaram a área urbana de Marvila e Beato e os conjuntos em estudo, os seus Pátios e Vilas de habitação popular. São eles a Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas (DRUPV) e, anos mais tarde, a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) Oriental.

5.2. A PERSPECTIVA DA DIVISÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DOS PÁTIOS E VILAS (DRUPV)

Integrada na Direcção Municipal de Reabilitação Urbana (DMRU), a DRUPV foi constituída como unidade orgânica da CML em Abril de 1992, com o objectivo de elaborar estudos sobre os núcleos urbanos sob sua tutela. Com base nesses levantamentos e investigação, devia efectuar um Plano de Pormenor de Salvaguarda (PPS) para Pátios e Vilas, instrumento de planeamento urbanístico que definiria as acções concretas de protecção e reabilitação a levar a cabo nestes conjuntos habitacionais. Para além da elaboração do PPS, caberia à DRUPV a supervisão das obras a executar no âmbito desse Plano, detendo um parecer vinculativo sobre quaisquer intervenções nos Pátios e Vilas a seu cargo.

Será com base no estudo do Plano de Pormenor de Salvaguarda de Pátios e Vilas, apresentado pela DRUPV em Outubro de 1993, que procuraremos avaliar a perspectiva dessa Divisão municipal

⁸ Segundo a CML, “as SRU - Oriental, Ocidental e Baixa Pombalina, entre 2002 e 2006, despenderam cerca de 14 Milhões de € e apenas se reabilitaram 2 edifícios do património municipal (na R. Nova do Carvalho e o edifício das instalações da SRU Ocidental)”. Ver *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa - 2011/2014* (28-04-2011), CML, p. 41.

⁹ São estas as Unidades de Intervenção Territorial: Norte, Ocidental, Oriental, Centro e Centro Histórico, que se subdividem, entre outras, na Divisão Lumiar/Charneca, Benfica/Carnide, Belém/São Francisco Xavier, Ajuda/Alcântara, Olivais/Parque das Nações, Marvila/Beato, Campo Grande/Anjos, Campolide/São José, Graça/Penha de França, Baixa, Bairro Alto e Campo de Ourique/Lapa. Ver *Organograma da Câmara Municipal de Lisboa*, disponível em www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/galeria/OrganogramaCML.pdf, acedido em 3 de Agosto de 2013.

¹⁰ *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa - 2011/2014* (28-04-2011), CML, pp. 31-32.

sobre a reabilitação dos Pátios e Vilas de Lisboa, e em especial os núcleos da zona ribeirinha de Marvila e Beato.

Tendo como ponto de partida 1200 Pátios e Vilas inventariados pelo Grupo de Trabalho que a precedeu, a DRUPV reduziu esta recolha a 94 conjuntos habitacionais que considerou de interesse preservar. Segundo esta Divisão, a escolha recaiu sobre as unidades consideradas “mais características e de maior interesse social, morfológico, arquitectónico ou urbanístico”¹¹. Destes 94 conjuntos, 33 encontravam-se já sob tutela das unidades de planeamento urbano de proximidade da CML, então os Gabinetes Técnico Locais (GTL), pelo que estes conjuntos se mantiveram fora da competência da DRUPV e a sua reabilitação seria definida nos Planos de Pormenor dos GTL respectivos¹². À DRUPV ficaram, assim, atribuídos os 61 núcleos restantes, dispersos por 24 freguesias da cidade.

Os 94 Pátios e Vilas ficaram distribuídos da seguinte forma:

Quadro 5.1 - Distribuição das competências sobre os 94 Pátios e Vilas considerados a reabilitar pela DRUPV.

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO DO NÚCLEO	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Ajuda	Pátio do Bonfim	DRUPV
	Pátio Zé Píncel	DRUPV
	Pátio das Carvalhas	DRUPV
	Pátio Rita Murteira	DRUPV
	Pátio das Damas	DRUPV
Alcântara	Vila Vital Teixeira	DRUPV
	Pátio do Fiuza	DRUPV
	Pátio do Cabrinha	DRUPV
	Pátio das Flamengas	DRUPV
	Vila Teixeira	DRUPV
Ameixoeira	Pátio do Ministro	GTL da Rua do Lumiar/Ameixoeira
Anjos	Pátio Mariana Vapor	DRUPV
Beato	Vila Emília	DRUPV
	Vila Maria Luísa	DRUPV
	Vila Dias	DRUPV
	Vila Flamiano	DRUPV
Benfica	Vila Ana/Vila Ventura	DRUPV
Carnide	Pátio 9	GTL Carnide/Luz

¹¹ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, Introdução.

¹² Caberia à então DMRU fazer a articulação entre as propostas da DRUPV e dos vários GTL para a totalidade dos Pátios e Vilas de Lisboa a reabilitar. Ver CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, Introdução.

Castelo	Pátio das Cozinhas	GTL de Alfama
	Pátio do Cerqueira	GTL de Alfama
	Pátio da Pascácia	GTL de Alfama
Charneca	Pátio da Guiomar	DRUPV
	Pátio 9	DRUPV
Graça	Pátio do Barbosa	GTL Mouraria
	Vila Estrela de Ouro (Bairro)	DRUPV
	Vila Sousa	DRUPV
	Vila Rodrigues	DRUPV
	Vila Berta	DRUPV
Lapa	Pátio dos Santos	DRUPV
Lumiar	Vila Adelina	GTL da Rua do Lumiar/Ameixoeira
Marvila	Pátio do Colégio	DRUPV
	Pátio do Beirão	DRUPV
	Pátio da Matinha	DRUPV
	Vila nº24/50 [Vila Santos Lima]	DRUPV
	Pátio do Marialva	DRUPV
Nossa Senhora de Fátima	Pátio 130	DRUPV
	Pátio do Brasileiro	DRUPV
	Vila Santos	DRUPV
Pena	Pátio Hospício de S. Bernardino	DRUPV
	Vila Leonor	DRUPV
	Vila Ferreira	DRUPV
Penha de França	Vila Gomes	DRUPV
	Vila Cândida	DRUPV
	Vila Celeste	DRUPV
Prazeres	Vila do Tijolo	DRUPV
	Vila Maia	DRUPV
Sagrado Coração de Jesus	Vila Alto Mearim	DRUPV
Santa Catarina	Pátio do Tijolo	GTL do Bairro Alto
	Pátio do Batalha	GTL do Bairro Alto
	Pátio do Lencastre	GTL do Bairro Alto
Santa Engrácia	Vila Maceira	DRUPV
Santa Justa	Pátio do Salema	DRUPV
	Pátio Bica do Desterro	DRUPV
Santa Maria de Belém	Pátio Magalhães Coutinho	DRUPV
	Pátio 200	DRUPV
	Pátio do Prudêncio	DRUPV
	Vila Garcia	DRUPV
Santa Maria dos Olivais	Vila Gouveia	DRUPV
Santo Contestável	Vila Ramos	DRUPV
	Pátio dos Artistas	DRUPV

Santo Estevão	Pátio das Flores	GTL de Alfama
	Pátio do Carneiro	GTL de Alfama
Santos-o-Velho	Vila Doroteia	GTL da Madragoa
	Pátio Convento das Bernardas	GTL da Madragoa
	Pátio Convento dos Marianos	GTL da Madragoa
São Cristovão	Vila do Castelo	GTL Mouraria
	Pátio do Recolhimento	GTL Mouraria
São Domingos de Benfica	Vila Grandela	DRUPV
São João	Pátio Comendadeiras de Santos	DRUPV
	Vila Marques	DRUPV
São Jorge de Arroios	Vila Luz	DRUPV
	Vila Paulo	DRUPV
	Vila Mendonça	DRUPV
	Vila Piedade	DRUPV
	Vila Almeida	DRUPV
São José	Vila Martel	DRUPV
São Mamede	Pátio do Monteiro	DRUPV
	Pátio do Bagatela	DRUPV
São Miguel	Pátio Sra. Da Murça	GTL de Alfama
	Pátio do Almotacé	GTL de Alfama
	Pátio da Parreirinha	GTL de Alfama
	Pátio das Canas	GTL de Alfama
São Paulo	Pátio do Pimenta	GTL do Bairro Alto
	Vila Pinheiro ou Pátio do Broas	GTL do Bairro Alto
	Pátio da Galega	GTL do Bairro Alto
	Pátio Almada Carvalhais	GTL do Bairro Alto
São Tiago	Pátio do Carrasco	GTL de Alfama
	Pátio D. Fradique	GTL de Alfama
São Vicente	Vila Rocha	GTL de Alfama
	Pátio dos Amigos Leais	GTL de Alfama
Sé	Pátio do Marechal	GTL de Alfama
Socorro	Pátio Marquês Castelo Melhor	GTL Mouraria
	Vila Luz Pereira	GTL Mouraria
	Vila Almeida	GTL Mouraria

Fonte: CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, pp. 7-12 e 79-80.

O Plano de Pormenor de Salvaguarda então elaborado compunha-se de 3 volumes.

No Volume I, compilavam-se os resultados dos “estudos sectoriais” que fundamentaram o Plano e que deveriam nortear a acção da DRUPV no processo global de reabilitação dos Pátios e Vilas sob sua alçada. Compõe-se de uma “análise física do território”, análise “histórico-urbanística e

caracterização do património edificado”, “análise sócio-demográfica e funcional” um “estudo económico de viabilização das grandes acções definidas no Plano” e sua programação, faseamento e calendarização.

O Volume II é composto pelos 47 volumes de planos de pormenor (alguns contemplando mais do que 1 núcleo no mesmo volume), que descrevem em particular os 61 Pátios e Vilas a cargo da DRUPV e os planos delineados para estes. Para cada uma destas unidades é feita a descrição da área de implantação do núcleo habitacional, uma breve análise histórica e urbanística do mesmo e uma “análise sumária” da estrutura física do território, incluindo peças gráficas e fotográficas dos Pátios e Vilas em estudo e dos edifícios que os compõem. Seguem-se os levantamentos cartográficos do núcleo urbano em questão, com indicação pormenorizada do número de fogos por piso, tipologias construtivas, tipo de utilização, etc., e, mais importante, a indicação do estado de conservação do conjunto. A este levantamento cartográfico segue-se uma planta-síntese da “proposta de intervenção” elaborada pela DRUPV para cada Pátio ou Vila, definindo por exemplo, os edifícios a demolir, reabilitar, reabilitar com demolição de elementos considerados dissonantes ou reabilitar com alteração de utilização. Cada uma destas propostas é acompanhada de um estudo económico e uma resumida memória descritiva do projecto de reabilitação proposto.

No Volume III é definida a regulamentação legal que enquadrará os projectos de reabilitação dos Pátios e Vilas considerados a reabilitar.

Relativamente à ficha técnica deste Plano de Pormenor de Salvaguarda, esta será constituída pela equipa da própria Divisão, com algumas colaborações externas. Na elaboração deste documento, são assim de destacar a presença de 3 geógrafos (1 em colaboração), 2 arquitectos paisagistas, 1 jurista, 1 engenheira civil, 1 técnica de serviço social, 1 socióloga, 2 historiadores e 6 arquitectos (2 em colaboração). A coordenação geral esteve a cargo de 1 sociólogo e a direcção da edição deste instrumento de planeamento foi feita por 1 arquitecto, Director Técnico da DRUPV¹³.

Em traços gerais, no Plano define-se que, uma vez assinalados os Pátios e Vilas considerados a reabilitar, foi decidido pela CML integrá-los nos seus projectos de Reabilitação Urbana, para garantir a sua preservação, valorização e melhoria das condições de vida dos seus habitantes. Ao longo deste texto produzido pela DRUPV, destaca-se a importância de olhar o edificado não só do ponto de vista artístico, mas também tendo em conta a relevância desses espaços para o quotidiano das populações da cidade em determinada época. Nas conclusões dos estudos preliminares do PPS, especifica-se mesmo esse conceito base, introduzido por Françoise Choay no seu livro *A Alegoria do Património*, de uma nova noção da importância do Núcleo Histórico, que transcende a anterior protecção que visava

¹³ Acrescente-se a esta equipa os 5 profissionais do apoio administrativo e 1 coordenadora, 3 colaboradores na área da fotografia e os colaboradores e apoio técnico da área informática. Ver CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, ficha técnica.

apenas o património construído sob a forma de Monumentos¹⁴. Neste sentido, a DRUPV define os Pátios e Vilas como “estruturas urbanas específicas” com “traços de homogeneidade” e “coerência própria”, criadoras de “laços de vizinhança e solidariedade que ainda se mantêm” nas zonas que ocupam dentro da cidade de Lisboa, e mais considera que:

[a] especulação imobiliária torna necessária a intervenção urgente, de modo a evitar o desaparecimento destes conjuntos e consequente perda de um passado que urge preservar pelas suas características únicas ao nível da arquitectura, urbanística e artes decorativas (...). O passado aqui a preservar não é só aquele que é visível materialmente mas todo o conjunto de tradições e de memória que importa conhecer para salvaguardar¹⁵.

Neste sentido, foi dado especial ênfase aos ofícios tradicionais desenvolvidos nestas comunidades - tanto artesanais como inclusivamente ligados à construção - vistos como uma possível forma de, não só promover a ocupação da população e por vezes a sua reintegração no mercado de trabalho, mas também garantir de futuro a “preservação e requalificação do ambiente urbano”¹⁶ de forma auto-sustentada. A necessidade de criação de novas “fontes de atractividade” para estes conjuntos esteve sempre presente na elaboração deste estudo, considerando-se a possibilidade de favorecer a fixação de alguma oferta de comércio ou serviços “cuidadosamente seleccionados”, de forma a promover uma desejável comunicação com o exterior¹⁷.

Como já referido em capítulo anterior, em 1993 a DRUPV assinalou 68% dos Pátios e Vilas sob sua responsabilidade como estando em risco eminente de acidente, tendo identificado e sistematizado as principais patologias encontradas no edificado. Para fazer frente a esta realidade, a DRUPV propunha um plano, previsto para um horizonte temporal de 10 anos, ao longo dos quais se operaria a reabilitação dos 61 Pátios e Vilas estudados, com calendarização individual igualmente proposta. Prevvia-se para concretizar este processo um gasto global de cerca de 77 milhões de € (cerca de 15 milhões de contos), sendo perto de metade deste valor assegurado pela CML - o equivalente a 37 milhões de € - e a restante verba dividida entre o então IGAPHE (Instituto estatal integrado no actual IHRU) - 12 milhões € - e investimentos particulares - 28 milhões de €.

¹⁴ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, p. 100. Ver também Choay, Françoise (2000), *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.

¹⁵ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, pp. 29 e 100.

¹⁶ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, p. 57.

¹⁷ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, p. 100.

Segundo a DRUPV, os principais vectores a dar resposta nesta intervenção, “de forma a requalificar o ambiente urbano e aumentar o grau de satisfação afectiva em relação ao local”¹⁸, seriam no essencial os que se seguem: operar uma *valorização arquitectónica* (melhorando a “resistência estrutural dos edifícios e mantendo a harmonia estética”)¹⁹; *melhorar as condições de funcionalidade das habitações*, garantindo a existência de espaços de cozinha e instalações sanitárias condignas, sem esquecer a prevenção contra incêndios e o isolamento térmico e acústico; *racionalizar as áreas de habitação*, promovendo o “reordenamento geral do espaço evitando sobreocupação e subocupação”²⁰; *optimizar a salubridade e higiene*, consolidando as redes de água, electricidade e esgotos; e, tendo em conta a população maioritariamente idosa destes núcleos habitacionais, *adaptar o espaço às necessidades da população residente*, eliminando as barreiras arquitectónicas, não esquecendo a “valorização dos espaços exteriores”²¹ e o contexto de “eminente renovação da população” que se perspectivava à data da conclusão deste Plano de Pormenor de Salvaguarda.

No que diz respeito directamente a Marvila e Beato, refira-se que, de entre os 61 núcleos sob alçada directa da DRUPV, 9 se situam nas freguesias de Beato (4) e Marvila (5), o que significa que esta zona periférica e quase esquecida da cidade de Lisboa detém só por si 10% do total de Pátios e Vilas considerados “a reabilitar” pela CML (94) e 15% daqueles a que a DRUPV estava dedicada.

Na caracterização mais detalhada feita por esta entidade, essencialmente no que respeita ao diagnóstico arquitectónico e ao levantamento da estrutura funcional de cada núcleo, o panorama não difere da generalidade dos Pátios e Vilas da cidade.

Dos 9 conjuntos considerados - Vila Emília, Vila Flamiano, Vila Dias, Vila Maria Luísa, Pátio Marialva, Pátio do Colégio, Pátio Beirão, Vila Santos Lima e Pátio da Matinha, todos foram classificados à época como em Mau estado de conservação, tendo apenas um deles - a Vila Santos Lima - recebido a classificação de estado de conservação Razoável²².

Para além do mau estado de conservação generalizado, nas resumidas memórias descritivas que acompanham os projectos para cada um destes núcleos, reflectia-se ainda sobre a necessidade de um reordenamento urbanístico em torno destes conjuntos habitacionais - procurando combater a desarticulação que ainda hoje caracteriza a Zona Ribeirinha Oriental - assim como a pertinência de um

¹⁸ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, p. 53.

¹⁹ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, p. 42.

²⁰ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, p. 55.

²¹ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 93, p. 42.

²² Infelizmente, desde 1993 à actualidade, este cenário tem vindo a degradar-se, como se pode constatar na descrição mais recente do imóvel, feita em capítulo anterior.

arranjo paisagístico e redesenho do mobiliário urbano, inclusivamente nos pátios interiores dos Pátios e Vilas desta zona.

Procurámos resumir no quadro seguinte os principais dados recolhidos do levantamento levado a cabo pela DRUPV nos Pátios e Vilas de Marvila e do Beato e respectiva calendarização da reabilitação proposta:

Quadro 5.2 - Resumo dos Planos de Pormenor por Áreas de Intervenção respeitantes a núcleos de Marvila e do Beato.

LEVANTAMENTO DRUPV 1993	Vila Flamiano	Vila Dias	Vila Maria Luísa	Pátio Marialva	Pátio do Colégio	Pátio da Matinha	Pátio Beirão	Vila Santos Lima	Vila Emília
Boa qualidade arquitectónica	o	o	o	o	o	o	o	o	o
Má qualidade arquitectónica			o	o					
Acentuado desequilíbrio estrutural/ compartimentação excessiva			o		o	o	o		
Mau estado de conservação	o	o	o	o	o	o	o		o
Razoável estado de conservação						o		o	
A reabilitar com supressão de elementos dissonantes	o	o	o	o	o	o	o		o
Propostas algumas demolições		o	o		o*	o			
Proposta de alteração de funções				o	o				
Horizonte temporal das obras de requalificação	1994 - 1997	1995 - 1999	1994 - 2003	1994 - 1997	1993 - 1995	1995 - 1997	1993 - 1995	1995 - 1997	1994 - 1998

* Demolições entretanto efectuadas, com o desmantelamento do Bairro Chinês.

Fontes: CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, pp. 98-99 e Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV. “N.º 35 – Vila Emília”, “N.º 36 – Vila Maria Luísa”, “N.º 37 – Vila Dias, Vila Flamiano”, “N.º 40 – Pátio do Colégio, Pátio do Beirão e Vila 24/50”, “N.º 41 – Pátio da Matinha” e “N.º 42 – Pátio do Marialva.

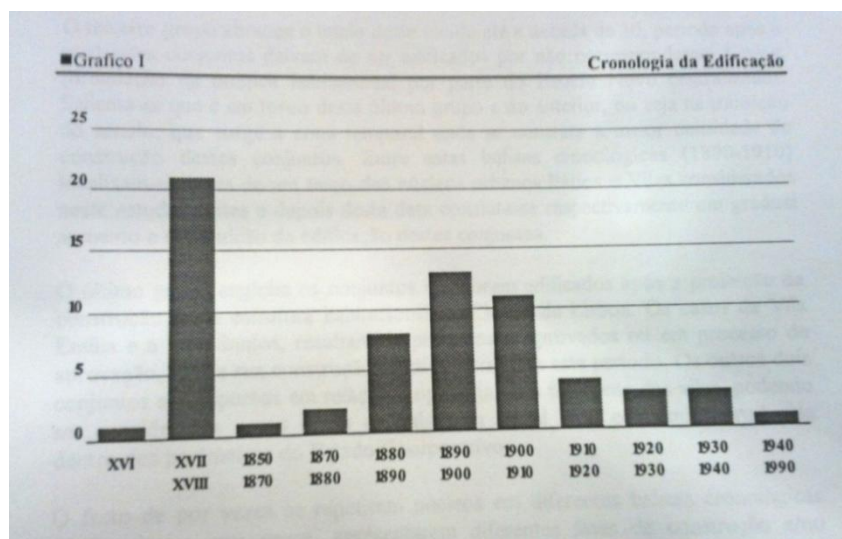
Relativamente à DRUPV e ao trabalho que culminou com o Plano de Pormenor de Salvaguarda para Pátios e Vilas, consideramos haver algumas considerações a acrescentar.

Incluída na caracterização histórica que procurou fazer do edificado em estudo, a DRUPV elaborou uma datação das “etapas consideradas fundamentais na evolução da *implantação* dos Pátios e Vilas na cidade de Lisboa”²³. Desta forma, esta unidade procedeu ao levantamento da cronologia construtiva dos diferentes núcleos de habitação popular, e, com base na representação gráfica dessa datação, identificou aquilo que considerou serem as quatro etapas fundamentais dessa edificação: “a

²³ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, pp. 35-36.

primeira, que se inicia no século XVI prolonga-se até finais do século XVIII. A segunda compreende o segmento de 1850 a 1900. A terceira desde 1900 a 1930 e a quarta e última abarca os anos de 1930 a 1950”, considerando a DRUPV a primeira como a etapa com maior prevalência de resultados.

Figura 5.1 - Cronologia da Edificação de Pátios e Vilas segundo a DRUPV - 1993.



Fonte: CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, p. 35.

Se para as segunda, terceira e quarta fases é feito o devido enquadramento histórico do surgimento dos Pátios e Vilas em estudo, no que respeita à chamada primeira fase de edificação, esta sistematização desperta, na nossa opinião, algumas dúvidas. Ao falarmos de núcleos de habitação popular que vieram implantar-se em edifícios pré-existentes, a datação do edifício original não deverá confundir-se com a implantação no mesmo edifício da estrutura de habitação popular que denominamos como Pátio. Mais ainda, sendo certo que os Pátios eram já uma realidade na Lisboa do século XV, incorre-se num duplo problema, o de agrupar, na mesma datação, edifícios que comportem Pátios desde a época medieval e outros, seus contemporâneos ou construídos em época posterior, que apenas se transformaram em Pátios a partir de finais do século XIX ou meados do século XX. Consideramos, como tal, que a sistematização encontrada pela DRUPV para datar os Pátios e Vilas de Lisboa não retratará fielmente essa realidade²⁴.

No geral, a DRUPV descreve ao longo do seu Plano um universo de construções de fraca qualidade, tendo estas igualmente sofrido um sem-número de alterações, por vezes sem qualquer planeamento²⁵. No seguimento dos estudos sócio-demográficos elaborados, a realidade identificada no espaço

²⁴ Nessa primeira fase de edificação foram incluídos vários exemplos da Zona Ribeirinha Oriental, como o Pátio do Colégio, o Pátio do Beirão, o Pátio Marialva, Pátio da Matinha ou a Vila Maria Luísa, cuja *edificação* se situa efectivamente entre XVII-XVIII, mas não a sua *implantação* na cidade como núcleos de habitação popular.

²⁵ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, pp. 37-39.

construído surge ligada à ocupação destes espaços por uma população maioritariamente idosa e de baixos recursos económicos, compelida a compartimentar ao máximo o espaço disponível, contando com “baixos rendimentos” e exigindo “baixos padrões residenciais”²⁶. Ao longo do Plano de Pormenor de Salvaguarda por si editado, a DRUPV refere repetidamente a importância da população residente, como parte determinante da memória destes espaços construídos, defendendo no seu texto final aquilo a que chama uma:

reabilitação integrada e participada (...), uma intervenção de carácter marcadamente social que atende às características da população (...) e que incorpore nos processos decisórios o quadro de expectativas e os valores culturais que definem as necessidades e a quotidianidade dos seus habitantes²⁷.

De referir, no entanto, que para a reabilitação proposta pela DRUPV no seu Plano de Pormenor de Salvaguarda foi tido em consideração um estudo demográfico dos Pátios e Vilas de Lisboa levado a cabo pelo Gabinete de Estudo de Pátios e Vilas (GEPV) entre 1989 e 1990²⁸. Este inquérito terá sido aplicado a uma amostra aleatória de habitantes, na proporção de cerca de 1/8 da população total destes núcleos habitacionais, como se demonstra pelo quadro proposto em seguida:

Quadro 5.3 - Estudo demográfico levado a cabo pelo Grupo de Estudo de Pátios e Vilas - amostra utilizada.

UNIVERSO DE PÁTIOS E VILAS A REABILITAR	AMOSTRA UTILIZADA NO ESTUDO DO GEPV	PERCENTAGEM RELATIVA
2.024 fogos	244 fogos	12%
5.464 indivíduos	628 indivíduos	11,5%
2.146 famílias	259 famílias	12%

Fonte: CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, p. 43.

Desta forma, não existiam, à data de elaboração deste importante instrumento de planeamento, dados exaustivos sobre os habitantes dos 61 núcleos de habitação popular em estudo.

Refira-se igualmente que em Marvila e no Beato, para fazer a caracterização histórica específica de cada um dos seus núcleos de habitação popular, para além de algumas referências breves à bibliografia e da consulta dos processos de obra existentes nos arquivos municipais, não é feita

²⁶ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, p. 48.

²⁷ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, p. 54.

²⁸ Não obstante, de referir que constava deste estudo o levantamento da dimensão dos agregados familiares (e cruzamento deste número com a tipologia das habitações); a caracterização dos componentes desse agregado incluía levantamento das idades dos residentes, nível de escolaridade, profissão, tempo de residência no Pátio ou Vila e no fogo, valor da renda paga e rendimento do agregado. Ver CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, pp. 43-46.

qualquer menção aos residentes destes núcleos habitacionais em particular, nem existem referências aos modos de vida destas populações, para além do conjunto edificado da Vila ou do Pátio²⁹.

Talvez nesse sentido, a DRUPV apontava este PPS como estando apto para:

uma 1ª abordagem em termos de discussão pública com as entidades subsidiárias à elaboração do plano (...). Numa 2ª etapa dever-se-á debater os Planos por núcleo com as Juntas de Freguesia, residentes, proprietários e outros agentes que têm a ver directa e indirectamente com todo o processo de implementação³⁰.

Para garantir essa posterior integração das populações no processo decisório, previa-se assim levar a cabo um conjunto de acções de divulgação e sensibilização junto das comunidades locais (para além dos já referidos incentivos à fixação dos saberes tradicionais) a par dos devidos “estudos sociológicos de caracterização sócio-demográfica”, incluindo “consultas à população residente”.

Quadro 5.4 - Excerto da previsão de custos com a recuperação dos 61 Pátios e Vilas sob alçada da DRUPV.

CML - PREVISÃO DE CUSTOS - PPS PÁTIOS E VILAS	
Acções de (In)formação e Divulgação	169.591,29 €
Acções de Cultura e Lazer	244.909,77 €
Acções de Formação e Mobilização Técnico-Profissional	283.067,81 €
Estudos Sociológicos e Caracterização Sócio-Demográfica, de Planeamento das Intervenções e de Avaliação dos Processos/ Consultas à População Residente	67.337,72 €
TOTAL	764.906,58 €
Levantamentos Arquitectónicos e Topográficos	TOTAL 242.645,23 €

Fonte: CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, p. 95.

Analise-se o quadro dos custos previstos. Os custos com futuras acções de Intervenção Social seriam muito superiores aos requeridos nessa segunda fase para levantamentos urbanísticos. Devido a estas

²⁹ Apenas num caso se refere um testemunho oral, na procura das origens de uma Vila - Vila 24/50 ou Vila Santos Lima - texto aliás refutado pelas afirmações seguintes. Ver CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV. “N.º 40 – Pátio do Colégio, Pátio do Beirão e Vila 24/50”, p. 16.

³⁰ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, p. 13.

diferentes fases de concretização, a DRUPV preconizava no seu Plano de Pormenor de Salvaguarda que este deveria ser visto como um “plano-processo”³¹.

Após a emissão do seu PPS, algumas das obras previstas pela DRUPV para os Pátios e Vilas da cidade de Lisboa foram efectuadas. Porém, não foi o caso de nenhuma das estruturas de Marvila e Beato. Com as alterações no executivo camarário vividas a partir de 2002, esta unidade foi extinta, e as suas atribuições diluídas por outras entidades, deixando de haver uma especificidade na reabilitação destes conjuntos de habitação popular da cidade de Lisboa.

5.3. A PERSPECTIVA DA SRU ORIENTAL - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM

A SRU Oriental - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM (Empresa Municipal), foi constituída por escritura do dia 20 de Maio de 2005, após deliberações favoráveis da CML e da Assembleia Municipal de Lisboa³². Sendo uma empresa de capitais exclusivamente públicos de âmbito municipal³³, era detida em 49% pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, EP (EPUL) e em 51% pela própria CML³⁴, prevendo igualmente parcerias com investidores e entidades privadas.

Com a constituição desta Empresa Municipal, a par das restantes Sociedades de Reabilitação Urbana criadas no ano anterior pelo município lisboeta - SRU Ocidental e Baixa Pombalina SRU - procurou responder-se ao desafio da reabilitação através de um novo modelo, organizado segundo unidades de gestão territorial de maior escala, propícias a uma lógica de “grandes intervenções” no espaço urbano³⁵.

A SRU Oriental definiu como objectivo, expresso no Artigo 4º dos seus Estatutos, “promover a reabilitação urbana das áreas históricas e das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística da

³¹ CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV. Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas. Volume 1 – “Estudos Sectoriais”, DRUPV, Outubro 1993, p. 3.

³² Dossier Documentos Oficiais, *Escritura de Constituição de Empresa Municipal*, Lisboa, 20 de Maio de 2005.

³³ “Que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial” - Ver Dossier Documentos Oficiais, Documento complementar e integrante da Escritura de Constituição de Empresa Municipal: *Estatutos SRU Oriental*, Lisboa, 20 de Maio de 2005, Artigo 1º.

³⁴ A EPUL contribuiu com entrada em capital e a CML com participação em espécie, nomeadamente através da transferência para a SRU Oriental de um conjunto de edifícios “localizados na sua Zona de Intervenção”. Ver Dossier Documentos Oficiais, Documento complementar e integrante da Escritura de Constituição de Empresa Municipal: *Estatutos SRU Oriental*, Lisboa, 20 de Maio de 2005, Artigo 5º.

³⁵ *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa - 2011/2014* (28-04-2011), CML, p. 5.

Zona Oriental da cidade de Lisboa”³⁶ - num território que se distribuía pelas freguesias de Marvila, Beato, São João e Santa Maria dos Olivais - tendo, nesse contexto, competências para “licenciar e autorizar operações urbanísticas”, procedendo se necessário a expropriações e realojamentos. Seria igualmente sua incumbência “elaborar estudos e projectos relativos à urbanização ou reabilitação urbana das áreas indicadas”, “selecionar os investidores”, “acompanhar a execução dos projectos e fiscalizar as obras de reabilitação”, “implementar procedimentos que eliminem prazos e custos desnecessários aos investidores”, “propor aos organismos competentes os regimes fiscais e parafiscais especiais, assim como a elaboração de planos e regulamentos”, “diligenciar pela criação de infra-estruturas adequadas e de elevados níveis de mobilidade e segurança” e ainda “praticar uma política de comunicação adequada às exigências colocadas pelo cumprimento do dever de informar”³⁷.

No âmbito das suas atribuições, a SRU Oriental tinha como objectivo produzir um conjunto de Documentos Estratégicos específicos para cada uma das Unidades de Intervenção na sua área de influência³⁸. Após a elaboração destes instrumentos de planeamento urbano, competiria igualmente a esta estrutura garantir a consultoria técnica para implementação destes planos no terreno.

Envolta em polémica e actualmente sob investigação judicial, a SRU Oriental teve uma curta existência, tendo sido extinta definitivamente em 29 de Dezembro de 2008. No seu percurso, procurou definir estratégias e delinear acções para uma intervenção de fundo, que incluía a Zona Ribeirinha Oriental e, por inerência, alguns dos seus Pátios e Vilas de habitação popular, objecto do presente trabalho. Com base na documentação a que é possível aceder actualmente, ao cuidado do Departamento de Contabilidade da CML, procuraremos conhecer um pouco mais sobre as perspectivas desta Sociedade de Reabilitação Urbana especialmente pensada para a Zona Oriental de Lisboa.

A área de intervenção da SRU Oriental - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM (a maior das três SRU da cidade) estava dispersa por 4 freguesias, num território descontínuo que totalizava cerca de 214 hectares, e incluía 15 unidades territoriais com características díspares, correspondendo a 10 chamadas Áreas Históricas (1- Chelas Velho; 2- Rua de Marvila; 3- Norte da Rua do Açúcar; 4-Vale Formoso de Baixo; 5- Convento do Beato; 6- Xabregas/Grilo; 7- Madre de Deus; 8- Xabregas; 9- Alto de S. João e 10- Olivais Velho)³⁹ e 5 territórios que se esperava ver integralmente declarados como

³⁶ Dossier Documentos Oficiais, Documento complementar e integrante da Escritura de Constituição de Empresa Municipal: *Estatutos SRU Oriental*, Lisboa, 20 de Maio de 2005, Artigo 4º, Objecto, Zonas de Intervenção e competências, nº 1.

³⁷ Dossier Documentos Oficiais, Documento complementar e integrante da Escritura de Constituição de Empresa Municipal: *Estatutos SRU Oriental*, Lisboa, 20 de Maio de 2005, Artigo 4º, Objecto, Zonas de Intervenção e competências, nºs 1 e 3.

³⁸ Caixa Relatórios e Contas, *Relatório e Contas de 2006*, SRU Oriental, Janeiro 2008, p.10.

³⁹ Assim definidas pelo PDM de Lisboa e totalizando 60,1 hectares. Ver Caixa Instrumentos de Gestão Provisional, *SRU Oriental, E.M.: Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p.2.

Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) (1- Vale de Chelas; 2- Vale Fundão; 3- Quinta do Levi; 4- Olivais Velho e 5- Quinta das Laranjeiras)⁴⁰, apesar de, à data da sua constituição, apenas 1 deles (Olivais Velho) conhecer essa definição legal⁴¹.

Figura 5.2 - Zona de Intervenção da SRU Oriental - 2005/2008.



Fonte: SRU Oriental - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM. Diagnóstico Interno, Fevereiro de 2008, p.10

No seu primeiro mês de actividade, a SRU Oriental obteve, de uma entidade externa previamente contratada⁴², um estudo sobre a Zona Oriental de Lisboa. Tendo como referência esse trabalho, delineou então o documento denominado *SRU Oriental, E.M.: Estratégia de Actuação*. Nele se afirmavam os seus “Princípios Gerais”, se fazia a “Definição dos Eixos de Intervenção”, nomeadamente a caracterização das diferentes áreas de intervenção da SRU e se definiam prioridades de trabalho. Em capítulo próprio, eram igualmente discutidas as “Possibilidades de Negócio” inerentes à acção desta Sociedade de Reabilitação Urbana, que se pretendia auto-financiar.

⁴⁰ Este pedido havia sido aprovado em 30 de Junho de 2004 pela Assembleia Municipal de Lisboa, encontrando-se em aprovação pelas entidades estatais competentes. Ver Caixa Instrumentos de Gestão Provisional, *Instrumentos de Gestão Provisional 2006*, SRU Oriental, [2006], pp. 12-13 e Anexos 8 e 9.

⁴¹ Declarando os bairros com maior necessidade de processos de reabilitação urbanística como ACRRU’s, nos termos da Lei dos Solos, a CML conseguiria uma maior agilização dos processos de reabilitação pretendidos. As áreas a definir com ACRRU na Zona Oriental totalizavam 153 hectares - Caixa Instrumentos de Gestão Provisional, *SRU Oriental, E.M.: Estratégia de Actuação*. SRU Oriental, Julho de 2005, p.2.

⁴² Este documento, encomendado pela Ambelis (empresa municipal entretanto extinta), foi entretanto adquirido pela SRU Oriental, que o denominou *Estudo de Fundamentação Técnica para a Estratégia de Intervenção da SRU Oriental*, tendo este ficado concluído em Junho de 2005, com o custo de 63.828€. Ver Caixa Instrumentos de Gestão Provisional, *Instrumentos de Gestão Provisional 2006*, SRU Oriental, [2006], p.5 e Dossier Cópia Livro II Actas do Conselho de Administração, Acta nº 35, Anexo: *Diagnóstico Interno*, SRU Oriental, Fevereiro de 2008, p. 19.

Mais tarde, com o decorrer do trabalho da Empresa, estas primeiras linhas condutoras foram desenvolvidas nos *Instrumentos de Gestão Previsional*, elaborados pela mesma para os anos de 2006 e 2007, respectivamente. Por fim, já em 2008 e num contexto de reavaliação dos anteriores Conselhos de Administração, num processo que culminou com a extinção desta Empresa Municipal, foi elaborado um *Diagnóstico Interno*, aprovado em Fevereiro de 2008⁴³. É com base neste conjunto de documentos que procuraremos completar o quadro da forma como a SRU Oriental olhou a reabilitação urbana do seu território, e se possível saber como esta olhou os Pátios e Vilas sob a sua alçada.

Tal como no caso anteriormente focado, iremos antes de mais caracterizar em traços largos a equipa que elaborou ou contribuiu para a elaboração dos documentos estudados, e que, em última análise, constituiu a força de saber e tomada de decisão norteadora do trabalho desta entidade.

Desde a sua criação até à Direcção que acabou por a dissolver, a SRU Oriental foi dirigida por juristas, tendo os membros do Conselho de Administração anteriormente desempenhado cargos na gestão autárquica ou administração central, também nas áreas do urbanismo e requalificação urbana. A funcionar com uma equipa reduzida, a SRU Oriental contratou desde a primeira hora - Maio de 2005 - 1 Coordenador, 1 jurista, 1 Secretária de Direcção e 1 Responsável pela Comunicação e Imagem, a par de 1 prestador de serviços para a área jurídica; complementou mais tarde a equipa com 1 Director Financeiro, e, a partir de Setembro de 2005, 1 arquitecto paisagista requisitado à CML. Entre esta data e Maio de 2006 acordou igualmente prestações de serviços com 1 informático, 1 assessor para assuntos de Acção Social e 1 assessor para o Urbanismo. Em Dezembro de 2007 formalizou-se a contratação do primeiro Director Técnico da SRU Oriental (um Técnico Superior de Arquitectura em comissão de serviço na Empresa desde Outubro de 2006)⁴⁴.

No primeiro documento que norteava a acção da SRU em estudo, o já referido *SRU Oriental, E.M.: Estratégia de Actuação*, produzido em Julho de 2005, defendia-se que a tendência mais actual no governo das cidades seria a da promoção da reabilitação urbana, em detrimento da construção de “habitação nova”, não esquecendo no entanto, que este esforço de reabilitação só poderia ser empreendido “mobilizando os particulares para a tarefa da reabilitação urbana” e, ao mesmo tempo, em consonância com as populações que vivem e trabalham nesse espaço urbano, “o que garante a humanização das próprias cidades”⁴⁵. Pensando estar atenta às características específicas de carência

⁴³ Este processo foi chefiado por um Conselho de Direcção constituído pela Direcção da SRU Ocidental (em funções desde a sua criação, em 2004).

⁴⁴ Ver Dossier “CML/EPUL”, Separador 2, 3º molho, Ofício nº0032/SRU Oriental/06, *Quadro de Pessoal SRU Oriental*; Dossier Cópia Livro I Actas do Conselho de Administração, Actas nº 1 e nº 3 e também Dossier Documentos-Saída, *Certificados de Trabalho*, Julho 2008.

⁴⁵ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 8.

económica da população desta zona da cidade⁴⁶, a que chamava um território de “dicotomias e contrastes” com necessidade de uma “intervenção profunda”⁴⁷, a SRU enunciava da seguinte forma os pressupostos do seu novo projecto:

O grande desafio da SRU Oriental (...) reside justamente na definição de uma política de requalificação e revalorização integral da zona oriental de Lisboa, a partir da qual se possa inverter a tendência generalizada que há muitas décadas tem votado aquele património ao abandono e à degradação. Este é um pressuposto fundamental que queremos estabelecer desde já. A acção da SRU Oriental, de facto, apesar de obviamente dirigida para a reabilitação urbana propriamente dita, terá de estar atenta à necessidade de uma acção social profunda nas suas zonas de intervenção, pelo que a requalificação destes espaços estará sempre obrigada à promoção e à integração das pessoas que neles habitam, sem o que não poderão corrigir-se as enormes assimetrias ainda existentes nesta zona da cidade, de algum modo continuadas pela construção desordenada a que nas últimas décadas foi sujeita (...)”⁴⁸.

Nas notas introdutórias, faz-se ainda referência ao facto de esta ser uma zona maioritariamente residencial, “o que, aliado ao número muito reduzido de edifícios comerciais ou industriais activos, contribui para a desvitalização económica e social que se verifica em todas aquelas zonas”⁴⁹, tendência que se pretendia contrariar.

Neste documento estabelecem-se mais detalhadamente, e “por ordem de importância”⁵⁰, os “Princípios Gerais” para a actuação da SRU na Zona Oriental da cidade de Lisboa.

Como primeiro ponto, define-se a *viabilidade económica das acções a desenvolver*. Em capítulo próprio do mesmo documento, intitulado “Possibilidades de Negócio”, uma das grandes questões apontada no contexto das SRU seria “quais são as possibilidades legalmente criadas que permitem à SRU obter receitas?”. Para dar resposta a esta pergunta, no seu primeiro ano de actividade esta

⁴⁶ Segundo dados apresentados pela SRU Oriental, que cremos basearam-se no Censo de 2001 (referido noutro ponto do documento), a população da Zona Oriental teria características semelhantes às definidas em 1989/90 para os habitantes dos Pátios e Vilas de Lisboa: baixo nível de escolaridade e recursos económicos, com grande prevalência de pensionistas e reformados. Ver *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 7.

⁴⁷ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 6.

⁴⁸ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 5. Mais: podemos ver este parágrafo como uma pretendida apresentação das ideias da SRU, na medida em que, com alterações pontuais, foi usado como introdução para muitas comunicações desta entidade, nomeadamente em officios institucionais ou para endereçar convites para os concursos públicos que promoveu. Ver Dossier Estudo de Caracterização do Património Industrial da Zona de Intervenção da SRU Oriental, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM - Consulta prévia 1/2006, Anexos - Cartas enviadas aos candidatos.

⁴⁹ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 7.

⁵⁰ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 9.

entidade havia encomendado um parecer jurídico a uma empresa externa⁵¹ e, no âmbito deste estudo, definiu perspectivas sobre a reabilitação a empreender:

A primeira coisa que temos que referir é que todas as formas possíveis de negócio que a seguir se indicam assentam num conceito amplo de reabilitação urbana, tal como vem estabelecido pelo Decreto-Lei 104/2004 (que cria a possibilidade legal da constituição das Sociedades de Reabilitação Urbana), onde taxativamente se incluem, no referido conceito, a construção, a reconstrução, a alteração, a ampliação, a demolição e a conservação. E se aí se impõe, contudo, que as obras a realizar sejam destinadas a melhorar as condições de uso dos edifícios (...), conservando o carácter fundamental do edificado (...), nunca se exclui, porém, a possibilidade de se realizarem obras de construção nova seja de edifícios, seja de acessibilidades⁵².

Também no âmbito das “oportunidade de negócio”, se refere a cooperação com a CML e sector estatal (Instituto Nacional de Habitação - actual IHRU), ou o estabelecimento de parecerias com Cooperativas ou investidores privados e através de Fundos de Investimento Imobiliário Fechados de Subscrição Particular.

Em segundo lugar, na lista de princípios para a actuação da SRU, conta-se a *preocupação social das intervenções*, já referida anteriormente e aqui desenvolvida: esclarecendo que, não tendo a SRU “competências próprias que garantam o indispensável acompanhamento social das suas intervenções” “esta não é, *strictu sensu*, uma obrigação da SRU Oriental, que não poderá observá-la, aliás, sem o envolvimento directo de outras entidades públicas, nomeadamente do Instituto Nacional de Habitação e, sobretudo, da Câmara Municipal de Lisboa”.⁵³

Defende-se em terceiro lugar a importância do *suporte técnico das decisões*. Nesse sentido, a SRU destaca o contributo do estudo inicial obtido e as reuniões mantidas com os “respectivos serviços da CML”, com a qual pretende manter *relações privilegiadas* neste sentido. Ponto que aliás, se segue nesta lista de princípios.

Segue-se uma preocupação, assumida desde o início, de estar em *consonância com os Planos aprovados ou em aprovação*. Este será um ponto determinante e transversal a toda a actividade da SRU Oriental. Implantada num território descontínuo, a área de influência da SRU Oriental encontrava-se condicionada à partida por diferentes Planos de reordenamento já em curso, sob tutela de várias entidades, tema complexo que desenvolveremos mais tarde.

O sexto princípio enunciado neste documento fundador seria a *visibilidade das acções a desenvolver*. Segundo esta entidade, o seu trabalho seria “impossível” e “em vão” caso não conseguisse comunicar as suas conquistas: “Apostamos (...) numa comunicação continuada, objectiva

⁵¹ Parecer jurídico encomendado a uma Sociedade de Advogados, com o custo final de 23.474€. Ver *Diagnóstico Interno*, SRU Oriental, Fevereiro de 2008, p. 19.

⁵² *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p.22.

⁵³ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, pp. 8 e 11.

e eficaz, capaz de gerar a confiança necessária nas nossas capacidades por parte dos particulares com os quais queremos e temos de trabalhar”⁵⁴.

Por último nesta lista, enumera-se o *respeito pelos edifícios e ambientes com relevância histórica, arquitectónica e cultural*. Para melhor definir este ponto, apontava-se como um “instrumento fundamental”⁵⁵ o texto do Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental (PUZRO), em execução à época, e que conteria uma descrição do património arquitectónico e cultural da zona.

Procurando um fio condutor para definir a actuação da SRU Oriental, verifica-se que esta sofreu desde o início importantes condicionamentos, com repercussões que marcaram toda a sua actividade. O problema central, reivindicado repetidamente pelos Conselhos de Administração que a dirigiram, resultava do carácter disperso e atípico do seu território de influência. Trabalhando numa Zona Oriental em que a orla ribeirinha havia sido “cortada” pela linha do caminho-de-ferro desde meados do século XIX - conhecendo desta forma o princípio da sua desagregação - a SRU Oriental tinha a seu cargo não um território coeso, mas sim uma série de territórios descontínuos, compostos por terrenos com características díspares. Importantes pelo seu interesse Histórico ou considerados Áreas Críticas a reabilitar, muitos destes territórios encontravam-se já incluídos noutros instrumentos de gestão urbana, em curso no contexto de outras entidades. Tal era o caso do PUZRO - a decorrer desde 2000 e então em fase final de execução (compreendendo nas suas áreas Planos de Pormenor para Olivais Velho e Matinha), o caso do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, da projectada Cidade da Saúde (com o Hospital de Todos-os-Santos, previsto para a freguesia de Marvila) e mais tarde da Terceira travessia do Tejo (com traçado preliminar definido em Janeiro de 2007, partindo da Zona Oriental para o Barreiro), a par de outros projectos de relevo, de iniciativa estatal ou particular, que se perspectivavam para a região. Nesse sentido, várias eram assim as entidades com responsabilidades no terreno para além da SRU Oriental, tais como a REFER, a APL⁵⁶ ou mesmo a Unidade de Projecto de Chelas, a funcionar nas mesmas instalações da SRU Oriental.

Desde o primeiro momento, a SRU definia este como um dos seus grandes desafios, propondo-se, logo nas suas *Estratégias* de 2005, conhecer os planos já existentes, hierarquizá-los, e encontrar uma “definição geral que conglomere a intervenção nas (...) diversas áreas”⁵⁷. Após os primeiros meses de actividade, porém, debatendo-se com a indefinição de estatuto de grande parte do seu território, nos *Instrumentos de Gestão Previsional* de 2006, o Conselho de Administração, sob nova presidência, defendia a sub-contratação técnica para execução de um “*Master Plan*” para o território Oriental, em resposta aos desafios do seu território e ao contexto legislativo da altura:

⁵⁴ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 16.

⁵⁵ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 17.

⁵⁶ A delinear na época o Plano Estratégico da Administração do Porto de Lisboa. Ver Caixa Instrumentos de Gestão Provisional, *Instrumentos de Gestão Previsional 2007*, SRU Oriental, Novembro 2006, p. 4.

⁵⁷ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, pp. 13-14.

(...) obriga-nos a ser ambiciosos e mudar de uma conduta redutora e básica de reabilitação do edificado para a verdadeira dimensão da “Revitalização”. (...) Por isso, o Conselho de Administração considera estratégico, neste momento, promover a elaboração de um “Master Plan” que agregue, integre e permita uma intervenção a uma escala espacial Macro que identifique os “talentos” do território, as suas redes e fluxos, as suas potencialidades e virtualidades (...) para o que convidará Empresas com experiência nesta área, às quais será solicitado um estudo a elaborar num prazo máximo de 4 meses, instrumento que julgamos ser indispensável para o bom desenvolvimento das tarefas que incubem a esta SRU.

Nesse *Master Plan* seria integrado um Plano de Comunicação delineado pela SRU. Segundo esse Plano, os vectores de actuação da SRU Oriental deveriam ser a *Sustentabilidade Económica*, a *Responsabilidade Ambiental* e a *Coesão Social e Cultural*, procurando “envolver os actores sociais tornando-os seus ‘aliados’”⁵⁸. Continuando a ideia base de um alargamento do objecto da Empresa à Revitalização Territorial, pretendia-se “levar a colectividade a participar no processo”, promovendo “a herança ‘turístico-cultural’ da zona em causa”, que, “embora longe da atenção pública, guarda memória de um período onde a vocação do espaço foi industrial” apesar do “abandono a que foi votada nas últimas décadas” e de “esconder a degradação do património em antigos bairros operários cercados de muros”⁵⁹.

Para criar esta consciência local que se considerava imprescindível, advogava-se, para além de um conjunto de acções de educação ambiental junto das escolas, o interesse em “apostar numa estratégia de Marketing Territorial com base na criação de marca de local”⁶⁰, uma forma de criação de valor que não só motivaria a comunidade a participar, como traria maior visibilidade à região.

Neste sentido, pedia-se a realização de um *Estudo de caracterização do Perfil Energético-Ambiental*⁶¹ do território em causa, assim como se definia a encomenda de um *Estudo de caracterização do Património Industrial*⁶², considerado o vector decisivo na criação de uma identidade local. Como objecto contratual com a empresa adjudicatária, definia-se, em traços gerais, o

⁵⁸ Caixa Instrumentos de Gestão Provisional, *Instrumentos de Gestão Provisional 2006*, SRU Oriental, [2006], Anexo 2 “Comunicação: Objectivos e Estratégia, SRU Oriental EM”, p. 1.

⁵⁹ *Instrumentos de Gestão Provisional 2006*, SRU Oriental, [2006], Anexo 2 “Comunicação: Objectivos e Estratégia, SRU Oriental EM”, p. 5.

⁶⁰ *Instrumentos de Gestão Provisional 2006*, SRU Oriental, [2006], Anexo 2 “Comunicação: Objectivos e Estratégia, SRU Oriental EM”, p. 1.

⁶¹ Este estudo foi pedido à agência municipal Lisboa E Nova, tendo estado orçamentado em 50.000€, não tendo chegado a realizar-se. Ver *Instrumentos de Gestão Provisional 2006*, SRU Oriental, [2006], Anexo “Orçamento de Despesas 2006” e Anexo 2 “Comunicação: Objectivos e Estratégia, SRU Oriental EM”, p. 5.

⁶² Estudo adjudicado a uma empresa de arquitectura a 6 de Junho de 2006 pelo valor de 39.000€ + IVA. Foi dado como concluído em Julho de 2007, mas apenas se encontra registo do pagamento de 50% (23.595€). Segundo documentação consultada, o restante valor teria sido absorvido pela multa acumulada pelo atraso na entrega deste documento por parte da empresa adjudicatária. Ver Dossier Convite para elaboração de estudo de caracterização do património industrial, *Contrato de Prestação de Serviços para a Elaboração de um Estudo de Caracterização do Património Industrial e Diagnóstico Interno*, SRU Oriental, Fevereiro de 2008, p. 20.

“levantamento, identificação e caracterização do Património Industrial da Zona de Intervenção da SRU Oriental”⁶³, a ser “integralmente entregue no prazo de 60 dias”⁶⁴.

Na planificação para 2007, a necessidade de conhecer a sua área de influência e operar uma “redelimitação territorial” continuava a assumir contornos centrais, traduzida num pedido, aprovado na Assembleia Geral da SRU Oriental de 17 de Junho de 2006, de declaração de uma ACRRU única⁶⁵ que compreendesse a totalidade do território a cargo da SRU, ao mesmo tempo que se definia a necessidade de traçar uma Estratégia para a Empresa para ciclos de 3 anos⁶⁶. Não obstante, o ano de 2007 foi um período de virtual inactividade da Empresa, que acabou por culminar com a sua extinção.

Para além das noções de fundo sobre a Reabilitação Urbana da Zona Oriental de Lisboa, que terão ficado por definir totalmente, e exceptuando o *Estudo de Caracterização do Património Industrial* efectuado, a que infelizmente não foi possível o acesso, resta-nos procurar os restantes planos que ficaram traçados, e de que forma redesenhavam esta antiga zona industrial, e em especial os bairros populares que aqui se procura evocar.

A definição de prioridades para a reabilitação destes núcleos fez-se, em primeiro lugar, impelida pelos constrangimentos legais já referidos. Com a maioria das 5 Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) carecendo ainda de confirmação legal, seriam as 10 Áreas Históricas a primeira hipótese de trabalho que se abria à Sociedade de Reabilitação Urbana Oriental.

⁶³ Este documento previa a colaboração de uma equipa pluridisciplinar, composta por arquitectos, engenheiros e historiadores e pedia-se a elaboração de fichas detalhadas para cada imóvel “indicando a localização, ano de edificação, número de pisos, ocupações e uso actual, estado de conservação, características arquitectónico-construtivas e, eventualmente, (...) algum aspecto singular que seja digno de registo”, a par de registos fotográfico do exterior e interior dos imóveis e respectivas peças desenhadas. Ver Dossier Convite para elaboração de estudo de caracterização do património industrial, *Proposta referente à Consulta Prévia 1/2006*.

⁶⁴ Segundo documentação consultada, a entrega deste *Estudo* foi feita com cerca de 1 ano de atraso. Ver Dossier Convite para elaboração de estudo de caracterização do património industrial, “Contrato de Prestação de Serviços para a Elaboração de um Estudo de Caracterização do Património Industrial”.

⁶⁵ No seguimento da solicitação de declaração das 4 novas Áreas Críticas (ACRRU), a 10 de Abril de 2006 a Direcção Geral de Ordenamento do Território, entidade estatal competente, enviou à SRU um pedido de fundamentação técnica da proposta que, segundo essa entidade, não se encontrava “acompanhada de qualquer outro documento que contenha um levantamento da situação existente”. Destas diligências, terá resultado a adjudicação do *Estudo de Reconfiguração Territorial da SRU Oriental*, contratado com uma empresa externa pelo valor de 21.175€ e que terá dado lugar ao pedido de uma única ACRRU feito em Julho de 2006. A SRU Oriental ficou obrigada pela Assembleia Municipal a apresentar uma proposta de redefinição do território até Setembro de 2006, mas tal não chegou a suceder. Ver *Instrumentos de Gestão Previsional 2006*, SRU Oriental, [2006], p. 12-13 e Anexos 8 e 9 e *Diagnóstico Interno*, SRU Oriental, Fevereiro de 2008, p. 20.

⁶⁶ *Instrumentos de Gestão Previsional 2007*, SRU Oriental, Novembro 2006, p. 6.

Cada uma destas Áreas Históricas seria subdividida em pequenas Unidades de Intervenção (UI), cabendo à SRU a aprovação de um Documento Estratégico para cada um destes núcleos territoriais.

Segundo a SRU Oriental⁶⁷, a hierarquia das Áreas Históricas a reabilitar prendeu-se com os critérios expostos nos seus “Princípios Gerais”, em que a viabilidade económica e a visibilidade das acções detinham um papel primordial. Como tal, considerava-se prioritária “uma intervenção que, num primeiro momento, incida nas zonas históricas com proximidade ao rio, pela sua maior apetência do ponto de vista económico”⁶⁸, possibilitando assim a “captação do interesse dos particulares (...) garantindo a viabilidade das operações e assegurando a continuidade da intervenção”⁶⁹. Identificava-se, por estas razões, a Zona Ribeirinha Oriental como prioritária, mais consolidada e objecto de um esforço de reabilitação recente, no âmbito da Expo 98⁷⁰. Nesse sentido, definiram-se as Áreas Históricas 2- Rua de Marvila, 3- Zona Norte da Rua do Açúcar, 4- Vale Formoso de Baixo, 5- Convento do Beato, 6- Xabregas/Grilo e 7- Madre de Deus como as primeiras onde intervir.

Figura 5.3 - Planta das ACRRU (actuais e futuras) existentes na Zona de Influência da SRU Oriental



Fonte: *Diagnóstico Interno*, SRU Oriental, Fevereiro de 2008, p.11.

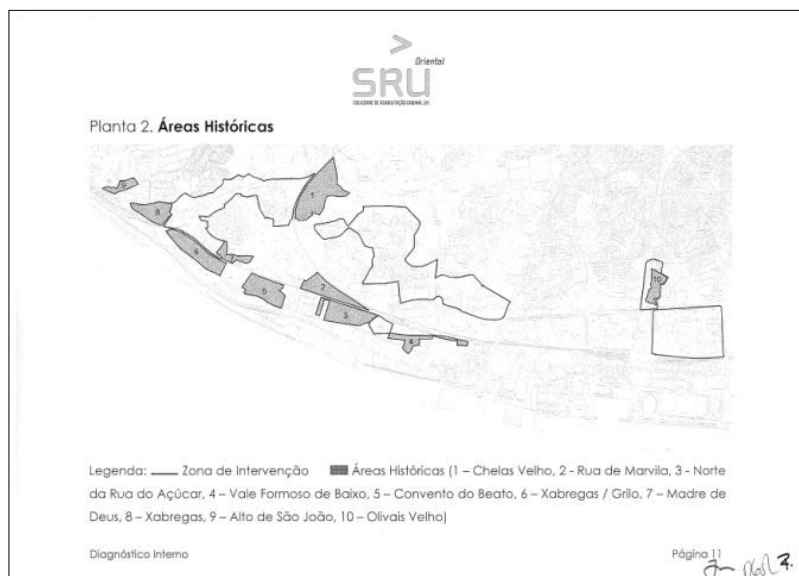
⁶⁷ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p.18.

⁶⁸ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p.16.

⁶⁹ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 10.

⁷⁰ “Pode ver-se, quase a olho nu, que o traçado ferroviário existente secciona o território em duas grandes zonas de intervenção, sendo que na zona interior, a poente do canal ferroviário, a ausência generalizada de identidade locativa e as profundas carências de estruturação ambiental, obrigam a uma maior complexidade na planificação (...). Na zona ribeirinha, ao contrário, entre a linha-férrea e o rio e desde Xabregas até ao Parque das Nações, são notórias as possibilidades de desenvolvimento de sistemas claramente urbanos, confirmadas, aliás, pelas dinâmicas já existentes de projectos e propostas de intervenção de promoção quer pública, quer privada, ainda que sobretudo vocacionada para a construção de habitação”. Ver *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 11.

Figura 5.4 - Planta das Áreas Históricas existentes na Zona de Influência da SRU Oriental.



Fonte: *Diagnóstico Interno*, SRU Oriental, Fevereiro de 2008, p.10

Ainda no primeiro ano de actividade da SRU Oriental, foram criadas, dentro de três das Áreas Históricas, as primeiras pequenas Unidades de Intervenção, UI 05.1, UI 06.1 e UI 07.1⁷¹, e lançados concursos para elaboração dos seus Documentos Estratégicos. Apenas a Unidade 07.1 (que não incluía nenhum dos núcleos em estudo) chegou a ver o seu Projecto Base para o Documento Estratégico aprovado pela SRU, tendo este sido, no entanto, invalidado pela extinção desta entidade⁷².

Com as empresas adjudicatárias, para além da elaboração do Documento Estratégico, ficara igualmente contratualizada a emissão de quaisquer pareceres ou consultoria técnica sobre as UI e o seu Documento Estratégico que viessem a ser solicitadas à SRU de futuro⁷³. Segundo os Cadernos de Encargos emitidos para cada Concurso, os dados a recolher por parte de cada empresa adjudicatária seriam traduzidos em Autos de Vistoria (levadas a cabo por pelo menos um engenheiro civil e um arquitecto), compreendendo descrição do estado de conservação e composição do edifício do ponto de vista da segurança, salubridade e estética, assim como as obras de reabilitação preconizadas, incluindo indicação de elementos exteriores

⁷¹ Situadas nas Áreas Históricas 5, 6 e 7, respectivamente.

⁷² Concursos 1/2005, 2/2005 e 3/2005, adjudicados em reunião do Conselho de Administração do dia 18 de Novembro de 2005. À semelhança do procedimento seguido depois em 2006, para o estudo do património industrial, o júri destes concursos envolvia a participação de técnicos da CML e, por vezes, de especialistas convidados para o efeito pela SRU Oriental. Ver Dossier Convite para elaboração de estudo de caracterização do património industrial, Dossier Cópia Livro I Actas do Conselho de Administração, *Acta nº 16 e Diagnóstico Interno*, SRU Oriental, Fevereiro de 2008, p. 19.

⁷³ A prestação de ambos estes serviços seria alvo de remuneração própria, passível de renegociação após os primeiros 36 meses. Ver, por exemplo, Dossier Contabilidade Dezembro 2005, *Contrato de Prestação de Serviços para Elaboração de Documento Estratégico, Emissão de Pareceres e Consultoria Técnica: Unidade de Intervenção 06.1*, p. 8.

dissonantes e indicação e justificação histórica e jurídica de valores patrimoniais a proteger. Estes autos deveriam incluir o respectivo levantamento fotográfico e fichas para fracções, edifícios e espaço público envolvente, contendo os dados técnicos recolhidos no terreno. Os Documentos Estratégicos produzidos com base nestes autos deveriam incluir o levantamento dos edifícios a reabilitar, com indicação de todas as intervenções previstas, nome e contacto dos proprietários dos imóveis e indicação do tipo de utilização de cada edifício e fracção vistoriados. Pedia-se um levantamento esquemático de frentes de ruas edificadas, cérceas, cotas, etc., assim como definição das possibilidades de alteração de cércea e cumeeira ou alteração de usos dos edifícios. Esperava-se igualmente uma programação cronológica e estimativa orçamental das obras a desenvolver. Para além das vistorias técnicas, definia-se a obrigação de conduzir Inquéritos sócio-económicos aos moradores, feitos em simultâneo com a vistoria por um jurista e um técnico de Acção Social⁷⁴.

Olhando a abordagem das Áreas Históricas feita no âmbito do estudo inicial contratado pela SRU e incluída no documento das suas *Estratégias de Actuação*, procuraremos referências específicas aos núcleos de habitação popular situados no seu território de influência.

No que diz respeito ao Pátio do Black, Vila Flamiano, Vila Dias e Vila Emília, estes núcleos de habitação popular encontravam-se inseridos, não em Área Histórica, mas sim numa das Áreas Críticas (ACRRU 1- Vale de Chelas) a aguardar definição legal. Ao que julgamos, tal se devia à falta de enquadramento pleno destes núcleos da cidade industrial na descrição de Área Histórica constante no PDM de então, o mesmo sucedendo, por exemplo, com o grande parque industrial semi-abandonado da Fábrica de Fiação e Tecidos Lisbonense (“Fábrica da Samaritana”), uma referência incontornável no Património histórico Industrial desta região, igualmente fora das Áreas Históricas⁷⁵. No documento

⁷⁴ Este Inquérito deveria incluir obrigatoriamente, nos termos do Artigo 16º do Caderno de Encargos, a identificação e composição dos agregados familiares; a “identificação do carácter permanente ou não da ocupação da edificação e/ou das fracções ou partes” e, no caso de arrendamento, data do contrato e valor da renda. Deveria incluir indicação dos rendimentos anuais brutos do agregado (ou resultados do ano anterior, para as empresas), “identificação de situações de usufruto (...) de apoios financeiros públicos para fins habitacionais” e “eventuais situações de posse, a qualquer título, de outra habitação na área metropolitana de Lisboa, ou em concelho limítrofe e, em caso afirmativo, a tipologia dessa habitação”. Quanto aos dados da composição do agregado familiar, no caso do Documento Estratégico da Unidade 07.1, aprovado pela SRU Oriental, este não inclui, por exemplo, o levantamento da idade dos residentes na Unidade de Intervenção. Ver Pasta Caderno de Encargos e Programas do Concurso nº 1/2005, *Caderno de Encargos - Unidade de Intervenção 05.1, Concurso Público nº1/2005*, SRU Oriental, Lisboa, Setembro de 2005, Artigo 16º, alínea g) e também Caixas Unidade de Intervenção 07.1, Volumes I e V.

⁷⁵ “As Áreas Históricas são Espaços Urbanos cujas características morfológicas, arquitectónicas e ambientais se pretende preservar, constituídos por: a) Áreas de formação pré-pombalina e pombalina, em geral configuradas até ao final do século XVIII e edificadas até final do séc. XIX; b) Zonas envolventes dos núcleos históricos edificados de Carnide, Lumiar, Charneca do Lumiar, Chelas, Ameixoeira, Calhariz de

denominado “Estratégias de Actuação” de 2005, e na secção dedicada à Caracterização das Áreas de Intervenção não se encontrou igualmente qualquer referência a esta unidade industrial ou aos Pátios ou Vilas existentes na futura ACCRU do Vale de Chelas. Pelas razões já referidas, esta Área Crítica não chegou a ser alvo de qualquer outro plano de reabilitação por parte da SRU.

A Vila Maria Luísa, construída em torno do palacete de uma quinta de lazer, surge inserida na Área Histórica 6 e em especial na UI 06.1. Não obstante, não se encontrou, no espólio consultado, documentação relativa ao trabalho ali desenvolvido pela adjudicatária desta UI, definindo-se apenas, nas referidas *Estratégias de Actuação* de 2005, a existência neste núcleo de uma área com “reminiscências daquilo que poderia ter sido a Vila Maria Luísa”⁷⁶. O Pátio Marialva e o Pátio do Colégio, ambos compreendidos pela Área Histórica 2 - Rua de Marvila, não chegaram igualmente a ser alvo de planeamento por parte da SRU Oriental. O Pátio da Matinha estava integrado na Área Histórica 4 - Vale Formoso de Baixo, onde surgia devidamente identificado na documentação consultada. Não chegou a ser desenvolvido, no âmbito da SRU Oriental, nenhum plano posterior para esta Área Histórica.

Relativamente ao Pátio Beirão e à Vila Santos Lima, estes estavam enquadrados na Área Histórica 3- Norte da Rua do Açúcar. Não chegando a ser alvo de adjudicação para um Plano Estratégico, esta Área Histórica foi identificada pela SRU Oriental como prioritária, e chegou a discutir-se a sua reabilitação em diálogo com a Área Histórica 2- Rua de Marvila, por se considerar de interesse restabelecer entre estas áreas a ligação orgânica que o caminho-de-ferro teria vindo interromper. Na caracterização de 2005, apesar da menção à existência de “habitação sobre oficinas” nesta zona, não há qualquer referência específica aos dois núcleos de habitação popular aqui existentes, ao contrário das menções, no mesmo espaço territorial, ao Convento de Marvila, Palácio da Mitra e mesmo ao Centro de Apoio Social de Lisboa⁷⁷.

Nas considerações a fazer sobre o trabalho da SRU Oriental, teremos de começar pela questão da sua localização. Não obstante não haver nos seus princípios norteadores uma preocupação expressa com o trabalho de “proximidade”, não se entende como uma Sociedade de Reabilitação Urbana criada expressamente para as freguesias de S. João, Beato, Marvila e Santa Maria dos Olivais teve, ao longo dos seus três anos de existência, sede permanente na freguesia do Lumiar, não obstante ter como património próprio vários edifícios situados na sua Zona de Intervenção⁷⁸.

Benfica e S. Domingos de Benfica constituídas por antigas estruturas rurais, azinhagas, edifícios de habitação e agrícolas e infra-estruturas de apoio às antigas explorações agrícolas.” “Regulamento do PDM de Lisboa de 1994” (1994), *Diário da República*, 1ª série (226) de 29 de Setembro, p. 5926, Secção I - Das Áreas Históricas, Artigo 29º.

⁷⁶ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, p. 38.

⁷⁷ *Estratégia de Actuação*, SRU Oriental, Julho de 2005, pp. 32-33

⁷⁸ A SRU Ocidental e a Baixa Pombalina SRU funcionavam em instalações nas suas áreas de influência.

Uma outra questão a referir será a estruturação da sua equipa, ao que parece directamente relacionada com os Princípios Gerais estabelecidos para o funcionamento desta Empresa. Se as Sociedades de Reabilitação Urbana, e a SRU Oriental em particular, tinham como pressuposto no seu modelo de gestão a “definição de um quadro de pessoal reduzido”, este não parecia devidamente adaptado à vocação da Empresa, de promoção da reabilitação urbana⁷⁹. No seguimento de uma importância, que nos parece desproporcionada, atribuída à “comunicação” e “visibilidade” das acções da SRU, verificou-se a integração imediata na equipa de um responsável de Comunicação e Imagem, sendo que, em contrapartida, apenas decorridos quatro meses foi integrado um arquitecto na equipa, tendo havido um Director Técnico formal apenas nos meses finais da actividade da Empresa. O mesmo será válido para a contratação de técnicos com formação em História ou qualquer área que garantisse conhecimentos sobre os valores patrimoniais a cargo desta entidade. As insuficiências da SRU Oriental relativamente aos seus recursos humanos impossibilitaram-na assim de ter um conhecimento efectivo sobre o seu território de actuação; na documentação produzida pela SRU ao longo dos seus três anos de existência, pouco mais se encontra dessa caracterização do que visões generalistas sobre a Zona Oriental, aparte do estudo base do Património Industrial, considerado prioritário 1 ano depois de iniciar a sua actividade, mas que - mais uma vez por exposto desconhecimento da dimensão desse património - se entendia exequível em 60 dias. A própria ideia da criação de uma “marca” local, elemento diferenciador que ajudaria porventura a formar uma imagem renovada desta zona, apenas seria eficaz se baseado no conhecimento efectivo da realidade local.

A equipa que procedeu à extinção desta Empresa Municipal referiu justamente as deficiências a este nível como uma das razões para a ineficácia da actuação da SRU Oriental: “a Empresa não se dotou de recursos humanos com formação e experiência capazes de assegurar o exercício das principais actividades e competências das SRU’s - licenciar e fiscalizar obras de reabilitação urbana”⁸⁰. Como consequência desta desadequação, multiplicaram-se os estudos encomendados a entidades externas, que segundo o mesmo *Diagnóstico* não foram, na sua maioria, aplicados na prática.

Tendo como objectivo, que consideramos obviamente prioritário, a reabilitação da Zona Oriental de Lisboa, esta nova Empresa Municipal foi criada para funcionar como entidade independente numa zona onde, como já desenvolvemos anteriormente, já se encontravam em execução inúmeros projectos de planeamento urbano, sujeitos à aprovação e intervenção de diversas entidades.

⁷⁹ *Instrumentos de Gestão Previsional 2006*, SRU Oriental, [2006], p. 4. Neste documento a frase integral era “definição de um quadro de pessoal reduzido e adaptado às necessidades da Empresa”, trecho final que se perdeu nos Instrumentos de Gestão Previsional do ano seguinte. Também o ponto f), “Contratação externa em áreas especializadas, sempre que tal seja mais vantajoso para a Empresa ou não possa ser assegurado pelos seus próprios recursos”, foi no ano seguinte substituído por “f) Incentivo à eficiência dos recursos humanos com vista à optimização de desempenho”. Ver também *Instrumentos de Gestão Previsional 2007*, SRU, Novembro 2006, p. 5.

⁸⁰ Ver *Diagnóstico Interno*, SRU Oriental, Fevereiro de 2008, p. 31.

Como tal, a criação da SRU Oriental terá partido de pressupostos dificilmente conciliáveis à partida com a realidade no terreno, tendo contribuído para mais atrasos e duplicação de esforços, que têm marcado o percurso da Reabilitação Urbana na cidade de Lisboa e em especial também na Zona Ribeirinha Oriental.

5.4. NOTAS FINAIS

Após este olhar por dois exemplos - nenhum deles concluído - de projectos de reabilitação urbana que contemplaram os Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental, há que realçar, em traços largos, a pertinência das suas ideias, assim como as suas diferenças ou complementaridades.

Em 1992, a DRUPV encarregou-se de proteger estes núcleos de habitação popular em especial, pressupondo esta missão uma consciência - aliás expressa no seu Plano de Pormenor de Salvaguarda - da especificidade dos Pátios e Vilas e do seu lugar na história da cidade de Lisboa e suas formas de habitar. Ao efectuar um levantamento exaustivo da história destes núcleos de habitação popular e/ou operária diagnosticou-se um estado de preocupante degradação, que se planeou debelar através de um Plano de Pormenor de Salvaguarda calendarizado a dez anos, visando o melhoramento da resistência e funcionalidade do edificado, racionalização dos espaços, requalificação de infraestruturas e, em geral, a adaptação destes conjuntos construídos com baixos recursos às exigências de conforto actuais. Em Marvila e Beato, foram identificados 9 conjuntos a reabilitar (aos quais, neste trabalho, apenas se acrescentou o Pátio do Black), sendo o panorama de mau estado igualmente generalizado, passível de uma década de obras de reabilitação. No seu plano, a DRUPV integrou preocupações com as populações residentes, que procurava conhecer e reintegrar. Infelizmente, os planos da DRUPV para a Zona Ribeirinha Oriental não chegaram a concretizar-se, considerando actualmente a CML que terá de fazer-se, à luz deste e doutros insucessos, um reequacionamento das formas de financiamento à reabilitação urbana⁸¹.

Seguiu-se, entre 2005 e 2008, a SRU Oriental, que, encarregue de territórios em quatro freguesias ribeirinhas, foi extinta antes de aprovar legalmente qualquer instrumento de planeamento urbano para Marvila ou Beato. Às razões já apontadas para o insucesso deste projecto planeado em larga escala, somar-se-á justamente o facto, o de compreender áreas com características tão díspares como as Áreas Históricas da Zona Ribeirinha e as urbanizações construídas a partir de 1965 no interior da região Oriental. Para além disso, esta entidade ter-se-á centrado preferencialmente na captação de financiamentos, não apostando à partida nos meios humanos para delinear de forma eficaz um programa de reabilitação integrada.

⁸¹ *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa - 2011/2014* (28-04-2011), CML, p. 10.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÃO

Chegamos ao fim deste trabalho sobre os Pátios e Vilas de Marvila e Beato, freguesias ribeirinhas de Lisboa sobre as quais já se escreveu serem aquelas “onde a cidade parece que vai morrer”¹.

Por pretendermos traçar o percurso histórico dos núcleos de habitação popular aqui existentes, compreendendo o contexto do seu surgimento e transformações, surgiu-nos uma primeira questão: a necessidade de uma categorização destes conjuntos que permitisse sistematizar as várias expressões encontradas. Deparámo-nos, nas fontes e bibliografia, com uma elencação das tipologias existentes; não obstante, estas categorias mereceram-nos uma nova organização, que consideramos mais funcional.

Para classificar os Pátios, utilizámos como ponto de partida as tipologias avançadas pela DRUPV, dividindo estes conjuntos consoante o edifício que os acolheu (prevendo 4 situações: Pátios em edifícios de arquitectura civil, Palacianos, Conventuais ou de situação mista). Acrescentámos-lhes, no entanto, e segundo a visão do Arquitecto Nuno Teotónio Pereira, um último parâmetro, referente à sua ligação ou não a uma empresa em particular (Pátio ligado à produção), eixo que consideramos relevante no estudo de um tipo arquitectónico impossível de dissociar da própria história da indústria e serviços. Na categorização das Vilas, adoptámos as tipologias propostas também pelo Arquitecto Nuno Teotónio Pereira, no entanto, estas revelaram-se difíceis de utilizar de forma linear para o fim pretendido - sistematizar as manifestações existentes num território específico - já que essas categorias atendem a parâmetros que não são por vezes mutuamente exclusivos. Desta forma, propusemos a reorganização desses eixos em uso de uma nova forma: segundo a sua morfologia (dividindo-se em Vilas que formam correnteza, bloco ou pátio), relação com o espaço urbano (Vilas atrás de prédio, formando rua ou com escala urbana) e, tal como nos Pátios, origem da sua iniciativa de construção. Pensamos desta forma contribuir para uma melhor inventariação e consequente compreensão e estudo do tipo arquitectónico que constituem as Vilas e Pátios de habitação popular.

Outro percurso empreendido foi o de conhecer a evolução histórica do território da Zona Ribeirinha Oriental, cenário maior de implantação dos núcleos habitacionais considerados. Olhando sucessivamente esta região, em cartografia de 1835, 1856-58, 1904-11 e por fim de 1954-58 à actualidade, procurámos identificar ao longo desta décadas as novas construções, alterações de uso e mudanças globais vividas neste território. Dirigindo este périplo ao terreno como um todo, pensamos ter possibilitado uma melhor compreensão do que o caracteriza e dos seus actuais problemas. A seu tempo uma zona industrial de primeira importância da cidade de Lisboa e consequentemente do país, a orla ribeirinha oriental evoluiu num só século - entre meados do século XIX e meados do século XX - ao ritmo acelerado que a indústria

¹ Vieira, Alice e António Pedro Ferreira (fotografia) (1993), *Esta Lisboa*, Lisboa, Editorial Caminho, p.123.

lhe veio impor, muitas vezes improvisando soluções. Um dia zonas de veraneio e de serena reclusão monástica, escassamente construídos e povoados, subitamente Marvila e Beato viram-se invadidos por novas construções maciças, ao serviço do comércio e da indústria, foram sendo progressivamente afastados do rio por novas instalações portuárias e transformaram-se em ponto de chegada de uma imensa população com baixos recursos, em busca de habitação. A partir do último quartel do século XX, com o fecho das fábricas e dos grandes armazéns, identifica-se agora um território descontínuo, em que restam, sobrepostas, as várias camadas do crescimento desordenado das últimas décadas e em que a degradação e o abandono são infelizmente as principais impressões a registar.

A partir deste contexto geral, analisámos detalhadamente a história de 10 núcleos de habitação popular que se destacam, divididos equitativamente entre Beato e Marvila: 5 Pátios (*Pátio do Black*, no Beato, e *Pátio Marialva*, *Pátio do Colégio*, *Pátio da Matinha*, e *Pátio do Beirão*, em Marvila), 4 Vilas (*Vila Flamiano*, *Vila Dias* e *Vila Emília* no Beato e *Vila Santos Lima* em Marvila) e também a “Vila” *Maria Luísa*, no Beato, um conjunto alargado que comporta ambas as estruturas de habitação popular. Também nesse roteiro pelos Pátios e Vilas da região reconhecemos um edificado que não foi alvo de qualquer projecto de reabilitação integrada, apresentando-se todos estes núcleos em mau estado de conservação, muitas vezes mesmo em risco de desaparecimento.

O conjunto da Vila Maria Luísa, justamente, poderá servir de metáfora para todo este território e também para os núcleos estudados. Aqui se adivinham as várias “camadas” que fizeram a história destas freguesias ribeirinhas, em que a transição vivida no terreno se fez geralmente de forma acelerada, maioritariamente sem indícios de planeamento. O resultado é um enorme terreiro, na maioria não pavimentado, implantado em pleno espaço urbano e povoado de construções desarticuladas e descaracterizadas, e, usando palavras da DRUPV que em tempos estudou esta “Vila”: “salientando-se (...) a pobreza decorativa que parece ser comum”, num cenário de “qualidade ambiental inexistente”².

Para além dos espaços edificados e das suas rupturas e continuidades, procurámos igualmente neste trabalho descobrir um pouco do que se desenhou para além do construído: as histórias e formas de viver daqueles que habitaram os Pátios e Vilas desta região. Para lá dos relatos da infância ou de começos de vida de pobreza e miséria, por vezes iniciados com a chegada a Lisboa ou com a difícil procura de casa e de um meio de subsistência, resgatámos igualmente as memórias de dias melhores, em que se recorda a vizinhança reunida no pátio, preparando em conjunto uma festa, ou a importância das colectividades locais, que procuravam responder às muitas necessidades dos seus membros, desde a primeira instrução, aos bailes que marcaram indelevelmente os momentos de lazer da vida adulta. De Marvila e Beato conhecemos assim várias histórias, como dos velhos cinemas de bairro, às memórias das praias que o Tejo aqui oferecia até meados do século XX, local de passeio privilegiado depois de um dia de trabalho, que o crescimento portuário arrastou para longe. De um antigo quotidiano de

² CML, Centro de Documentação, Espólio da DRUPV, Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas, Volume 2 – Planos de Pormenor para as Áreas de Intervenção da DRUPV, nº 36 – Vila Maria Luísa.

dificuldades, restaram os fontanários agora abandonados, os antigos lavadouros maioritariamente encerrados ou os velhos edifícios onde se prestava apoio alimentar ou os primeiros cuidados pediátricos. A esta listagem de recordações quase em extinção, soma-se igualmente o eléctrico, parte do quotidiano de todos, que circulava por Lisboa ostentando o letreiro “Poço do Bispo”, num tempo em que a cidade ainda parecia aqui chegar. Desse tempo de prosperidade da indústria local são também as recordações mais expressivas dos antigos habitantes - mais do que os velhos edifícios das fábricas agora abandonadas, recorda-se com saudade o movimento de trabalhadores que marcava o dia-a-dia desta antiga zona industrial, movimento sempre contraposto ao actual abandono.

Nas últimas três décadas, desde que se iniciou o percurso da reabilitação urbana em Lisboa, algumas dessas iniciativas já contemplaram a Zona Ribeirinha Oriental e os seus Pátios e Vilas.

Em 1992 criou-se, na orgânica da reabilitação urbana municipal, uma Divisão exclusivamente vocacionada para reabilitar os Pátios e Vilas da cidade - a DRUPV. A existência desta unidade demonstrou a consciência, à época, da relevância destes núcleos na história urbana de Lisboa e uma preocupação expressa em prevenir o seu desaparecimento. Nesse desígnio, estudou-se o percurso histórico do aparecimento destes conjuntos e fez-se um levantamento exaustivo de 61 dos núcleos habitacionais considerados mais significativos. Não foi igualmente esquecido, que, apesar da sua especificidade e lugar na história da cidade, os Pátios e Vilas, pela sua condição de arquitectura pobre, se encontrariam duplamente ameaçados de extinção: pela má qualidade inicial de construção e muitas vezes contínua manutenção deficiente, mas também pela facilidade do seu desaparecimento face à especulação imobiliária. Defendendo desde o início uma reabilitação que integrasse as populações residentes, procurou-se (apesar de nesta primeira fase, apenas através de uma amostra) caracterizar os agregados familiares dos Pátios e Vilas de Lisboa, conhecendo antes de tudo as suas dimensões, os seus níveis etários, situação perante o trabalho ou mesmo o seu nível de instrução, entre outros factores. Cruzando o levantamento do edificado existente com os dados sócio-demográficos recolhidos, pretendeu-se saber o grau de adequação destas habitações às exigências actuais, assim como a evolução espectável a médio prazo das necessidades das populações residentes. O conhecimento adequado sobre as particularidades dos Pátios e Vilas de habitação popular de Lisboa levou igualmente a uma preocupação em recensar o grau de ligação dos agregados aos seus núcleos, assim como deu ênfase à procura dos ofícios tradicionais aqui desenvolvidos desde sempre, vendo-os como uma forma possível de ocupar e reintegrar esta população na vida activa, ao mesmo tempo que se garantiria uma mais fácil e auto-suficiente requalificação e preservação do património habitacional existente. A esta preocupação, aliou-se a ideia de uma maior abertura (se bem que controlada) destes núcleos ao exterior, podendo criar-se novas atractividades e sinergias nestes locais tradicionalmente fechados sobre si mesmos.

Responsável por um grande número de habitações em toda a cidade, a DRUPV tinha pela frente um esforço alargado, que teria eventualmente de se completar pelo estudo da evolução de áreas da cidade com características específicas, como a Zona Ribeirinha Oriental (onde identificara 9 Pátios e Vilas a reabilitar). Infelizmente, os constrangimentos financeiros e as mudanças no executivo camarário ditaram o fim desta Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas, que, como é princípio basilar da reabilitação, tinha como desígnio travar a degradação do edificado, ao mesmo tempo que pretendia readaptar estes velhos núcleos lisboetas às necessidades de conforto dos dias de hoje, procurando contrariar a tendência generalizada na cidade desertificação habitacional, num quadro geral de terciarização.

Tarefa difícil enfrentou igualmente a SRU Oriental, criada com o intuito de agilizar processos de licenciamento para esta zona da cidade, pensando-a como um todo, algo que se provou no entanto impossível no terreno. Mas este terá sido apenas o primeiro dos seus problemas. Ao planear a reabilitação de um território, a SRU Oriental relegou o conhecimento sobre o mesmo para estudos externos pontuais, dando primazia na sua equipa e no seu projecto à coordenação do trabalho de entidades exteriores, com especialização técnica que ela própria não tinha como avaliar no decorrer dos processos. O seu projecto de reabilitação urbana, reconhecendo à partida uma impossibilidade financeira da CML em assumir encargos avultados e procurando assim captar investimentos alternativos, caracterizou-se por se assemelhar apenas a um modelo de negócio, focalizado em comunicar boas oportunidades de ganho financeiro, sem avançar efectivamente com ideias de base para projectos de reabilitação urbana. Sem um conjunto de políticas de base concretas, emanadas de uma entidade centralizada que eficazmente as coordenasse, as empresas adjudicatárias (eventualmente carenciadas de formação por parte da própria SRU) criariam um imenso mosaico de conhecimentos e projectos descentralizados, certamente muitas vezes duplicando esforços. Estas lacunas só poderão entender-se no contexto de uma empresa concebida para agir na reabilitação urbana, cuja definição de estratégias punha o *respeito pelos edifícios e ambientes com relevância histórica, arquitectónica e cultural* em último lugar na sua lista de Princípios, partindo do pressuposto que se pode “comunicar” e “viabilizar economicamente” um património que, à partida, não se conhece.

Com a reabilitação, procura-se antes de mais garantir uma “actualização” do espaço urbano, não podendo esquecer-se que os núcleos antigos não se fazem apenas de edificado. Tal como os arquitectos e os engenheiros se ocupam em conhecer as técnicas e materiais dos antigos edifícios, de forma a mais eficazmente os fundirem com as novas técnicas, criando um corpo mais sólido, também nos compete, na cidade, garantir que se conheça devidamente a sua História e o tecido social que lhe serviu de base, sob pena de lhe impor novas realidades desajustadas, provocando uma irremediável desagregação. Planear a reabilitação urbana de núcleos antigos só fará sentido se acompanhado de um estudo aprofundado daquilo que justamente os diferencia do restante espaço urbano, o seu percurso

histórico, e antes de mais, os seus habitantes. A história da cidade não se faz sem as pessoas, sem as quais o espaço urbano definha. Só conhecendo os actores locais, que dominam o espaço por vezes há gerações, se poderá conhecer as velhas centralidades ou os referentes escondido no espaço urbano, entendendo assim a forma como este se compõem, sempre decorrente do modo como foi vivido. Não que o futuro tenha de imitar forçosamente o passado. Conhecer a História não tem de significar viver dentro dela, mas esta deverá ser o ponto de partida, ou não se conhecerá o material original que se pretende trabalhar.

Após o estudo aqui empreendido, procurou-se assim fazer um diagnóstico das necessidades da Zona Ribeirinha Oriental, assim como dos seus Pátios e Vilas em risco de desaparecimento.

Com o fim da indústria, esta zona da cidade terá perdido o apelo para a fixação de novos residentes. Mais ainda, o seu parque habitacional maioritariamente degradado e um espaço urbano descaracterizado e descontínuo não constituirão melhores incentivos. Marvila e Beato terão de reencontrar o seu lugar como espaços a considerar dentro da cidade de Lisboa e, antes de tudo, aprender a valorizar aquilo que as distingue dentro desse espaço urbano - o seu património industrial, em que se incluirão os Pátios e Vilas de habitação popular e operária.

Num contexto urbano de demorados acessos às periferias, com a circulação e estacionamento já muito congestionados no centro da cidade, não seria difícil encontrar atractividade numa zona agora pouco colonizada, com grandes espaços vazios deixados livres, muitas vezes em edifícios de cariz industrial com uma arquitectura de traços particulares. Para além dos possíveis espaços a reocupar, todo o território em redor contém elementos que contribuirão para essa valorização histórica desta zona da cidade.

Elemento dessa possível valorização poderá ser a Vila Flamiano, no Beato, uma das primeiras Vilas a ser construída em Lisboa, e a mais antiga de toda a Zona Ribeirinha Oriental. O seu importante papel, como memória da grande industrialização vivida em Lisboa a partir de meados do século XIX não se coaduna com o seu actual estado de degradação, obviamente a reclamar mudança.

Também a Vila Santos Lima, junto ao Poço do Bispo, constitui um elemento distintivo desta região e um exemplo raro dentro dos núcleos de habitação popular. Seria importante que este conjunto, mesmo que repensado para melhor se adaptar às utilizações actuais, pudesse ser devidamente requalificado, não se perdendo assim um edifício singular, que é ao mesmo tempo testemunho de um modo de viver (e também de trabalhar) que marcou uma época histórica e um lugar.

Outro exemplo que ressalta deste olhar pelo território da Zona Ribeirinha Oriental será também o do velho Pátio do Colégio, Palácio da principal Quinta da velha Marvila agrícola, que mais tarde acolheu e viu instalar-se à sua volta os migrantes que aqui foram chegando em busca de trabalho na indústria. Este antigo Palácio do Marquês de Abrantes, uma vez reabilitado, poderia retomar o seu lugar como centro da freguesia de Marvila, encontrando, a par com as valências que já encerra, outras

utilizações necessárias à população, reclamando também para esta motivos de orgulho que muito têm faltado a quem vive nesta região.

Justamente na perspectiva de resgatar esse orgulho, tal esforço poderia passar igualmente por alargar o conhecimento geral sobre esta região, promovendo por exemplo a instalação, junto dos principais pontos de referência do riquíssimo património industrial desta zona, de placas explicativas, identificando sinteticamente elementos da história do local ou do edifício. O mesmo poderia ser feito para os velhos referentes de memória do quotidiano das últimas décadas, como o velho lactário (estando este enquadrado numa antiga “zona nobre” da região - a Alameda do Beato - que mereceria também ela melhor enquadramento urbanístico), os antigos lavadouros públicos ou os fontanários, elementos estes que, mesmo obsoletos, poderiam reclamar algum papel no novo espaço urbano, para além de uma lenta deterioração ou destruição sumária.

Reabilitando esta zona aos olhos dos seus habitantes e da restante cidade, para que a Zona Ribeirinha Oriental volte a ser um local de trabalho e de habitação, e promovendo o conhecimento sobre as várias estruturas que fizeram a história desta região, não seria talvez impossível os moradores desta zona reverem o seu antigo eléctrico, veículo de um novo circuito ribeirinho que culminasse num roteiro pela antiga zona industrial de Xabregas e Poço do Bispo.

Estas seriam apenas algumas formas de apelar ao interesse pelo património da orla ribeirinha de Marvila e Beato, criando novas razões para vir à Zona Ribeirinha Oriental e olhá-la de uma nova perspectiva. Foi o que procuraram em 2011 os alunos de um curso de fotografia documental, cuja exposição em Braço de Prata ostentava um título que pretendemos seja mais apropriado para terminar este trabalho:

“A Cidade Podia Começar Aqui...”.

FONTES

ARQUIVÍSTICAS:

Câmara Municipal de Lisboa

Centro de Documentação.

Espólio da Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas (DRUPV).

Plano de Pormenor de Salvaguarda - Pátios e Vilas: 3 Volumes.

Departamento de Contabilidade

Tesouraria

Documentação da SRU Oriental: 24 Dossiers, 11 Caixas.

ORAIS:

América Cardoso Nabais, Lisboa, 17/06/2011 (gravada).

Fernando Nabais, Lisboa, 16/06/2011 (gravada).

Maria Augusta Carrajola, Lisboa, 17/06/2011 (gravada).

Maria Isilda Pereira Dias, Lisboa, 20/05/2011 (gravada).

António Amorim - Lisboa, 25/03/2010.

Conceição Costa - Lisboa, 28/06/2013.

José Augusto Silva, Lisboa, 20/05/2011.

Maria de Lurdes Filipe Nunes, 28/10/2011.

CARTOGRÁFICAS:

Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-1958. “Planta da Cidade”, 1/1000, Plantas 14I, 14J, 14K, 14L, 14M, 14N, 15K, 15L, 15M, 15N, 15O e 16O, Câmara Municipal de Lisboa.

Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-1958. “Planta da Cidade”, 1/1000, Plantas 13J, 13K, Câmara Municipal de Lisboa - Gabinete de Estudos Olissiponenses.

Levantamento Aerofotogramétrico de actualização em Outubro de 1978 da planta executada pelo Instituto Geográfico e Cadastral em 1956. “Planta da Cidade”, 1/1000, Planta 15J, Câmara Municipal de Lisboa, 1978.

“Freguesias do Concelho de Lisboa – Beato”, 1/2000, Sistema de referência Hayford-Gauss, Datum 73, Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Planeamento Urbano, Departamento de Informação Geográfica e Cadastro, última actualização dos dados: 2005.

“Freguesias do Concelho de Lisboa – Marvila”, 1/2000, Sistema de referência Hayford-Gauss, Datum 73, Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Planeamento Urbano, Departamento de Informação Geográfica e Cadastro, última actualização dos dados: 2005.

Mapa Desdobrável Lisboa, 1/11.000, Michelin, 2005.

PUBLICADAS:

- Conselho de Melhoramentos Sanitarios (1903), *Inquérito aos Pateos de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa - 2011/2014* (28-04-2011), Câmara Municipal de Lisboa.
- Inquérito Industrial 1881: Inquérito Directo, Segunda Parte, Visita às fábricas* (1881), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Ministerio das Obras Publicas, Conselho de Melhoramentos Sanitarios, Commercio e Industria, (1905) *Inquérito aos Pateos de Lisboa - 2ª parte*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Nobre, S. M. P. (1972) *Legislação Camarária de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Organograma da Câmara Municipal de Lisboa*, disponível em www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/galeria/OrganogramaCML.pdf, acedido em 3 de Agosto de 2013.
- “Regulamento da primeira revisão do PDM de Lisboa (PDML)” (2012), *Diário da República*, 2ª série (168) de 30 de Agosto, pp. 30276-30377.
- “Regulamento do PDM de Lisboa de 1994” (1994), *Diário da República*, 1ª série (226) de 29 de Setembro, pp. 5916-5980.
- Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coordenação) (2000), *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856 - 1858*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. Catálogos do Arquivo Municipal de Lisboa.
- Viegas, Inês Morais e Alexandre Arménio Tojal (coordenação) (2005), *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. Catálogos do Arquivo Municipal de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- A Arquitectura da Indústria, 1925-1965: Registo Docomomo Ibérico* (2005), Barcelona, Fundação Docomomo Ibérico.
- “A assistência de 5 de Dezembro”, *Ilustração Portuguesa*, (8 de Julho de 1918), Lisboa, (646).
- Almeida, Ana Nunes de (1986), “A fábrica e a família — tópicos para uma reflexão”, *Análise Social*, XXII (91), pp.279-312.
- Almeida, Ana Nunes de (1992), “Meio Social, Família e Classes Operárias”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, CIES-IUL, (11), pp. 27-41.
- Antunes, Filipa Alexandra Gomes da Silva Oliveira (2002), *Habitação operária: Pátios e Vilas de Lisboa: a experiência da cidade operária industrial*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura de Habitação, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Araújo, Norberto (1993 - reedição de original de 1939), *Peregrinações em Lisboa*, vol. XV, Lisboa, Vega.
- Arruda, Luísa (1998), *Caminho do Oriente: Guia do Azulejo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Bandeirinha, José António (2007), *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Barreto, António (2005), “Mudança Social em Portugal, 1960 - 2000”, em António Costa Pinto (edição), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 137-162.
- Bastos, Teixeira (1898), *Habitações Operárias*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, disponível em: <http://www.gutenberg.org/2/4/8/5/24853/>.

- Blum, Eva Maria [2007], “Memória sobrepostas. História, património e cultura no planeamento da ‘Cidade da Água’ em Almada”, Frankfurt am Main, texto policopiado.
- Boletim Olisipo* (1996), Número Especial: Actas do Simpósio Lisboa em Discussão, Lisboa, Junta Directiva do Grupo dos Amigos de Lisboa, II série, (3).
- Calado, Maria (coordenação científica) (1993), *Atlas de Lisboa: A Cidade no Espaço e no Tempo*, Lisboa, Contexto Editora.
- Choay, Françoise (2000), *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.
- Cidade/Campo: Cadernos da Habitação ao Território* (Fevereiro 1978), Lisboa, Ulmeiro, (1).
- Cidade/Campo: Cadernos da Habitação ao Território* (1979), Lisboa, Ulmeiro, (2).
- Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998 (1998), *Caminho do Oriente*, Lisboa, Parque Expo’ 98 S.A.
- Consiglieri, Carlos *et al* (1993), *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2004), *O Formoso Sítio de Marvila*, Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila.
- Consiglieri, Carlos e Marília Abel (2006), *Marvila*, Lisboa, Dinalivro.
- Costa, António Firmino da e João Emílio Alves (1996), “Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, Lisboa, CIES-IUL, (22), pp. 61-79.
- Custódio, Jorge (1994), “Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade”, em Irisalva Moita (coordenação), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, pp. 435-492.
- Delgado, Ralph (1969), *A Antiga Freguesia dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas e Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, *Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina*, Lisboa, Contexto, 1994.
- Félix, Catarina *et al* (2005), *Fábricas do Beato*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa - Comissão Municipal de Toponímia.
- Ferreira, Joana Diogo (2002), *Os Pátios Palacianos de Lisboa: Estratégias de Intervenção em Edifícios de Habitação Operária*, Dissertação de Mestrado em Construção, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura.
- Ferreira, Paula Cristina, Paula Sanchez e Sandra Figueiredo (1995), *A Freguesia do Beato na História*, Lisboa, Junta de Freguesia do Beato.
- Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Folgado, Deolinda (2012), *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- França, José-Augusto (1997), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte.
- Freire, João e Maria Alexandre Lousada (2013), *Roteiros da Memória Urbana - Lisboa: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Colibri.
- Furtado, Mário (1997), *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Lisboa, Vega.
- Guimarães, Paulo (1994), “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, XXIX, (127), (3º), pp. 525-554.
- Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva (organização) (2005), “O Século XIX”, II Volume da *História Económica de Portugal: 1700-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva (organização) (2005), “O Século XX”, III Volume da *História Económica de Portugal: 1700-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- Leite, Cristina e João Francisco Vilhena (fotografia) (1991), *Pátios de Lisboa: Cidades entre Muros*, Lisboa, Gradiva Publicações.
- Madeira, Cátia Alexandra Costa Luís (2009), *A Reabilitação Habitacional em Portugal: Avaliação dos Programas RECRIA, REHABITA, RECRIPH E SOLARH*, Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Martins, Alexandre (2002), *Paternalismo paternal e habitação operária: O caso da Companhia União Fabril, no Barreiro*, Dissertação de Mestrado em Cidade, Território e Requalificação, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Martins, Alexandre (s.d.), “Paternalismo, habitação, fidelização operária: O caso do bairro da Sta. Bárbara no Barreiro”, comunicação apresentada no atelier *Cidades, Campos e Territórios no Vº Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, s.l..
- Martins, Ricardo *et al* (1998), *Caminho do Oriente: Guia do Olhar*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Matos, José Sarmento de e Jorge Ferreira Paulo (1999), *Caminho do Oriente: Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2 vols.
- Pereira, Miriam Halpern (1969), “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do séc. XIX”, *Análise Social*, VII, (25-26), pp. 85-117.
- Pereira, Miriam, (1983 - 2ª edição), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Editora.
- Pinheiro, Magda de Avelar (1990), “Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista”, *Ler História*, Lisboa, s.n., (20), pp. 79-107.
- Pinheiro, Magda de Avelar (2011), *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros
- Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa 1870-1930: A Promoção Privada do Alojamento Operário”, *Análise Social*, Lisboa, ICS, XXIX, (127), (3º), pp. 509-524.
- Pereira, Nuno Teotónio e Irene Buarque (1995), *Prédios e Vilas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pinhão, Carlos (s.d.), *Fantasia Lispoeta*, Amadora, NAO Orion.
- Pinto, Sónia Cristina Ildefonso (2008), *Vilas Operárias em Lisboa: Emergência de Novos Modelos de Habitar: O Caso da Vila Berta*, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico.
- Poirier, Jean, Simone Clapier-Valladon e Paul Raybaut (1999), *Histórias de Vida: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- Queirós, João (2007), “Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, CIES-IUL, (55), pp. 91-116.
- Rocha, Luís e Tânia Araújo (orgs.) (2012), *Marvila: A cidade podia começar aqui...*, catálogo de exposição de fotografia documental na Fábrica de Braço de Prata, 4 a 29 de Abril de 2012, Lisboa, CML/Fábrica de Braço de Prata/Movimento de Expressão Fotográfica.
- Rodrigues, Maria João Madeira (1979), “Tradição, transição e mudança: A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, separata do *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa.
- Rodrigues, Rui Calejo e Flora Silva (2007), “Avaliação da Taxa de Sucesso em Reabilitação Urbana”, comunicação apresentada no *Congresso Construção 2007 - 3.º Congresso Nacional*, Universidade de Coimbra, 17 a 19 de Dezembro, Coimbra.
- “Rotas e Percursos” (2005), separata do boletim informativo *O Beato*, Lisboa, Junta de Freguesia do Beato.
- Salgueiro, Teresa Barata (1981), “Habitação Operária”, *Arquitectura*, Ano III, 4ª Série, (143), pp. 74-77.
- Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento.

- Silva, Carlos Nunes (1994), “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, *Análise Social*, XXIX (127), (3º), pp. 655-676.
- Silva, Vasco Emanuel Machado Pinto da (2009), *Revolução (Des)Industrial: Museificar, Reutilizar e Converter*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Teixeira, Manuel (1985), “Do entendimento da cidade à intervenção urbana: O caso das 'ilhas' da cidade do Porto”, *Sociedade e Território*, (2), pp. 74-89.
- Teixeira, Manuel (1992), “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, *Análise Social*, XXVII (115), (1º), pp. 65-89.
- Teixeira, Manuel (1993) “A história urbana em Portugal: Desenvolvimentos recentes”, *Análise Social*, XXVIII (121), (2.º), pp. 371-390.
- Teixeira, Manuel (1996), *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. s.l: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Teixeira, Paula Alexandra e Rui Manuel Matos (1997), “Teorias e Modelos de Habitação Operária: O Caso de Lisboa (1880-1920). Em *Actas das Sessões: I Colóquio Temático: O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (Séculos XVI a XIX)*, *Padrão dos Descobrimentos*, 8 a 11 de Março de 1995, CML - Pelouro da Cultura, 179-202 pp.
- Tomás, Ana Leonor (2007), “Cidade Oculta: A Vila Operária”, em *Actas do Seminário Estudos Urbanos*, ISCTE, Julho 2007, Lisboa.
- Vidal, Angelina (1994 - 2ª ed.) (1ª ed. 1900), *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna*, Lisboa, Vega.
- Vidal, Frédéric, (2006) *Les habitants d'Alcântara : histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du 20e siècle*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion.
- Vieira, Alice e António Pedro Ferreira (fotografia) (1993), *Esta Lisboa*, Lisboa, Editorial Caminho.

WEBGRAFIA

- lisboasos.blogspot.pt/2008/07/lisboa-sos-primeiro-ms-de-vida.html, acedido a 20 de Agosto de 2013.
- www.monumentos.pt, acedido a 13 de Junho de 2010.
- www.oriental.pt/, acedido a 20 de Julho de 2013.
- toponimia.cm-lisboa.pt/pls/htmlldb/f?p=106:1:4211769599046023::NO::P1_TOP_ID:2461:#ancora acedido a 10 Setembro de 2012.
- vivermarvila.blogs.sapo.pt/, acedido a 20 de Julho de 2013.

Curriculum Vitae

Identificação

Nome: Maria Margarida de Almeida Reis e Silva

Data de Nascimento: 26/02/1977

Morada: Portela - Loures

e-mail: mreisesilva@gmail.com

Formação Escolar

- 2009/2010: **Pós-Graduação em História Moderna e Contemporânea**, variante Cidades e Património, no ISCTE-IUL: Instituto Universitário de Lisboa, concluída com média de **16,5 valores**.
- 1999/2000: **Pós-Graduação em Gestão e Valorização do Património**, no Instituto de Artes e Ofícios da Universidade Autónoma de Lisboa; concluídas as disciplinas curriculares.
- 1994/1999: Licenciatura em Comunicação Social e Cultural, variante **Comunicação Cultural**, pela Universidade Católica Portuguesa, concluída com média de **13 valores**.

Outras Habilitações

- 31 de Janeiro a 28 de Fevereiro de 2012: Curso de **Gestão de Projectos Editoriais**, na *Booktailors*, Consultores Editoriais.
- Março a Maio 2011: Curso de **Formação Pedagógica Inicial de Formadores** (Instituto do Emprego e Formação Profissional/IEFP), concluído com **classificação 5** (de 1 a 5).
- **Inglês** falado e escrito. Diploma *Certificate of Proficiency in English*, da Universidade de Cambridge, concluído com **nota A** (de E a A).
- Conhecimentos de **Francês e Alemão**.

Participação em projectos científicos

- Junho de 2012 a Outubro de 2013: tarefa e bolsa de investigação no projecto **Movimento Social Crítico e Alternativo. Memória e Referências** (PTDC/CPJ-CPO/098500/2008). Pesquisa, selecção e reprodução de periódicos; colaboração nas quatro edições no âmbito deste Projecto: *Greve de Ventres! Para a história do movimento neomalthusiano em Portugal: em favor de um autocontrolo da natalidade* - pesquisa e selecção documental e paginação. *Roteiros da Memória Urbana: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX - Lisboa, Porto e Setúbal*: , respectivamente - pesquisa e selecção

documental e execução dos 15 mapas de pontos incluídos nos Roteiros; tarefa sob a responsabilidade da Professora Doutora Maria Alexandre Lousada - IGOT/UL. Projecto do CIES do ISCTE-IUL em parceria com o SOCIUS (ISEG/UTL); FCSH (UNL); Fundação da Universidade de Lisboa (UL); Universidade de Évora; Universidade do Minho e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro: financiado pela FCT. Investigador responsável: Professor Doutor João Freire.

- Fevereiro a Maio de 2012: bolsa de investigação no projecto **Movimento Social Crítico e Alternativo. Memória e Referências** (PTDC/CPJ-CPO/098500/2008), na pesquisa e selecção de espécies documentais constantes do «Arquivo Histórico-Social», reprodução dos documentos seleccionados e posterior reconhecimento automático de texto e sua revisão manual para constituição da Biblioteca de Textos Livres; tarefa sob a responsabilidade da Professora Doutora Maria Manuela Parreira da Silva - IELT/UNL. Projecto do CIES do ISCTE-IUL em parceria com o SOCIUS (ISEG/UTL); FCSH (UNL); Fundação da Universidade de Lisboa (UL); Universidade de Évora; Universidade do Minho e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro: financiado pela FCT. Investigador responsável: Professor Doutor João Freire.
- Janeiro de 2012: Preparação da **edição digital do livro** “Militares e Sociedade, Marinha e Política: um século de história”, ISBN: 978-989-8154-72-9. Participação nas tarefas de revisão, paginação, composição, layout e capa. Livro disponível on-line em <http://hdl.handle.net/10071/3302>.
- Dezembro 2010 à presente data: Participação no projecto **A Marinha na Transição para a Democracia. Acção e Memória**. Projecto CEHCP/CIES/IHC/ADETTI, do ISCTE-IUL, financiado pelo CEHCP e pelo Ministério da Defesa Nacional. Tratamento dos testemunhos recolhidos. Investigador responsável: Professora Doutora Luísa Tiago de Oliveira.
- Agosto a Outubro 2011: Colaboração em tarefas da vertente *História do Activismo Estudantil (1945-1980)*, responsável: Professora Doutora Luísa Tiago de Oliveira, integrante do projecto **IST: 100 Anos** (PTDC_ANT_65979_2006), empreendido pelos CRIA e CEHCP do ISCTE-IUL, financiado pela FCT e pelo Instituto Superior Técnico. Investigador responsável: Professor Doutor Jorge de Freitas Branco.

Outra actividade Profissional

- Abril 2005 a Dezembro 2010: Co-autoria e desenvolvimento do **ProjectoEco**, criação e execução de diversos produtos, reutilizando lonas publicitárias. Parcerias com a TMN, EPAL, Evalue e Portugal Telecom.
- Julho 2005 a Novembro 2007: Consórcio Domus Rehabita/Universidade Lusófona: Prestação de serviços para a **Baixa Pombalina SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana)** – Câmara Municipal de Lisboa. Levantamento do estado de conservação dos edifícios da Baixa e Chiado com vista à elaboração do Documento Estratégico; vistoria a cerca de 400 fracções em 150 edifícios e elaboração dos relatórios correspondentes.
- Fevereiro 2004 a Maio 2005: Estágio no **Museu da Farmácia**. Indexação dos cerca de 1.000 volumes da Biblioteca do Museu.
- Julho 1998 a Janeiro 2001: Sócio/Gerente de **Livraria** na Papelaria Silva, em Santarém.
- Maio a Agosto 1999: Estágio curricular no Serviço Educativo do **Museu da Cidade** de Lisboa.
- Setembro a Dezembro 1997: Estágio na **Culturgest**, na área da promoção de espectáculos.

Outras Actividades

- Agosto de 2012: Co-organização da **exposição fotográfica** *Paredes: Rostos de Ontem e de Hoje*: - **tratamento de imagens, recolha de testemunhos, investigação de conteúdos e selecção de documentos** em Arquivos Particulares.
- Agosto de 2011: Co-organização da **exposição fotográfica** *Memórias das Paredes* - **investigação de conteúdos e selecção de documentos** junto da Biblioteca Municipal de Alcobaça, Autoridade Florestal Nacional e Arquivos Particulares.
- Desde Dezembro de 2010: Vogal da Direcção da **Associação** de Moradores e Amigos de Paredes da Vitória, concelho de Alcobaça, distrito de Leiria.
- Outubro 2004 a Abril 2005: **Curso Avançado de Fotografia**, pelo Movimento de Expressão Fotográfica (MEF).
- 9 Julho a 29 Agosto 2005: Participação na **exposição colectiva de Fotografia** “Artes de Rua”, pelo MEF, no Museu da Cidade, em Lisboa.
- Outubro 2003 a Julho 2004: Curso de **Iniciação à Fotografia**, pelo Movimento de Expressão Fotográfica (MEF).

Margarida Reis e Silva
Outubro de 2013